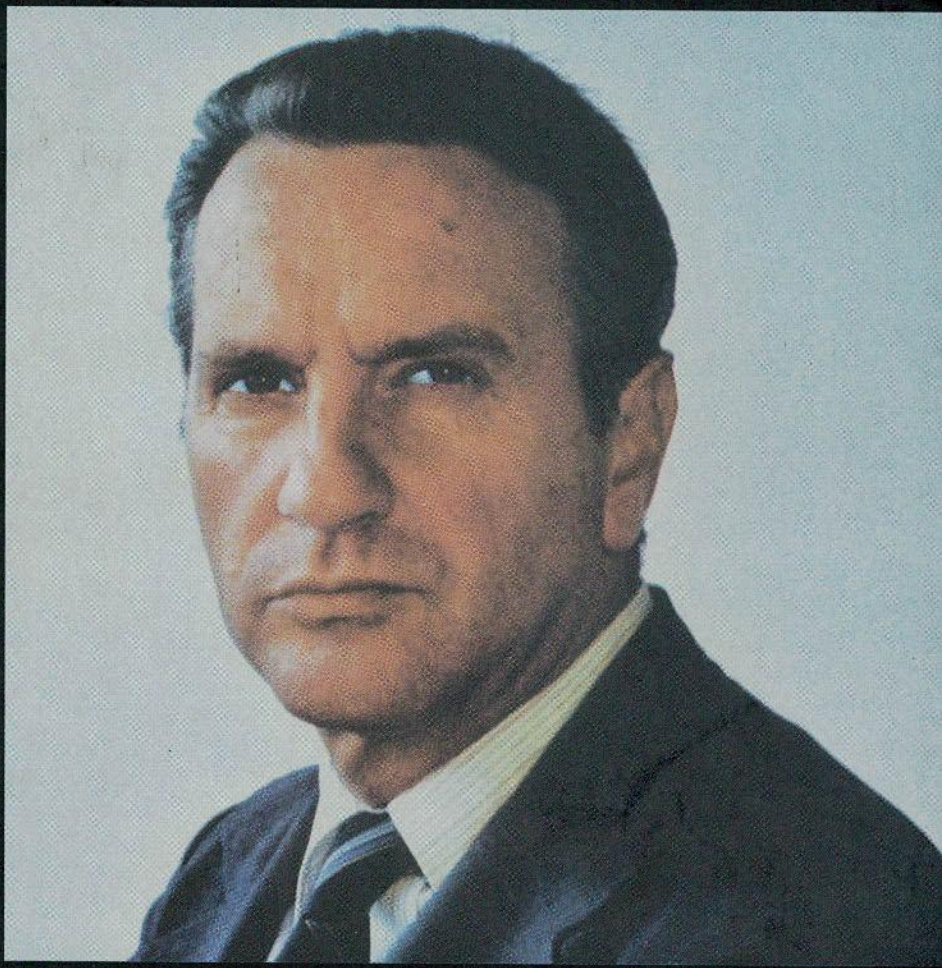
FRAGMENTOS DE MEMÓRIA

RISCHBIETER



Travessa
dos Editores

Apresentação de Mino Carta

Janeiro de 1980, bem no começo, o ministro da Fazenda Karlos Rischbieter liga de Brasília. Curto e rápido diz: "Saio do governo, gostaria de conhecer o Lula, veja se você marca um encontro com ele para hoje à noite, passo por São Paulo antes de voltar para Curitiba". Por que o pedido do ministro da Fazenda não me surpreendeu, pelo contrário, soou aos meus ouvidos como normal, justificado, corriqueiro até? Por que o cidadão Karlos é assim mesmo. Karlos, com K.

Lula concordou na hora, surgiu na minha casa secundado por Jacó Bittar. Karlos veio acompanhado por Armando Vasone, escudeiro fidelíssimo. Lula, *in illo tempore*, teria preferido pinga com cambucy, faltava no meu bar, tomaram uísque e ninguém se queixou. Foi longa conversa, pareceu-me que se conheciam desde sempre. Algum desavisado se habilitaria a supor que juntos jogavam morra no bar da esquina.

Falaram de tudo, abertamente, sem peias e com a leveza dos homens de boa vontade, despediram-se, horas após, com a cordialidade da simpatia mútua. No dia seguinte, Lula telefonou para comentar: "Cara muito legal este seu amigo Karlos, um idealista sincero". Achei a definição perfeita e aquela noite faísca entre as boas lembranças da minha vida.

Karlos deixava o governo do ditador de plantão, João Figueiredo, ao descobrir, dorido nos precórdios, que sua carreira de servidor público atingiria o ponto final, bafejado, entre o fígado e a alma, pela percepção amarga do desentendimento irreparável entre as suas crenças e as funções a cumprir no ministério. No meu entendimento, tal foi o sentimento, a percorrer a zona misteriosa do idealista sincero.

FRAGMENTOS DE MEMÓRIA

Para
Luca
com amor

Pai
JAN 2008

FRAGMENTOS DE MEMÓRIA

Karlos
RISCHBIETER

Travessa
dos Editores

© 2007 Karlos Rischbieter

EDITOR
Fábio Campana

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Rubens Campana

PROJETO GRÁFICO, CAPA E DIAGRAMAÇÃO
Guilherme Zamoner

PRODUÇÃO GRÁFICA
Clarissa Martinez Menini

REVISÃO
Paola de Orte
Adolfo Wendpap
Carlos Barbosa Junior

Dados internacionais de catalogação na publicação
Bibliotecária responsável: Mara Rejane Vicente Teixeira

Rischbieter, Karlos
Fragmentos de memória / Karlos Rischbieter. –
Curitiba : Travessa dos Editores, 2007.
260p. : il ; 21cm.

ISBN 978-85-89485-74-6

1. Rischbieter, Karlos. 2. Economistas -
Brasil – Biografia. I. Título.

CDD (21ª ed.)
923.3

1ª Edição

Travessa dos Editores
Rua Cézar Augusto Scandelari, 111
Curitiba - Paraná - CEP 82100-320
Tel.: (41) 3338 9994
www.travessadoseditores.com.br

Impresso no Brasil

Para Fanchette, *in memoriam*,
e para Rosita.

A elas devo quase tudo.

Introdução

Sabemos que o horizonte não é atingível. Mas o horizonte da vida é. Quando começo a escrever estas lembranças, o horizonte já pode ser pressentido e as reflexões se tornam mais serenas. E nelas mesclam-se as incertezas da vida do dia a dia com a certeza da morte.

É curiosa a noção da morte na nossa vida. Desde que temos consciência sabemos que este é o nosso fim. Mas nós, ocidentais, fazemos de conta que somos imortais. Recusamo-nos a pensar na morte. Só algum fato extraordinário a coloca, às vezes, no nosso meio. Como disse Rainer Maria Rilke em sua "Peça final":

> A morte é grande.
> Dela somos
> a boca ridente.
> Quando cremos em plena vida estar,
> ela ousa chorar,
> em nós,
> de repente.

A morte nos dá avisos, quando menos os esperamos. E, às vezes, estes avisos nos fazem pensar na atitude dos povos do oriente. Para eles vida e morte são as duas faces de uma só moeda. Deve ser bem mais fácil viver assim, com a consciência da morte em nós, sempre.

Gosto muito da história de um convento, na idade média, que abrigava noviços. Eles estavam no pátio, jogando bola, quando o professor resolveu fazer um teste. Falou: "Se eu dissesse a vocês que o mundo acabará em quinze minutos, o que vocês fariam?" Todos, com exceção de Santo Ignácio, disseram que iriam correndo para a capela do convento, rezar a Deus e pedir-lhe perdão pelos pecados. Santo Ignácio ficou no lugar onde estava, e respondeu: "Eu iria terminar o meu jogo". Eu concordo com Santo Ignácio: é preciso viver a vida intensamente, sabendo da morte.

Quando menino, sonhava em ver o ano 2000. Não sei como eu imaginava ser este ano redondo. E quando chegou a virada do século vi que o ano foi igual a todos os anos de minha vida: uma alternância de alegrias e de tristezas. É esta a nossa vida. O Yin e o Yang, a eterna mudança. Todos buscamos a muleta. O seio materno. O porto seguro. Os valores definitivos, imutáveis. Buscamos o que não existe na vida do homem. Temos que aceitar que a condição humana não inclui a existência do porto seguro. Navegaremos, sempre, na tormenta.

Uma tormenta permanente num mundo multicolorido, no sentido real e no sentido figurado. Nada é simples, nada é preto e branco, fácil de decidir. E quando pensamos que achamos o nosso mundo bicolor, preto e branco, descobrimos que o preto e branco dos outros não é o mesmo que o nosso. É como se fossemos daltônicos individuais, cada um de nós.

Mas é preciso tentar enxergar os tons dominantes e simplificar o colorido. Cada um terá suas cores dominantes, suas idéias dominantes. Temos que achar, no meio de um mundo cada vez mais complexo, os nossos valores.

Esta busca, porém, não pode ser a busca cega. Quando alguém procura, é fácil acontecer que olhe apenas a meta que procura. E não ache nada. Procurar significa ter uma meta. Achar significa ser livre, ser aberto,

não ter meta. É ter a mente aberta.

À medida que vou ficando mais velho, fico mais tolerante por um lado e mais intolerante por outro.

Mais tolerante com pessoas que são diferentes ou que têm idéias diferentes. Respeito o caráter dos outros, sem a compulsão de querer convencê-los da justeza da minha opinião.

Menos tolerante com a injustiça, a maldade e a desonestidade de qualquer tipo. E muito pouco tolerante com a burrice. Já foi dito que a inteligência humana é limitada, mas a burrice não tem limites.

Há muitos anos um amigo me disse que o mistério é só este: Porque existe Algo em vez do Nada? E se Algo existe é porque existe quem o criou. É tão simples assim. Ou não é?

Curitiba, outono 2007

K.R.

Capítulo 1

Sete de Setembro de 1942 – o seqüestro oficial de meu pai

> Pagamos quatro mil cruzeiros no dia 14, mil cruzeiros no dia 15 e cinco mil cruzeiros no dia 21 de novembro, pela manhã. Antes do almoço papai estava em casa.

O dia da Pátria era comemorado em Blumenau, como em quase todo o país, com um desfile militar e escolar. Eu era, então, aluno do Colégio Santo Antônio e cursava o quarto ano do ginásio. Eu estava desfilando; papai, que adorava desfiles, assistia-o da calçada da rua XV de novembro. Terminada a cerimônia fui para casa, almoçar. Meu pai não havia voltado. Logo chegou um amigo nosso avisando que ele havia sido preso pela polícia. Fui até a cadeia pública e recebi a confirmação da prisão.

O Brasil havia rompido relações com a Alemanha, a Itália e o Japão em 28 de janeiro de 1942 e havia declarado guerra ao eixo em 31 de agosto, uma semana antes do dia sete. Getúlio Vargas, após longa hesitação, havia tomado partido. Sempre achei estranha a política de Getúlio para com as potências do eixo. Com o golpe do Estado Novo, de novembro de 1937, parecia clara a sua inclinação de apoio e alinhamento com os estados totalitários. Já em meados de 1938, menos de um ano depois, muda de opinião e determina a nacionalização de todas as escolas, clubes, associações e grêmios esportivos "estrangeiros", incluída aí a Escola Alemã de Blumenau que eu freqüentava desde 1934. A partir de

1942 ocorreu em quase todas as cidades de colonização alemã uma série de manifestações contra os descendentes de alemães, culminando com depredações de algumas lojas. E havia prisões, algumas por falar alemão na rua, o que era proibido. Eram prisões que duravam horas, no máximo um ou dois dias.

Portanto não ficamos alarmados demais. A prisão de meu pai seria mais uma dessas prisões disciplinares ou de vingança pessoal. Não foi o que aconteceu. Passaram-se dias, e ele continuava preso.

Eu tinha quinze anos incompletos. As minhas três irmãs, já casadas, moravam longe: a mais moça, Anne, no Rio e as outras duas, Inge e Henny, na Alemanha. Minha mãe, na época com 50 anos, era totalmente despreparada para lidar com a situação. Eu também.

Vivemos então, *toutes proportions gardées*[*], o que significava o horror de uma ditadura, de uma completa falta de garantias individuais.

O Estado Novo já havia acabado com uma série de garantias. O estado de guerra havia acabado com o que restara delas.

Terrível foi assistir a sociedade se encolher de medo, as pessoas, amigos e parentes, se afastarem como se nós fossemos portadores de uma doença contagiosa.

Meu pai Luiz Rischbieter era uma pessoa corretíssima; nunca havia tido qualquer envolvimento com política, ou com a justiça. Nascido em 1887 em Blumenau, em 1925 havia se alistado para um batalhão de Voluntários da Pátria, que se formara na cidade.

Procuramos saber o motivo da prisão. Após alguns dias ele foi interrogado; a acusação mais grave era o fato de suas três filhas terem casado com cidadãos alemães. Após dias de angústia consegui uma audiência com o Delegado de Polícia (cujo nome, graças a Deus, esqueci de vez) que foi inútil; ele alegou que nada podia fazer, pois a ordem viera da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Conseguimos marcar, com dificuldade, uma entrevista com o Secretário (cujo nome, se a memória não me trai, era Lara Ribas) em Florianópolis. Ele nos atendeu com extrema gentileza,

[*] Em termos.

pediu a um auxiliar que verificasse a ficha de meu pai e, ao cabo de algum tempo, nos disse que não havia ficha alguma do senhor Luiz. A volta para Blumenau foi dramática. O que fazer? Consegui outra entrevista com o Delegado, após, é claro, dias de espera. Relatei a nossa viagem e a informação do Secretário. E ele: "Acho que me enganei; a ordem deve ter vindo de Curitiba."

Juro que foi a única vez na vida que tive vontade de matar. Mesmo. A cara de sem-vergonha e o tom de gozação em sua voz ainda me perseguem, em sonhos, até hoje.

Então em conversa com amigos mais velhos, em especial com um advogado, namorado de minha madrinha Wally, foi levantada a hipótese de haver necessidade de pagamento de resgate. Na época, nós nunca havíamos ouvido falar nisto.

Começou, então, uma outra etapa, muito difícil e complicada: achar o caminho certo para tentar comprar a liberdade. Passam-se os dias, as semanas: meu pai fez 55 anos, em 22 de setembro; eu completei 15 anos em outubro, com ele ainda na cadeia pública.

Quando falo em cadeia pública, era cadeia mesmo, não um Corpo de Bombeiros. Nas duas celas, nos fins de semana, eram recolhidos os arruaceiros e bêbados. Ele era o único preso político.

Em novembro, finalmente, conseguimos um canal de comunicação. Um primo distante de mamãe, de reputação não muito ilibada, nos trouxe um advogado, Antônio Bastos de Araújo, do Rio de Janeiro, que se propôs a conseguir soltar o meu pai, mediante pagamento de quinze mil cruzeiros (isto era rendimento da nossa família de cerca de quatro meses). Mamãe não tinha todo o dinheiro, sacou as contas de poupança nos bancos e pediu empréstimo de cinco mil cruzeiros a meu tio, irmão do meu pai, que deu o dinheiro com a condição de que ela não contasse que ele havia ajudado.

Pagamos quatro mil cruzeiros no dia 14, mil no dia 15 e cinco mil no dia 21 de novembro, pela manhã. Antes do almoço meu pai estava em casa. Não sei porque, mas o último pagamento, de cinco mil cruzeiros, foi feito em 9 de janeiro de 1945, mais de dois anos depois. Tudo isto está nos livros em que meu pai registrava tudo.

O que este período, estes 75 longos dias, representou na minha vida só vim a descobrir aos poucos. O valor da liberdade da pessoa, este valor inestimável, aprendi a respeitar.

O contato com a maldade, a mentira, a corrupção da autoridade, a absoluta falta de justiça. E a sensação de completa impotência. Estávamos sós, em meio a pessoas que não queriam nem olhar para nós. Na escola, então, era pior. Os colegas, não galegos (nós, descendentes de alemães, éramos assim chamados) nos olhavam com uma alegria mal disfarçada. Passei a ter raiva dos lusos, não-galegos. Só mais tarde aceitei o fato de que a natureza humana é a mesma em todos os lugares e independe de raça, cor, nacionalidade, religião ou classe social. Hoje sou tolerante. Somos o que somos, nós, o ápice da criação. Dizem.

É claro que meu pai sofreu muito. Sofreu no corpo, porque estes intermináveis dias fizeram aparecer o reumatismo, a surdez e uma fraqueza que o acompanhou nos mais de trinta anos que viveu ainda, depois da cadeia. E sofreu no espírito. Só minha mãe sabia o quanto. Nunca se queixou para os filhos. Mas a rachadura na alma, como mamãe dizia, nunca mais colou. E ele nunca mais falou com o irmão.

Além do sofrimento envolvido no episódio em si, houve a covardia. A covardia, a falta de "civil-courage" que se alastrou pela sociedade como uma doença contagiosa.

Venho de uma família de classe média. O meu bisavô Ludwig Rischbieter chegou ao Brasil vindo do Norte da Alemanha em 29 de dezembro de 1861, com mulher e 8 filhos, entre os quais o meu avô Carlos, que tinha, então, 12 anos. O avô, nascido em 12 de setembro de 1849, batizado como Friedrich Georg Karl Rischbieter naturalizou-se brasileiro em 27 de abril de 1881, e passou a ser Carlos. Lutaram muito para sobreviver na selva. O Jornal da Colônia[1] publicou uma notícia sobre ele em 13 de julho de 1867.

1 Na exposição Mundial de Paris foi conferido o prêmio de 10.000 francos à Colônia Blumenau, pelo algodão exposto. No catálogo oficial da exposição foi mencionado somente o algodão Luisiana, sob denominação de algodão em rama e algodão beneficiado cultivado e exposto pelo colono Rischbieter, de Blumenau.

Meu bisavô foi ser professor em escola rural. Nos arquivos da Colônia consta a seguinte nota de falecimento:

> *"No dia 11 de agosto de 1887, faleceu em Blumenau, em avançada idade de 77 anos, após longo período de enfermidade, o senhor Ludwig Rischbieter. O estinto (sic) emigrou para Blumenau no ano de 1861 e durante muitos anos dedicou-se à agricultura, submetendo-se ao árduo trabalho da lavoura em cuja atividade encontrou mais espinhos do que rosas, tendo deixado na Alemanha, uma proeminente posição, para enfrentar a perigosa e difícil vida de colono. Somente nos fins de 1879 sua vida se tornou mais amena porquanto que veio morar em companhia de seu filho cervejeiro senhor Carl Rischbieter, na sede da colônia onde passou os últimos anos de sua vida. O estinto foi nos anos idos um ativo colaborador de diversos jornais, combatendo em seus artigos, violentamente, a ação dos guelfos, tendo ainda a satisfação de saber da anexação de Hanover quando já se achava distante de sua terra natal e erradicado (sic) aqui no Brasil. O senhor Rischbieter deixou viúva, 7 filhos maiores, 29 netos e um bisneto".*

As filhas casaram cedo. Meu avô, ainda jovem, foi ser sócio de um balseiro, que levava toras de Blumenau a Itajaí, pelo rio, para exportação. Ganhou algum dinheiro e, depois de ir passear no Rio, onde conheceu a cerveja nacional, resolveu abrir uma cervejaria em Blumenau. O Jornal de Santa Catarina registrou há cinco anos o seguinte:

> *Uma cervejaria importante foi a de Carl Rischbieter, conhecida por 'Rischbieter Brauerei', estabelecida ao sopé do morro da Bela Vista, por volta de 1875 e que, anos depois foi adquirida por Walter Berner, que viera de Joinville e que continuou no ramo até a metade deste século. Carl Rischbieter, ao chegar aqui, em 1861, acompanhado de seus pais, contando 12 anos, subiu, de canoa, como todos os imigrantes da época, o rio até a propriedade adquirida em Salto do Norte, na margem esquerda do Itajaí-Açu, defronte da atual Ponte do Salto. Ali, durante*

doze anos, Carl experimentou as amarguras e prazeres da vida dos imigrantes pioneiros, tendo, depois, partido para o Rio de Janeiro, onde foi aprender a profissão de cervejeiro.
De volta, instalou entre 1875 e 1877, a sua cervejaria, que prosperou bastante, sendo, em 1913, adaptada à eletricidade. Bavária (clara) e Favorita (escura), além da marca Schwarzbier, foram produzidas nesta época na proporção de 100.000 garrafas anuais."

Com altos e baixos a cervejaria sustentou a família. Ele havia casado, em 1879, com Hedwig Clasen, a avó que conheci bem. Comprou uma gleba de terra muito grande, que hoje é o bairro Boa Vista que tem como via principal a rua Carlos Rischbieter. Teve três filhos homens: Adolfo, o mais velho, iria herdar, para administrar, a cervejaria, mas morreu cedo, num acidente. O mais moço, Henrique, foi ser relojoeiro. Meu pai, Luiz, que estava estudando para ser relojoeiro, teve que assumir a fábrica. Ele contava que a primeira cerveja feita por ele, em 1912, era uma escura chamada 'Eisenbahn'. (Com este nome, estrada de ferro em português, foi lançada uma cerveja em Blumenau, recentemente). Depois de várias crises a cervejaria foi vendida e meu pai abriu uma loja em Hamônia, no alto do Vale do Itajaí, em 1917, já casado com minha mãe, Helga, filha de um fiscal da Câmara Municipal, meu outro avô, Friedrich Ebert. A família de mamãe vinha da Saxônia e da Silésia, estados que depois da guerra faziam parte da Alemanha Oriental. Mamãe era uma mulher bonita, de cabelos pretos e olhos marrons escuros. Não era magra, nem gorda nem muito alta. Parecia feita para ser o colo ideal de um menino carente. Meu pai era alto, magro, de olhos azuis. Tive muitas discussões com ele, principalmente como adolescente. E era mamãe quem me defendia e me acalmava. Nós éramos muito cúmplices; uma cumplicidade que lembro com muito amor, até hoje. Meus pais tiveram um casamento maravilhoso, foram apaixonados até o fim da vida. Tiveram quatro filhos, três meninas, Inge, Henny e Anne e eu, temporão. Nove anos mais moço que a irmã mais moça. Meu avô queria muito ter um neto homem, com o sobrenome dele: o tio Henrique teve duas meninas, meu pai três. Quando mamãe ficou grávida, ele

disse a ela: "Helga, desta vez é um guri". Mas morreu em maio de 1927, e eu nasci em outubro. Morreu sem ter visto o neto que tanto queria.

Blumenau foi fundada como colônia, em 1850, pelo Dr. Hermann Blumenau, um farmacêutico alemão que achava que teria interessados em fugir da Prússia, em crise depois do movimento socialista frustrado de 1848.

A Colônia teve momentos muito difíceis, com problemas de enchentes, pragas e outras dificuldades. Houve até ataques de índios botucudos, que habitavam a região.

Blumenau era um enclave alemão, como alguns outros, no Sul do Brasil e no Espírito Santo. As escolas eram privadas com professores alemães, os clubes, o teatro, tudo era como se fosse em algum lugar na Alemanha.

O Dr. Blumenau, que havia conseguido a autorização do governo brasileiro para instalar a colônia, foi traído por um sócio e teve que enfrentar tempos difíceis.

Em correspondências com D. Pedro II foi muito honesto em relatar os seus problemas. Em 1860 conseguiu a institucionalização da colônia e com ela veio a estrutura política e social. Logo a cidade virou município.

A nossa infância foi muito boa. Blumenau era uma cidade pequena, todo mundo se conhecia: muitos parentes, tios, tias, primos e primas. Alguns deles, além de parentes eram muito amigos como Carlos Curt Zadrozny, filho caçula da tia Frieda, irmã mais moça de meu pai. O pai do primo Carlos Curt, o tio Teófilo, foi o personagem mais fantástico da família. Ele havia tido insucesso com três empreendimentos: uma fábrica de fósforos, uma de gelo e uma representação de automóveis. Então, em 1936, resolveu abrir uma tecelagem com o nome de Artex, Fábrica de Artefatos Têxteis, perto da Empresa Industrial Garcia que existia desde o Século XIX. Toda a família achou que seria mais um fracasso. Não foi. Foi um sucesso tão grande que, anos depois, a Garcia foi comprada pela Artex. Pena que os netos não conseguiram manter a empresa que acabou sendo vendida.

A minha primeira escola foi a *Deutsche Schule*, Escola Alemã, que freqüentei a partir de 1934. Como em qualquer escola, havia professores amados pelos alunos e havia os odiados. Eu gostava da maioria deles. Não me lembro de ter tido algum deles especialmente preferido. Mas lembro, até hoje, da primeira professora odiada, uma solteirona que, na minha opinião, estava na escola exclusivamente para me perseguir!

Em 1938, quando Getúlio decidiu fechar as escolas alemãs, no meio do ano, nós fomos transferidos para outros estabelecimentos. Eu fui ser aluno do Colégio Santo Antônio, no pré ginasial, então o quarto ano escolar. Inicialmente foi um choque: aos 11 anos incompletos, transferido a um ambiente completamente diferente. Mas logo esqueci o choque. O Colégio e os padres franciscanos que o dirigiam me cativaram desde o começo. Guardo até hoje as melhores lembranças dos mais de 7 anos que passei com eles.

Frei Odorico Durieux, nosso professor de português, me disse um dia que eu nunca iria falar o português sem sotaque: "Vocês, alemães, são muito lógicos. Por isto, ao dizer masculino e feminino, vocês põem o acento tônico na sílaba que é diferente, nas duas palavras, dizendo: másculino e fêminino". Mas depois, com 18 anos, nós éramos perfeitamente bilingües. Nós mudávamos de idioma no meio da frase[2].

É preciso pensar no choque que foi a proibição do alemão para a comunidade blumenauense. Ser proibido de falar a língua materna. As escolas, privadas e sustentadas por contribuições da sociedade, fechadas e confiscadas para reabrir como escolas públicas. Essa gente, descendentes dos pioneiros que criaram uma civilização no meio da selva, que tinha toda uma tradição herdada dos antepassados, além da língua, que vivia em perfeita harmonia com os outros, não *oriundis*. Gente que se vê, de repente, privada das suas origens e hostilizada pelas autoridades por causa dessas origens. Muitos não chegavam a entender o que estava acontecendo. As pessoas mais velhas nada entenderam.

2 Só encontrei isto, de novo, em 1958, quando passei por Strasbourg. No restaurante, na mesa vizinha, os rapazes falavam francês e alemão, sem se dar conta qual era a língua que falavam no momento.

Nós morávamos à beira do rio Itajaí-Açu. Havia barcos de todos os tipos e nós passávamos os dias na água. O rio era ainda quase transparente. O Garcia, afluente que nascia perto do morro do Spitzkopf (cabeça pontuda) e passava pela Artex, era um dos nossos destinos prediletos. Entrávamos no rio por alguns quilômetros e então mergulhávamos para desentocar enguias da terra, que era quase argila pura. Lembro da dificuldade em segurar o peixe de pele lisa e escorregadia. Estas caçadas eram para nós como se fossem batalhas para eliminar os mais perigosos dragões. Depois a nossa caça era assada na brasa e acompanhada de pão e banana que comprávamos numa das vendinhas. Eu, que hoje detesto enguias, achava essa refeição de índio uma maravilha gastronômica.

Nas famílias blumenauenses era habitual aprender a tocar algum instrumento musical. Minhas irmãs foram estudar piano e eu (seguindo pai e mãe) estudei violino, que é um instrumento muito difícil; quando não tocado com perfeição parece mais um miado angustiado.

Nunca fui solista, mas consegui fazer parte da orquestra sinfônica do Teatro Carlos Gomes, como integrante dos segundos violinos. O nosso maestro era Heinz Geyer, que adorava os ensaios da orquestra. Tocávamos dezenas de peças antes que ele se decidisse pelo programa definitivo da apresentação pública.

Geyer era uma pessoa interessante. Compôs uma ópera, Anita Garibaldi, com libreto escrito pelo prefeito da cidade. Na estréia mundial, como faltavam atores, eu tive que fazer o papel de um soldado, além de tocar na orquestra.

Era divertido. Mas além da diversão eu sei, hoje, que a participação num grupo musical é uma experiência única. Participar da criação, de dar vida a uma partitura. Os ingleses têm o termo *performing arts*, que são as artes que exigem a recriação: a música, a dança e o teatro são as artes que não existem sem os intérpretes e atores. Aprendi a ouvir música, naqueles anos de violinista.

Havia uma amiga de mamãe, que nós chamávamos tia Edith, que eu adorava. Ela tinha sido atriz de teatro na Alemanha e tinha atuado em

Berlim em peças clássicas. E era neta do Dr. Blumenau. Com a morte da mãe ela foi obrigada a voltar a Blumenau para assumir a propriedade da família. Esta era uma casa colonial no meio de um pedaço de mata virgem, hoje museu. Ela morava lá, com uns vinte gatos (lindos, muitos deles) com uma biblioteca pouco ortodoxa e com um toca-discos, o primeiro que eu conheci, e discos de música clássica. Lembro das sinfonias de Beethoven com a Filarmônica de Berlim, com regência de Furtwängler, um dos grandes de todos os tempos.

Ela foi a primeira "personalidade" que eu conheci; com ela conheci Schopenhauer e Nietzsche que fizeram uma razoável confusão na minha jovem cabeça. E conheci o poeta Ernst Wiechert que me marcou muito; ainda tenho o livro que ela me deu, as memórias do poeta, com uma dedicatória e uma citação de Schopenhauer: *Não é o que as coisas são, objetivamente, mas o que são para nós, no nosso entender, nos torna felizes ou infelizes.* Tia Edith foi, com certeza, a primeira influência forte que recebi na vida. Eu tinha 16 anos e ela devia ter perto dos sessenta, mas com espírito jovem e inteligência arguta. O nosso amor platônico durou dois ou três anos. Depois a vida me afastou de Blumenau.

Três meses por ano nós passávamos em Cabeçudas, uma pequena praia perto de Itajaí. Ela tem este nome, Praia das Cabeçudas, por causa das rochas dentro do mar que parecem cabeças. Meu pai tinha uma casa, simples, de madeira e maravilhosa nas minhas lembranças.

Cabeçudas tem importância grande na minha vida. Meus pais costumavam passar o Natal em Blumenau e ir no dia 26 de dezembro para a praia. Na maioria das vezes nós íamos de navio (o Blumenau, de palhetas) para Itajaí e de lá, de charrete, para Cabeçudas. Eu adorava a viagem, de primeira classe, no convés, com móveis de vime. Eu nascera em outubro, com distúrbio intestinal bastante sério. Meu pai foi falar com o médico para saber se podia me levar para a praia. À pergunta, o médico alemão respondeu: - "Sr. Luiz, pode levar, ele vai morrer mesmo, tanto faz aqui ou lá". Me levaram e mamãe procurou o médico que morava em Cabeçudas e tinha consultório em Itajaí, o Dr. Menescal. Ele era também o médico dos

pescadores e tinha sido médico das minhas irmãs. A receita dele: farinha de mandioca torrada com leite de cabra, quente. Foi o que me salvou. Todo ano, ao chegar em Cabeçudas, eu ia à casa dele e lhe pedia a benção.

Cabeçudas, na minha memória, era o paraíso, a alegria, a fantasia. À primeira temporada, a de 1928, seguiram-se 14 outras até os meus 15 anos, em 1943. Nossa família passava na praia o mês de janeiro; conosco ficava o primo Carlos Curt, companheiro de brincadeiras e artes; em fevereiro vinha a sua família e eu ficava com eles. E nós passávamos, ainda, a páscoa e as férias de julho na praia. Os veranistas eram parentes ou amigos (quase sempre ambos). Brincávamos na praia de manhã à noite. Sempre, nos primeiros dias, o sol praiano tostava em demasia a pele dos meninos galegos de Blumenau e nos obrigava a dormir de bruços com tratamento de litros de álcool com araruta, loção caseira que aliviava um pouco as queimaduras. Lembro, como se fosse hoje, o gosto do sanduíche de queijo prato que minha mãe preparava no meio da manhã, após o primeiro dos inúmeros banhos no mar perigoso da nossa praia: o comíamos com duas ou mais bananas prata, que eu chamo, até hoje, de banana de Cabeçudas, pois em Blumenau só conhecíamos a banana d'água que crescia no nosso terreno.

Em Cabeçudas aprendi a ter uma relação de paixão com o mar. O mar amigo que me deu uma lição de vida muito importante. Eu era destemido. Enfrentava as ondas que nem mesmo os grandes enfrentavam. Eu ia para além da arrebentação, sem ter pé. Muitas vezes machucava joelhos, cotovelos e nariz quando uma onda mais forte me arrastava pela areia. Um dia, chegando de um passeio, vi uma corrente de pessoas para dentro do mar, tentando salvar alguém. Foi o primeiro aviso do meu anjo da guarda. E passei a me cuidar. Em todos os mares da minha vida: os brasileiros, o do Havaí, os do mar do Norte, como o de Bostad, na Suécia, e em muitas praias no Mediterrâneo.

Cabeçudas foi palco, também, do primeiro amor, sofrido por não correspondido, e do primeiro namoro de verdade, de mãos dadas e beijos já não muito castos.

No começo dos anos trinta as minhas duas irmãs mais velhas casa-

ram com professores alemães que lecionavam na escola alemã de Blumenau. Ao terminar o seu contrato eles voltaram para a Alemanha com as mulheres. Assim ficamos em Blumenau, em 1935, meus pais, Anne, a mais moça com 16 anos, e eu, com 7 anos.

A Alemanha estava, naqueles anos, chegando a um prestígio invejável. A Olimpíada de Berlim, em 1936, fora um sucesso, com adesão maciça dos países democráticos que deram um carimbo de aprovação ao regime hitlerista. O Zeppelin era saudado em toda parte, também no Brasil, como símbolo da Alemanha renascida das cinzas. Foi assim que Anne, convidada pelo governo alemão para um estágio de alguns meses, aceitou com entusiasmo. E viajou, em 1936. É preciso imaginar: dezesseis anos, bonita, com a chance de conhecer a terra dos antepassados e de rever as irmãs. Ela foi e voltou entusiasmada com o tratamento vip recebido. E o encontro das três irmãs foi, sem dúvida, pura emoção. E, neste momento de comoção, foi tirada uma foto em que Anne está com uma blusa branca que tinha, na manga curta, o símbolo da juventude feminina hitlerista. O senhor Goebbels, já então papa da propaganda política, não perdia ocasião alguma para mostrar os símbolos do regime. A foto estava num porta-retrato na escrivaninha de meu pai e foi levada pela polícia quando de uma busca em casa após a sua prisão. E ela é a base de toda história do nazismo da minha família[3].

Os anos trinta foram tumultuados, no Brasil e no mundo. Aqui Getúlio Vargas comandou uma revolução e assumiu o governo em 24 de outubro de 1930. No dia em que eu estava fazendo três anos.

Mamãe contava esta historinha: eu ouvira meu pai dizer a ela que achava melhor mandar as crianças para a fazenda do avô pois os gaúchos passariam pela cidade e poderia haver arruaças. Eu adorava a fazenda do avô Ebert. Tinha cavalos. E tinha vacas e a ordenha era uma façanha. E fazer manteiga era uma aventura. Como não saímos de Blumenau, eu reclamei: "Como é, esta revolução não deu em nada?".

Mal sabia eu que ela ia durar 15 anos. Com a revolução paulista

3 Havia núcleos de organização nazista no Vale do Itajaí e em outros lugares, que foram liquidados com a guerra na Europa.

em 1932, o levante comunista de 1935 e o Estado Novo de 1937, quando Getúlio parecia querer aderir aos regimes fortes da Europa. Mas foi a década do início da modernização do Brasil, após a grande crise mundial desencadeada pela quebra da bolsa de New York.

No mundo, a década também seria tumultuada. Começou com a crise de 1929. Depois a guerra civil espanhola serviu de ensaio geral para a guerra mundial que viria a seguir.

Hitler assumiu na Alemanha, Mussolini já estava na Itália e as democracias tentavam procrastinar o confronto. Mas no fim da década declarou-se o conflito, com a invasão da Polônia. Nos primeiros anos a vitória do nazismo, aliado ao fascismo e ao Japão de Hiroito, parecia inevitável. A Inglaterra, liderada por Churchill, e a participação decisiva dos Estados Unidos evitaram o desastre. Mas foi com perdas enormes de todos os lados e muitos sofrimentos que a guerra se estendeu até quase a metade da década seguinte quando acabou com a derrota dos países do eixo.

A guerra viu o surgimento de tecnologias cada vez mais mortíferas que culminaram com as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki.

Eu continuava no Colégio Santo Antônio. Em 1942, no meio do ano, sobreveio a reforma Capanema, que reduziu o ginásio de cinco para quatro anos e criou os cursos colegiais, o científico e o clássico. Com isto, de repente, eu estava me formando, no ginásio, com 15 anos, sem ter idéia do que eu iria fazer. O nosso Colégio não conseguiu criar os novos cursos naquele ano. Por sugestão de um primo mais velho matriculei-me num curso de química técnica em Curitiba, para onde fui no ano seguinte.

Era a primeira vez que iria sair de casa. Era o fim da infância. Era como deixar o útero materno pela segunda vez.

Capítulo 2

Curitiba e São Paulo (1943 – 1947)

> Mais tarde um amigo brincou comigo, dizendo que eu parecia aquele personagem de romance que tinha sido tudo na vida – menos guia de cego.

Fui para Curitiba em 1943, um jovem adolescente e perdido; com quinze anos encontrei um ambiente de que não gostei, desde o primeiro momento. O curso de Química Técnica era lecionado no bairro Juvevê, num prédio que era também da Escola de Agronomia. Os professores eram bons. Tive a sorte de ter aulas com Reinhard Maack, um dos mais competentes cientistas que o Paraná teve, e com o prof. Weber que ia com os seus alunos catar formigas nos campos do Juvevê para produzir ácido fórmico no laboratório da Escola. Lembro pouco daquelas aulas. Uma das recordações é de uma moça bonita que era a primeira da classe. Bonita e antipática.

Curitiba, cidade média, tinha alguns prédios (arranha-céus, diziam os curitibanos, orgulhosos) e ainda tinha bonde. Morei na rua Riachuelo e depois numa casa no Juvevê perto da igreja do Cabral. Eu comia numa pensão chamada Imperial. Como sobremesa ganhávamos duas bananas; aos domingos só uma.

O curso não me interessava e descobrimos que nem diploma correto você recebia. Com isto meu pai concordou quando eu desisti em novem-

bro e voltei para casa para cursar o científico que iria ser criado no Colégio Santo Antônio no ano seguinte.

Em dezembro daquele ano fomos, mamãe e eu, visitar Anne, que morava no Rio de Janeiro. Klaus, seu filho, havia nascido e mamãe estava ansiosa para conhecer o neto. Assim conheci o Rio. Fui ver o Corcovado e o Pão de Açúcar. Este fui visitar em um fim da tarde; quando cheguei na estação aconteceu um daqueles fantásticos temporais de verão, com ventania muito forte. O bondinho parou de funcionar e nós (eu e um punhado de marinheiros americanos com suas "namoradas" cariocas) ficamos presos por quase hora e meia. Era época de *black–out* e foi interessante olhar para a cidade quase sem luzes. No Corcovado eu descobri que tenho vertigem. Eu estava bem perto do precipício do lado da Lagoa Rodrigo de Freitas quando alguém atrás de mim que havia chupado uma laranja jogou fora o bagaço. Eu tive que fazer um esforço muito grande para não segui-lo. Até hoje tenho pavor de altura sem proteção adequada.

Visitei os museus e assisti, num domingo de manhã, a um dos concertos para a Juventude no Cine Teatro Rex, no centro da cidade. O maestro era Eugen Szenkar, húngaro-alemão, que tinha vindo ao Brasil fugindo do nazismo. No programa da Orquestra Sinfônica Brasileira a Quinta Sinfonia de Beethoven. Os meus ouvidos, aos 16 anos, ficaram maravilhados, como nunca antes. Revi Szenkar, em 1958, em Paris, e me emocionei muito!

Esperávamos meu pai para passar o Natal no Rio. Não recebeu licença para deixar Blumenau. Era mais uma vingança de gente miúda. Mamãe não ia deixá-lo sozinho no Natal; decidimos voltar para casa, em cima da hora.

A nossa viagem de volta, minha e de mamãe, foi aventurosa. Fomos de trem, do Rio até Jaraguá do Sul, onde chegamos de manhã cedo, depois de horas e horas (não me lembro quantas) em vagão de primeira, naqueles bancos que eram de plástico amarelo imitando palha, quase tão duro como madeira. Era véspera de Natal e não havia lugar em ônibus algum para Blumenau. Na estação nos disseram que haveria um caminhão com bancos de madeira (um pau-de-arara catarina) que sairia ao meio dia. Conseguimos

lugar, com outras quarenta pessoas e partimos para Blumenau. Depois de algumas discussões, de pessoas que queriam lugar de qualquer jeito, mamãe foi acomodada na cabine com a mulher e a filha do motorista. E eu fiquei na segunda classe. Muito divertida. Na serra de Jaraguá o caminhão não conseguia subir. Era guerra e o nosso veículo era adaptado para gasogênio, que reduz em muito a potência do motor. Tivemos todos que sair do caminhão e empurrá-lo. Mas chegamos a tempo de passar a noite de Natal em casa.

O Natal era a nossa festa mais importante. Eu ia, com meu pai, dias antes, buscar o pinheirinho, sempre uma araucária, com espinhos que produziam pequenas feridas nos braços e nas mãos. Enfeitar o *Weihnachtsbaum* era uma cerimônia quase sagrada. Os presentes, Papai Noel os entregava na noite do dia 24, depois do jantar e das canções natalinas alemãs, sempre belas.

Em janeiro passamos algum tempo na praia, sem meu pai, que foi proibido, pelo Delegado, de ir. Em Cabeçudas havia um Hotel, construído no modelo dos hotéis dos balneários europeus dos anos vinte. Era dono um senhor austríaco, José Zwoelfer, gordo, falante, parecido com o ator de cinema Söke S. Zakal. Nos expulsava regularmente: "O Hotel é para gente grande, não é para moleque." Ele foi deportado, pelo governo, para 100 km da costa, elemento perigoso. José tinha ódio de Hitler por causa do *Anschluss*, a anexação da Áustria pela Alemanha de Hitler.

Em março começou o científico no nosso colégio. Foram três anos dos mais gostosos que passei em escolas. Nós éramos 11 alunos e os professores aprendiam junto conosco. Os meus amigos na turma eram Godofredo Fischer, Percy Straetz e Walter Maria Flesch. Godofredo era diferente de todos nós. Ele me apresentou a Rimsky-Korsakov, o autor de Sheherazade, poema sinfônico moderno. E falava mal do meu ídolo, Beethoven, e abominava a Quinta Sinfonia. É teimosia pura, dizia ele. Me lembrei dele quando li Milan Kundera, que fala da Quinta interpretando o pensamento de Beethoven: "O destino bate à porta". Godofredo lia a teoria da relati-

vidade, discutia Einstein e tinha um sonho: ver o homem chegar à lua. Ele construía pequenos foguetes e nós os lançávamos com combustível de pólvora, do jardim da casa de seus pais, que ficava ao lado do cemitério do bairro da Velha. Um dia o foguete caiu no meio de um enterro, o que nos causou uma encrenca muito feia. No bairro da Velha nasceu Vera Fischer[4].

No dia em que Yuri Gagarin realizou o sonho de Godofredo, me lembrei muito dele. Ele não estava mais conosco; morreu cedo, de uma pneumonia mal curada.

Walter Maria era de uma família muito católica. Ele tinha pena de nós, protestantes, porque não íamos ficar perto de Deus, depois da vida na terra. Seu pai havia comprado cadeiras no céu, bem perto do Ente Supremo, nos contava ele.

Acho que uma das piores formas de exploração dos sentimentos das pessoas é tomar o dinheiro dos adeptos de igrejas. Martinho Lutero,há quase 500 anos, se revoltou contra os métodos usados pela Igreja Católica para arrecadar fundos e tentou a reforma da Igreja. Em parte o conseguiu. Mas as religiões evangélicas dos tempos atuais aperfeiçoaram o assalto ao bolso dos seus seguidores, de um modo indecoroso. Tirar proveito das pessoas crentes é certamente, além de pecado, crime.

Qualquer religião merece o nosso respeito, desde que busque, com sinceridade, o sentido mais profundo de nossa existência. E mesmo os agnósticos e os ateus devem merecer respeito quando o são com honestidade.

Atualmente a perseguição religiosa é muito rara. Mas a Igreja Católica foi uma das mais radicais em querer impor sua fé aos povos de outras crenças. Era necessário converter os infiéis, mesmo à força. Para as cruzadas pode-se achar uma justificativa: a de reaver os lugares sagrados do cristianismo. Mas o que dizer das cruzadas internas, como a das perseguições aos cátaros no Languedoc, província sul-francesa onde, no início do século XIII, aconteceu o primeiro genocídio na Europa. Cerca de cem

4 Quando foi eleita Miss Brasil, mudaram o nome do Grupo Escolar do bairro para Vera Fischer. Quando ela apareceu, num filme, em trajes menores a comunidade se reuniu e o Grupo Escolar voltou a ter seu nome anterior.

mil membros da heresia dos cátaros foram massacrados por ordem do Papa Inocêncio III. Os cátaros representavam um movimento autêntico com o intuito de voltar aos fundamentos do cristianismo. Em julho de 1209 os cruzados marcharam sobre Béziers, no Sul da França, tomaram a cidade e mataram todos os que lá estavam, homens, mulheres, crianças e padres, e depois atearam fogo à cidade. Quando os cruzados perguntaram aos delegados do Papa como eles separariam os hereges do resto dos habitantes, receberam esta resposta notória: "Mate-os todos. Deus saberá separá-los." Este episódio, contado por um monge de Cister em 1213, foi um dos que mais me chocaram, entre os muitos que li. Todos sabemos um pouco dos horrores da Santa Inquisição que condenou à morte milhares de pessoas inocentes.

A intolerância em matéria religiosa é tão detestável quanto o racismo. E a barbárie, quando organizada e rotulada com temas religiosos, é terrível e assustadora. O Nazismo, com sua pseudo-religião ariana, é o exemplo mais terrível desta combinação satânica. Cada ser humano tem direito a ter o seu Deus, qualquer que seja Ele.

Em 1945 fiz o serviço militar. Eu era o atirador número 33 do Tiro de Guerra 475, em Blumenau. Foi certamente o serviço militar mais duro que se pode imaginar. O sargento, baixo, napoleônico, tinha como meta obsessiva ver o seu T.G. classificar-se em primeiro lugar em Santa Catarina (havia uma competição neste sentido, com um júri ambulante). E nos fez sofrer de verdade. Mais de seis colegas desistiram no meio do ano. Dois deles com as pernas quebradas em exercícios desumanos. Mas de nada adiantou. Ficamos com o segundo lugar, para alegria nossa e desespero do sargento, que largou a farda. E eu me tornei anti militarista para o resto da vida.

Quando comemoramos cinqüenta anos de serviço militar, em 1995, fui aos festejos em Blumenau. E o sargento, para surpresa nossa, apareceu. Havia colegas que ainda queriam dar uma surra nele.

O fim da guerra foi um alívio para meus pais. Duas filhas estavam na Alemanha. Ficamos meses sem notícias, após a derrota nazista, até sa-

ber, por um conhecido que tinha conseguido voltar, que elas estavam vivas e bem.

Pouco a pouco as atrocidades nos campos de concentração começaram a aparecer na imprensa, para horror de todos nós.

Em Blumenau a nossa classe do colégio, os onze mosqueteiros, como éramos chamados, era um pouco dona da cidade. Depois da aula, andávamos a pé pela rua XV, e não faltavam admiradoras dos homens maduros que pensávamos ser. Não tivemos dificuldade em terminar o curso científico. Tivemos bons professores. Alguns tornaram-se nossos amigos. Frei Gaudêncio Maria era professor de filosofia e nos dizia que não adiantava querer entender Deus: "Ele é infinito e nossa mente é finita. É como querer confinar todo o ar numa ânfora". Frei Luis de Souza, professor de português e, mais tarde, responsável pela Editora Vozes, de Petrópolis, meu grande amigo. E, mais que os outros, Frei Odorico Durieux, inteligentíssimo e arguto; ele era o que mais parecia ser da nossa idade.

O nosso relacionamento era singular. Como alguns professores tiveram que aprender as matérias junto conosco, estabeleceu-se entre nós uma espécie de coleguismo conspiratório, como se todos fôssemos alunos.

O último ano do científico chegou e eu não tinha vocação definida. (Só sabia que não iria ser químico, jamais). Mas era imperioso estudar, ter um diploma, tornar-se doutor. Isto era dogma na nossa classe social. Pensei, durante algum tempo, em arquitetura. Mas apareceu, no terceiro ano, uma chance de fazer um estágio com um engenheiro calculista de concreto, chamado Francisco Hrozek. Com Hrozek aprendi a usar a régua de cálculo, ferramenta indispensável para calculistas naqueles tempos pré computador. E talvez tenha sido este estágio que me convenceu a fazer engenharia. Meus colegas Percy e Godofredo haviam decidido a mesma coisa. Mas era questão de honra fazer a Poli (Escola Politécnica de São Paulo), melhor escola do país. Depois de dezenas de despedidas, dos parentes, dos amigos e das namoradas, fomos, os três, para São Paulo. Emocionados como os portugueses em suas caravelas, a descobrir novos mundos.

Em 1947 Curitiba era uma cidade média e São Paulo já era a metró-

pole brasileira. Estes dias um motorista de táxi, em São Paulo, comentando os anos quarenta, me dizia: "Ainda havia paulistas em São Paulo, naquele tempo."

O vestibular da Poli era um dos mais concorridos: havia 1200 candidatos para 80 vagas. Ingênuos, confiantes, fomos sem fazer cursinho algum. O resultado é que Godofredo e eu levamos pau; Percy passou. Eu me lembro que fiquei muito revoltado: eu passara em química, física e matemática. Não passei naquilo que eu achava mais fácil: desenho.

Revoltado e, provavelmente, com vergonha, decidi ficar em São Paulo. Eu estava fascinado com a cidade, que era, ainda, um lugar muito fácil de se viver. Procurei emprego. Consegui ser admitido como caixa de uma loja tradicional especializada em bordados, a Casa Libela, que ficava na rua Libero Badaró, bem no centro. Comecei a trabalhar e, depois de dois meses, o dono, Otto Kaesemodel, teve uma conversa séria comigo: "não tenho filhos, gostei de você, acho que você vai dar continuidade à loja" e me ofereceu sociedade.

É lógico que fiquei entusiasmado. Gostava da cidade e o que eu iria ganhar era uma fortuna para o meu padrão de vida. Eu havia feito um amigo, José Viana, que conheci no vestibular, o primeiro amigo que não era descendente de alemães. Ele me introduziu à moderna literatura de língua inglesa e eu ensinei a ele tudo que eu sabia de música erudita. Nós íamos à Biblioteca Pública e ouvíamos discos. Durante meses nós éramos inseparáveis. Era o tipo de amizade na qual se discute tudo: desde a qualidade do achocolatado que tomávamos até a guerra fria que começava a esquentar. Éramos companheiros no intelecto, nos prazeres do cérebro. Parecíamos ascetas, assexuados, animais construídos só com matéria cinzenta. Não estávamos tentando resolver os problemas do mundo. Estávamos apenas a degustá-los. Nos perdemos de vista, ele foi para os Estados Unidos, mas reapareceu quando recebi uma carta dele, no tempo do Ministério.

Quando escrevi a meu pai contando da minha decisão, ele nem respondeu por carta; mandou um telegrama dizendo que estava chegando no dia seguinte, de ônibus. Nunca o vi tão furioso. "Não trabalhei duro minha vida toda para você ser lojista como eu fui." Foi falar com o sr. Kaesemodel,

que entendeu a sua argumentação e disse que não adiantava eu ficar, já que não era para sempre. De qualquer modo, fiquei muito grato ao meu empregador.

Eu tinha negociado com meu pai para ficar em São Paulo até o fim do ano, antes de voltar para casa e fazer o vestibular em Curitiba, no ano seguinte.

Para ganhar dinheiro fui ser empregado numa empresa chamada Instituto Radio-Técnico Monitor Ltda., que foi uma das primeiras a ter cursos por correspondência. Ensinava a montar rádios de vários tipos. Eu era desenhista dos circuitos de montagem, desenhos que faziam parte do kit que o Instituto vendia.

Mais tarde, um amigo brincou comigo, dizendo que eu parecia aquele personagem que tinha sido de tudo na vida – menos guia de cego.

Mas o ano de São Paulo não foi perdido. Aprendi a morar em cidade grande. Aprendi a "me virar" e a cidade ampliou o meu horizonte. Conheci Santos e fiquei impressionado com a via Anchieta. Ademar de Barros era governador e havia discussões intermináveis sobre o rouba mas faz, que prosseguem até hoje, com a migração do slogan para Paulo Maluf.

São Paulo raramente foi bem aquinhoado com seus prefeitos e governadores. Diz um amigo meu que isto é assim para compensar o poderio paulista na federação. "Imagine se os paulistas ainda por cima tiverem gente competente!" Parece que hoje têm.

Em dezembro voltei para Blumenau, passar o Natal. Fui passar alguns dias em Cabeçudas, só para rever uma tia querida e, no dia 9 de janeiro de 1948 já estava em Curitiba para a preparação ao Vestibular.

Capítulo 3

Escola de Engenharia (1948-1952)

> Como eu não tinha vocação definida, o estudo não me dava prazer. Eu o fazia por obrigação, por dever. E o sentido do dever era muito forte, na família e no nosso ambiente.

Fomos juntos, três amigos, de Blumenau para Curitiba; Egon Alberto Stein, Lio Cesar Peiter e eu, para fazer o vestibular na Escola de Engenharia da Universidade do Paraná, ainda particular. Chegamos em janeiro, fiquei no Hotel Palace, no centro da cidade. Fizemos a matrícula para o vestibular, estudamos e não tivemos problema com a aprovação. Lio, que sofria de asma, não agüentou o primeiro frio de Curitiba e transferiu a matrícula para Minas, se bem me lembro. Egon e eu logo achamos uma pensão na rua Barão de Antonina.

Entre o vestibular e o começo das aulas chegou minha irmã Inge da Alemanha que conseguiu vir com um navio do Loide Brasileiro que estava repatriando os cidadãos brasileiros depois da guerra. Ela chegou com os dois filhos, Ursula e Ulrich, que são até hoje meus grandes amigos. O meu cunhado só conseguiu voltar no ano seguinte e completou a família. Ele se tornou meu companheiro até sua morte em 1983.

A Escola de Engenharia não era das mais renomadas, com razão; as instalações eram precárias, os professores eram bons ou ruins, com predominância dos últimos.

Anos mais tarde, em 1958, quando fui à Alemanha visitar minha irmã no interior da Westfália, conheci uma escola rural cujo diretor era meu cunhado. Os laboratórios de Física e Química eram dez vezes mais equipados do que nossos laboratórios em Curitiba.

Curitiba tinha cerca de 300 mil habitantes. Era, ainda, uma cidade média. E era muito mais fria do que é hoje. O prédio neoclássico da Escola, na praça Santos Andrade, não estava terminado. A sala onde tínhamos a primeira aula, às oito horas da manhã, não tinha revestimento no piso – era de cimento – e não tinha vidro nas janelas. Nós assistíamos às aulas de luvas e capote.

Como eu não tinha vocação definida, o estudo não me dava prazer. Eu o fazia por obrigação, por dever. E o sentido do dever era muito forte, na família e no nosso ambiente.

As matérias áridas do curso de engenharia, entre elas Cálculo Infinitesimal, eram tortura para quase todos. Mecânica aplicada era ministrada por um professor tão ruim que a escola toda entrou em greve contra ele. Coisa aparentemente inédita. Tivemos, porém, um professor excepcional, Samuel Chamecki, titular da cadeira de Mecânica dos Solos. Matéria pesada, mas nós íamos com prazer assistir as aulas e admirar a sua competência didática.

E a época era interessante. No Paraná estava chegando o centenário da emancipação política, e o governador era Bento Munhoz da Rocha, intelectual, personalidade forte que deixou sua marca na cidade, com o Teatro Guaíra e o Centro Cívico. No governo federal estava o General Eurico Gaspar Dutra, fazendo uma administração medíocre. E havia a campanha para a eleição de 1950. Nós estávamos no segundo ano do curso e a minha turma era toda UDN, com o Brigadeiro Eduardo Gomes como nosso candidato; éramos, todos, anti-getulistas.

Mais tarde seria difícil explicar este período para estrangeiros: o ditador deposto em 1945, rechaçado pela opinião pública; recolhido no interior do Rio Grande do Sul, sem participar da vida política e forçado, pela mesma opinião pública, a ser candidato, fundar um partido, o PTB, e ganhar a eleição.

Quando perdemos a eleição, a frustração foi grande.

Fizemos algumas greves; havia oradores natos entre os colegas contemporâneos. Lembro de Eduardo da Silva Thé - quando ele ia para o comício, era greve na certa. Foi a primeira vez que conheci um talento oratório, talento que vi muitas vezes depois, quase nunca usado para o bem.

Dizia um amigo, comentando Chacrinha: "Quem se comunica, trumbica os outros."

Greves eram muitas, motivadas por causas as mais diversas. A mais nobre delas foi pela federalização da Universidade do Paraná, a mais antiga do país. Lembro bem da euforia que tomou conta de nós ao vencermos aquela batalha.

No fim do segundo ano comecei a trabalhar, como desenhista de concreto no escritório de Paulo Augusto Wendler, que tinha sido contratado para calcular a estrutura de concreto do prédio do Hospital de Clínicas, então em construção.

O Doutor Paulo era nosso professor de Resistência dos Materiais (na ausência do titular Flávio Suplicy de Lacerda, que assumira a reitoria da Universidade) e foi lá que conheci Ewaldo Nickel Jr, Ruy Carlos Romanó, Dante Calmon de Araújo Goes e Benno Henrique Doetzer.

Eu era um aluno regular. Fui só uma vez para a segunda época. Mas em 1951, no quarto ano, uma onda de sorte me atingiu e passei por média em quase todas as matérias, com média 10 em Estatística - para desespero do primeiro da turma. 1950 tinha sido o ano do Papa. E meus colegas brincavam que 1951 era o ano do Karlos.

Eu havia conhecido, na casa do colega Pinnow, o casal Poeck, ambos austríacos. Ele, Dr. João Poeck, era químico e trabalhava, com muito desgosto, numa empresa multinacional. E era, também, um músico de qualidade excepcional. Pianista que tocava para alguns amigos e acompanhava solistas na SCABI – Sociedade de Cultura Artística Brasílio Itiberê. Admirador de Brahms, tinha escrito um concerto de violino bem no estilo romântico – grandioso do compositor alemão. Ouvi o concerto tocado por Ludwig Seyer, maestro da Orquestra Sinfônica do Clube Concórdia, (onde eu tocava entre os segundos violinos, para ter acesso ao clube e aos

seus bailes). O Dr. João Poeck era de Salzburg, cidade do famoso festival e terra de Mozart. Jovem, ele freqüentou o Conservatório de Música e foi contemporâneo de Herbert Von Karajan. Contava uma história deliciosa: numa das apresentações de fim de ano todos os alunos estavam reunidos numa sala grande, esperando a chamada. Quando o encarregado abriu a porta e chamou pelo Karajan, este ficou sentado. Minutos depois a porta abriu novamente e o encarregado, já irritado, perguntou porque ele não estava indo para o palco. "Eu estou esperando que alguém abra a porta para mim" respondeu o jovem de onze anos.

A sua mania de grandeza apenas foi ampliada ao longo dos anos. Para sua sorte, o seu talento era tão grande, ou até maior, do que a sua mania.

A casa dos Poeck era na rua São Francisco bem ao lado do Largo da Ordem, onde nasceu a cidade. Passei a morar com eles pagando pensão e fiquei amigo da família.

Para reduzir o valor da pensão eu dava aulas: de matemática para João Alfredo, o mais velho, e de violino para Henrique, o caçula.

Eles eram alunos de Colégio Santa Maria. Um dia João me mostrou o seu livro de história; falando da Reforma, o autor havia escrito: "... Martinho Lutero, filho do diabo, ..." o que divertiu os meninos que sabiam que eu tinha sido batizado na religião protestante.

Estávamos em 1950. Hoje Lutero não é mais filho do demônio. Outros, principalmente os seguidores de Alá, são assim qualificados pelos atuais donos da verdade.

A SCABI trazia orquestras e músicos de muita expressão. Eu, como membro da orquestra do Clube Concórdia, tinha entrada livre. Foi assim que pude ouvir Backhaus que tinha braços longos pendentes do corpo atarracado e que tocava com incrível clareza. Walter Gieseking, que era primo do meu cunhado na Alemanha e que falou comigo como se eu fosse seu grande amigo. Mas o que mais me ficou gravado na memória foi o concerto de Friedrich Gulda, jovem ainda, que tocou Mozart e Chopin e que depois do concerto foi para a casa de Dona Patty Mueller onde tocou

jazz; eu, como amigo da casa pude saborear a graça incomum deste musico genial. Tenho discos dele, inclusive com composições suas e os ouço com muita emoção.

Naquele tempo, no meio do curso, eu tive um namoro sério com uma moça cuja mãe fazia, uma vez por semana, uma noitada de leitura de autores alemães. Numa dessas sessões conheci a poesia de Rilke, de quem nunca havia ouvido falar. Me apressei em comprar o que tinha na Urânia, livraria alemã que ficava no andar térreo da casa onde morava. O resultado foi que o poeta Rainer Maria Rilke entrou na minha vida para ficar, enquanto o namoro terminou pouco tempo depois.

No quarto ano larguei o emprego de desenhista e fui trabalhar numa empresa de construção civil, a CTI, Construtora Técnica e Industrial, levado pelo amigo Evaldo Nickel, que era engenheiro chefe da empresa.

Entre as minhas tarefas estava a de controlar o ponto dos operários de um edifício que a CTI estava construindo. Com isto minha vida começava cedo: antes das 7 horas tinha que estar na obra. De lá ia assistir às aulas na parte da manhã, almoçava no restaurante universitário, à tarde ia trabalhar na empresa onde fazia controle da obra, calculava concreto e fazia orçamentos. Às seis e meia encontrava amigos no Bar Cometa onde comia um bauru ou um misto quente, que era o meu jantar. Tomava conhaque, que virou minha marca registrada. Muitas vezes íamos jogar snooker e eu ia para cama lá pelas 11 horas para ler por uma hora ou mais. Lia muito nestes anos, e lia de tudo, como havia lido em Blumenau.

Dormia pouco, mas recuperava o sono aos sábados quando dormia praticamente o dia todo.

No último ano da escola, em começo de 1952, eu me matriculei num curso de extensão de arquitetura e urbanismo.

Entre os alunos estava uma moça, Francisca Maria Garfunkel, Fanchette, a primeira engenheira formada na nossa escola, no ano anterior. Fizemos amizade que se aprofundou ao longo dos anos. E em 1959 nos casamos, em Paris.

Refletindo sobre o ensino nestes cinco anos de Escola de Engenharia

penso que foi um enorme desperdício de tempo. Não consigo entender a necessidade de termos entre as matérias do curso o Cálculo Infinitesimal, a Mecânica racional, a mesma aplicada a máquinas (como dizia o titular da cadeira), a mecânica dos solos, para só citar algumas, herméticas e de pouco ou nenhum valor para os profissionais de engenharia. Falo, mais adiante, do meu aprendizado não ortodoxo de construção civil. Assim me tornei um profissional; os cinco anos de escola em nada me ajudaram para sê-lo.

Talvez o currículo tenha sido marcado, ainda, pela tentativa de conciliar o universalismo da escola francesa com o pragmatismo anglo-saxão, na sua versão norte americana.

Falei muito, ao longo dos anos, de ensino e de educação com amigos e professores. Concordamos, todos, que 'ensinar' é transmitir conhecimento e 'educar' é promover o desenvolvimento da capacidade intelectual, moral e física. As definições são do Aurélio e são mais ou menos consensuais. Ensinar pode e deve sofrer mudanças profundas em função das inovações tecnológicas. A revolução da informática é, com certeza, tão importante na história como o foi a invenção da imprensa no final do século quinze.

Espero que os alunos não mais tenham que aprender o latim para aprender a pensar, como dizia o nosso professor no ginásio. E que não tenham mais que decorar os afluentes das margens direita e esquerda do rio Amazonas para exercitar a memória. Melhor seria decorar alguns poemas de Carlos Drummond de Andrade ou de Manuel Bandeira, para citar apenas dois dos muitos poetas brasileiros.

A tecnologia da comunicação tem permitido fazer avanços consideráveis na pedagogia. Se utilizada corretamente tornará mais fácil a tarefa de professores e alunos.

O que é mais importante é educar. Educar: "promover o desenvolvimento..."[5] O personagem mais importante de todo o conjunto

5 O poeta Wiechert, que foi professor durante muito tempo, diz o seguinte, nas suas memórias: "Aprendi que o ensino exige mais tato do que saber. Silenciar pode ser mais do que falar. Liderar corações é tão importante quanto liderar o espírito. E que pedagogia não é uma ciência, mas uma arte, talvez a maior delas porque trata dos corações".

pedagógico é o professor. Mas há inúmeros nomes para o mesmo cargo: pedagogo, mestre, pregador, guia, além de muitos outros. O dicionário fala também em adestrador. Estes eram aqueles que, quando perguntados por que algo era assim, respondiam "É assim, porque é assim." Esta tautologia era usada com muita insistência pelos pedagogos que acreditavam na sua superioridade frente aos seus pupilos. E, pior, ainda usavam o castigo como forma de coação, como os padres usavam o medo do inferno para obrigar os fiéis a serem virtuosos.

Quando falei dos três anos do curso científico, usei a expressão coleguismo conspiratório como se todos fôssemos alunos. Acho que os bons educadores têm esta atitude, que é exercitada anos a fio por Vera Lacombe Miraglia do Colégio Anjo da Guarda, em Curitiba, um dos oásis do bom ensino.

Tenho muitas críticas ao ensino fundamental. Eu gostaria que se incluísse entre as matérias dos primeiros anos de escola noções rudimentares de saúde. Aprender o essencial sobre o nosso corpo, como cuidar dele, ele, que Marguerite Yourcenar chama de "meu corpo, este fiel companheiro" no admirável *Memórias de Adriano*. Acho, às vezes, que o cristianismo, com seu desprezo pelo corpo, sede de todos os vícios, influenciou de modo perverso o ensino durante gerações. Lembro, com aflição, as moças da minha geração, alunas de colégios de freiras, que eram obrigadas a tomar banho de roupa para não verem a própria nudez.

Mais tarde, já para os jovens, seria muito bom ensiná-los a ter opinião sobre assuntos importantes e a defender estas opiniões. Noções básicas de oratória e dialética deveriam fazer parte do curso dos jovens, com aulas práticas incluindo o debate de assuntos polêmicos. Acho também que seria muito importante fazer teatro, ballet ou criar um conjunto musical. Ajuda a criatividade e a convivência.

Sempre gostei da idéia de repensar. Repensar a vida, a economia, a política. E repensar a educação é tarefa das mais nobres. É um processo permanente, do qual Pestalozzi e Piaget são exemplos marcantes.

Por último: penso que um dia vai se achar uma forma de eliminar esta tortura coletiva que assola centenas de milhares de famílias brasileiras

todo o ano para sofrer, ao lado de seus filhos, a guerra do vestibular.

Em 1952 cheguei ao fim do curso. Não posso dizer que foram cinco anos brilhantes. Mas como eu já estava trabalhando, foi fácil sair da escola e enfrentar a vida, como se diz.

Capítulo 4

Independência Financeira. (1953-1958)

> Eu brincava, falando da potência do gerador em Lupionópolis, que, ao ligar o meu rádio General-Electric, baixava a luz do quarto. Estava lendo quando ouvi um tiro. Fui à janela e vi, na luz da lua, uma pessoa cambalear e cair na porta do hotel. Logo o homem estava rodeado por muita gente. Desci, só para vê-lo morto.

Isto não era muito comum no Norte do Paraná, para onde eu tinha ido em agosto de 1953.

Logo depois da formatura, em 8 de janeiro, fui a Paranaguá para assumir a gerência da filial da CTI (Construtora Técnica e Industrial) naquela cidade. Evaldo vinha insistindo com Reinaldo Thá que o esquema lá era insustentável: o empreiteiro era, também, gerente, situação incompatível.

Nós tínhamos cinco obras em andamento: Um prédio pequeno na cidade, uma residência média num jardim grande (com uma proprietária que fiscalizava a obra duas vezes por dia, tipo terrorista); uma reforma de um grupo escolar e, em começo de construção, dois grandes armazéns de café. Eu não tinha experiência alguma com obras; tudo que eu tinha feito nos últimos meses era fiscalizar a estrutura de concreto de um prédio. O empreiteiro, um sujeito gordo e posando de bonachão, não ficou feliz com a minha entrada em sua área. Sem poder mostrar o desagrado abertamente e sabendo da minha falta de experiência, resolveu sabotar-me. Instruiu seus vários mestres de obra a pedir instruções minhas sobre assuntos os mais variados. Chegava o João e me perguntava: "Doutor, como é que o senhor

quer que eu coloque a calha?" Eu, percebendo a malícia, respondia com outra pergunta: "Como você está acostumado a fazê-lo?" Ele então explicava. Ao que eu dizia: "Está bem, pode continuar fazendo assim. Depois a gente aperfeiçoa." E assim eu fui aprendendo, pouco a pouco, do jeito não ortodoxo, o ofício de construtor.

Tínhamos uma equipe de carpinteiros, liderada por um polonês chamado Kobilansky, que havia participado da guerra num regimento inglês. Ele era uma pessoa culta e educada. Muitas vezes eu jantava na obra com eles, comendo a broa de centeio com banha de porco e um requeijão caseiro, tudo feito pela senhora Kobilanska que ficara em Araucária, cuidando dos filhos pequenos. Era, no mínimo, inusitado, ficar discutindo a guerra, o nazismo, o Marechal Pilsudski, e também Chopin, sentados em caixas de madeira no meio da obra de construção de um armazém de café, ainda sem cobertura. Era como se eu tivesse encontrado um nobre no meio de párias, que eram todos os outros. Lembro do senhor Kobilansky com muito prazer.

Além da CTI havia em Paranaguá uma filial de outra firma construtora, Barbosa e Giglio, cujo gerente era Dante Calmon, companheiro dos anos de escola, que se formara em 1951 e já estava há um ano na cidade, quando eu cheguei. Ficamos muito amigos nesses meses da minha passagem parnanguara. Trocávamos idéias sobre nossas obras e ele me ensinou muito, complementando o meu aprendizado não ortodoxo. Um dia, falando sobre custos, verifiquei que ele estava pagando menos do que nós em produtos como areia, tijolo e madeira. Fui investigar. O oleiro me disse: "Sim, posso fazer o mesmo preço que faço para o dr. Dante, mas aí não posso pagar os dez por cento". Evaldo tinha razão: a dupla função do nosso *gerenteiro* não dava certo. E ele passou a ser, apenas, empreiteiro. E foi despedido pouco tempo depois.

Os nossos clientes de armazéns de café (Dante estava construindo três) começaram a falar conosco, sugerindo que fizéssemos uma empresa em Paranaguá. "Vocês poderiam trabalhar mais barato, ganhando muito bem". Nos pusemos a estudar o assunto; Benno Doetzer preparou o esboço de constituição da empresa, fomos buscar um contador e acertamos, de

boca, a construção de três armazéns grandes. Pelas nossas contas, iríamos ficar ricos! Em julho, como fazia pelo menos duas vezes por mês, fui passar um fim de semana prolongado em Curitiba. Passava um dia na sede, resolvendo pendências e no resto do tempo tomava um banho de civilização. No sábado havia uma festa da nossa turma, festas que iam madrugada a dentro. A nossa turma incluía Fanchette. Nesta noite começou a ficar muito, muito frio. O céu limpou e as estrelas ficaram tão próximas que pareciam ao alcance da mão. Foi a madrugada da grande geada de 1953 que arrasou os cafezais no norte do Paraná e as finanças do governo estadual. Na segunda-feira os nossos clientes cancelaram dois dos três armazéns. Na terça-feira foi cancelado o terceiro. Eu fiquei tão decepcionado que resolvi aceitar um convite antigo de Guilherme, meu compadre, para trabalhar na empresa de seu primo, Azaury Guedes Pereira, que tinha algumas obras no Norte do Paraná. Pedi demissão da CTI, para tristeza do Evaldo e também, creio, do já amigo Reinaldo Thá, pessoa que aprendi a respeitar.

Em agosto fui ao Norte, conhecer as obras. Eram todas obras do Governo do Estado: colégios, postos de saúde, cadeias em 10 cidades, desde Uraí (cidade de colonização japonesa), até Santa Cruz do Monte Castelo, quase nas barrancas do Paraná, como se dizia daquele então fim do mundo. Fomos para Londrina e eu me lembro de ter ficado impressionado com o verde da grama cobrindo a terra roxa. Ficamos no Hotel Monções, um dos pontos de apoio da firma no Norte do Paraná. O outro era o Hotel Avenida, em Lupionópolis, onde me instalei, a pedido de Azaury, porque ele era muito amigo de Ibrahim Abud Neto, então o prefeito mais jovem do Brasil.

Vinte e seis anos mais tarde, em 1979, apareceu no Ministério da Fazenda o senhor Aniz Abud, pai de Ibrahim e que era, então, o prefeito mais velho do Brasil, na mesma Lupionópolis. Juntos poderiam estar no Guiness.

No começo eu não tinha carro. Andava pelas estradinhas não pavimentadas com o caminhão da firma, um F600, que tinha como motorista Generoso Soares da Luz, maravilha de pessoa, analfabeto de só saber escrever o nome. E que ele escrevia Generosoares da Luz; ele me dizia

que não valia a pena escrever duas vezes o *so*. Resolvi não interferir com sua economia de letras. Fiquei sabendo, mais tarde, que analfabetos são obrigados, *et pour cause*, a ter a memória muito desenvolvida. Generoso tinha-a, espantosa, ou assustadora. Em compensação, como motorista não era nenhum Senna. Era infalível: quando começava a chover e a terra roxa, argilosa, se tornava uma pista ensaboada, lá ia o Generoso com seu F600 para o barranco e encravava. Encravar é o termo que que conheci no Norte e exprime com exatidão o que acontecia com carros e caminhões quando atolavam na terra roxa.

A rotina de trabalho semanal era correr as obras, saindo de Lupionópolis cedo, passando por 3 ou 4 obras, saber do empreiteiro o material faltante, e ir para Londrina onde nós tínhamos o fornecedor, a loja de ferragens das Casas Fuganti, a maior loja de Londrina. Feita toda a encomenda, eu ia ao Hotel onde tomava o banho semanal, maravilhoso, com água quente. Sim, banho maravilhoso. Em Lupionópolis o chuveiro do Hotel Avenida era no pátio, num estrado; o reservatório era uma lata de querosene adaptada com o chuveiro acionado por uma manivela. O pretendente ao banho tinha que pegar água do poço e abastecer a lata. Na minha primeira experiência eu estava tão apavorado em ficar sem água enquanto ensaboado, que enchi a lata de 18 litros até a borda. Terminado o banho, com uso bem dosado do precioso líquido, fui verificar o que sobrara dos quase 18 litros. Para espanto meu sobrou mais da metade. Por isto falo do banho maravilhoso, de litros e litros de água quente, no Hotel Monções em Londrina.

A terra roxa é uma coisa sem igual. Penetra nos poros até o fundo. Quando voltava para Curitiba, a cada dois meses, depois do quarto banho caprichado, a toalha ainda ficava vermelha dos restos da poeira que continuava entranhada. E nas estradas! Com chuva virava sabão e com sol a poeira obrigava a gente a acender os faróis em plena luz do dia; parecia um fogo cor de rosa.

O Norte do Paraná, apesar da geada que destruiu milhões de pés de café, continuava sendo uma região fascinante. Londrina era uma cidade bonita, cheia de vida. Tinha bons restaurantes, um com o nome estranho,

Sanchão, que era muito bom. O Cine Ouro Verde era, certamente, o melhor do Paraná. Maringá, cidade mais nova do que Londrina, era mais bem planejada. O primeiro diretor da Companhia de Terras Norte do Paraná, quando ainda se chamava Paraná Plantations, era um nobre, Lord Lovat.

Em Maringá abriu um restaurante com seu nome e a família mandou, da Inglaterra, louça, talheres e copos, tudo muito elegante. Jantar lá era como mudar de país. Um oásis de qualidade.

O espírito das pessoas era único. Contavam que o normal era o seguinte: você comprava lotes da Companhia, a prazo. Também, a prazo, as mudas de café. Plantava, cuidava, tratava e na primeira safra você pagava todas as dívidas e ainda passava uma temporada na Europa. Se era verdade nunca consegui conferir.

O Norte era, de fato, um pedaço de São Paulo. A falta de uma estrada boa para Curitiba, o trem que ia para Ourinhos e São Paulo, as pessoas que vinham, na sua grande maioria, de São Paulo e de Minas Gerais, tudo isto levava a ter jornais paulistas. Os times de futebol eram o São Paulo, o Palmeiras e o Corinthians, nunca os de Curitiba.

Começou, naquela época, o Londrina F.C. e, por um destes curiosos desígnios, fui encarregado de desenhar o projeto do primeiro estádio do novo Clube, já no lugar onde seria construído anos depois, pelo prefeito José Richa, o bom Estádio do Café.

Andei muito pelo Norte. Construímos obras em Uraí e Rancho Alegre, redutos da imigração japonesa. Eram os únicos lugares onde a comunidade participava ativamente da construção da escola. Eles, antes mesmo do término da obra, organizavam um clube de pais de alunos para acompanhar a obra, e depois assumir a conservação do prédio. Fiquei muito impressionado com a seriedade com que eles tratavam do assunto.

A luz elétrica em Lupionópolis era fornecida por um conjunto gerador diesel e muito precária: Eu brincava, falando da potência do gerador em Lupionópolis, que, ao ligar o meu rádio General-Electric, baixava a luz do quarto.

Estava lendo quando ouvi um tiro. Fui à janela e vi, na luz da lua,

uma pessoa cambalear e cair na porta do Hotel. Logo o homem estava rodeado por muita gente. Desci, só para vê-lo morto.

No meu segundo ano de Norte do Paraná fui procurado pelo pessoal do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) para assumir o lugar de fiscal de uma região que ficava ligada a Lupionópolis.

Aceitei, a pedido do engenheiro residente da Secretaria de Viação e Obras Públicas que era o meu fiscal. Quando descobri que a minha tarefa era a de multar proprietários das obras sem placa, sem engenheiro responsável, tive um dos meus - não muito freqüentes - ataques de ódio: "vocês se dão conta que estas cidades foram construídas sem engenheiro responsável, porque ninguém queria enfrentar o sertão? Agora vocês querem explorar os que já têm um pouco de dinheiro?". O Norte já estava sendo infestado pelos calígrafos, como eram chamados: assinavam a planta e colocavam placa de responsável na obra, cobrando de quem tinha feito todo o trabalho, mas que não tinha o diploma.

Pedi demissão do cargo de fiscal, antes de me envolver com qualquer caligrafia. Consegui, como resultado, alguns apoios e alguns inimigos; sempre concordei com quem disse que o corporativismo é a pior forma de egoísmo.

No Brasil continuava o governo Getúlio, até o seu fim dramático em agosto de 1954. No Paraná, Bento Munhoz da Rocha foi o governador do Centenário, comemorado com a construção do Centro Cívico, obra faraônica, possível graças à receita obtida da grande produção de café anterior à geada.

Eu continuei alugando um quarto durante algum tempo na casa do casal Poeck. Em 1953 houve a Guerra da Coréia.

Numa das idas à Curitiba fui me abastecer na Livraria Urânia. Havia na segunda sala duas caixas, relativamente grandes, fechadas. Achei, animado, que eram livros. Mas dona Inge, a proprietária, meio encabulada, me disse que era sabonete. "Sabonete?", perguntei. "Mas é para um batalhão?". Ela me contou que, quando ainda estava na Alemanha no co-

meço da guerra, e já havia racionamento, o que mais lhe fazia falta era o sabonete.

Em 1956 fui julgado pela Justiça Militar em São Paulo. Contei, há algum tempo, este episódio da seguinte forma:

18 de abril de 1956 – Meu Dia de liberdade.

Neste dia, no Tribunal Militar do IIº Exército, em São Paulo, fui absolvido pelo júri, da acusação de haver falsificado provas de fim de ano e ajudado dois alunos do Curso de Oficiais Especialistas da Aeronáutica em Curitiba. Em poucas palavras, a história é a seguinte: Em fins de 1952, um amigo que dava aula no curso acima mencionado, casou e saiu em viagem de lua-de-mel. Eu fui indicado para substituí-lo. O Curso era para sargentos, que, se aprovados, passariam a ser oficiais.

A turma era de 20 alunos, mais ou menos inteligentes. Dois deles eram perseguidos pelos colegas e pelos professores; um deles era negro e outro mulato, além de ser pai de 11 filhos. Decidi bancá-los. Na prova final levei os trabalhos para casa e chamei os dois para completar algumas frases e alguns números.

O que nós não sabíamos era que o oficial supervisor, antes de entregar as provas, havia marcado os finais das frases com pontinhos a lápis quase invisíveis. Confrontado com a direção do curso, e, na tentativa de salvar a pele dos dois desafortunados, meu depoimento foi que eu havia completado as provas, imitando a letra dos alunos. Fui, então, acusado e, pelo que me foi mostrado, se condenado, a pena seria de 2 a 4 anos de reclusão.

Meu amigo Benno, único advogado em nossa turma, me disse: Nunca confesse! Mesmo se você for flagrado cravando um punhal no peito de alguém, faça cara de sonso e pergunte: "O que foi?"

O processo correu; o meu advogado, contratado pela empresa, era o Dr. Victor Soledade, profissional competente e pessoa maravilhosa que veio a ser, anos depois, chefe do departamento jurídico do Bradesco.

Mais de três anos se passaram até que foi marcada a data do julgamento.

O Dr. Soledade não podia garantir a absolvição, embora o argumento de uma insanidade momentânea minha, aliada à compaixão com pessoas perseguidas, (perseguição que acabou sendo provada no processo) levavam a esperar a absolvição. Em todo o caso, no Aeroporto de Congonhas estava um bimotor, posto à disposição por um amigo, Oscar Martinez, que me levaria a uma fazenda no Paraguai se fosse condenado, já que a prisão não seria na hora.

No dia do julgamento, o Dr. Victor mandou ao tribunal uma jovem e bonita advogada, Dra. Lilian, sua assistente, para fazer a defesa. "Psicologia", disse ele: "Os coronéis vão ser mais simpáticos com uma jovem inteligente e bonita". Ela, depois de 30 minutos de bela argumentação, pediu, apenas, justiça. Após uma demora de 15 minutos, mas que me pareceram horas, veio o veredicto: absolvido por unanimidade.

Era exatamente meio-dia do dia 18 de abril de 1956 e os sinos da Igreja da Consolação começaram a badalar. Eu tinha certeza que badalavam para mim. Despedi-me da Dra. Lilian e saí, a pé, pelas ruas de São Paulo. Quando dei por mim, estava na Praça da Sé e eram 15 horas. A fome me fez voltar à consciência.

Não me arrependo do que fiz. Sei que foi uma ingenuidade, uma tolice. Mas ainda fiz algumas na minha vida, e nunca me arrependi quando as fiz para tentar ajudar alguém.

Nas idas periódicas para Curitiba eu participava das festas da nossa turma. Éramos dez ou doze pessoas. A amizade com Fanchette foi se transformando, aos poucos, em namoro. Namoro bem comportado, como eram os namoros do nosso tempo de jovens adultos.

No norte as obras iam razoavelmente bem. No segundo ano, a firma me brindou com uma viatura (no linguajar policial). Uma pick-up Rural Willys com tração nas quatro rodas, como convinha para enfrentar as pistas ensaboadas da minha jurisdição. Na primeira ida de Londrina para Lupionópolis, ao anoitecer, começou a chover quando eu estava saindo de Porecatu para Centenário do Sul. Havia uma descida bastante longa e, ao

fim dela, uma ponte pequena, de madeira, com trilha para um carro, coisa muito comum no Norte. Eu fiz a asneira de pisar no freio ao chegar perto da ponte: derrapei e o carro ficou com as rodas da frente na ponte e uma roda de trás completamente no ar. Estava preso, ninguém podia passar. Foram chegando caminhões, de um lado e do outro. Quando eram seis ou oito motoristas eles deram um jeito e colocaram o meu veículo de volta na ponte, não sem alguns comentários ácidos sobre os barbeiros da estrada. Foi a única vez que fiz besteira nas saboneteiras do Norte do Paraná.

Entre uma obra e outra eu parava nos armazéns à beira da estrada, tomava um cafezinho e olhava para a última tábua da estante. Sempre havia vinhos e cognacs. Dos bons. Depois da geada as pessoas passaram a economizar. Eu comprava os estoques e os levava para nossas festas em Curitiba.

Lá pelos meados de 1957 eu estava cansado da vida de interior, e sem muita perspectiva na firma. Ao mesmo tempo o meu relacionamento com Fanchette estava chegando a um impasse: era casar ou romper. Como eu não queria nem uma coisa nem outra, resolvi tentar uma pausa para respirar, para pensar. Tentei um estágio de construção civil na Alemanha e um curso na França. Dona Helena Garfunkel, mãe de Fanchette, era Presidente da Aliança Francesa de Curitiba. Tinha enorme prestígio na matriz em Paris, e gostava muito de mim. Consegui uma bolsa do governo francês para fazer um curso de concreto protendido e consegui o estágio na Alemanha. Era uma fuga. Fuga de uma decisão que fazia muito tempo que estava madura.

Passei o fim daquele ano e o começo de 1958 me desligando das minhas tarefas. As obras estavam no final e não foi problema passá-las para um jovem profissional que completou o trabalho sem maiores dificuldades.

Em março de 1958, depois de algumas festas de despedida (e muito conhaque), embarquei para a Europa.

Guardo boas lembranças dos anos vividos no Norte do Paraná. Terra abençoada, acolheu gente de todos os lugares do Brasil e do exterior. Os chamados pés-vermelhos, pessoas de capacidade especial, que são muito bem retratados no grande livro de Domingos Pelegrini: *Terra Vermelha*.

Capítulo 5

Fuga para a Europa (1958-1959)

> Chovia em Marseille, depois de três semanas de sol mediterrâneo, desde que eu chegara nesta cidade meio européia, meio africana; dias de uma claridade, de uma luminosidade intensa, que eu nunca havia visto. Parado na janela do pequeno Hotel Sainte-Anne, na rue du Paradis, olhando para os telhados das casas da cidade velha, fiz um primeiro balanço dos quase onze meses que eu estava na Europa. A pausa para respirar, para pensar, dera resultado. Longe de Fanchette, cheguei à conclusão que ela seria a companheira que eu precisava. Decidi casar.

Em março de 1958 saí do Rio para Lisboa com escalas em Salvador, Recife e Ilha da Madeira. O navio (naquele tempo ainda viajava-se muito de navio) era o Vera Cruz, português, e eu estava na 3ª classe, numa cabine de 4 pessoas, com dois portugueses que tinham visitado o Brasil. Sorte minha: fiquei com um beliche só para mim. Fiquei impressionado com a miséria da Bahia e de Pernambuco. Adorei a vida de navio. Como faltavam homens na 2ª classe fui autorizado a freqüentar o deck e a piscina para fazer companhia para as moças. Havia algumas brasileiras e muitas portuguesas que me contavam maravilhas da santa terrinha. Me diverti muito com as meninas-moças muito diferentes das brasileiras.

Gostei muito de Funchal, a ilha de clima perfeito e arrumada ao jeito português. Achei o mercado uma beleza. Fora do centro havia um cemitério inglês. Mais tarde me disseram: onde houver cemitério inglês, pode ir que é bom. Lisboa me impressionou; fiquei no hotel Miraparque, perto da praça do Marquês de Pombal e andei muito nos três dias lisboetas. Fui jantar na Adega do Machado e tive a alegria de ver e ouvir a rainha do fado, com voz de *crooner* de boate, Amália Rodrigues, jovem e bonita. Fiz

a excursão ao norte de Lisboa: Queluz, com o palácio nacional e os jardins; Sintra, onde adorei ver a cozinha com as chaminés enormes; passamos pelo Cabo da Roca, o ponto mais ocidental da Europa. Depois os lugares muito ricos, Cascais e Estoril. Anos depois repeti o passeio.

De Lisboa fui para o Porto, de lá para Madrid, onde chegamos de manhã cedo. O trem estava quase vazio. Já perto de Madrid vi umas manchas brancas no verde dos campos. Perguntei a um dos poucos viajantes, no meu castelhano castiço: "Que es esto?" Ele me olhou como se eu fosse débil mental: "Nieve". Achei uma insignificância. Mais tarde, vi que neve pode ser linda.

Madrid não me impressionou, fora o museu do Prado, onde o quadro de Velásquez, Las meninas, tinha uma placa dizendo: *El apogeu de la pintura universal.* O Prado é até hoje, um dos meus museus preferidos. O acervo é riquíssimo em obras dos grandes espanhóis, Velasquez, Goya, El Greco, Zubaran e Murillo, mas tem também maravilhosos Bosch (El Bosco, em espanhol) Dürer, Renoir e os italianos. Além do que é um museu bonito, claro, no meio de uma área verde. De Madrid, onde fiquei dois dias, fui para Barcelona, "la locomotiva de España" como me disse, orgulhoso, o motorista de taxi catalão. É uma cidade muito especial, com as Ramblas, ruas únicas no mundo. Adorei o bairro gótico, com a Catedral e as ruelas em sua volta. E achei que a Sagrada Família de Gaudi era uma tentativa bem sucedida de criar um estilo diferente.

Em Madrid fui ao Cinema, ver *To Paris, with love* com Alec Guiness, um dos meus atores preferidos. O filme começa com Guiness, pai, inglês, levando o filho para conhecer Paris. Só com fundo musical. No primeiro semáforo, já em Paris, param e passa uma jovem francesa. As primeiras palavras do filme, com Guiness olhando para o filho: "*Que te parece esta chica*?" me deram susto tão grande que levantei e sai do cinema. Dublagem não existia no Brasil.

Continuei a viagem para Marseille. O primeiro contato com a França não foi fácil. Eu nada falava de francês e pouco sabia destes provençais alegres, mas um pouco rudes. Comi a *bouillabaisse** no Vieux Port, cujos

* Sopa de peixe

prédios tinham sido destruídos na guerra e mal reconstruídos. Gastei um dinheiro extra para ir, de ônibus, para Nice, com escala em le Lavandou. Era a primeira vez que eu via o Mediterrâneo. Hoje o conheço muito. Me apaixonei pela Côte d'Azur.

De Marseille fui a Lyon. A viagem pelo vale do Ródano é maravilhosa. Sempre gostei de rios, desde o Itajaí da minha infância. E o Ródano é um rio de verdade. Ele nasce no sul da Suíça a menos de 30 km do lugar de nascimento do Reno. Este vai para o norte e se torna o rio símbolo da Alemanha antes de desaguar no frio Mar do Norte, na Holanda. O Rhône segue para o leste, forma o Lac Léman e vai desaguar no Mediterrâneo, perto de Marseille, depois de banhar a Provence.

Cheguei a Lyon, cidade francesa que hoje é uma de minhas preferidas. No encontro de dois rios, o Rhône e a Saône, se forma uma península linda. A vista da Basílica, perto das ruínas romanas, é fantástica. E come-se muito bem na terra de Paul Bocuse.

De Lyon fui para Strasbourg, a capital da Alsácia, terra do *Riesling*, do *Gewürztraminer* e do chucrute. É a cidade da maravilhosa catedral gótica em pedra rosa. E o bairro antigo, a Petite France, com suas casas em enxamel, me lembrou, de repente, o Vale do Itajaí.

À noite, na mesa vizinha, jantavam quatro rapazes que eram bilíngües como nós o éramos em Blumenau. Mudavam de idioma no meio da frase.

De lá para Frankfurt e, como ponto final, uma pequena cidade na Westfália (terra do Chateau do Barão de Thunder-Ten-Tronckh, de Voltaire), onde morava minha irmã Henny, que eu não via há mais de 20 anos. A alegria foi grande, é claro. Seu marido era diretor de uma escola rural de primeiro e segundo grau. Lá fiquei impressionado com os laboratórios e, ainda, com o ginásio de esportes, coberto, maravilhosamente equipado. Curitiba não tinha nada parecido, nem na Universidade.

A viagem tinha sido um sucesso. Passei por quatro países e tinha conhecido sete cidades com características muito diferentes. Aprendi a andar

pelas cidades e olhar casas, museus e igrejas. Entendi, nesta minha primeira grande viagem, porque meu pai gostava de viajar. Acho que herdei dele o prazer de conhecer lugares novos ou de rever lugares. Gosto de andar em cidades. Em Paris ando horas a fio, interrompidas por cafezinhos em um dos milhares de cafés simpáticos. E sempre acho que os olhos cansam antes das pernas.

Finalmente fui para Bonn, capital da República Federal da Alemanha, RFA, onde eu iria fazer o estágio. Me apresentei no endereço que me fora dado e tive a primeira surpresa: era um escritório de um arquiteto, não de engenharia ou de construtora. O arquiteto era um pouco mais velho do que eu e tinha alguns projetos, trabalhava duro para viver, ou melhor, sobreviver. Comecei a trabalhar e consegui ajudá-lo bastante com idéias novas e sugestões.

O estágio na Alemanha começou com um equívoco total.

Equívoco meu: eu achava que iria encontrar um profissional alemão organizado, com quem iria aprender a base do sucesso germânico. No entanto, a família K. foi a coisa mais desorganizada que encontrei na vida. Marginalizados no processo de reconstrução da Alemanha, eram revoltados com tudo. A vida financeira precária aliada às dificuldades de relacionamento entre mãe e filho, relação típica de amor e de ódio, tornavam o cotidiano quase infernal. O fato de dispor de pouco dinheiro também contribuía para deprimir-me e me levava a desespero constante com a situação do estilo "o que estou fazendo aqui?"

Equívoco dele: ele acreditava que ia aparecer um discípulo de Niemeyer, que iria ajudá-lo a ficar no rol dos arquitetos de renome na Alemanha. Resultado do erro comum de avaliação: nem ele era o que eu esperava, nem eu correspondia às suas expectativas.

Mas o que fazer? O curso na França só iria começar em novembro, e nós estávamos em abril. Sorte que Georg (era este o nome do arquiteto) era uma pessoa muito simpática. E fizemos do limão uma limonada; ele me pagava salário de desenhista e eu fazia muito bem o meu trabalho. Me

levava a ver obras, lojas de material de construção, falar com colegas engenheiros e construtores, de modo que acabei vendo muita coisa que me ajudaria na volta ao Brasil.

Muito tempo depois, já no Brasil, fiquei sabendo que o governo alemão dava uma ajuda em dinheiro para as pessoas que se dispusessem a receber estagiários estrangeiros selecionados.

O meu amigo Georg provavelmente teve lucro comigo. Pois o que ele me pagava não era muito. E de Curitiba também vinha pouco dinheiro, a firma não estava indo bem e, como sempre acontece: longe dos olhos, longe do coração e da carteira.

Cigarro era caro, comecei a fumar cachimbo; depois descobri uma maquininha de fazer cigarro. Comprava fumo especial, papel, e enrolava o cigarro, marca da casa. Jornal não era caro, mas o dinheiro não dava para comprá-lo todos os dias. Só aos domingos.

Então, aos 30 anos, passei a ter vida de pobre, de novo. Como no tempo de estudante. No Brasil, naqueles anos de Norte do Paraná, eu não era rico, mas vivia sem esses problemas. Descobri então o prazer de viver com orçamento apertado. E viver bem! O importante é saber viver na sua medida, na sua possibilidade.

Bonn é uma cidade bonita. Não tem nada de espetacular. Mas é encantadora. Claro que a cidade inchou, como decorrência da sua condição de capital da RFA. Mas os urbanistas tiveram o bom senso de não desfigurá-la.

Bonn é a terra natal de Beethoven. Um dia vi anunciado um concerto com Pablo Casals que iria tocar na casa de Beethoven, uma casa pequena com jardim, que fora transformada em museu. Eu estava triste de perder esta oportunidade por falta de dinheiro. Fui ao museu às 4 horas da tarde e quando fechou, às 7 horas, fiquei no jardim. A um guarda do museu que me viu, dei cinco marcos e ele me esqueceu. Às 8 horas começou o concerto que eu ouvi, inteiro, do jardim. E até conseguia enxergar Pablo Casals abraçado ao seu violoncelo que parecia parte dele. Uma experiência incrível. Quando traduzi Rilke, trinta anos depois, encontrei este trecho

no poema Orfeu, Eurídice, Hermes: "Ele nada mais sabia da delicada lira, que se encravara em sua mão esquerda, como rosas num ramo de oliveira". Era assim o violoncelo de Pablo Casals: encravado nele.

Com pouco dinheiro, viajar era raro. Köln (Colônia) a vinte e oito quilômetros, e de bonde, era fácil; cidade muito interessante, o bairro antigo, quase todo destruído na segunda guerra, e mal reconstruído em volta do Dom, a Catedral, uma das maiores da Alemanha. Há três bons museus perto da catedral, entre eles o romano-germânico, muito rico. Às vezes ia até Düsseldorf onde morava um casal conhecido que me levava para jantar em restaurantes bons. A serviço fui com Georg para Frankfurt, já então o centro financeiro da Alemanha e para München (Munique) a cidade mais bonita e mais alegre do país. Fomos na época do Oktober-Fest. Para quem não gosta de barulho nem de cerveja, que é o meu caso, esta festa é um horror.

Também conheci boa parte do Reno. O primo Curt veio a trabalho para uma feira em Hannover e aproveitou um fim de semana para me visitar. Fomos de navio, rio acima, para Rüdesheim, cidadezinha turística que fabrica um famoso conhaque, Asbach Uralt, quase tão bom quanto os franceses.

Em setembro fui convidado para fazer uma excursão pelo Ahr, um pequeno afluente do Reno, cujos vinhedos produzem o único vinho tinto da região. Partia-se de manhã de ônibus até quase a nascente e passava-se o dia andando, cruzando o rio pelas pontes de madeira, beliscando comida e bebericando em algumas das muitas vinícolas. Já ao anoitecer, o jantar era num restaurante típico da região com mais, muito mais, vinho tinto. Na volta o ônibus nos deixava na porta de casa.

Quando eu tinha palpite, e sobrava algum dinheiro, jogava na loteria esportiva. Em outubro ganhei. Não muito, mas deu para fazer uma excursão de fim de semana para Berlim, cidade ainda dividida pelo muro. Fiquei num hotelzinho no centro, andei muito e fui ver a Nefertite, (uma antiga paixão minha) e o Homem do Elmo de Ouro (que ainda era atribuído a Rembrandt) em Berlim Ocidental. E vi a maravilha do Museu Pergamon na ilha dos museus na parte oriental.

Também visitei Potsdam, a cidade de Frederico, o Grande. Em Pots-

dam fica o parque e o castelo de Sans-Souci (sem preocupação em francês), construído pelo rei Frederico II, amigo das artes e que cultivava amizades com músicos, poetas e filósofos, entre os quais Voltaire, que morou em Potsdam durante três anos. O castelo, quando visto a partir da escada monumental, é impressionante na sua graça barroca. Vi o Hansa-Viertel, bairro moderno com obras de arquitetos famosos. Mas maravilha, mesmo, foi o concerto da Orquestra Filarmônica de Berlim com seu regente Herbert von Karajan. Ele era realmente um fenômeno e seu carisma com o público e com os músicos era impressionante.

Eu havia conhecido relativamente pouco da Alemanha, um pouco mais dos alemães. Como eu falava perfeitamente a língua, achei que eu seria confundido com um alemão. Mas Georg já me disse, logo no começo, que eu não tinha jeito de alemão: "muito largado" dizia ele. Eles ainda estavam com o trauma da revelação da barbárie nazista, mas a vida tinha que continuar, e já reaparecia a antiga convicção germânica de que o seu jeito de ser era o melhor na face da terra e que os outros só precisavam imitá-los. Mas, é claro, generalizar é sempre um erro e havia muita gente simpática no *Autre Rhin*, como dizem os franceses.

Há, é verdade, características que são particulares aos povos. E mesmo dentro dos países europeus há diferenças muito grandes. Os alemães de Hamburgo, os do Reno e os bávaros parecem ser cidadãos de países diferentes. Da mesma forma são os franceses, os italianos (entre os milaneses e os sicilianos há muito pouco em comum, além da língua) e os espanhóis. É só pensar nos galegos (da Galícia) que parecem ser de outro planeta.

No fundo, bem no âmago, somos todos iguais. Temos as mesmas alegrias do amor e sentimos as mesmas dores no corpo ou na alma; as crianças são as mesmas, em Bonn, Paris, Lisboa, Nova York ou Rio de Janeiro. Só o verniz da civilização nos torna diferentes. Se conseguirmos olhar através do verniz, veremos que só há estes estranhos animais erectus por toda parte.

Naquele ano, em 14 e 15 de setembro, o Chanceler (que equivale a

primeiro ministro na Alemanha) Konrad Adenauer, havia feito uma visita ao Presidente francês, General Charles de Gaulle, na sua casa em Colombey-les-deux-églises. Era o começo, de fato, da Europa. Adenauer foi uma figura excepcional na história da Alemanha. Prefeito de Colônia de 1917 a 1933, foi responsável pela modernização da cidade. Construiu a primeira auto-estrada da Alemanha, de Colônia a Bonn. Deposto pelos nazistas em 1933, ficou numa abadia até o fim da guerra quando os americanos o nomearam prefeito de novo. Em 1949 ele foi eleito o primeiro Chanceler da República Federal, cargo em que ficou até 1963.

Charles de Gaulle, herói da resistência ao nazismo, depois de assumir o governo provisório em 1945 havia pedido demissão em 1946, ficou no auto-exílio até 1958, quando foi chamado pelo presidente René Coty para formar o governo, com plenos poderes. Ele apresentou, em 4 de setembro, um projeto de Constituição aprovado por 80% dos franceses.

Quando da visita de Adenauer ele estava no começo dos mais de dez anos como presidente da França, período em que ele foi o grande modernizador do seu país.

Em 8 de janeiro de 1959, eu assisti, nos Champs Elysées, a despedida de René Coty. De Gaulle e Coty, juntos, num carro aberto, subindo a avenida, a despedida junto ao Arco do Triunfo e de Gaulle, sozinho no carro, voltando para o palácio de l'Elysée, sede do Governo.

Esta visita a de Gaulle representou a reconciliação franco-alemã e o começo da União Européia. Claro que não foi fácil esquecer as três guerras que opuseram os dois países, mas a racionalidade acabou prevalecendo.

Eu havia chegado à Europa em março, com a primavera. O verão não foi dos melhores e o outono chegou cedo. Aprendi que os europeus se preocupavam, muito mais do que nós, com o tempo. As estações são muito definidas e o aquecimento era ligado no dia previsto, fizesse ou não frio.

Foi muito bonito ver as cores do outono; as folhas das árvores se tornarem amarelas e depois vermelhas. Vi, pela primeira vez, a estação que até hoje me encanta.

Aprendi, nesses oito meses, que não sou alemão. A ordem exagerada, a convicção de que o "german way of life" é o melhor; as pessoas cheias

de arestas. Não era o meu país. Lembrei muito de minha mãe, que tinha visitado a Alemanha uma única vez, em 1938,.para rever as duas filhas. Nós achávamos que ela iria voltar adorando o país dos antepassados. Não, ela voltou reclamando muito, dizendo que "lá não tem mato, só parque." Assim lhe pareceu a Floresta Negra. E ficou irritada com o que ela chamou de ganância: "Tudo você tem que pagar, até para lavar as mãos". O excesso de regras, de proibições, a incomodaram. E ela descobriu que era brasileira, mesmo quase sem falar a língua. E eu, vinte anos depois, descobri a mesma coisa.

Se do ponto de vista profissional a estadia não foi um sucesso, para a minha cabeça, para minha formação, foram meses muito ricos. Conhecer cidades antigas, andar pelas ruas olhando e vendo os detalhes de construções e de estilos. Foi nestes meses que aprendi mais ainda a gostar de visitar igrejas e de visitar museus, a gostar de viajar.

Em agosto eu havia chegado à conclusão que era hora de largar a vida de solteiro e casar. Eu iria fazer 31 anos e Fanchette, que agüentara a minha indecisão durante seis anos, seria uma companheira para toda a vida. Convidei-a por carta e ela concordou. Já estava encaminhada uma bolsa de urbanismo que ela faria em Paris, no ano seguinte.

A despedida da Alemanha foi fácil. E Georg resolveu me levar para Paris. Chegamos no dia 16 de novembro, num domingo. Ficamos no Grand Hotel St. Michel - sem saber que este era o Hotel de Jorge Amado em Paris.

O primeiro contato com Paris foi difícil. Sem saber a língua perde-se a metade do charme francês. Mas a cidade logo me cativou. E para começar recebi a primeira mesada como adiantamento. Me senti rico.

No terceiro dia começou o curso de francês na *Alliance Française*, no *Boulevard Raspail*. Seis horas de francês por dia.

Muitas vezes eu era criticado, no Brasil, mesmo que amigavelmente, por gostar de tomar vinho: "você está bebendo demais". Ao chegar à França havia, no metrô e nos out-doors, uma campanha publicitária incentivada pelo então Primeiro Ministro francês, Mendes - France: "Jamais plus d'un

litre de vin par jour" (Nunca mais de um litro de vinho por dia), o que me deixou muito animado.

Como o curso de concreto protendido só começaria a 20 de janeiro, em Marseille, tinha muito tempo para ver Paris e ir a concertos. Consegui uma carteira das *Jeunesses Musicales de France*, que dava direito a meia entrada em todos os concertos. Aproveitei ao máximo. Às vezes ia a dois concertos no mesmo dia. Um dos que mais me impressionou foi assistir Jean Pierre Rampal com sua flauta de ouro, tocando Mozart; Monique Haas tocando o concerto nº 21 de Mozart com a regência de Solti e a nona Sinfonia, e o Oratório de Natal de Bach, ambos na igreja de St. Eustache, de que eu gosto muito. Toda vez que volto a Paris vou lá e sento por alguns minutos no silêncio gótico das colunas altas. E uma volta ao passado foi um concerto regido por Eugen Szenkar, que tinha voltado para a Europa. O *Pássaro de Fogo*, de Stravinsky, maravilhosamente bem tocado.

Além da música comecei a me interessar por teatro. Tive a felicidade de estar em Paris quando o *Theatre National Populaire* (TNP) estava no auge de seu merecido prestígio. Fui a uma dúzia de peças, sempre no *Palais de Chaillot* e me encantei com os atores e atrizes, sobretudo com Gerard Philippe. A peça *Caprices de Marianne* foi a que mais me encantou, mas vi quase todo o repertório desta troupe que renovou o teatro na França.

Estavam em Paris, na mesma época, Saul e Mirthe Raiz. Nos encontrávamos nos fins de semana para curtir saudades coletivas de Curitiba.

Fomos fazer os passeios clássicos, Versailles entre eles, este tributo monumental à arquitetura.

Como eu tinha aula só à tarde, andava muito pela manhã. No primeiro dia em Paris descobri uma vitrine de livraria cheia de livros de Rilke em francês. Comprei os *Cahiers de Malte Laurids Brigge* e uma seleção de poesias. Mais tarde comprei um livro: *Rilke à Paris* que me encantou. Segui os seus caminhos, desde o primeiro Hotel em que ele ficou, até o Hotel Byron, onde ele morou enquanto Secretário de Rodin. Foi nesta época que eu ensaiei as primeiras traduções.

Trinta e quatro anos depois eu iria publicar em Curitiba uma primeira seleção. Rilke passou a fazer parte da minha vida, como se fosse um

bom amigo, a partir desta época em Paris.

Passei o Natal só. Fui jantar no *Le Procope*, o café mais antigo de Paris e tomei um *bourgogne* maravilhoso. O único Natal em que fiquei sozinho. O tempo estava razoável e eu andei muito pelo *quartier* que, desde aquele tempo, considerei o meu bairro em Paris. O *sixième*. Meu e de metade dos turistas.

Dona Helena, mãe de Fanchette, chegou para o contato anual com a matriz da *Alliance Française*. Almoçamos algumas vezes e conheci os seus parentes, principalmente a prima Geneviève Mathis, que ficou minha grande amiga e viria a ser madrinha de Luca, meu filho.

O Reveillon passei na casa de Jean Vallet que era muito amigo do meu cunhado alemão. A história desta amizade é muito bonita: Meu cunhado, convocado, foi ser guarda de um campo de prisioneiros franceses, entre os quais estava Vallet, que simpatizou com o soldado alemão. A simpatia foi recíproca. Ficaram amigos até o fim da vida, passavam férias juntos e Vallet foi ao enterro do amigo. Vallet era uma figura interessante; eu tive muitas conversas com ele e seus amigos no reveillon em sua casa e nos dias seguintes. Descobri que já estava pronto para conviver com os franceses; depois de mês e meio eu já falava o suficiente para manter uma discussão, mesmo sobre temas como a Europa, a democracia e de Gaulle – adorado pelos franceses – e sobre os americanos, nada adorados.

Aconteceu então uma coisa muito estranha: numa madrugada acordei em pânico; achei que ia ficar sem comunicação; esquecera o português e o alemão e ainda não falava francês. Foi uma sensação muito curiosa. Durante alguns segundos me senti como se tivesse perdido a fala.

No dia 20 de janeiro fui para Marseille para começar o estágio na SGTM (*Societé des Grands Travaux de Marseille*) uma das maiores empreiteiras da França. Comecei a trabalhar com gente muito simpática. Me ensinaram a calcular concreto protendido, e passei a ser ajudante de um engenheiro da minha idade, super competente. Aprendi o cálculo em pouco tempo e comecei a calcular por minha conta. A empresa tinha uma grande obra em andamento: a ponte de Savines que iria atravessar o lago de Serre

Ponçon, resultante da maior barragem em terra do mundo. Passei três dias na obra e na cidadezinha perto, Embrun - chamada a Nice dos Alpes – e foi uma perfeição: obra grandiosa, gente simpática e paisagem linda com a proximidade dos Alpes. Fiquei impressionado com a quantidade de comida e bebida que esses jovens engenheiros consumiam.

Marseille foi uma surpresa. Gostei muito da cidade e do jeito de falar, que mistura espanhol e italiano com a língua da terra. Gostei da comida. O prato típico, a *bouillabaisse*, é muito bom, quando bem feito. E me acostumei até ao *Pastis*, este parente pobre e fraco do absinto. E conheci, pela primeira vez, um pouco da Provence, que, depois, ficou sendo minha terra na Europa.

Eu mantinha um pequeno diário. Num fim de semana anotei o seguinte:

Chovia em Marseille, depois de três semanas de sol mediterrâneo, desde que eu chegara nesta cidade meio européia, meio africana; dias de uma claridade, de uma luminosidade intensa, que eu nunca havia visto. Parado na janela do pequeno Hotel Sainte-Anne, na rue du Paradis, olhando para os telhados das casas da cidade velha, fiz um primeiro balanço dos quase onze meses que eu estava na Europa. A pausa para respirar, para pensar, havia dado resultado. Longe de Fanchette, cheguei à conclusão que ela seria a companheira que eu precisava. Decidi casar.

Foram dois meses muito bons e gostosos. Aprendi a calcular concreto protendido mas aprendi, sobretudo, a vantagem econômica e técnica da invenção do senhor Freyssinet.

Em 17 de março saí, de ônibus, para Génève. E fiquei encantado com a Suíça francesa, esta mistura boa dos dois povos. O primeiro contato com a terra de Guilherme Tell me marcou. Passei, depois, muito tempo viajando pelo interior e pelas cidades suíças, com preferência marcante por Zurique, esta aldeia metropolitana super civilizada.

De lá, de trem, de volta para Paris. E continuei estudando o protendido. Agora, aulas teóricas e experiências no laboratório da STUP (*Societé technique pour la utilization de la Precontrainte*) em Nanterre, subúrbio

de Paris. Já me sentia quase em casa. Continuei indo muito a concertos e teatros. E comecei a conviver com Geneviève, em seu minúsculo apartamento em Pigalle. Achei um quarto na *rue la Bruyére*, a duas quadras do apartamento dela, no qual Fanchette ficou em abril, na sua chegada.

O tempo passou depressa e eu tive o prazer de mostrar Paris à minha futura mulher.

Casamos em 5 de junho, no Consulado do Brasil, no número 141 dos *Champs Elysées*. O Cônsul era Antônio Corrêa do Lago, que ficou muito feliz em nos casar, pois nunca havia sido casamenteiro antes. Pediu champagne e fez um lindo discurso, de janelas abertas, como convém. Nossas testemunhas foram Saul e Mirthe e o Dr. Paul Garfunkel que assim se tornou meu sogro.

Terminamos os cursos, Fanchette o de urbanismo e eu o de concreto. Em setembro saímos de Paris para Chambery, onde morava Marthe, a única irmã do Dr. Paulo. A casa, que tinha nome *Le Fort*, era um casarão bonito, no meio de um terreno muito grande com um pomar de várias espécies (cerejas maravilhosas) e um *potager*, uma horta, sonho de qualquer cozinheiro.

De Chambery continuamos para Lugano, jóia ítalo-suiça, depois para Milão e de lá para Gênova onde embarcamos no navio que nos levaria de volta ao Brasil.

Capítulo 6

Codepar (1957-1965)

> "No dia seguinte fui esperar o Presidente, que chegava tarde. Entrei na sua sala e perguntei: "E a lei, Presidente?". Ele ficou lívido e me perguntou: "Que lei?". Eu disse a ele que não trabalhava com mentirosos. E fui embora."

Na volta recomecei a trabalhar na firma de Azaury. Tentei difundir o concreto protentido; fiz contatos em Curitiba e São Paulo. Mas era prematuro; o protendido só se tornou realidade com a ponte Rio-Niterói, anos mais tarde.

Não continuei como engenheiro de obras; fui cuidar de administração e gostei. Tínhamos obras, pontes e pontilhões na estrada Curitiba-Ponta Grossa, que estava sendo asfaltada e que o Governador Lupion queria inaugurar ainda no seu governo. O Estado estava sem dinheiro e começou um procedimento inédito: pagava seus credores com selos do IVC (Imposto de Vendas e Consignações), o antecessor do ICMS. O estoque de selos em Curitiba acabou e, com uma ordem do Secretário da Fazenda, as coletorias do interior passaram a entregar selos de seus estoques. Esta prática levou à transferência do estoque das coletorias para as empreiteiras de obras públicas, que tiveram que vender estes selos com deságio, maior ou menor, dependendo do desespero dos seus diretores financeiros. A situação foi se agravando até que o Azaury tomou uma decisão extrema: mandou paralisar uma de nossas obras; sem ela a estrada não poderia ser entregue.

Embora sabendo que talvez fosse o único meio de receber, eu não concordei e tive uma discussão muito séria com Azaury, que era, além de meu chefe, meu amigo. Essa discussão levou a uma situação insustentável e, em setembro de 1960, deixei a firma para ir trabalhar com um amigo de meu sogro, Leon Oudem, que minha sogra adorava, mas que ela considerava um *fumiste*, expressão francesa que em português significaria um misto de charlatão com vigarista.

O período de cinco anos em que convivi com Azaury foi muito interessante. Ele foi (foi porque morreu cedo, jovem ainda) uma personalidade fascinante; um misto de competência e ingenuidade, muito simpático e um bom caráter por inteiro. E havia o Guilherme, meu compadre e companheiro de todas as horas.

Leon Oudem, um francês nascido na Armênia, havia feito uma porção de coisas diferentes na vida. Quando fui trabalhar com ele, estava exportando quebrados de arroz. Uma de minhas tarefas era negociar com o IRGA (Instituto Rio-Grandense de Arroz). Isto me levou a passar muitas semanas em Porto Alegre, em negociações penosas e desgastantes. Além do arroz quebrado, ele estava pesquisando um produto que seria uma conserva sem vácuo, de carne ou peixe, em plástico com gelatina. Comprou uma fábrica de gelatina em Monte Aprazível, interior de São Paulo, para lá de São José do Rio Preto. Lá ia eu, de fusca ou de trem, para a cidadezinha simpática para me inteirar do assunto. Pouco depois, iria para a Alemanha para discutir gelatina com a Bayer, num lugar ao sul de Frankfurt. Negociações que, embora interessantes, acabaram não levando a um resultado positivo. De fato, foi um fracasso. Continuei por algum tempo com Oudem, mas chegamos à conclusão de que nossa sociedade não iria prosperar. Ficamos amigos.

Eu estava cansado de assuntos complicados, sem regras claras e com situações embaraçosas. Fanchette estava ganhando mais do que eu e eu não via futuro pela frente.

Em 1960 houve eleições. Jânio Quadros foi eleito Presidente do Brasil e Ney Braga Governador do Paraná. A campanha tinha sido muito acirrada e participaram dela os engenheiros da minha turma e, com muito empenho, Fanchette. O candidato favorito ao governo, pelo PTB, Abilon de Souza Naves, morreu de infarto pouco tempo antes do pleito. O PTB lançou, então, Nelson Maculan, de Londrina, nome pouco conhecido. Numa campanha memorável, Ney foi eleito, numa feliz costura que o colocou, diante da opinião pública, em dobradinha com Jânio apesar do apoio do PTB nacional a Jânio impedir o candidato presidencial de manifestar abertamente sua preferência no Paraná.

Em agosto nasceu Monica, nossa filha. Meiga e charmosa, foi filha modelo para pai coruja.

Quando larguei meu sócio francês, eu disse a Fanchette: "Vou procurar um emprego público estadual e vamos viver uma vida tranqüila, você na Prefeitura (onde ela estava trabalhando desde 1952) e eu no Estado". Busquei então contato com Saul Raiz, que era Diretor Geral do DER. Ele não podia contratar ninguém, mas sugeriu que falasse com Affonso Camargo, também colega de turma e Presidente de uma empresa pública que acabava de ser criada, a Codepar (Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná).

A Codepar foi um dos mais fecundos mecanismos do governo Ney Braga e resultou da criatividade de Alexandre Fontana Beltrão, sócio de uma empresa chamada SPL (Serviços de Planejamento Engenheiros e Economistas Associados) que desenvolvera projetos regionais e setoriais no Nordeste do Brasil. Ele propôs a Ney um sistema que criava estruturas e mecanismos extremamente ágeis com o propósito de conseguir recursos para o Governo do Estado que não estivessem vinculados aos esquemas tradicionais do erário. Transformada em projeto de lei, essa proposta logrou aprovação na Assembléia Legislativa e assegurou ao governo um instrumento valioso que garantia uma gestão altamente técnica e eficiente de recursos volumosos, de forma independente da administração da máquina pública tradicional e da influência política.

O mecanismo consistia, em essência, na criação de um Fundo de Desenvolvimento Econômico, alimentado por um adicional restituível de 1%, acrescentado ao IVC (de 4,5%), a ser administrado pela Codepar. Regida por normas modernas inspiradas nos princípios do Banco Mundial e do BID, a Codepar fazia análise de viabilidade econômica e financeira em cada aplicação. O adicional era arrecadado pelas coletorias estaduais juntamente com o IVC, mas depositado em conta especial junto ao Banco do Estado do Paraná, de movimentação exclusiva da Codepar. Com esse mecanismo, o governador conseguiu segregar algo como 20% da arrecadação própria do Estado (depois quase 40%, com a elevação do adicional para 2% do IVC) para investimento em setores estratégicos, sob gestão exclusivamente profissional.

À parte disso, a Codepar foi uma organização avançada e extremamente democrática. Sua Diretoria – Presidente, Financeiro e Técnico (Operacional) – tinha orientação de um Conselho composto, além do Presidente, pelos Presidentes das Federações da Indústria, do Comércio, dos Trabalhadores na Indústria e pelo Reitor da Universidade Federal do Paraná, o que consistia numa seleção representativa da sociedade. A primeira Diretoria foi composta por Affonso Camargo Neto, ex-diretor do Departamento de Águas e Energia Elétrica, que comandava o setor energético do Governo, Maurício Schulman, engenheiro da COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica) e Francesco Clausi (ex-Diretor do Banco Comercial do Paraná). Era uma combinação perfeita: poder político e competência técnica e financeira.

Fui falar com o Affonso. Ele me disse que, pelo Estatuto da Companhia, profissionais só poderiam ser admitidos por concurso, mas que eu poderia fazer um estágio remunerado. Comecei a trabalhar em fevereiro de 1962, achando que poderia significar o começo de uma vida calma e sossegada. Mal sabia eu que três meses depois estaria trabalhando de 8 a 10 horas por dia na maior alegria.

A Codepar adotou, desde o princípio, o sistema de *Project-loans*, ou seja, para conseguir um financiamento havia necessidade de apresentar

um projeto de investimento. Este era analisado por um setor sob aspectos econômicos e financeiros, examinada sua viabilidade e, uma vez aprovado, tinha sua execução controlada por outro setor. Esse sistema causou alguns problemas: com industriais que se sentiam ofendidos ("sei melhor do que vocês o que fazer com o dinheiro" ou "vocês não têm confiança em mim?"). Às vezes era engraçado; em outras ocasiões, tínhamos que empregar métodos pedagógicos e usar de muita psicologia para convencê-los. Sempre acabavam convencidos, todos, até porque os juros eram subsidiados.

Para acompanhar a implantação do FDE e da Codepar, Alex (como é conhecido Alexandre Beltrão pelos seus amigos) mandou para Curitiba um sócio, José Zacarias Sá Carvalho, a quem se deve, em grande parte, o sucesso da Codepar. Ele e seus poucos colaboradores nos ensinaram tudo o que precisávamos saber para bem exercer nossa missão. Uso a palavra missão porque era este o sentimento que dominava o pequeno núcleo de profissionais que formava a elite dentre os competentes funcionários da empresa.

A nossa turma continuava sendo UDN. Alguns mais politizados eram do PDC (Partido Democrata Cristão). Mas todos abominávamos a corrupção. Ainda acreditávamos nos cavaleiros de armadura branca que simbolizavam a pureza de propósitos e atitudes. Nos incentivava a ser assim Ferdinando Miraglia, amigo que perdemos prematuramente.

Zacarias nos provocava, como de hábito. "Vocês parecem vestais." E um belo dia apareceu com a *lei Zacs*: a taxa de corrupção aceitável num país é inversamente proporcional ao seu PIB per capita. Primeiro ele nos convencia que a corrupção zero é uma falácia. E ilustrava com a imagem de uma máquina com engrenagem: se você não põe graxa, se não engraxar, a máquina emperra. Se você puser graxa demais, ela patina e sobra graxa para todo lado. Assim é, também, a máquina administrativa. Também precisa ser engraxada[6], até para que os papéis andem mais depressa. "Que, no caso, dizia ele, não é corrupção, é incentivo como o é a gorjeta para o garçon. Mas a taxa de corrupção, corrupção da autoridade, não pode ultrapassar o

6 Vale notar que nas línguas que eu conheço subornar, na gíria, significa engraxar: *smear, engraisser, schmieren.*

racional, se não a máquina patina e aparecem restos de graxa, visíveis e que levam à investigação e, às vezes, à condenação."

Nos divertimos, muitas vezes, com a *lei Zacs*.

O Paraná continuava a ser um estado agrícola, praticamente de monocultura, o café. O Governo dependia do café para sua arrecadação. Uma geada destruía as plantações e o erário estadual. Havia necessidade de diversificar a economia paranaense, não só pela industrialização mas também pela mudança na estrutura da agropecuária. Foi criada a Café do Paraná, que nada tinha de café, era Companhia Agropecuária de Fomento Econômico, presidida por Jaime Canet Junior, grande empresário, depois Governador do Paraná, que deu os primeiros e decisivos passos para estruturar a empresa.

A distribuição dos recursos, no caso do FDE, também definida por lei, foi muito inteligente: no começo a maioria dos financiamentos deveria ir para a infra-estrutura. O Paraná estava sofrendo com falta de energia e a ligação para o Norte, rico, era precária pela estrada existente. Optou-se então por financiar a construção de usinas hidroelétricas (e, também, uma termoelétrica, aproveitando o carvão de Figueira) e da Rodovia do Café, que seria a estrada de integração do Paraná.

A herança que Ney recebeu do governo Lupion não era maldita, mas quase. Entre outros problemas a SUMOC [7] exigia a liquidação do Banco do Estado, já sob intervenção federal. O Governador, com as atenções voltadas para os milhares de pequenos depositantes, se negou a fazer a liquidação e convocou um dos líderes empresariais mais respeitados, Máximo Kopp, para ser presidente e um bancário competente, Celso Sabóia, para gerir o Banco. Foi um sucesso. As operações da Codepar com o Banco foram parte desse sucesso.

Fizemos centenas de financiamentos para implantação, ampliação ou modernização de indústrias nos mais diversos ramos. A Codepar, neste primeiros anos, conseguiu dar início à modernização industrial do Estado.

Quando fui presidente interino fui obrigado a fazer uma palestra

7 Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC, antecessora do Banco Central.

em Londrina, para uma entidade de classe. Minha primeira palestra na vida.

Zacarias e eu escolhemos o tema: a importância do empresário industrial.

Na teoria econômica se aprende que uma empresa deve ser instalada perto da matéria-prima ou do mercado e deve ter bom suprimento de energia. Citando o exemplo de Blumenau e sua famosa indústria têxtil, eu lembrava aos ouvintes que o algodão vinha do nordeste, que os mercados eram São Paulo e Rio e que as indústrias trabalhavam com geradores próprios.

Por que, então, deu certo o parque têxtil de Blumenau? A conclusão da palestra indicava que o fator essencial para o sucesso é o empresário.

Eu participei do concurso de seleção da Codepar e passei em primeiro lugar. Alguns dos que passaram no concurso são meus amigos até hoje. Devo falar de Mechel Woller, que pendurava um trecho da bíblia, emoldurado, na parede de sua sala: "Qual de vós, querendo edificar uma torre, não se senta primeiro a calcular as despesas, para saber se tem com que a acabar?" (Lucas 14.28) E dizia aos interessados que a Bíblia já recomendava fazer projetos. Luiz Antonio Fayet, que era o mais politizado de nós. E que foi Presidente do Badep quando eu fui para a Caixa Econômica. E, principalmente Carlos Seara Muradás, que veio do Rio Grande do Sul. Foi colega, depois chefe de setor e finalmente diretor técnico até que nós dois pedimos demissão. Mura é hoje meu melhor amigo, compadre e companheiro de todas as horas.

Em 1963 Affonso Camargo deixou a Codepar para coordenar a ação política do governo. Veio em seu lugar Leônidas Lopes Borio, empresário, revendedor Caterpillar no Paraná. Desde o começo fiquei encantado com ele. Pessoa organizada ao extremo, duro mas justo. Logo foi chamado de italiano-prussiano. Ele continuou o trabalho de Affonso e tinha a idéia de tornar a Codepar um instrumento capaz de receber financiamentos internacionais, em moda naqueles tempos da Aliança para o Progresso. Um documento com o plano de ação do governo, preparado pela SPL (Serviços

de Planejamento) foi levado pelo Ney e por Leonidas para Washington, onde nosso embaixador, Roberto Campos, conseguiu uma visita na Casa Branca. O Presidente era John Kennedy que, parece, ficou muito bem impressionado com a visita. A Codepar, por sugestão de Leonidas, havia contratado a Consultec para fazer um levantamento das possibilidades de financiamento internacional. Quem fez este estudo foi Mário Henrique Simonsen, que eu conheci nessa época.

Em setembro de 1962 nasceu nosso filho, o Luca, para alegria nossa e de Monica que queria muito um irmãozinho. Fanchette se desdobrava para cuidar da casa e dos filhos e ainda ser uma boa funcionária pública.

Em 1964 veio a "revolução". Ney era militar reformado e amigo de Castello Branco e conseguiu nomear o Presidente do Instituto Brasileiro do Café, o IBC, que estava nas mãos de Nelson Maculan, do PTB. E o indicado foi Leonidas Borio que levou Alex Beltrão como assessor. Eu fiquei substituto de Leonidas na Codepar. "Agora mandará de verdade", disse-me Ney. Achamos um diretor financeiro e tocamos nossas tarefas, Muradás e eu. A Codepar era ponto chave do governo Ney Braga.

Numa manhã eu atendi duas pessoas da CIBPU (Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguay), com sede em São Paulo, que vieram comunicar à Codepar que Ponta Grossa havia sido escolhida pela Comissão para ser pólo industrial do Paraná, com o voto do nosso representante (que era nosso adversário na visão que tínhamos do Paraná). Eu tinha levantado naquele dia com o pé esquerdo e, sem discutir, disse o seguinte: "Eu fico muito feliz em saber que paulistas se interessam por alguma coisa no Paraná além de levar dinheiro dos cafeicultores para construir prédios de apartamento em Guarujá." A visita terminou assim. Um dos dois se chamava Antônio Delfim Netto.

Meses mais tarde, por ocasião de uma visita a CIBPU, cujo presidente era Adhemar de Barros Filho, fui à sala de Delfim e pedi desculpas pela grosseria. Ele respondeu: "É isto, tem que vestir a camisa." Assim conheci Delfim Netto.

Em 1964 Ivo Arzua Pereira era Prefeito de Curitiba. Os curitibanos não conseguiam ter orgulho de sua cidade. Era mais uma cidade de tamanho médio, como as outras. Tinha menos de seiscentos mil habitantes. Uma equipe de arquitetos sugeriu então algumas intervenções urbanísticas para melhorar o trânsito. Além de alargar a Rua Quinze (projeto que vinha de há muito tempo) milagrosamente abortado, havia a idéia de um viaduto ligando a praça Tiradentes à praça Carlos Gomes para acabar com o gargalo do cruzamento da Rua Marechal Floriano com a rua Quinze. Como Fanchette já estava muito entrosada na equipe técnica da Prefeitura, ela e seus colegas me convenceram que um engarrafamento seria transformado em dois: um no começo e outro no fim da obra grandiosa.

Como a Prefeitura não tinha dinheiro, o Prefeito pediu dinheiro à Codepar. Eu era então Presidente, e disse que só aprovaria algum financiamento se fosse provada a validade da proposta. E isto exigia um Plano Diretor de verdade. É claro que fui xingado pelos donos da idéia. Mas é fato que minha exigência resultou no Plano Diretor de Curitiba, elaborado pela empresa de consultoria SERETE, comandada por Isaac Milder, vencedora da concorrência nacional. O arquiteto Jorge Wilheim, consultor da SERETE, comandou uma pequena equipe local que acabou por produzir o documento que foi a base da nova feição de Curitiba, concretizada por Jaime Lerner em suas três administrações. Curitiba teve a incrível sorte de ter, além de Jaime, dois outros prefeitos super competentes que continuaram a administração criativa e profissional: Saul Raiz e Rafael Greca de Macedo. A equipe, que formou o núcleo do futuro IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) era formada, entre outros por Jaime Lerner, Lubomir Ficinski Dunin, Rafael Deli, Reinhold Stephanes, Almir e Marlene Fernandes, Dulcia Auríquio e por minha mulher Francisca Maria Garfunkel Rischbieter.

O Prefeito Ivo Arzua promoveu alguns seminários "Curitiba de Amanhã", em que foram discutidos os vários aspectos do plano com organizações empresariais e com a classe trabalhadora da cidade.

Quando Jaime Lerner foi designado Prefeito em março de 1971, o plano estava maduro e bastou sua coragem para implantá-lo.

A história da Curitiba moderna é por demais conhecida, no Brasil e fora dele, para repeti-la aqui. Apenas quero lembrar uma pequena história: em 1990 eu recebi a visita de um casal amigo que não conhecia a nossa cidade. Em quatro horas, num sábado à tarde, servi de cicerone. À noite, no jantar, o meu amigo me perguntou: "O que vocês mostravam aos visitantes, antes do Jaime Lerner?"

Ainda em 1964 começaram as *demarches* para a sucessão de Ney. O candidato natural era Affonso, vice de Ney e seu confidente. Não havia dúvida que ele seria o sucessor de Ney. Aconteceu então um episódio que eu não sei esclarecer suficientemente: Affonso iria fazer um discurso numa solenidade em Ponta Grossa; um assessor deu ao discurso a redação final que insistiu no programa do PDC, Partido Democrata Cristão, ao qual ambos, Affonso e Ney, eram filiados. Quando Affonso viu a versão final, deixou de ler os trechos mais fortes de críticas ao regime militar.

Mas o discurso havia sido distribuído e causou um mal estar nos coronéis de pouca inteligência e muita gana anticomunista.

E fizeram chegar o *obstat* ao nosso governador.

Não sei se foi este o motivo ou se foi pressão para escolher um candidato eleitoralmente mais fácil, na opinião de vários amigos do governador. Assisti pessoalmente a um episódio dessa pressão.

O fato é que a decisão tomada foi a de que Paulo Pimentel, o jovem e eficiente Secretário da Agricultura, seria o candidato da situação. Ney foi convidado por Castello Branco para ser o Ministro da Agricultura e decidiu aceitar. Havia, no entanto, uma complicação: Affonso era vice-governador e teria que assumir quando Ney fosse para o Ministério. E iria ser governador durante a campanha eleitoral. Aceitar isto era impossível.

Atendendo ao pedido de Ney e de amigos, Affonso, elegante, renunciou ao cargo de vice-governador. Foi então urdida uma trama que não honra a memória dos que dela participaram. A Assembléia, controlada pelo Governador, elegeu um novo vice: Algacyr Guimarães, Secretário da Fazenda e simpatizante da candidatura Paulo Pimentel.

E, neste imbróglio todo, a Codepar também precisava de um po-

lítico alinhado e não um técnico como eu, amigo de Affonso. Ney falou comigo, usando todo o seu charme (e ele o tinha muito, quando queria) e nos convenceu, a Muradás e a mim, a aceitar o nome de Adeodato Volpi, cartorário, também do PDC, um senhor de reputação ilibada, para ser o presidente *de jure*. De fato, você continua mandando, disse-me Ney.

Nós acreditamos. E foi assim, por algum tempo. Aconteceu a convenção do partido e Affonso foi derrotado porque não permitiu que os seus amigos usassem armas monetárias para derrotar as armas iguais dos adversários. E foi homologada a candidatura oficial. Com isto o Secretário da Fazenda, que nunca havia engolido o esquema de exclusividade de gestão do FDE pela Codepar, criou coragem, manobrou e encaminhou um projeto que passava os recursos do FDE para a Fazenda. Esta mudança representava o fim de toda uma concepção que permitia à Codepar ser instrumento para se tornar a peça central do moderno Estado do Paraná. Era a idéia-base da Codepar forte. Com a mudança ruía por terra todo um trabalho feito ao longo dos anos.

Eu soube deste projeto por acaso; chegando de uma viagem com o governador quando o meu secretário foi me esperar no aeroporto e me disse: "Já passou em segunda discussão" e me contou o que era.

No dia seguinte fui esperar o presidente Volpi, que chegava tarde. Entrei na sua sala e perguntei: "E a lei, presidente?" Ele ficou lívido e me perguntou: "Que lei?" Eu disse a ele que não trabalhava com mentirosos. E fui embora.

Foi um choque para mim e para Muradás. Um choque muito grande. Ney conversara comigo, longamente, durante a viagem. Sobre o Paraná e sobre a Codepar. Nada me disse da lei; porque sabia qual seria a minha reação. Ele sabia que a Codepar era minha vida e não teve coragem de falar comigo. Foi a primeira grande decepção com a política. O choque foi tão grande que levei anos para absorvê-lo. Se é que o absorvi na sua totalidade.

Muradás e eu decidimos pedir demissão e aceitar o convite de Leonidas Borio para ir trabalhar no IBC. Ele como presidente da CARSI

(Comissão de Armazéns e Silos) ligada ao IBC, e eu como assessor da presidência.

Na carta, de 10 de fevereiro de 1965, não escondo os motivos que nos levaram a tomar a decisão de pedir demissão[8].

Assim, em março de 1965, acabou o episódio Codepar. Que foi para mim um dos melhores períodos da minha vida profissional; a implantação de uma estrutura moderna, ágil, para administrar uma grande massa de recursos. Fazê-lo com competência, com um mínimo de erros. Enganos foram cometidos, mas poucos. Os relatórios feitos sobre este período da história do Paraná mostram o sucesso que foi a operação FDE e Codepar. Tenho certeza que este sucesso marcou, em profundidade, o governo Ney Braga e fez com que ele fizesse o melhor governo que o Paraná já teve.

Reputo os três anos de trabalho na Codepar como dos mais gratificantes da minha vida profissional, por vários motivos. Pela agilidade e seriedade do processo de instalação de um mecanismo altamente eficiente. Por ter conhecido a realidade econômica do Paraná e ter contribuído para modificar, para melhor, esta realidade. E o de ter conhecido pessoas sérias e competentes, profissionais de qualidade que trabalhavam pensando no bem do Paraná.

Quero destacar, neste ponto, o que o Paraná deve a Alexandre Fontana Beltrão que concebeu todo o esquema e convenceu políticos, empresários e a classe trabalhadora a apoiar a lei que criava todo o conjunto.

E não posso deixar de falar de Zacarias, que transformou em realidade toda a visão inteligente. Alex e Zaca anteciparam, em SPL, uma nova concepção de economia que Fritjof Capra explicitou, vinte anos depois,

8 "Creio, Senhor Presidente, que Vossa Senhoria sabe dos motivos que me levaram a tomar esta decisão. Colaborador que fui, de duas administrações anteriores desta empresa e principal responsável pela sua orientação durante quase cinco meses, sempre procurei dar o melhor dos meus esforços para tornar a Codepar um órgão cada vez mais eficiente e útil para desempenhar o papel que lhe cabe no panorama administrativo. Sei, também, Senhor Presidente, que cabe a Vossa Senhoria, como principal responsável atual pela orientação da Companhia, o direito de procurar um melhor entrosamento com seus companheiros de direção.
Assim foi entendido pelo Dr. Carlos Seara Muradás ao renunciar ao cargo de Diretor Técnico. Assim também o entendo. Por este motivo, e por divergir da orientação que está sendo dada à Codepar é que tomei esta decisão."

no seu revolucionário livro *O Ponto de Mutação*. Lembro que Zacarias, nas muitas discussões que tivemos, dizia que era preciso acabar com Descartes e o pensamento cartesiano. Quando eu dizia que isto era heresia, ele respondia que "Toda sabedoria começa com heresia".

Capítulo 7

Instituto Brasileiro do Café – IBC 1965-1967

No último dia antes da chegada em Santos tive uma crise de enjôo, só curada com uma injeção na veia, do médico de bordo. Luca até hoje lamenta que eu perdi o jantar de gala, tradicional jantar presidido pelo comandante do navio na véspera da chegada. Terminou, assim, com ressaca, o ano em Hamburgo como Chefe do escritório do IBC.

No Rio, na sede do IBC, eu trabalhava como assessor do Presidente Leonidas Borio. Eu tinha várias atribuições, entre elas a *conta café* que era extremamente importante. O Brasil, em 1964, exportara produtos no valor aproximado de 1,4 bilhões de dólares. Mais de 50% deste valor provinha da exportação de café. Ainda dependíamos do café para o saldo de divisas. O Brasil havia assinado um acordo com o FMI e havia uma prestação de contas trimestral.

Logo na primeira delas fui chamado pelo Presidente que me disse que o Campos (Roberto Campos, então Ministro do Planejamento) havia telefonado dizendo que o IBC havia furado a previsão. Isto configurava uma situação dramática e uma ameaça de demissão. "Como você não viu isto?". Respondi que, no meu controle diário, o desvio era da ordem de 5% o que não parecia erro importante.

Depois de dois dias foi constatado que tudo não passava de um erro de soma do Banco Central (que coordenava a apresentação para o FMI). Nos divertimos muito à custa dos burocratas centrais, como nós os apelidamos.

Quem trabalhava comigo na conta café em nome do Itamaraty eram dois jovens secretários que depois fizeram carreira: Octávio Rainho das Neves, que foi embaixador e Presidente do IBC e Luiz Felipe Lampreia que foi chanceler no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso. Já eram brilhantes na época, os dois.

Trabalhei no Rio durante mais de um ano. Neste tempo participei, como representante de órgãos regionais, do CONSPLAN - Conselho Consultivo de Planejamento, presidido pelo Ministro de Planejamento. Em novembro de 1964, Campos havia lançado um plano chamado PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo) que fora montado por Mário Henrique Simonsen e que era atacado quase diariamente por Carlos Lacerda, já decidido a ser o candidato da oposição aos militares. Houve um famoso debate do PAEG numa sessão plena do CONSPLAN. Antônio Dias Leite, economista respeitado e integrante do Conselho, era o crítico e Mário Henrique o defensor. Foram horas de debate interessantíssimo; o PAEG tinha defeitos, claro. Um deles, que Carlos Lacerda usava para fazer gozação na televisão era uma projeção da produção brasileira de ovos, em que havia a previsão que o país produziria, ao final de três anos, 850 milhões de dúzias de ovos. Coisas de projeção. Mas existia um debate sério e Campos procurava, por todos os meios, evitar a imagem de excesso de autoritarismo. Delfim, que eu já conhecia desde aquele episódio na Codepar, participava como economista e ficou neutro, como eu também. O Conselho tinha 17 membros, entre representantes das classes trabalhadoras, das classes produtoras e da imprensa, entre outros. Frederico Heller, austríaco de nascimento mas brasileiro por opção, era o representante do jornal "*O Estado de São Paulo*", onde era redator chefe do caderno econômico. Ele falava do "*Jornal da Tarde*" como a ala esquerda dos Mesquita.

Quem me havia indicado para o Campos era um amigo que trabalhara conosco na Codepar, Nahum Sirotsky, brilhante jornalista e colaborador do Ministro. Tivemos muitos contatos ao longo de 20 anos, até que ele foi, como adido cultural, para a Embaixada do Brasil em Israel, onde está até hoje.

Enquanto eu me debatia com a *conta café*, o meu amigo Muradás

enfrentava um desafio muito grande: construir armazéns para abrigar a supersafra que se anunciava - 43 milhões de sacas, das quais 27 milhões só no Paraná. O Paraná foi, naquele ano, o maior produtor de café no mundo. Muradás, como presidente da CARSI, teve que preparar as concorrências, julgar as propostas, coordenar a construção de um milhão de metros quadrados de armazéns com empresas que, nem sempre, eram de atuação ilibada. Uma tarefa das mais desafiadoras. Ele a cumpriu com brilhantismo e teve como recompensa os primeiros dos seus muitos cabelos brancos de hoje.

Os armazéns estão todos aí, em ordem, e servindo para abrigar outros produtos.

Eu havia recebido uma outra tarefa: a de presidir um grupo de trabalho criado pelo Ministério da Indústria e do Comércio para estabelecer uma política de diversificação agrícola das zonas cafeeiras. Foi nesta época que conheci o Ministro Daniel Faraco, um servidor da pátria dos mais íntegros. Ele me ajudou em muito para contornar os problemas regionais que surgiram e que, às vezes, chegavam à completa irracionalidade. A versão final do meu relatório foi lida por ele na minha presença e me lembro que ele dizia: "Ai, esses engenheiros, não sabem virgular". O que é uma verdade: até hoje eu sofro com as vírgulas. É do Ministro Faraco a frase que é um primor de análise das pessoas com interesses escusos: "É a aliança dos que não querem com os que não sabem".

A diversificação das zonas cafeeiras, criticada por meio mundo, representou o início da nova riqueza brasileira, a soja. Hoje é a jóia da coroa do agro-negócio do Brasil.

O IBC tinha escritórios em vários lugares no exterior, entre eles em Hamburgo, o grande porto importador de café, na Alemanha. O posto de chefe do escritório estava vago. O lugar estava sendo pleiteado por uma pessoa apadrinhada por um candidato ao governo de São Paulo. Eu estava na casa de Isaac Milder, quando soubemos, pela TV, que o escolhido para o cargo era Abreu Sodré, que não tinha candidato para Hamburgo. Com isto, o caminho ficou livre para minha indicação.

Eu havia conversado com Fanchette sobre a possibilidade desta ida

para Hamburgo. Como eu continuava traumatizado com a saída forçada da Codepar, ela concordou, achando que ares novos (e germânicos) me fariam bem. Em junho de 1966 fui nomeado por decreto do Presidente Castello Branco.

E, em julho, fomos para a Alemanha.

Hamburgo é uma bela cidade, com uma população que se julga meio inglesa e de índole fechada. Como os meus antepassados são daquela região, simpatizei logo com os hamburgueses. A minha vida era bastante variada: o escritório tinha jurisdição sobre 16 países. Eu podia viajar para estes países sem pedir licença para ninguém. Tinha status de diplomata.

E ganhava bem. Foi a primeira vez na vida que consegui fazer economias. Não muitas, mas foram as primeiras. Viajava muito. Pelo menos uma vez por mês para Londres, sede da OIC (Organização Internacional do Café) para debates e participação em grupos de trabalho. E ia visitar os nossos clientes, os importadores e os torrefadores na Escandinávia, na Finlândia, na Bélgica e na Holanda. Fui até a Hungria, mercado incipiente que estávamos cortejando.

Achar onde morar não foi fácil. Passamos dias à procura de um apartamento. Por fim achamos um, muito simpático, num prédio antigo num bairro bom, perto do centro. Quando a proprietária soube que nós tínhamos dois filhos pequenos (Monica estava com seis e Luca com quatro anos) tivemos que nos submeter a uma prova de corpo presente. Ela nos convidou para tomar chá no apartamento. Lá ficamos nós, durante quase duas horas, sendo avaliados. Fanchette e os dois (super educados, nunca os tinha visto assim, quietos e sorridentes) fazendo sala e eu conversando com a *land-lady*.

Fomos aprovados e nos mudamos com alegria. O elevador, ante diluviano, tinha uma placa de bronze que reproduzia um trecho de uma postura municipal de 1912, que dizia o seguinte: "É proibido transportar pessoas em elevadores nos quais o transporte de pessoas é proibido". Os nossos patrícios portugueses não fariam melhor.

Conseguimos uma senhora que vinha três vezes por semana para

arrumar o apartamento. Empregada era palavra que não se usava mais. A nova designação era "*Raumpflegerin*" o que pode ser traduzido como enfermeira de ambientes.

Monica e Luca se deram bem. Havia um jardim de infância perto de casa que eles adoravam. O prédio tinha um pátio interno grande que era visível das cozinhas. Era um arranjo muito prático, com portas que só abriam de fora para dentro.

Fanchette foi a mais prejudicada. A fala foi sempre sua maior arma e ela se viu, de repente, desarmada. Mas acabou gostando de Hamburgo e dos hamburgueses, gentis com estrangeiros.

O nosso embaixador em Bonn, Fernando Ramos de Alencar, era meu amigo. Me convidava para as reuniões que ele fazia com os cônsules brasileiros na Alemanha. Naquele ano o Ministro da Guerra Costa e Silva, candidato a presidente, fez a viagem de volta ao mundo e passou pela Alemanha. O embaixador deu uma recepção num dos bons hotéis de Bonn, com a presença de Helmut Schmidt, então Primeiro Ministro alemão. O embaixador apresentou o corpo consular ao Ministro. Chegada a minha vez ele disse, como sempre dizia: "o nosso embaixador de café na Europa". Ao que Costa e Silva disse, surpreso: "Não sabia que o Brasil tinha embaixador de café". Dona Yolanda puxou o paletó do marido e disse: "Brincadeira do embaixador, Costa".

A Europa naqueles anos já era bem diferente da que eu conhecera em 1958. Menos traumatizada e começando a se tornar um continente rico, pelo menos esta parte da Europa que eu visitava. A semente que fora plantada em 1958 por De Gaulle e Adenauer havia se tornado uma árvore e já dava os primeiros frutos. Na Alemanha o professor Erhard comandava a economia social de mercado. De Gaulle continuava presidente da França, modernizando o país.

Em abril de 1967, morreu Adenauer. Nós assistimos aos funerais ao vivo, pela televisão. Foi emocionante ver os barcos dos bombeiros e da marinha levarem o corpo pelo Reno até perto do cemitério da pequena cidade onde ele morava. Um multidão se acotovelava nas margens do rio para

dizer adeus a este homem, responsável pelo renascimento da Alemanha e responsável, com seu amigo francês, pela fundação sólida da Europa.

A Europa, com sua história de mais de dois mil anos que começou na Mesopotânia, passou pelo Egito dos faraós e pelos gregos de Creta. A Europa, que se formou em meio a guerras, pragas e outras calamidades, é o lugar onde surgiu, lentamente, a idéia da liberdade e dignidade humanas. Ela é a mãe da razão, da filosofia e das ciências. Enfim, ela é a mãe de todos nós, ocidentais. E, como uma mãe com muitos filhos tem que conviver com filhos de todos os tipos, quer sejam os fortes *yankees* ou os menos fortes latinos ou, mais ainda, com os filhos mais jovens do continente escravo, os africanos. Esta Europa de tantas guerras fratricidas que sempre resistiu, ao longo da história, ao seu destino geográfico, que vai do Atlântico aos Montes Urais. Resistiu àquele que mais perto chegou do destino: Charlemagne, Karl der Grosse, que ambos, alemães e franceses, consideram o seu Imperador. Resistiu a Napoleão que tinha a visão de transformar a Europa numa grande França, com alamedas e um código civil europeu; resistiu, graças a Deus, a Hitler e sua raça ariana. E, de repente, pessoas como Jean Monnet e Maurice Schuman lançam a idéia e ela, como uma semente frágil, passa por vários jardineiros e dá sinais de que poderia brotar.

E os jardineiros De Gaulle e Adenauer fizeram brotar, com força, esta semente.

Era a segunda vez que eu estava na terra dos meus antepassados. Conheci um pouco mais do que da vez anterior; estive em Stockholm, em Oslo, Kopenhagen e Helsinki; em Bruxelas e Amsterdam, Viena e Budapest. Nesta última, eu fui para uma feira na qual o IBC tinha um *stand* e servia café de graça. No dia da inauguração houve invasão e quebraram quase tudo, por causa do café de graça. Ele foi reaberto com proteção policial, que durou todo o período da feira. Tive discussões muito fortes com a Ministra responsável pela importação de café: a Hungria era mercado novo para nós e, como tal, tinha um preço com desconto apreciável. Só que a empresa estatal húngara reexportava o café para países de consumo tradicional como a Áustria. Alguém ganhava muito dinheiro nesta manobra,

como, aliás, se ganhou muito dinheiro com a exportação para a Argélia.

Com respeito a este país, há outro episódio: em 1978, estando no Banco do Brasil, fui à Argélia para tratar de algum problema de comércio. Fiquei dois dias na capital Argel; era uma das cidades bonitas que os franceses fizeram no Mediterrâneo. Era mais bonita que Nice. Agora, em decadência, deixava a gente triste. O nosso Embaixador, que estava deixando o posto, ficou para aguardar a minha visita. Gentil, um paranaense muito capaz e eficiente, o embaixador Bernardo Pericás foi impecável na coordenação da visita. O episódio ao qual me refiro foi o seguinte: houve um almoço de oito pessoas, quatro nossos e quatro argelinos, presidido pelo presidente da sociedade estatal importadora de café. Conversas agradáveis, até que o presidente me contou uma história: "Vous savez, Monsieur, morreu um ministro de uma república vizinha; o presidente chamou os candidatos a substituto, um a um, e pedia para conjugar o verbo "manger" (comer). O candidato recitava: *je mange, tu manges, il mange, nous manjons*, ..., e os candidatos eram dispensados sem comentários. Até que um deles conjugou: *je mange, tu manges, je mange, tu manges* ..; foi nomeado." Olhei para o meu colega argelino e perguntei: "O que o senhor quer que faça com sua história muito simpática?". Ele me disse que eu fizesse o que quisesse. Agradeci, levantei e fomos embora.

Ele era parte do esquema que enriqueceu alguns brasileiros e alguns argelinos. Os mercados novos, com preços mais baixos, foram criados para aumentar o consumo de café. No caso da Argélia o preço do cafezinho em Argel era o mesmo que em Paris. Tiros que saem pela culatra.

Falando com pessoas de vários países notei que havia uma mudança de percepção da idéia da Europa. A perspectiva de ampliar o mercado, as vantagens de um mercado comum, começou a mudar a opinião das pessoas. Acho que foi nestes anos do fim da década 60 que se deu um grande passo na direção da União Européia de hoje. Pessoas tendem a ser racionais quando sentem que a carteira pode ficar mais cheia.

Ao meu ver este processo da Europa, iniciado em 1957, é um fato inédito na história. Pela primeira vez se construiu uma entidade política supranacional, abarcando países muito diferentes entre si, não pela força

das armas, mas pela escolha dos homens. Também, pela primeira vez na história, países desistiram de sua moeda (símbolo do poder soberano) para adotar uma moeda comum. E hoje o avanço já foi muito além do esperado pelos realistas: a moeda única é fato, o parlamento europeu está se fortalecendo. Enfim está surgindo uma grande Suíça, uma grande "*Confederatio Européica*" que pode conter a diversidade e o pluralismo dos costumes e temperamentos. Ainda haverá muitas idas e vindas no caminho de um grande país, mas a unidade européia é irreversível e se completará com o Reino Unido e a Federação Russa, além dos muitos países menos importantes economicamente.

Para mim, na minha vida, é o acontecimento político mais admirável e que me faz acreditar que se pode conseguir soluções racionais para problemas milenares.

Com a mudança de governo no Brasil, mudou a presidência do IBC e eu pedi para ser dispensado.

Nos despedimos de Hamburgo e dos amigos e embarcamos em navio da linha C.

A viagem foi boa. No último dia antes da chegada em Santos tive uma crise de enjôo, só curado com uma injeção na veia, dada pelo médico de bordo.

Capítulo 8

Paraná Comércio, BADEP 1967-1974

> Em Jerusalém sobrou um tempo, entre duas reuniões. Pedi para ir ver os vitrais de Marc Chagall, na Escola de Medicina. No caminho, meu companheiro parou num pequeno monumento e disse: "Este é o túmulo de Absalão". Foi um momento de pura emoção, depois de dias naquela terra impregnada de história. Fiquei mudo por algum tempo. A história de Absalão sempre me impressionou.

Já em Hamburgo soubemos da doença que Pierre, único irmão de Fanchette, havia contraído: câncer. Tentamos um último tratamento, em New York, mas de nada serviu. Em janeiro de 1968, Pierre, aos 40 anos, nos deixou. Para tristeza nossa, de sua mulher Mara e seus filhos Jean-Pierre e Paulo, o Magrão. Eu me tornara muito amigo de Pierre, ao longo dos anos.

Ao voltar para o Brasil me apresentei na Codepar mas não fui aceito; me foi dito que por ordem do governador. Por indicação de Luiz Gastão Lopes Borio, que além de advogado era nosso amigo, meu e da família, contratei João Regis Teixeira, advogado trabalhista brilhante. O processo foi demorado, mas no último dia do mandato do governador ganhei a causa e fui indenizado. Para grande alegria minha e de João Regis que, aliás, nada quis cobrar de mim.

Leonidas Borio – que tinha saído do IBC - me convidou para trabalhar no grupo dele. Havia várias empresas, entre elas a *Paraná Equipamentos*, representante dos produtos Caterpillar no Estado. A Holding, que

controlava o grupo, era a *Paraná Comércio*. Para lá fui, contratado como Diretor Gerente.

Os quatro anos seguintes foram muito interessantes. Leonidas estava ampliando os seus negócios e diversificando as atividades. Ele se mudara para o Rio de Janeiro e eu, como o elemento de ligação, viajava para o Rio e também para o exterior. Fomos, Leonidas e eu, para Peoria nos Estados Unidos, sede da Caterpillar, para negociações. Para mim foi novidade conhecer empresas americanas. Em Curitiba eu ficava no escritório da Rua Barão do Rio Branco, com José Rego Cavalcante, alagoano, sócio de Leonidas e pessoa maravilhosa. Marisia Wendler, secretária de Zé Rego, (como era chamado pelos amigos) logo foi ser minha secretária também e me acompanhou até sua morte prematura. A equipe que compunha o grupo era muito competente e conheci vários profissionais de primeira linha.

Em 1971, após quatro anos na Paraná Comércio, eu estava muito insatisfeito com minha participação no desenvolvimento dos negócios da empresa. Conversei muito com Leonidas e disse a ele que eu estava sem condições de continuar. Ele me disse que seria bom tirar férias longas e pensar no assunto. Foi assim que em setembro de 1971, fomos, Fanchette e eu, para a Europa, numa longa viagem de quarenta dias. Voltamos a tempo de participar da festa de sessenta anos de casamento de meus pais, em Cabeçudas, em 19 de outubro. Na praia encontrei um amigo que me contou os acontecimentos no Paraná e me garantiu que o governador iria cair.

Eu havia pensado muito, na viagem, sobre o meu futuro e havia concluído que não seria bom, nem para mim, nem para Leonidas, continuar na empresa. Voltei a conversar com Leonidas e ele me liberou com a condição de fechar o balanço da *Paraná Comércio* daquele ano. Assim combinamos. E eu não tinha a mínima idéia do que iria fazer depois.

Então, em novembro, caiu o governador. Assumiu o vice, Pedro Viriato Parigot de Souza, nosso professor de hidráulica e pessoa maravilhosa. Em uma ida ao Rio fui conversar com Maurício Schulman, companheiro e amigo, que era Diretor da Eletrobrás. Logo ele foi intimado a ser Secretário da Fazenda.

A partir desta nomeação todos os amigos me perguntavam quando

eu iria assumir o BADEP (o Banco de Desenvolvimento do Paraná, sucessor da Codepar). Maurício me dizia: "Não faça nada sem falar comigo". E se passavam dias, semanas, e Maurício me dizia a mesma coisa. Era enervante. Em fevereiro fui convidado e aceitei com um entusiasmo atípico para meu temperamento. Imagine, reencontrar a Codepar! Fanchette dizia que era a amante que tinha voltado do além.

Naquele tempo, cargos como o de presidente do BADEP necessitavam aprovação do SNI (Serviço Nacional de Informações). Maurício havia feito a consulta e não vinha resposta. Era uma situação delicada para ele, que ficou muito preocupado com a possibilidade de que eu tivesse feito alguma besteira. Em fevereiro pediu auxílio ao Dr. Parigot, que resolveu a angústia com um telefonema ao Coronel Chefe do SNI no Paraná. A consulta escrita se perdera e por isto não havia resposta; esta era a explicação.

Então, em fevereiro de 1972, voltei para minha casa. Levei comigo Mechel Woller, como diretor técnico, e encontrei Hilton Dácio Trevisan, diretor financeiro que foi confirmado no cargo. O BADEP estava em situação de calamidade. A inadimplência era grande, as instalações estavam em estado lamentável e o pessoal estava totalmente desmotivado. Não havia tempo a perder. Na primeira reunião de diretoria eu disse ao Hilton que ele deveria cuidar dos inadimplentes, que eu nem iria olhar para o assunto. Eu seria o diretor para frente.

Logo após a posse, em março de 1972, morreu minha mãe. Ela estava com 81 anos e teve uma morte fácil. Não sofreu. Meu pai ficou muito só, depois de 60 anos de um casamento muito bom. As irmãs, principalmente Inge, tiveram que ajudar a amenizar sua dor.

Começamos a trabalhar. Tive a ajuda de duas pessoas admiráveis que de uma forma ou outra me acompanham até hoje: Maria de Lourdes Domakoski, a Malu, e Paulo Ricardo dos Santos, muitas vezes meu alterego. E reencontrei Luiz Antônio Fayet, depois meu sucessor, Carlos Augusto Cavalcanti Alburquerque, o Cacá, e Adilson de Lucca Ribeiro, todos na luta pelo Paraná, até hoje.

Passamos três meses mergulhados em números e fatos para fazer um diagnóstico e estabelecer a política e as prioridades para atuação do banco. Em maio o trabalho estava pronto. O passado recente foi alvo de críticas conscienciosas, inclusive a falta da busca de recursos extra-estaduais. Como os recursos do FDE e do próprio BADEP estavam se exaurindo, era preciso buscar recursos urgentemente. Fui ao Delfim, que era Ministro da Fazenda, e pedi orientação. Ele me disse para conversar com Giampaolo Marcelo Falco, presidente da Caixa Econômica Federal que administrava os recursos do PIS, o Programa de Integração Social. Fundo que permitia conceder financiamentos de longo prazo para indústrias e aportar capital de giro. Fomos recebidos muito bem e, nos dois anos seguintes conseguimos ser o maior repassador nacional de recursos desse programa.

Definimos ainda as três principais linhas de atuação do BADEP: atração de investimentos de fora do estado e do país; fortalecimento das empresas paranaenses e a criação de um órgão central de informação econômica e social para o Estado.

O Brasil estava recebendo muitos investimentos estrangeiros. São Paulo era ainda a localização preferida. Minas Gerais estava fazendo um esforço muito grande utilizando o BDMG (Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais) e o INDI (Instituto de Desenvolvimento Industrial), criado em conjunto com a CEMIG para atrair empresas.

O Paraná estava atrasado na busca de investidores. Montamos uma equipe da qual é preciso destacar Guido Guérios, incansável nas visitas e apresentações. Viajamos para a Europa, fizemos contatos, usamos bancos europeus.

Jaime Lerner, arquiteto e funcionário do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), foi indicado por Haroldo Leon Peres para ser Prefeito de Curitiba e foi confirmado pelo Dr. Parigot. Durante o primeiro ano sua equipe (composta de arquitetos e administradores muito competentes) havia estudado, entre milhares de outros assuntos, a possibilidade de criar um distrito industrial em Curitiba. Ele tinha o projeto pronto e veio falar conosco, com Maurício e comigo. Apoiamos a

proposta, convencemos o Governador e a CIC (Cidade Industrial de Curitiba) se tornou realidade e mudou o perfil econômico da capital.

Em 1978, recebi o título de homem do ano da AECIC (Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba) e o discurso que fiz, na ocasião, mostra o entusiasmo com que eu participei da realização da Cidade Industrial de Curitiba:

> "É com muita alegria que recebo esta homenagem que a Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba decidiu prestar-me.
>
> Permito-me, contudo, considerar que a homenagem, mais que a uma pessoa, deveria ser prestada a uma idéia e a uma realização que tive o privilégio de acompanhar de perto e que hoje constitui uma realidade vigorosa e um fecundo exemplo para o Brasil: a idéia da própria Cidade Industrial e Curitiba.
>
> Fruto de um longo amadurecimento da economia paranaense e da capacidade empreendedora de uma plêiade de homens públicos, que Curitiba e o Paraná tiveram a felicidade de possuir, as bases desta realização estão localizadas no início dos anos sessenta, com a criativa e inovadora administração do Governador Ney Braga.
>
> A criação da CODEPAR, em 1962, congregando recursos e racionalidade para a edificação de um novo perfil para a economia estadual, talvez constitua a mola mestra, a alavanca e a raiz mais funda da esplêndida realidade que frutificou ao longo dos últimos 15 anos.
>
> Foi o início de um trabalho que, na sua evolução, demonstrou, à saciedade, o quanto podem a vontade e a determinação política realizar em favor do desenvolvimento e do bem comum.
>
> O amadurecimento da economia estadual, a mudança qualitativa que se operou, com a passagem de uma economia de base primária para um estágio mais complexo de industrialização, veio permitir que, em etapa mais recente, fosse sedimentada a idéia da criação da Cidade Industrial de Curitiba, uma concepção inteiramente nova da convivência harmônica do crescimento industrial com a manu-

tenção de padrões elevados de qualidade de vida.

A implantação deste modelo, que deve servir de exemplo e inspiração para nosso País, por mostrar que não é inevitável o drama das aglomerações urbanas martirizadas por problemas gigantescos de transportes e poluição, se deve à criatividade e ao trabalho de um punhado de homens lúcidos.

Com adesão firme e decidida do Governador Parigot de Souza, e do então Secretário da Fazenda, Maurício Schulman, a CIC nasceu do arrojo e do descortino, num primeiro momento, do Prefeito Jaime Lerner, secundado pelo trabalho de Cássio Taniguchi, na URBS e de Rafael Dely, no IPPUC. Seu desenvolvimento e consolidação devem-se, numa harmoniosa continuidade administrativa, ao Prefeito Saul Raiz e à sua equipe, com Mechel Woller na URBS e com Lubomir Ficinski Dunin no IPPUC.

Deve-se creditar o êxito, também, aos numerosos organismos do Governo do Estado envolvidos na tarefa, como o BADEP, a COPEL, o DER, a SANEPAR e a TELEPAR, cujo apoio à realização continuou a desenvolver-se sob os Governos Emilio Gomes e Jaime Canet Júnior.

Por que insisto em afirmar que a CIC é modelo que deveria servir de exemplo e inspiração para o Brasil?

Porque ela representa, embora ainda nos seus primeiros contornos, a resposta a dois desafios graves enfrentados pelo país e que vêm sendo apresentados como conseqüências inevitáveis de nosso processo de desenvolvimento como um mal necessário, como o preço que se deve pagar pelo progresso.

O primeiro deles é relativo à poluição do ar e da água, com as suas dramáticas seqüelas sobre a qualidade de vida de populações inteiras, na desorganização urbana e no gravíssimo problema de transportes, que vem onerando pesadamente nossas maiores cidades e impondo a realização de investimentos que sobrepujam a nossa capacidade de poupança, num País onde sabidamente os recursos são escassos.

Ainda há pouco dias realizou-se aqui, em Curitiba, o 1º Seminário

Nacional de Ecologia e multiplicam-se pelo país as iniciativas destinadas a salientar a importância de manutenção do equilíbrio ecológico. E realmente em vários pontos do País os efeitos da poluição industrial sobre a natureza já assumem contornos cuja gravidade não é possível dissimular.

Em Curitiba, contudo, o adequado planejamento que presidiu a instalação da Cidade Industrial foi capaz de tangenciar o problema, mediante a imposição de um conceito inovador de que se desejava não a criação de um Parque de Indústrias, mas a edificação de Indústrias dentro de um Parque.

A realidade demonstra que a proposição era correta e que, sem obstar o crescimento industrial, mas pelo contrário estimulando-o, era viável preservar-se a cidade e a qualidade de vida de seus habitantes.

Lembro a propósito a Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, o grande conjunto habitacional implantado pela COHAB e que era considerado área marginal, perigoso reduto de desocupados e desordeiros.

Hoje, situado nas proximidades da CIC, que absorveu o contingente de desempregados, abriga uma população com crescentes níveis de vida, proporcionados pela oportunidade de emprego industrial, com facilidade de transporte assegurada pela localização vizinha de seu trabalho.

O segundo grande problema nacional de que a CIC constitui resposta diz respeito à diminuição das disparidades regionais de renda, derivadas da concentração industrial e econômica na região Sudeste e, em especial, nas grandes aglomerações do Rio e de São Paulo.

A CIC, sediando hoje grandes unidades industriais, demonstrou que é possível, desejável e necessário deslocar do pólo dinâmico, sem perda de operacionalidade, a sede de investimentos de grande e médio porte.

Os ganhos proporcionados pela desconcentração industrial são irrecusáveis, sob qualquer angulo de análise. Sua execução, planejada

em moldes racionais e equilibrados, constitui hoje um imperativo de política econômica nacional. A construção de uma sociedade mais justa e humana, fundada em princípios de eqüidade, impõe essa tarefa como preocupação fundamental e inadiável.

Gostaria imensamente de ver o exemplo da CIC frutificar por todo o País.

Mas, senhores, minha crença nas virtudes da Cidade Industrial de Curitiba e meu respeito por aqueles que a tornaram possível, estaria totalmente destituída de sentido se eu deixasse de mencionar o principal protagonista de todo este processo.

Esta esplêndida realidade que me empolga e me nutre de esperanças para o futuro dependeu, substancialmente, da decisão, do esforço e do trabalho da classe empresarial.

Aos empresários, à sua capacidade de realização e sua perseverança em transformar idéias, oportunidades e projetos em fatos concretos e palpáveis, arrostando dificuldades e obstáculos que não são pequenos, deve-se efetivamente o êxito alcançado.

A eles, pois, ao germe criador que os impulsiona em direção ao futuro, quero transferir essa homenagem."

Em 1978 já era muito grande a minha preocupação com a ecologia. Esta consciência ecológica que surgiu na nossa geração é das coisas boas que aconteceram. Mas a negativa dos Estados Unidos em aderir ao protocolo de Kyoto quase torna perdido todo o esforço feito pelos demais países.

Continuo achando que o esforço que é feito ainda é muito pequeno. Ainda somos agentes do desperdício. Desperdiçamos o bem mais importante do planeta: a água.

Acho, até hoje, que a CIC foi uma das coisas bonitas que vi acontecer. A idéia das indústrias num parque é uma das boas idéias de arrumação espacial. Quanto a Jaime Lerner sempre lhe digo que a coisa mais importante que ele fez foi dar aos curitibanos o orgulho de poderem dizer: "Sou

de Curitiba".

Começamos a ter resultados. As negociações eram às vezes muito duras. Lembro da visita do presidente da Philip Morris, que vinha de Porto Alegre e estava indo para Belo Horizonte para fechar o acordo com o BDMG. Ele chegou antes do almoço e sentou à minha frente. Pedi a ele que contasse o que ele queria de incentivos. Quando ele terminou de contar, eu levantei e disse "Boa viagem, senhor Nolte." Ele perguntou se eu não oferecia nada. Eu disse que a única coisa que eu poderia oferecer de diferente era a participação acionária provisória – o programa "PAP" que nós havíamos inventado. Depois de um longo almoço comigo e mais longas discussões técnicas a empresa se instalou na cidade industrial.

Com respeito à guerra fiscal eu respondi assim, numa entrevista à revista Banas, em dezembro de 1973: "O Paraná sempre se recusou a entrar na chamada guerra fiscal. Ainda recentemente, em explanação sobre a atuação do BADEP (que fiz para estagiários da Escola Superior de Guerra que visitaram o Paraná), esse assunto foi bastante debatido. Expliquei-lhes que é uma loucura o que se faz no País. Achamos que se o Estado concede isenções fiscais está distorcendo o setor em que a empresa atua e a própria economia da empresa, que decide a localização do empreendimento em bases falsas. Aliás, o que concedemos é suficiente para atrair as indústrias que queremos".

Continuo tendo esta opinião. Sempre achei que os *free-shops* são outra insensatez que os governos permitem. Assim como os Bancos *off-shore* que são verdadeiros *off-law* para dinheiros clandestinos.

A história da Philip Morris teve uma seqüência: a empresa havia exigido a minha participação no Conselho de Administração, junto com outros paranaenses. Eu disse que sim, mas sem remuneração. Para não ofender os outros membros do Conselho, trocamos cartas, Ado Nolte e eu, dizendo que eu estaria participando sem receber nada. Quando fui para a Caixa Econômica, um jornal de Curitiba, o *Estado do Paraná*, publicou uma matéria contando a história do Conselho e me incluindo entre os *regiamente* pagos. Mário Henrique Simonsen falou comigo dizendo que

o General Figueiredo, que era, então, o chefe do SNI, havia dito que era preciso esclarecer muito bem este assunto. Mandei, então, ao Mário uma informação com cópias das cartas, do senhor Nolte e minha, que mostrava que eu nada recebia. Figueiredo, ao lê-las, comentou: "Precisamos prestar atenção nesse alemão, ele joga a casca de banana e não pisa nela."

Procurei, pessoalmente, o então presidente da Renault, Louis Dreyfus, em Paris, e, durante um almoço, tentei convencê-lo a vir para o Paraná. Eles preferiram a Argentina e só em 1995 chegaram aqui, com Jaime Lerner governador. Mas conseguimos trazer a Siemens, a Bosch, e outras que começaram a mudar o perfil industrial do Paraná.

Um caso bem diferente dos outros foi o da Volvo. Em 1972 recebemos a visita de Peter Ekenger, assessor da Câmara de Comércio Brasil Suécia em São Paulo. Ele fazia contatos em nome da empresas suecas que queriam se instalar no país. Foram meses e meses de negociações penosas. Vieram técnicos suecos, economistas, engenheiros. Em novembro de 1973 houve uma exposição mundial na Bélgica. Nós tínhamos encontros com vários industriais europeus. Eu aproveitei a proximidade de Bruxelas e fui visitar Gotemburgo, a sede da Volvo. Era um dia muito frio, com neve de quase um metro no aeroporto. O responsável pelo projeto Brasil, Tage Karlsson, estava mais frio do que o clima. Ao fim de uma difícil hora e meia ele acabou confessando que a decisão estava tomada e era o Rio Grande do Sul. "Por indicação do Governo Federal" disse ele. Eu argumentei, então, que o Governo iria mudar em quatro meses, que era melhor eles esperarem. Foi o que consegui. A partir do Governo Ernesto Geisel em 1974, usamos o prestígio de Ney Braga e negociamos com muito vigor. Luiz Antônio Fayet, meu sucessor no BADEP, e o Governador Jaime Canet Júnior fizeram muita pressão. João Paulo dos Reis Veloso, Ministro do Planejamento, não facilitou os entendimentos.

Foi decisiva a atuação de Angelo Calmon quando assumiu o Ministério da Indústria e Comércio. O seu capataz, numa fazenda da família, foi obrigado a pagar pesado ágio na compra de um caminhão e Angelo disse ao Presidente Geisel: "Está na hora de ampliar a concorrência no setor".

O projeto foi aprovado em 1978. Seis anos de idas e vindas que incluíram uma tentativa de suborno feita a mim. Foi a única direta que recebi na vida: "Boicote o projeto que você está garantido para o resto da vida". Quase rompi com o amigo que foi portador da proposta.

O projeto Volvo foi aprovado com a participação do setor público paranaense e de grupos privados. O grupo sueco era minoritário nas ações ordinárias e a Volvo do Brasil foi instituída com um acordo de acionistas que previa o Conselho de Administração paritário entre suecos e brasileiros e o Presidente escolhido de comum acordo. Quando deixei o governo, em 1980, os acionistas me convidaram para a presidência do Conselho. A minha relação com a Volvo durou 15 anos e dela falo mais adiante.

Esses dois anos de BADEP foram, de novo, muito gratificantes. O Brasil estava crescendo a taxas ditas milagrosas e o Paraná recuperava o tempo perdido.

Nós estávamos tratando de muitas coisas ao mesmo tempo. A soja estava surgindo como o grande produto da agricultura, e empresas de porte se instalaram em Ponta Grossa. No meio de conversas sobre industrialização surgiu a idéia de uma fábrica de bife de soja, com tecnologia de Israel. Aproveitei uma ida à Europa para visitar Israel. Fiquei cinco dias, vi maravilhas de tecnologia, inclusive a fábrica que ficava em Arat, na entrada do deserto de Negev. Infelizmente a idéia da fábrica não prosperou por falta de interesse do empresariado local.

O nosso contato em Israel era Michael Rosner, presidente da empresa que havia sido contratada pela SERETE para dar uma consultoria geral sobre a indústria de alimentação. Naquela época, Israel já exportava frutas frescas para a Europa Central. O comprador fazia o pedido; as frutas, conforme a época, pêssegos, nectarinas, uvas, morangos eram colhidas de tarde e levadas de madrugada de avião para Paris, Lyon, Frankfurt e Munich e dos aeroportos eram levadas para os lugares de consumo final. Isto exigia uma logística de primeira linha. Mas os israelis eram peritos no assunto. Faziam-no como faziam a programação das batalhas. Pensamos em fazê-lo do Brasil, mas a distância e a falta de capacidade operacional

o desaconselhava. Estávamos na infância da exportação diversificada. O Chile já o fazia em larga escala. E hoje o Brasil já exporta frutas *in natura* em grandes quantidades.

Michael, que se tornou meu amigo, me mostrou produtos que não eram ainda conhecidos, nem consumidos, no Brasil: os pratos prontos. Quando eu argumentei que achava muito cedo e que no Brasil, com cozinheiras baratas e facilmente encontráveis, seria muito caro e não cairia no gosto da nossa classe média, Michael me disse que eu seria surpreendido pela rapidez com que o *fast food* chegaria ao Brasil.

Eu não imaginava o quanto ele tinha razão. A Sadia está aí para prová-lo.

Em Jerusalém sobrou um tempo, entre duas reuniões. Pedi para ir ver os vitrais de Marc Chagall, na Escola de Medicina. No caminho, meu companheiro parou num pequeno monumento e disse: "Este é o túmulo de Absalão".

Foi um momento de pura emoção, depois de dias naquela terra impregnada de história. Fiquei mudo por algum tempo. A história de Absalão sempre me impressionou

Quando assumi o BADEP, as instalações estavam péssimas. Dez anos de uso e pouca conservação davam aos investidores potenciais uma péssima impressão. Além do mais, o espaço já era reduzido, no prédio da Rua das Flores. Um dia apareceu Mário Petrelli, conhecido nosso, e ofereceu um prédio em término de construção que estava sendo implantado para sede regional sul da Companhia de Seguros Boa Vista. Incorporada pela Atlântica, o prédio estava à venda por decisão do dono da Atlântica-Boa Vista, Antonio Carlos de Almeida Braga (conhecido como Braguinha nos meios financeiros e esportivos do país). O assunto foi examinado pelo nosso pessoal técnico e a conclusão foi a de tentar comprar 8 dos 12 andares, mais o térreo. Falei com Maurício Schulman e ele me disse que, sem o acordo do governador, nada feito. Combinei uma visita à obra com o Dr. Parigot. Às 7 horas da manhã, pelo elevador de serviço, fomos ver o andar que estava quase pronto. Na saída ele me perguntou: "Você tem

dinheiro?". Quando eu respondi que sim, ele me disse: "Tente comprar o prédio inteiro". Foi o que fiz. Ofereci menos do que Braguinha pedia, fui xingado por ele, fiquei firme, mas com medo de perder o negócio. Obtive autorização do Conselho do BADEP e fechei a compra. No mesmo dia o líder do PMDB na Assembléia fez um discurso denunciando a "negociata". O discurso, com abertura de uma manchete sensacionalista de primeira página, estaria no dia seguinte na "Tribuna do Paraná", vespertino de "O Estado do Paraná".

Agimos muito rápido; Amador Aguiar, dono do Bradesco e já sócio da Atlântica-Boa Vista, com um telefonema ao dono do jornal, impediu a publicação.

Mas o discurso provocou o alerta do SNI, que abriu inquérito. Na investigação ficou provado que o prédio havia custado (em valores corrigidos) CR$ 14,5 milhões, fora avaliado pela "Câmara de Valores Imobiliários" em CR$ 17 milhões e o BADEP o comprara por CR$ 11,5 milhões, ainda em condições privilegiadas. Um belo negócio.

Por que o prédio, que era, na época, o mais bem construído do Paraná, foi vendido abaixo do seu valor? Porque a Atlântica-Boa Vista estava sendo obrigada, pela SUSEP (Superintendência de Seguros Privados) a desimobilizar. A seguradora estava sob pressão, e em Curitiba, naquela época, não havia, quase, comprador. Sabendo disto, eu forcei o preço.

Nós inauguramos o prédio em nove de janeiro de 1973 com a presença do Ministro Delfim Netto e de Amador Aguiar, que veio prestigiar o amigo, segundo ele. Nós havíamos feito um esforço fantástico para aprontar o relatório anual até o dia nove. Como em Curitiba não havia gráfica para fazer o que queríamos, tudo teve que ser feito em São Paulo. O pessoal de relações públicas se superou, a contabilidade fechou o balanço em 4 de janeiro, os auditores independentes, Price Waterhouse Peat, assinaram o parecer no dia oito de janeiro e o relatório foi entregue na inauguração, no dia nove. Amador Aguiar, que tinha orgulho de ser sempre o primeiro banco a publicar o balanço, olhou incrédulo quando eu lhe dei o exemplar e lhe disse "Senhor Amador, desta vez ganhamos do Bradesco".

Tenho certeza que o prédio, muito elegante e sóbrio, ajudou a convencer muitos empresários estrangeiros a tomar a decisão de localizar seu empreendimento no Paraná.

No último dia em Jerusalém, ao voltar do jantar, encontrei um recado no Hotel comunicando a morte do Governador Parigot, que lutava há meses contra uma doença incurável.

Os entendimentos políticos, dos quais eu participei ativamente na minha volta ao Paraná, resultaram na escolha de Emílio Gomes, eleito pela Assembléia, que completou, com competência, o mandato do professor Parigot.

Quanto à outra meta, a de centralizar as informações econômicas e sociais em um único órgão, eu havia pedido a Francisco Borja Batista de Magalhães Filho, professor de economia e funcionário do BADEP, que escolhesse entre duas alternativas: criar um Departamento especial no BADEP ou um Instituto independente. Ele consultou toda uma equipe de economistas e sociólogos e optou pelo Instituto independente. Com aprovação do Secretário da Fazenda e do Governador, foi criado o IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, entidade que preencheu uma lacuna no sistema administrativo paranaense.

Ainda havia tempo para brincadeiras: O Governo Médici havia estabelecido uma meta de inflação de 12% para o ano de 1973. O BADEP, por força de convênio com a Fundação Getúlio Vargas, calculava o índice para o Paraná. E em começo de outubro publicamos uma matéria nos jornais com a manchete: *Paraná cumpre antecipadamente a meta anual: 12% de inflação foram atingidos até setembro.*

No período aconteceu, ainda, uma decisão importante: a Escola de Florestas, uma escola pioneira no Brasil para formação de técnicos no trato de silvicultura, foi transferida de Minas Gerais para Curitiba.

Os dois anos no Badep foram muito gratificantes. O Paraná iniciou um segundo ciclo de expansão, que permitiu ao Estado seguir um caminho de crescimento acelerado. E Curitiba ficou sendo um exemplo de "cidade boa de se viver"[9].

9 Agora, nos primeiros anos do novo século, Curitiba está se tornando uma cidade grande igual às outras, com problemas de trânsito, pobreza e segurança.

Capítulo 9

Ars longa-vita brevis

Desde cedo algumas formas de arte surgiram na minha vida. A música, em casa: meu pai tocando piano, autodidata. O vizinho, em Cabeçudas, que pintava marinhas a óleo. A orquestra do Teatro Carlos Gomes, teatro construído pela comunidade, que se orgulhava de ter o primeiro palco giratório do Brasil.

Com pouca idade, tive contato com a música. Na minha família, como em quase todas as famílias de origem alemã, estudar um instrumento fazia parte daquilo que era obrigatório.

As minhas irmãs estudaram piano. O piano, alemão, como convinha, ocupava um lugar de honra na sala de visitas da nossa casa. Eu fui encaminhado para o violino.

Nunca fui brilhante violinista, mas aprendi o suficiente para tocar na orquestra sinfônica do Teatro Carlos Gomes na minha cidade natal. Quando vim para Curitiba, passei a integrar a orquestra do Clube Concórdia. O nosso maestro adorava os ensaios; ele ensaiava dezenas de peças, antes de fixar o programa da apresentação.

Considero, até hoje, que a participação, por menor que seja, na criação de uma peça é muito importante para a compreensão do fenômeno musical. Assistir, sentir como surge a obra, qualquer que seja ela, mais ou menos erudita, é uma experiência insubstituível e é muito mais do que ouvir, simplesmente. Ainda agora, quando ouço uma das peças que nós to-

cávamos nas orquestras de músicos amadores, em Blumenau ou em Curitiba, a emoção vem, com força. Guardo com muito carinho a lembrança desse convívio com outros músicos. E ainda olho, com o mesmo carinho, o violino herdado do meu pai. Não ouso tocá-lo, para alegria dos meus vizinhos.

Lembro de, ainda criança, ter ido a um concerto da orquestra do Teatro Carlos Gomes, em companhia de minha irmã, ela já uma moça. O programa era bastante variado e incluía a *Protofonia do Guarani*. Lembro que disse à minha irmã: "nós temos poucos músicos, mas eles produziram as músicas mais bonitas." Ao que ela, do alto de sua idade quase madura, respondeu sabiamente: "espere mais um pouco para fazer um julgamento".

É claro que minhas preferências musicais mudaram muito, mas ainda ouço, com emoção, a abertura de *O Guarani*, do ítalo-brasileiro Carlos Gomes.

Talvez a primeira grande experiência foi quando vi Eugen Szenkar regendo a Orquestra Sinfônica Brasileira, a OSB, no Cine Rex, no Rio, nos concertos para a juventude. Era dezembro de 1943 eu tinha 16 anos e meu ouvido e minha sensibilidade estavam prontos para receber a *Quinta Sinfonia* de Beethoven. Lembro que saí da sala para a rua, completamente maravilhado.

Revi Szenkar em 1959, na França, para onde ele havia voltado depois da guerra. O reencontro com ele foi como um mergulho no passado e por alguns momentos, ressurgiu o adolescente do Rio de Janeiro.

Estão ainda grudados na minha memória alguns dos artistas que vinham a Curitiba, pela SCABI (Sociedade de Cultura Artística Brasílio Itiberê), nos anos em que eu cursava engenharia. Vinham orquestras de câmara e violinistas, pianistas e flautistas. Era, às vezes, um sofrimento assistir ao concerto na sala sem aquecimento do Clube Concórdia, em pleno frio dos meses de inverno.

Na minha primeira viagem à Europa, no inverno de 1958–59, aproveitei, em Paris, tudo que era possível. Às vezes, aos domingos, eu freqüentava dois concertos por dia. Por exemplo, um magnífico *Messias* na Igreja de St. Eustache e um concerto de Mozart, tendo como solista Monique

Haas, na sala Pleyel. Até hoje vejo o seu rosto incrivelmente etéreo, durante o segundo movimento do concerto de piano nº 20, aquele movimento que Salieri, na peça *Amadeus*, lê, ouve, e briga com Deus por ter dado a Mozart a inspiração para esta melodia que parece, em verdade, vir diretamente, sem intermediários, de fonte divina.

Mas não fiquei só na música ao vivo. Cedo entrou na minha vida a música enlatada.

Ainda em Blumenau, o rádio General-Electric de meu pai foi uma fonte inesgotável de prazeres musicais. Havia naquela época duas estações de rádio que transmitiam música erudita, que eram ouvidas com perfeição em Blumenau: *El Sodre*, de Montevidéu e *Belgrano* de Buenos Aires. As ouvíamos melhor do que a rádio Ministério da Educação, do Rio.

Foi nesta época que aprendi a "tocar rádio", como diziam meus amigos. Como havia, naquele tempo, relativamente poucas gravações, eu identificava autor, peça, orquestra e regente em alguns minutos. Hoje, claro, é inconcebível tentar fazê-lo. Mais tarde, a proliferação de estações de rádio poluiu as ondas sonoras e se tornou quase impraticável "tocar rádio". Com exceção da rádio MEC, no Rio e em Brasília, que irradiam boas seleções de música erudita.

Quando meu pai comprou um primeiro e rudimentar toca-discos, saquei o dinheiro da minha caderneta de poupança (poupança corroída pela inflação, pequena, mas persistente) para comprar um disco: o concerto de violino de Beethoven, com Yehudi Menuhin.

O meu primeiro rádio foi comprado quando me formei, ao final de 1952. Um Telefunken enorme. Ele foi, durante muito tempo, alegria das noites e dos fins de semana.

Mais tarde surgiram os long-plays, os LPs, em agonia e coma nos tempos de hoje, ultrapassados pelos CDs, que já estão sendo ameaçados pelos DVDs. Vi, nestes dias, um DVD das *"Variações Goldberg"* de Bach, com Glenn Gould, que parece um possesso ao viver a música!

Nunca fui perfeccionista. Meu equipamento atual é singelo, um Sanyo comprado em 1984, quando me rendi ao conforto do CD.

Gosto muito de um trecho no final de um dos meus livros preferidos, o *Lobo da Estepe*, de Hermann Hesse. Pablo – Mozart faz Heller, o herói do livro, ouvir (em 1926) num aparelho de rádio um concerto de Händel. E a base da total imperfeição técnica do aparelho explica-lhe a beleza da vida. "No meio de todos os barulhos da estática é possível reconhecer a nobre estrutura desta música divina; como é possível, no meio do caos inacreditável do nosso *mondo cane*, reconhecer o sentido profundo da nossa existência."

Vivo, há muito tempo, quase só com música enlatada. E, depois do entusiasmo por Beethoven, minha preferência mudou para Bach, Vivaldi, Händel, Haydn e, sobretudo, para Mozart. 1991, o ano de Mozart, com seus exageros, apenas reforçou em mim a idéia de estarmos face à incrível genialidade singela e profunda de uma música celestial.

Recorro a Hesse, mais uma vez, para concordar com ele quando diz: "A expressão da música clássica significa: conhecimento da tragédia da humanidade, aceitar o destino humano, coragem, alegria. Seja ela a graça de um minueto de Händel ou de Couperin, ou o gesto delicado de sensualidade sublimada de muitos italianos ou de Mozart, ou a serena disposição de morrer como Bach o expressou. Sempre será um ato de resistência, de coragem diante da morte, cavalheirismo e vibra sempre um som de alegria sobre-humana".

Não consigo gostar de música dita moderna. Ela, quase sempre, me fere os ouvidos.

Um analista francês, Claude Imbert, falou longamente sobre o estranho fenômeno da ausência da música moderna das salas de concerto. E chegou à conclusão que a música moderna perdeu as relações com o público porque perdeu sua linguagem.

Maravilhas são os momentos mágicos quando a orquestra começa a afinar seus instrumentos a partir da nota base do piano ou do violino – este conjunto murmúrio musical suave, às vezes interrompido por um rápido fragmento de seqüência melódica; quando a luz lentamente se apaga

pido fragmento de seqüência melódica; quando a luz lentamente se apaga e entra o maestro, aplausos e o silêncio: a magia se materializa. E somos envolvidos pelos sons e pelos ritmos que parecem, às vezes, tocar diretamente nossa alma, sem passar pelo ouvido.

Sinto arrepios de verdade - os pelos dos meus antebraços se eriçam – quando Beethoven, no segundo movimento da Quinta Sinfonia, após haver modulado o tema três vezes em tom menor, o modula, na quarta vez, para um jubilante tom maior e parece que o céu se abre por inteiro e enxergamos toda a legião dos anjos. Ou também, quando Brahms, em meio a sua habitual prolixidade musical, limpa uma seqüência penosa, pesada, com uma fuga quase bachiana no seu segundo concerto de piano; ou ainda quando no *Laudamos-te*, da missa em dó menor, de Mozart, ele é atropelado pelos anjos.

E sinto uma necessidade, quase física, quase animal, pela música. Em viagem acontece, às vezes, que fico sem música de verdade por alguns dias; chegando em casa, a primeira música parece ser um banho de água limpa, cristalina que lava a alma da poeira do cotidiano, como dizia Auerbach, o poeta alemão.

Também desde cedo tive contato com a palavra escrita. E, desde que comecei a ler, sou um leitor insaciável. Além de ler, gosto de livros em si; gosto de olhá-los, de tê-los na mão, de folheá-los, pensando na incrível riqueza da palavra escrita: amor e ódio, poesia e prosa, reflexões, opiniões, criticas, paixões. Tudo que é capaz de passar pelo pensamento do homem está aí nos bilhões de livros impressos desde que Gutenberg imprimiu a sua bíblia em 1455.

Quem lia, antes de Gutenberg? Os monges, que faziam livros que são obras de arte, na solidão dos mosteiros medievais. E alguns nobres e damas, nos seus castelos.

Em casa se cultivava o hábito de ler. Meu pai era um ávido leitor

de romances. Lia sempre, antes de dormir, e tinha um costume curioso: Lia dois, às vezes três romances ao mesmo tempo; quando chegava a um ponto interessante em que uma situação estava para ser resolvida, fechava o livro e abria outro. Criava, assim, variadas situações de suspense como que contagiado, prematuramente, por Alfred Hitchcock.

Ele continuou lendo muito, durante toda sua vida. E era de uma curiosidade fantástica. Consultava muitas vezes a sua enciclopédia alemã de 20 volumes (que hoje está comigo) e que terminava no começo do século XX. Quando ele fez 80 anos, o meu presente, uma enciclopédia em 3 volumes, deu-lhe uma enorme alegria: "Agora vou poder entender o que é radar!".

Em casa, havia livros, revistas, jornais. Mas também tínhamos o costume, muito alemão, dos livros tomados emprestados, por aluguel, da "Leihbücherei", a livraria de empréstimo.

Depois de ter devorado praticamente tudo que estava às mãos – inclusive os livros para adultos, proibidos para as crianças (que hoje seriam considerados ingênuos e infantis)- passei a procurar outras fontes para saciar a minha fome de leitura. Eu encontrei uma fonte que me parecia, naquela idade (entre os 12 e 15 anos) inesgotável.

Era a biblioteca de minha tia Emma, irmã do meu pai e viúva do diretor de uma empresa de colonização. Ele era um intelectual, autor de uma história do Vale do Itajaí. A biblioteca, toda em alemão, era formada por uma incrível mistura, mas sua parte mais substancial era constituída pelos clássicos alemães – Goethe, Schiller principalmente, - e pela tradução alemã, genial por sinal, feita por Ludwig Tieck e Friedrich Schlegel - dois escritores de talento apenas mediano - das obras completas de Shakespeare. Todas às vezes eu carregava três, quatro livros e lia tudo, um livro atrás do outro.

Até hoje, confundo todas as peças "reais" de Shakespeare. Na minha memória estão irremediavelmente misturados *João, Ricardo II*, os três *Henriques (o IV, V, e VI), Ricardo III* e *Henrique VIII*, que consigo distinguir apenas por causa da Ana Bolena. Claro que fiquei muito impressionado com *Hamlet* e com *Rei Lear*, para mim os dois mais fantásticos persona-

gens do fabuloso mundo de Shakespeare.

No colégio conhecemos a literatura da nossa língua: a portuguesa e a brasileira. Lemos Camões, mais por obrigação do que por prazer. Mas lemos com prazer Machado de Assis, Eça de Queiroz e mais tarde os nossos grandes escritores Érico Veríssimo, Jorge Amado e Guimarães Rosa. Hoje leio os contistas, mais do que os romancistas. Dalton Trevisan é mestre no conto curto, com alta dose de acidez. Gosto muito de Rubem Braga, de Zuenir Ventura e de Luis Fernando Veríssimo que esconde, sob a gozação, pensamentos corretos.

Li e leio muita literatura e poesia estrangeira. No passado, lia muita literatura alemã, com preferência para os romances. Li, com grande prazer, os livros de Somerset Maugham, com destaque para o *Fio da navalha* e para o seu livro de memórias, *Summing-up*, escrito com muito charme anglo-saxão.

É de Somerset Maugham esta história: "De vez em quando os jornalistas me perguntam qual foi o momento mais emocionante da minha vida. Se não tivesse vergonha, eu poderia responder que foi o momento em que comecei a ler o *Fausto* de Goethe. Nunca perdi esta sensação e mesmo agora as primeiras páginas de um livro às vezes fazem o sangue correr mais depressa nas veias".

É claro que Hemingway me marcou. Quem, na minha geração, não foi marcado por ele? Steiner observa que "ao reduzir a língua a uma espécie de taquigrafia poderosa e lírica, Hemingway contrai o campo de vida".

Acho que li todos os seus livros, inclusive as poesias, recheadas de palavrões. Gostei de tudo, menos do póstumo *Jardim de Eden,* mal compilado por quem teve a tarefa de fazê-lo. O meu livro preferido é o que menos sucesso teve, tanto da crítica, que o arrasou, quanto do público: *Do outro lado do rio, entre as árvores.* É outonal por excelência. O livro me transmitiu, como poucos, o clima do desaparecimento, do lento apagar, consciente e tranqüilo.

Alguns desses livros ainda estão ao alcance de minhas mãos e os visito de tempos em tempos. Como se visita um velho amigo.

São poucos os amigos que estão comigo todos os dias.

Hermann Hesse, devo colocá-lo em primeiro lugar entre os meus amigos? Talvez sim, porque ele conciliou quase tudo nos seus quatro livros que eu considero básicos: *Demian*, *Siddartha*, *O Lobo da Estepe* e *Narciso e Goldmund*. Conciliou o intelecto e a paixão em *Narciso*, o intelecto e a graça no *Lobo da Estepe*, conciliou o oriente e o ocidente em *Siddartha* e conciliou a crise das gerações em *Demian*. Mais do que qualquer outro intelectual Hesse buscou entender e domar o corpo, este nosso companheiro terreno. Hesse está comigo, sempre, e seus livros envelhecem comigo. Nenhum deles é ultrapassado para o meu gosto.

Devo citar Antoine de Saint-Exupery, que escreveu o admirável e popularíssimo *O Pequeno Príncipe*, uma fábula encantadora. Mas os seus livros mais importantes, *Terra dos Homens*, entre eles, são admiráveis como modo de encarar a vida e como realização poética. O seu livro mais ambicioso, *Citadelle*, profundo e filosófico, não teve sucesso algum. Eu o li em francês e, depois em alemão. Estranho que St-Ex (como é chamado, carinhosamente pelos franceses), neste livro é mais compreensível em alemão do que em francês. Sua linguagem densa parece indicar que em algum componente de seu intelecto se aninharam germânicos antepassados.

Muito mais recentemente surgiu o último dos amigos: Milan Kundera. Mas, basicamente, com um só livro: *A Insustentável Leveza do Ser*. Considero-o um romance genial. Humano, que mostra todos os defeitos e virtudes do *homo sapiens*. É, ao mesmo tempo, moderno, atual, e profundamente atemporal. Releio com prazer alguns capítulos do livro. Li-o pela vez primeira em português – depois li capítulos em francês, inglês e alemão. Achei que a nossa tradução é a mais gostosa. Fico imaginando que seria porque o português é mais parente do tcheco. Há um trecho no livro que sempre me chamou atenção: Quando Teresa, em New York, observa que a beleza da cidade é a beleza involuntária, em oposição à beleza criada das cidades européias.

A poesia, que entrou na minha vida já na idade adulta, acomodou-se com muita força no meu ser.

Como já contei, Rainer Maria Rilke me cativou quando eu tinha mais de vinte anos. Desde aquela primeira aquisição em Curitiba, fui comprando livros de e sobre Rilke, a ponto de ter hoje, na minha biblioteca, mais de três metros de Rilke. Descubro novas riquezas a cada nova leitura.

Na minha estante há mais alguns metros reservados à poesia. Estão aí outros alemães, como Hoelderlin e Trakl e muitos franceses: Rimbaud, Verlaine, Valery, Baudelaire. Os de língua inglesa: T.S. Eliot (com *Waste Land*), Ezra Pound, Shakespeare (os *sonetos*, traduzidos por Ivo Barroso); Os sonetos de Miguelangelo, Petrarca e Montale, além dos latinos Pablo Neruda (que parece ser um amigo íntimo, desde o magistral filme *O Carteiro e o Poeta*) e Jorge Luis Borges, que fez esta observação linda, que só um poeta poderia fazer: "O fato central da minha vida foi a existência das palavras e a possibilidade de tecê-las em poesia".

Mais um espaço grande é preenchido pelos brasileiros. Carlos Drummond de Andrade (que me fascinou com seu "Mundo, mundo, vasto mundo" e com o "Vai, Carlos! Ser *gauche* na vida"), Manuel Bandeira, com quem nós gostaríamos de ir para Pasárgada; Mário Quintana, injustiçado. E não esquecer Vinícius de Morais, genial.

O cinema surgiu na minha cidade quando eu era criança. A entrada na matinê custava cinco mil réis e quem trouxesse dez moedas de quinhentos réis recebia uma cédula de cinco mil e entrava de graça.

Hoje vou pouco ao cinema. O ar condicionado não faz bem aos meus alvéolos e o barulho da pipoca me irrita. Além do que, o som é ligado com tal potência que tenho que levar algodão para tampar o ouvido.

Falar de filmes, dos *meus* filmes exigiria, como dos livros, um compêndio. Evidente: *Casablanca*, *Gilda*, qualquer filme com Sofia Loren e, para boa diversão todos os filmes do 007 que eu tenho em cassette. Mas há muitos filmes modernos maravilhosos que ficam grudados na memória: só de lembrar da *Festa* de *Babette*, do *Bagdad Café* e das obras deste espanhol genial Pedro Almodóvar.

Quanto à música não erudita ou popular, sou fã de muitos países. Acho, aliás, que todos os povos produzem música autêntica e bela. A

Tarantella, o Fado, a Valsa, o Tango, a Polka, todos são modas que vem do coração e da emoção. Gosto muito das músicas americanas do tempo de Cole Porter e outros, que criaram as melodias que Frank Sinatra canta como ninguém. E que Ella Fitzgerald diviniza. Os franceses, com suas canções parisienses interpretadas por Yves Montand são pérolas musicais. Há inúmeras cantoras e cantores das "*chansons*" francesas, únicas no gênero.

E o que dizer da imensa riqueza da música popular brasileira? Música que se renova sempre. Noel Rosa com suas letras de quase gozação, o paulista Adoniram Barbosa, e centenas de sambistas; e, até canções, como as escritas e cantadas por Dolores Duran. Gosto de quase tudo da MPB, com predileção pela bossa nova. Chico Buarque, o gênio da palavra e da melodia, Ney Matogrosso, com sua voz inacreditável e as cantoras, todas, quase sem distinção. Sempre me parece assustadora a riqueza musical do país. A invasão de ritmos e não-melodias alienígenas me deixa muito triste. E o barulho ensurdecedor da música da moda me tira do sério; não entendo esta doença, a não ser como manifestação da doença geral da nossa civilização[10].

Eu queria fazer uma observação sobre poesia e música:

Ao final do século XIX, alguns poetas procuravam uma nova linguagem que pudesse exprimir as complexidades da descoberta de novos caminhos da psicologia, com incorporações à poesia.

Estas tentativas de achar uma "poesia musical" são muito complicadas, e, na maioria das vezes, não levaram a nada. Só os realmente geniais conseguiram fazê-lo. Mas a busca da sonoridade é constante naquela época, e não só pelos poetas.

Hesse o escreveu com clareza: "Nós intelectuais, sonhamos todos com uma língua sem palavras, que diz o indizível, que mostra o que não existe. Em vez de tocar o seu instrumento com máxima perfeição e seriedade, o alemão letrado sempre se rebelou contra as palavras e namorava a música".

Aliás, Hesse namorou a música no seu grande livro da idade madura.

---

10 Olhando as manifestações artísticas da moda, como as instalações e a não-música, tenho-as como doenças passageiras. Quando não são resultado do conluio entre artistas sem talento e marchands sem caráter para limpar os bolsos dos novos ricos, ávidos por exibir os seus mini-mecenatos.

Eu encontro em Guilherme de Almeida um exemplo gracioso da manipulação sonora da nossa língua, a modinha do pernilongo:

Bambo lento,
Langue longo,
Sonolento
Pernilongo

Os poetas que brincam com a língua me dão muita alegria. É o caso de Jacques Prevert, que tem à sua disposição um idioma que se presta às brincadeiras como nenhum outro.

Tomo emprestado uma observação de Ernst Wiechert para dizer minha opinião sobre a Arte nestes tempos:

> "Não, não temo pelo futuro da Arte. Sim, ela está com o rosto perturbado como reflexo do mundo perturbado, um rosto angustiado que tem medo de perder contato com sua época. Um rosto deformado, às vezes, pela deformação de todos os valores. Mas ela será a primeira a se livrar das perturbações e deformações. Pois ela, como a religião, está mais próxima das profundas fontes do eterno e do imutável do que estão a filosofia ou a política."

Quanto às artes plásticas, há um fenômeno que é fundamental para a apreciação da pintura e do desenho: a excelência das reproduções, a partir da qualidade das fotografias, fez com que os livros de arte se tornassem verdadeiras maravilhas. Recentemente descobri que a tela do computador reproduz com ainda mais fidelidade os detalhes das obras. E o DVD, em tela plana, parece melhorar qualquer pintura e dá, até, um pouco de ilusão de profundidade à escultura.

Sempre gostei de desenhar. Nos anos de tensão no governo os rabiscos, que eu fazia nos domingos, me acalmavam.

E esta inclinação pelo desenho me levou a gostar de pintura. Vou a todos os museus que tenho chance de visitar. E visitei dezenas deles na Europa e nos Estados Unidos.

Os museus de minha predileção são a *Galleria degli Uffizzi* em Florença, a *Accademia* em Veneza, o *Prado*, os dois em Barcelona (organizados de forma exemplar), o *Gulbenkian*, em Lisboa que é um compacto de muito bom gosto. O *Rijks - Museum* em Amsterdam que tem o Rembrandt da *Ronda Noturna*. E o *Musée d'Orsay* em Paris em que a arquiteta quase acabou com as obras, tão opressora é a decoração. E um museu que não é de pintura: o *Museu Nacional Suiço* em Zurich, que conta a história do país.

E o que gosto em matéria de pintura? Muita coisa, de quase todas as épocas. Desde a idade média, passando pela renascença, até os dois *ismos*, o Impressionismo e o Expressionismo. É difícil selecionar, mas eu diria que Miguelangelo, Leonardo, Ticiano, Boticelli e Caravaggio entre os italianos; Monet, Renoir e Gauguin, entre os franceses; os neerlandeses Bosch, Breughel, van der Weyden, Vermeer, Rubens e Van Gogh. Os alemães Cranach, Holbein e Dürer; os espanhóis Goya, Dali e Picasso. Tenho um fraco por Turner, que antecipou muito do que veio um século depois dele. Eles são meus preferidos.

A escultura não me toca, com exceção das obras de Miguelangelo e Rodin. As obras inacabadas dos dois mostram como eles viam, enxergavam o corpo dentro de um bloco de mármore. Onde este dormia esperando ser acordado por um artista divino.

Na arquitetura gosto do gótico e do barroco. Li, há tempos, uma definição que me agradou: a criatividade do gótico originou-se no desejo impetuoso que procura, pressente e luta. A criatividade do barroco se origina na força consciente que não hesita nem erra. O gótico busca a solução do enigma de sua alma. O barroco o encontrou.

Quando penso no gótico lembro-me de Chartres e quando penso no barroco lembro-me do palácio Zwinger, em Dresden, destruído na guerra e exemplarmente reconstruído.

A arte se compõe de muitas atividades criativas diferentes. Desenho, pintura, gravura, escultura e arquitetura são obras definitivas; permanecem como foram criadas. Também são definitivas as obras escritas em prosa ou poesia. O autor as escreve e os leitores as lêem por todo o sempre. Já as "performing arts", como são chamadas na língua inglesa, dependem de interpretação para existir. A música, o teatro e a dança estão nesta categoria.

Uma obra de arte significa uma coisa diferente para cada pessoa. Quando olhamos, ou ouvimos uma obra, nossa sensação acrescenta algo à obra do artista. Nós personalizamos, por assim dizer, a obra de arte.

I-3

Confirmations-Schein.

Carl Fischbieter,

gebürtig, ist nach empfangenem Unterrichte in der christlichen Religion und abgelegtem Glaubensbekenntnisse in der evangelischen Kirche zu

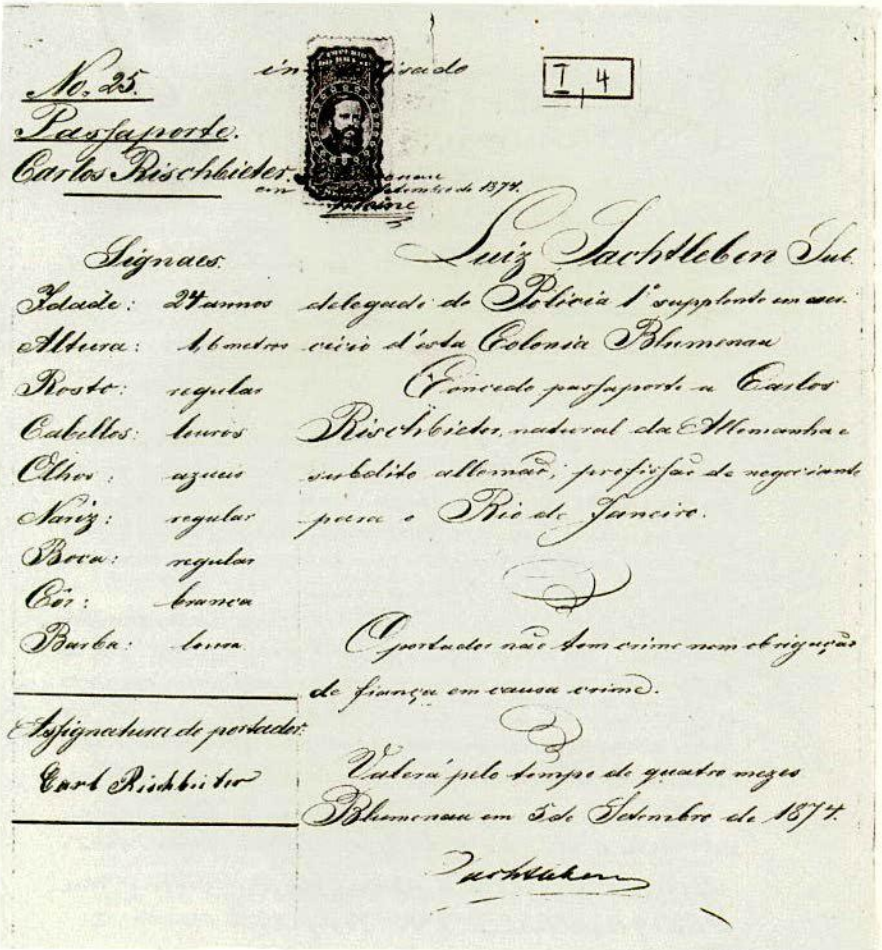
am 18

confirmirt und darauf zum Genusse des heiligen Abendmahls zugelassen worden.

Dies wird desselben mit dem Wunsche bezeuget:

Rio de Janeiro

Documento do crisma do avô Carl



No. 25.

Passaporte.

Carlos Rischbieter.

Signaes.

Idade: 24 annos
Altura: 1,6 metros
Rosto: regular
Cabellos: louros
Olhos: azues
Nariz: regular
Boca: regular
Côr: branca
Barba: loura

Assignatura do portador:

Carl Rischbieter

Luiz Sachtleben Sub.

delegado de Policia 1º supplente em exercicio d'esta Colonia Blumenau

Concede passaporte a Carlos Rischbieter, natural da Allemanha e subdito allemão, profissão de negociante para o Rio de Janeiro.

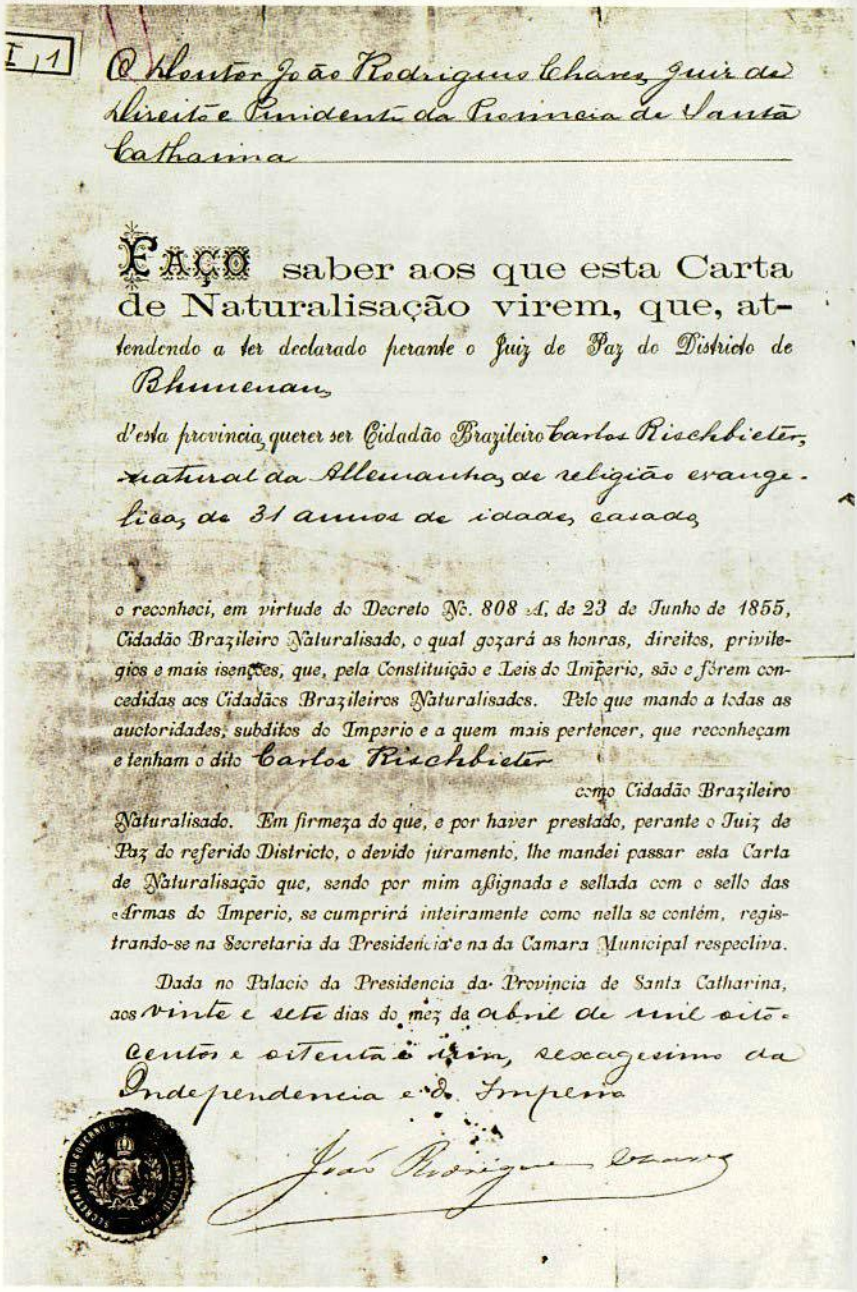
O portador não tem crime nem obrigação de fiança em causa crime.

Valerá pelo tempo de quatro mezes

Blumenau em 5 de Setembro de 1894.

Sachtleben

Passaporte do avô, de 1894



O Doutor João Rodrigues Chaves, Juiz de Direito e Presidente da Provincia de Santa Catharina

Faço saber aos que esta Carta de Naturalisação virem, que, attendendo a ter declarado perante o Juiz de Paz do Districto de Rhmenau

d'esta provincia, querer ser Cidadão Brazileiro Carlos Rischbieter, natural da Allemanha, de religião evangelica, de 31 annos de idade, casado,

o reconheci, em virtude do Decreto Nº. 808 A, de 23 de Junho de 1855, Cidadão Brazileiro Naturalisado, o qual gozará as honras, direitos, privilegios e mais isenções, que, pela Constituição e Leis do Imperio, são e fôrem concedidas aos Cidadãos Brazileiros Naturalisados. Pelo que mando a todas as auctoridades, subditos do Imperio e a quem mais pertencer, que reconheçam e tenham o dito Carlos Rischbieter como Cidadão Brazileiro Naturalisado. Em firmeza do que, e por haver prestado, perante o Juiz de Paz do referido Districto, o devido juramento, lhe mandei passar esta Carta de Naturalisação que, sendo por mim assignada e sellada com o sello das Armas do Imperio, se cumprirá inteiramente como nella se contém, registrando-se na Secretaria da Presidencia e na da Camara Municipal respectiva.

Dada no Palacio da Presidencia da Provincia de Santa Catharina, aos vinte e sete dias do mez de abril de mil oito centos e oitenta e dois, sexagesimo da Independencia e do Imperio

João Rodrigues Chaves

Carta de naturalização do avô Carlos

juramento o que prestou nas mãos do mesmo. Terminado este ato, encerrou o Sr. Presidente a sessão.

x x x

EXPORTAÇÃO: — Segundo um levantamento feito nos livros da Prefeitura de Blumenau, as exportações de Blumenau, no quadrienio de 1883-1887 importaram nas seguintes quantidades:

Banha — 366.577 kg.; Carne — 76.623 kg.; manteiga — 252.966 kg.; Açucar — 535.576 kg.; Fumo — 42.299 kg.; toucinho — 2.073 kg.; Cera — 1.054 kg.; Farinha de mandioca — 3.396 sacos; milho — 3.505 sacos; Batatas inglezas — 386 sacos; Aguardente — 125.735 litros; Vinho — 3.408 litros; Charutos — 4.397.000.000 Couros — 1.748 peças; Táboas — 30.998 dúzias madeira para construção — 32.506 palmos. (Do Bl. Ztg. Nr. 33 de 13.8.1887).

x x x

LUDWIG RISCHBIETER — No dia 11 de agôsto de 1887, faleceu em Blumenau, em avançada idade de 77 anos, após longo período de enfermidade, o senhor Ludwig Rischbieter. O estinto emigrou para Blumenau no ano de 1862 e durante muitos anos dedicou-se à agricultura sobmetendo-se ao árduo trabalho da lavoura em cuja atividade encontrou mais espinhos do que rosas, tendo deixado na Alemanha, uma proeminente posição, para enfrentar, a perigosa e difícil vida de colono. Sómente nos fins de 1879 sua vida se tornou mais amena porquanto que veio morar em companhia de seus filho o cervejeiro senhor Carl Rischbieter, na séde da colônia onde passou os últimos anos de sua vida. O estinto foi nos anos idos um ativo colaborador de diversos jornais, combatendo em seus artigos, violentamente, a ação dos guelfos, tendo ainda a satisfação de saber da anexação de Hanover quando já se achava distante de sua terra natal e enradicado aqui no Brasil. O senhor Rischbieter deixou viuva, 7 filhos maiores, 29 netos e um bisneto. (Bl. Ztg. Nr. 33 de 13.8.1887).

x x x

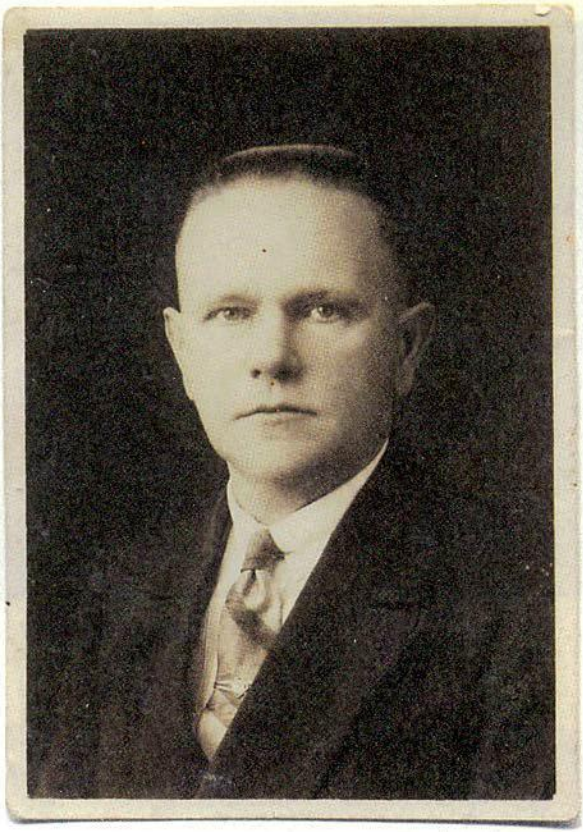
ACIDENTE DE TRANSITO — Conforme notícia o jornal "Blumenauer Zeitung", Nr. 40 de 1º. de outubro de 1887, ocorreu no domingo, dia 23 de setembro, um grave acidente de trânsito na rua principal da cidade de Blumenau. A viuva Johanna Dankwardt, de 56 anos de idade, foi atropelada pela carruagem pertencente ao barão von Koppy, conduzida por seu boleeiro, recebendo tão graves ferimentos que a vitima, apezar da imediata assistência médica, veio a falecer na terça-feira, dia 25 daquele mês. Comenta ainda o jornal que nessas noites lindas de primavera, como naquele domingo, nossa principal rua costuma estar muito movimentada (note-se que naquela época não havia calçadas nem vias laterais para pedestres) e assim talvez não foi possivel ao boleeiro desviar a tempo o seu veículo, outrossim a mouquice da idosa senhora, que não ouviu a aproximação da carruagem, contribuiu certamente para o acidente. A acidentada já ha vários anos exercia a função de governanta na casa do comerciante Sr. Hermann Hering e era muito estimada por todos que a conhe-

Notícia do falecimento do bisavô



Minha mãe, Helga

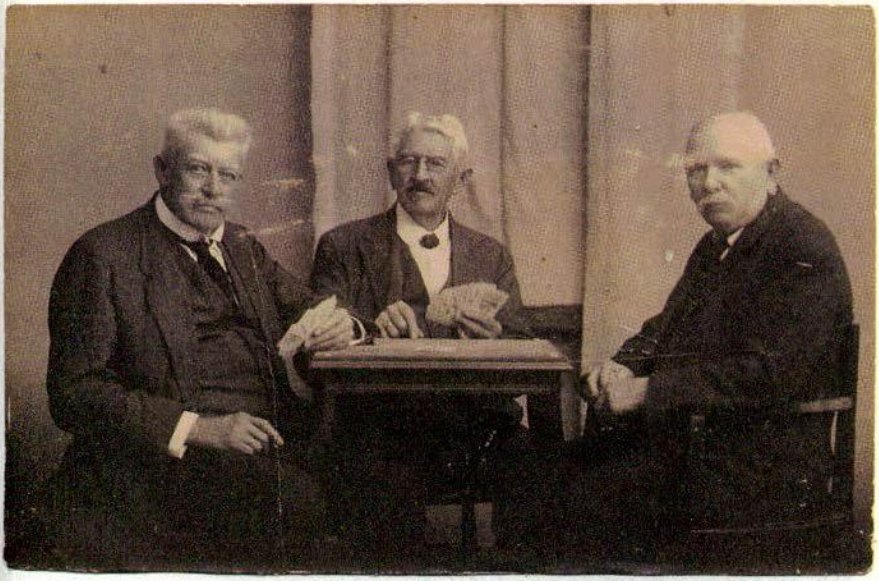




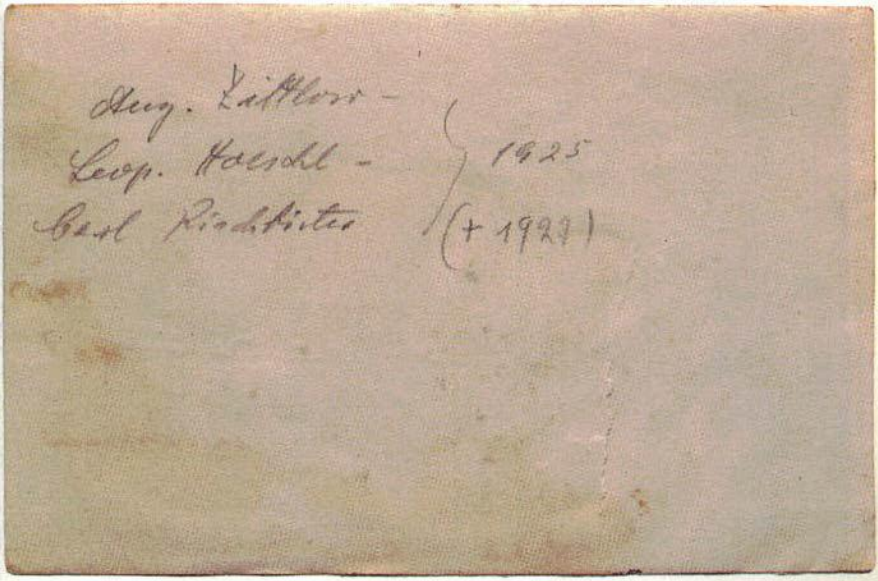
Meu pai, Luiz



As três irmãs e o caçula

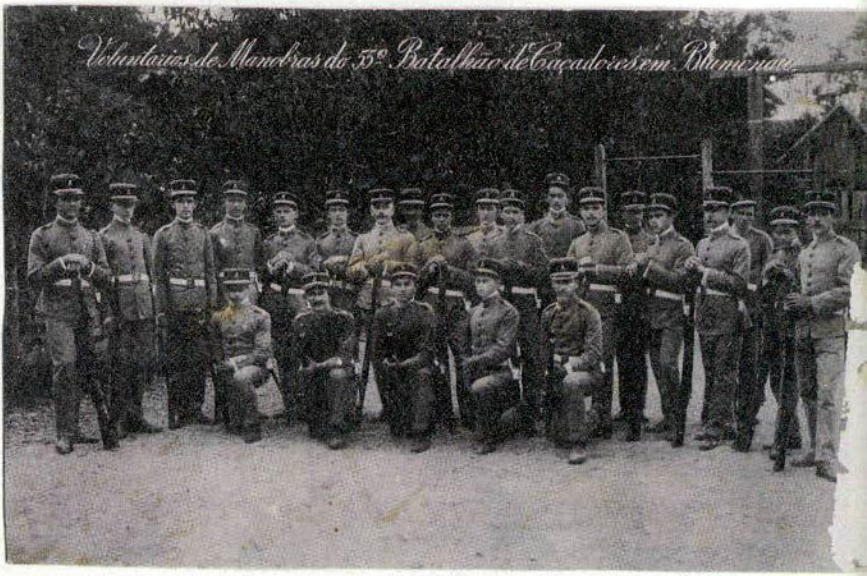


O avô (à direita) num jogo de baralho

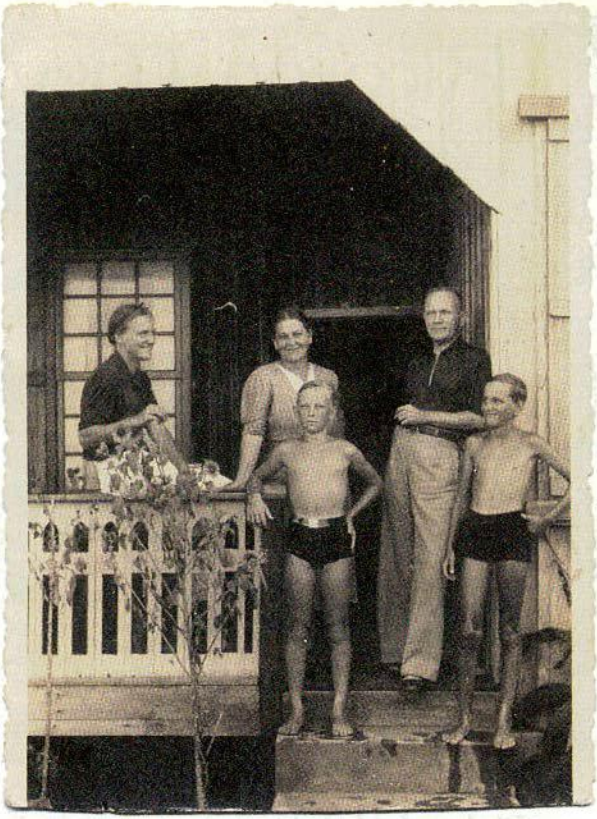




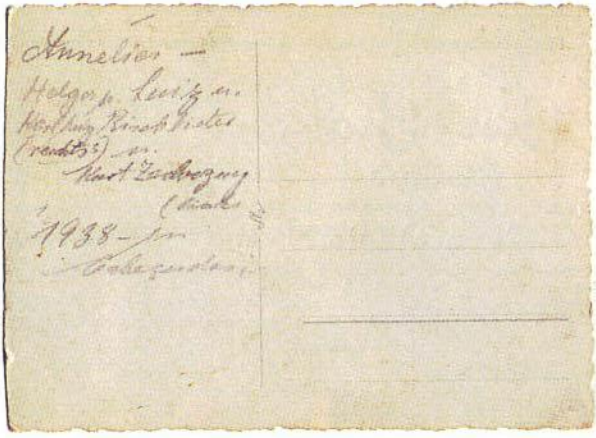
Os avós com filhos e netos



O pai, Luiz, como voluntário com uniforme mais claro, quase no centro

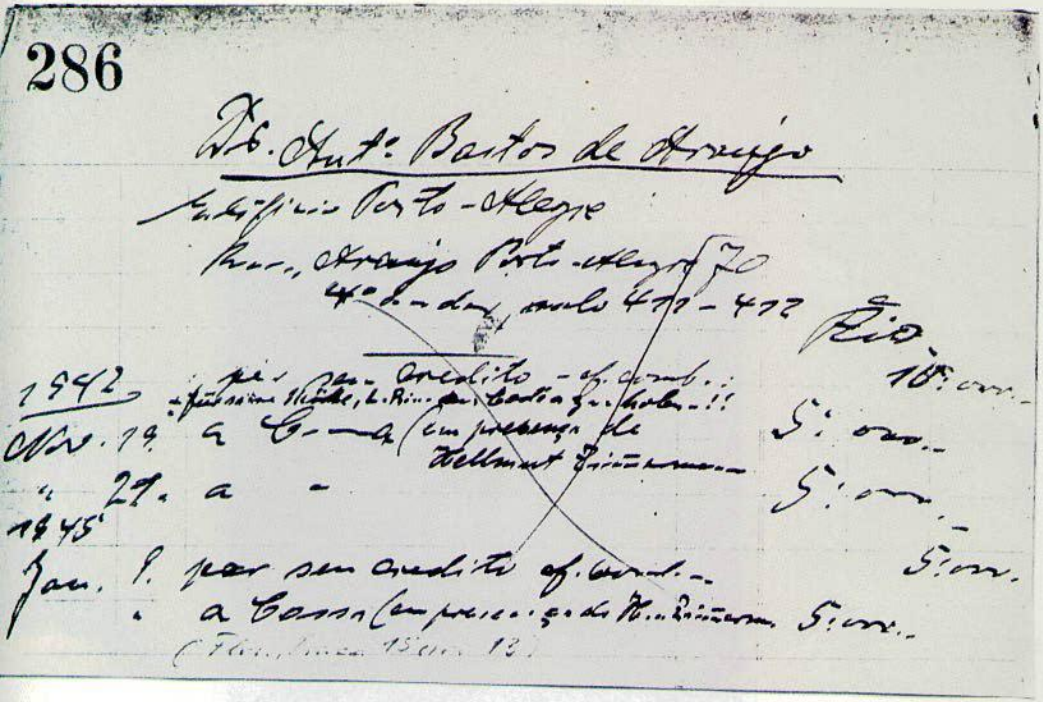


Pai, mãe, a irmã Anne e o primo Carlos Curt em Cabeçudas

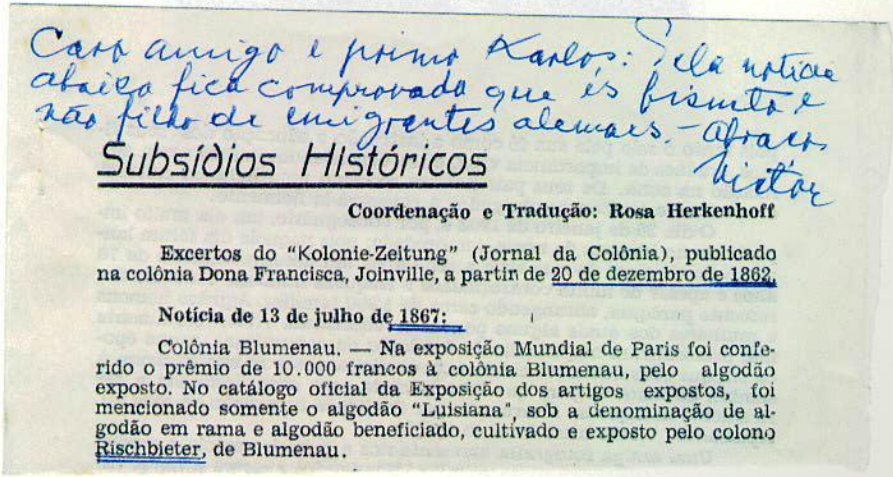




Anúncio da cervejaria da família


286

Registro no livro caixa de meu pai.
O texto diz que o pagamento foi pelo seu empenho em liberar L.R. da cadeia.


Caro amigo e primo Karlos: Ela notícia abaixo fica comprovado que és bisneto e não filho de emigrantes alemaes. - Abraço Victor

Subsídios Históricos

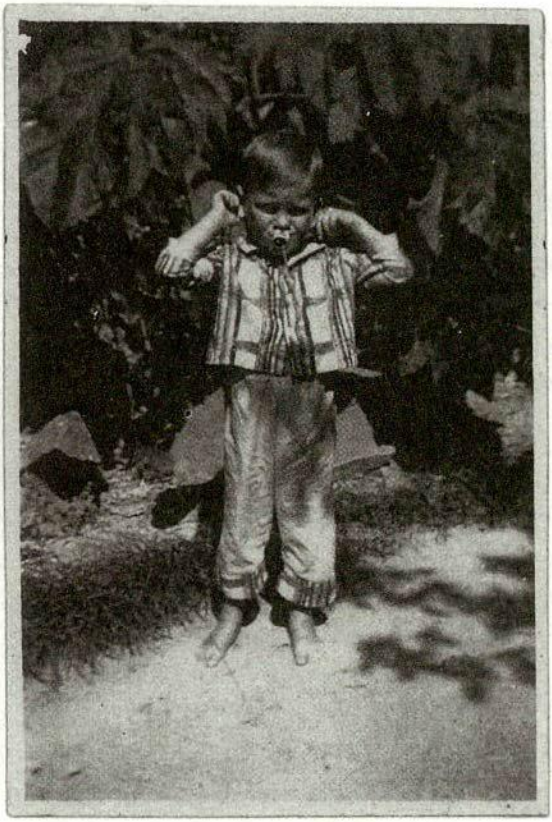
Coordenação e Tradução: Rosa Herkenhoff

Excertos do "Kolonie-Zeitung" (Jornal da Colônia), publicado na colônia Dona Francisca, Joinville, a partir de 20 de dezembro de 1862.

Notícia de 13 de julho de 1867:

Colônia Blumenau. — Na exposição Mundial de Paris foi conferido o prêmio de 10.000 francos à colônia Blumenau, pelo algodão exposto. No catálogo oficial da Exposição dos artigos expostos, foi mencionado somente o algodão "Luisiana", sob a denominação de algodão em rama e algodão beneficiado, cultivado e exposto pelo colono Rischbieter, de Blumenau.

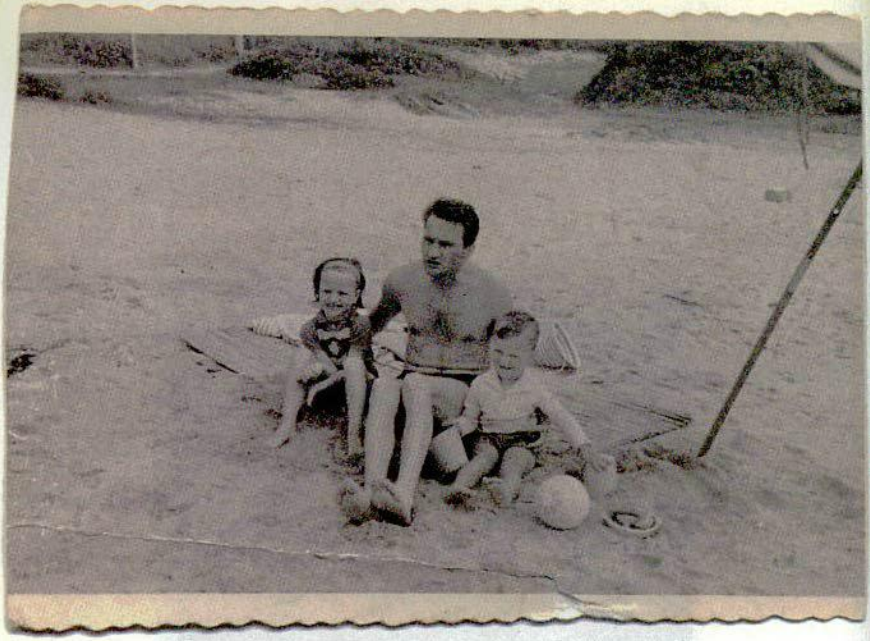
Há 140 anos um "Rischbieter" já andou em Paris



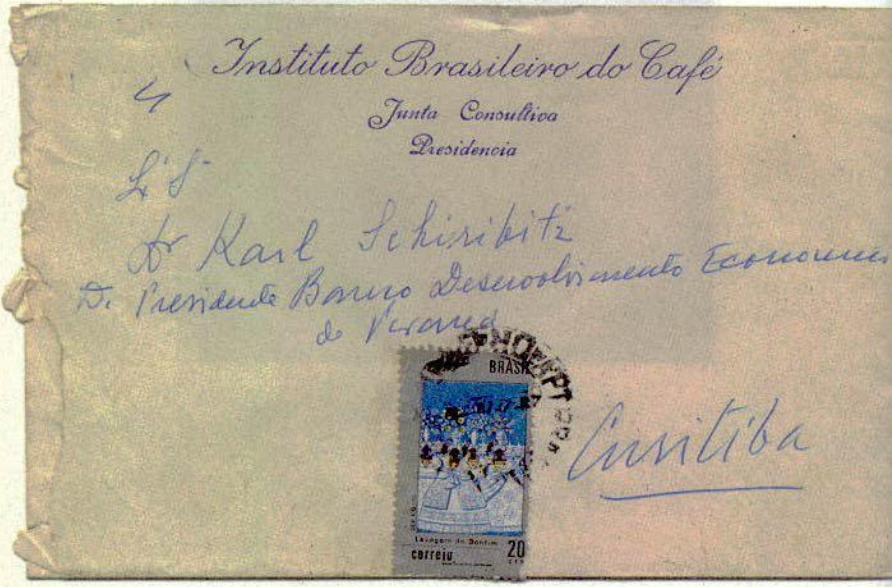
Com sono



Com a mãe



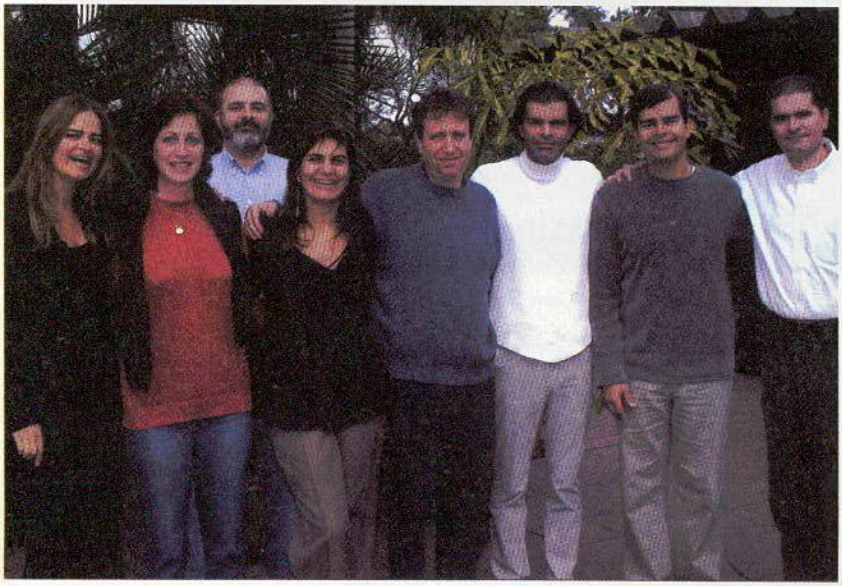
Com Mônica e Luca em Cabeçudas



Meu nome é difícil de escrever mas o Presidente da Junta exagerou: Schiribitz é demais!



Rosita e nossos seis filhos



Rosita e filhos. Falta Marcelo.



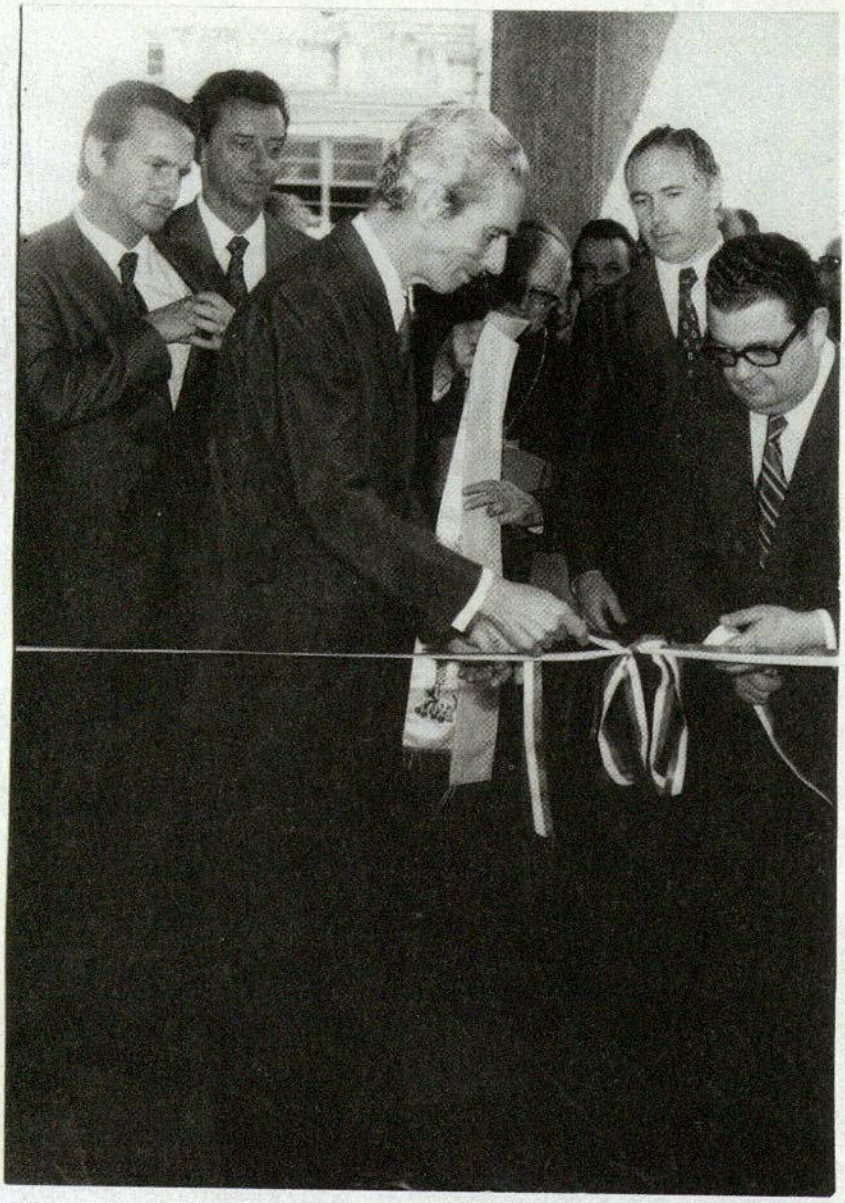
Com Ney Braga e Castello Branco



Com Ney, na Codepar



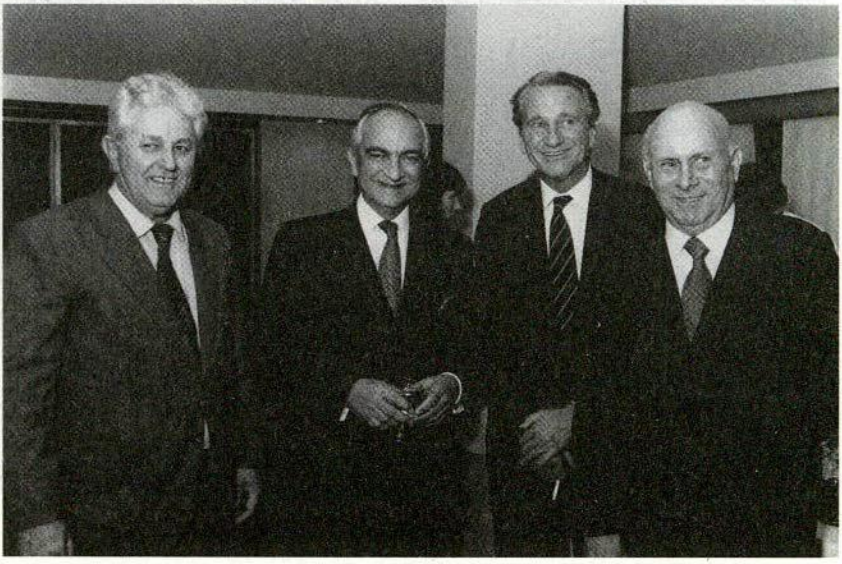
Com Mário Henrique Simonsen, saindo do Banco Central



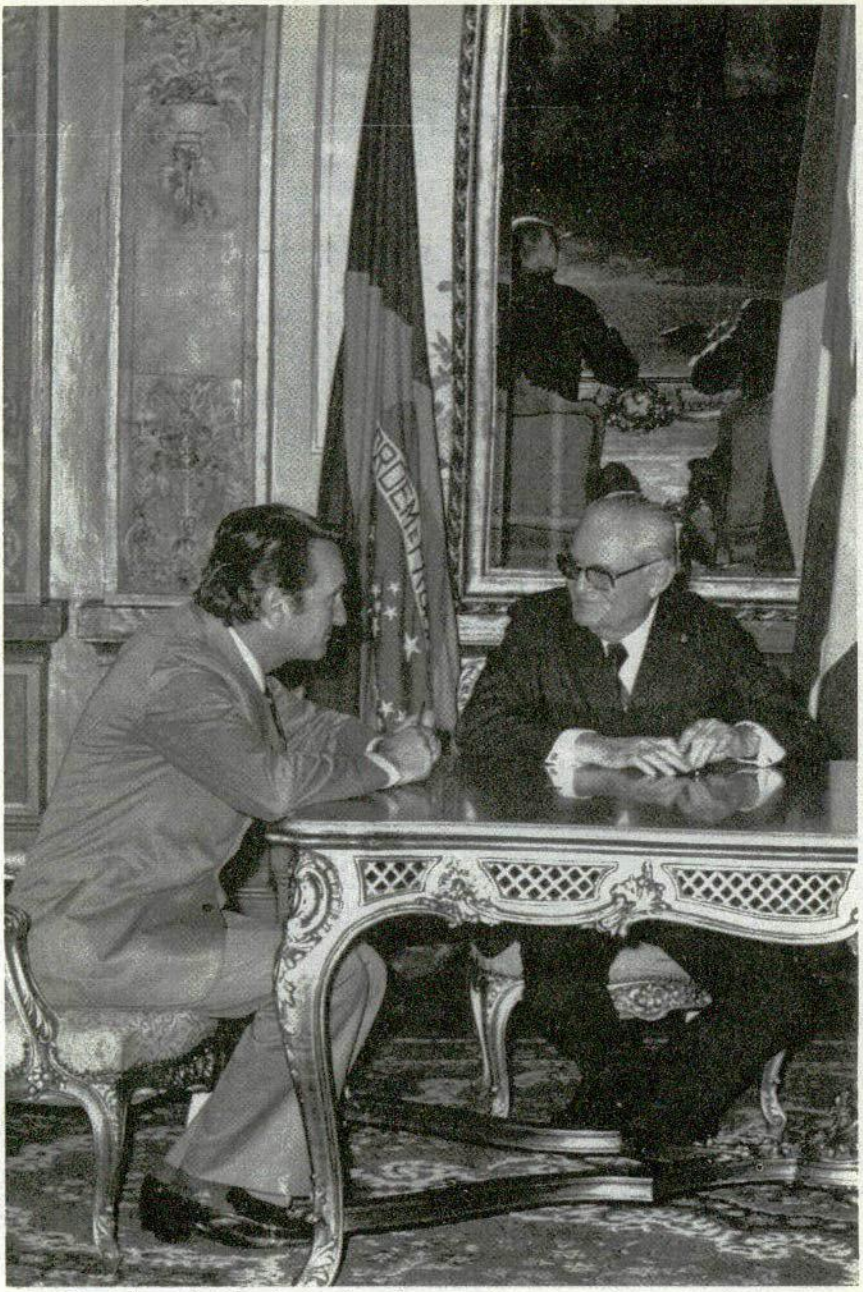
Inauguração do prédio do BADEP.
Governador Perigot, ministro Delfim Netto, secretário Maurício Schulman



Eugênio Gudin, Octavio G. de Bulhões, Mário Henrique Simonsen e Leonidas Bório



Carlos Muradás, Alex Beltrão e Leonidas Bório



Com Geisel, na Caixa

Zaca - o de alma limpa

Karlos Rischbieter

Morreu José Zacarias Sá Carvalho - o Zaca, como nós o chamávamos. Quando recebi a notícia me lembrei que há anos minha mulher e eu fomos ver o maravilhoso "Zorba, o Grego". Ao sair do cinema ela comentou: "É um filme que deixa a gente de alma limpa". E passou a recomendá-lo a todos os amigos que encontrava. Encontrou Zaca, olhou para ele e disse: "Você não precisa ver o filme, você tem a alma limpa".

Alma limpa e cabeça maravilhosa num corpo quase gigante. Assim era o Zacarias que eu conheci quando veio ao Paraná, em 1962, como coordenador em nome de SPL (SPL, empresa de planejamento de Alex Beltrão e Américo Barbosa de Oliveira) para implantar a Codepar, no governo Ney Braga. Eu era, na época, engenheiro recém-admitido na companhia e passei a integrar a pequena equipe local de Zacarias. Equipe que teve a felicidade de tê-lo como mestre. A ele devo a compreensão do que significa política econômica e do que significa Política, com P. Foram provavelmente, os anos mais gratificantes de minha vida. Construir um instrumento de trabalho dos mais leves e eficazes que existiram. O trabalho duro e inteligente de Zaca e de seus auxiliares tornou possível a implantação da Codepar como instrumento essencial de viabilização da grande mudança na economia paranaense. O Paraná de hoje, diversificado e forte, não mais preso à monocultura dos anos 50, este Paraná começou a nascer naqueles anos. E o Paraná fica devendo muito, muito, a esse obstinado e inteligente filho do Mato Grosso, carioca por opção.

Zacarias deixou muitas marcas pelo Brasil. Não apenas no Paraná. Marcas inconfundíveis de sua forte personalidade, do enfoque forjado na filosofia de SPL: a de tratar os assuntos com base em informações reais. Não apenas em estatísticas frias. Ele sempre buscou a essência do problema e suas soluções foram sempre no global - em como um projeto micro se encaixa dentro do quadro geral da região, do estado ou do país. Mesmo quando não mais tínhamos relacionamento profissional, passamos a continuar o contato, cada vez mais amigos. Suas opiniões, lúcidas sempre, me ajudavam muitas vezes a ter um pouco de clareza a respeito dos caminhos quase sempre tortuosos deste Brasil que ele tanto amava.

Obrigado Zacarias, obrigado por o que você fez por muitos de nós, pelo Paraná e pelo Brasil.

Obrigado, Zaca - o de alma limpa.

(Karlos Rischbieter, empresário, ex-ministro da Fazenda)

GAZETA DO POVO CURITIBA
25 DE DEZEMBRO 1990

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro, 29 de agosto de 1976

Vice-Presidente Executivo: M. F. do Nascimento Brito — Diretora-Presidente: Condessa Pereira Carneiro — Diretor: Bernard de Costa Campos

Editor: Walter Fonseca — Diretor: Lyval Sellos

Repensar o País

Importa pouco estabelecer uma discussão nacional em torno da propriedade do uso da palavra crise, inclusive porque a ninguém de bom senso interessa aumentar as tensões espalhadas ao longo da sociedade brasileira. Desconhecer a existência de severos impasses e graves dificuldades na atual conjuntura nacional, porém, é caminhar cega e irracionalmente para uma crise profunda que não pode ser prevista no tempo mas pode ser vista com clareza na sua gravidade.

Há pelo menos dois anos o país vem-se esquivando de um encontro com a realidade. Através dos mais diversos mecanismos insiste-se em conduzir uma série de ações e de planos que foram varridos do campo do real pelo reordenamento que vem ocorrendo na economia mundial.

O que ocorreu no início desta década com o petróleo e com o sistema financeiro europeu e americano não foi apenas o que se convencionou chamar de crise de energia. Foi muito mais que isso. Assiste-se em todos os cantos a uma reacomodação das economias dos mais diversos países a diferentes necessidades. Isso, deve-se dizer, foi até reconhecido para o Brasil.

Pena que tudo tenha ficado a poucos metros do puro reconhecimento. Não há hoje em toda a miríade de órgãos públicos alguém que esteja planejando com autoridade algo que consiga alterar o curso da economia brasileira para assegurar o desenho e o progresso da sua sociedade.

O que se chama de Secretaria de Planejamento transformou-se numa gigantesca repartição recebedora de recursos, mais rica que a própria Fazenda Nacional, dedicada a programas e projetos típicos de uma administração varejista.

A falta de planejamento para o amanhã ofende até mesmo o presente. Até hoje não se sabe o que foi efetivamente corrigido no Plano Nacional de Desenvolvimento, documento sabidamente otimista e irreal.

Quando ele apareceu, todos aqueles que viam na situação mundial condições adversas à sua aplicação foram rotulados de pessimistas. Passou o tempo e, para tristeza de todos, diante de uma situação hoje já reconhecidamente adversa, insiste-se em prolongar a sobrevida de uma ficção panglossiana.

Enquanto isso, num país onde não há petróleo suficiente, nem reservas para comprá-lo sem critérios, continua a discussão em torno do racionamento de gasolina, medida que reduziria em quase nada o consumo. De outro lado, tenta-se uma política de aumento inflacionante de preços e pouco eficiente para os fins desejados. É claro que a curtíssimo prazo não há como superar essa dificuldade. No entanto, uma reorientação da atividade nacional está longe de ser estudada direito. Caminhões continuam deixando São Paulo para levar água engarrafada a Brasília, onde as fontes naturais são usadas muitas vezes para saciar piscinas.

As grandes concentrações urbanas, responsáveis pelo aparecimento de cordões de miséria que atiram sobre o futuro do país fortes preocupações, são tratadas no varejo. As áreas metropolitanas ainda são ficção. Os planos diretores das cidades pouco valem. Os pólos periféricos, onde seria possível urbanizar racionalmente, nunca passaram de elegias oratórias.

Sem ter repensado o seu destino, o Brasil anda mal num caminho que não vai a lugar adequado. Essa falta de planejamento, substituída por um varejismo, vem desarticulando até mesmo aqueles que, dentro da máquina do Estado, procuram caminhos compatíveis com a razão. Inibe-se o estudo do necessário e estimula-se o culto das bugigangas que dão simultaneamente poder de mando e notícias elogiosas na imprensa.

As dificuldades não rondam apenas a área econômica e financeira. Veja-se a questão política. O país está sendo tomado de perplexidade diante do pleito de 15 de novembro. Ninguém se pergunta para que o Governo quer ganhar a eleição. Este, se ao menos o dissesse, poderia dispor de tantos apoios quantos forem os seus justos projetos.

Desde 1973 o mundo mudou. O Brasil, tentando manter a mesma postura, confundido o ato de repensar ou de rever com apostasias ou retrocessos, só conseguirá, com essa insistência, transformar-se numa sociedade singular. Tão singular quanto o foi durante todo o período em que se insistia em viver numa ilha de tranquilidade quando, na verdade, perdia-se tempo numa ilha de indecisão, contemplando um mundo que se reordenava e que, daqui, pretendia-se que ele caía no vazio que leva ao inferno.

Londres, 5/2/80.

Prezado ministro :

Estava de partida para a Europa quando se deu o episodio que culminou com a sua saida do Ministerio. Se de um lado as coisas tiveram um certo grau de amargura, como todos os lances terminais, de outro devo dizer que sua presença no Ministerio não cabia mais. Creio que você estava marcada como "la bête à abbatre" desde o começo. As ambições dos homens não tem limites e acredito que sua presença estivesse no meio de planos de terceiros. Se para bem ou para mal de nosso País não posso dizer. Estou a alguns quilometros de distancia do Brasil, tentando superar a neurose causada por 15 anos de angustia, sofrimento, como testemunha impotente de fatos e situações que minha dignidade de ser humano engolia com extrema dificuldade. Acredito contudo que sua presença no gabinete era um fator ponderavel de liberalização. Estou sabendo agora que o relatorio que o presidente da Cacex preparou parece ser extremamente mais pessimista - ou realista - do que o seu. Estou tambem sabendo que os banqueiros americanos não estariam mais dispostos a emprestar dinheiro para o Brasil. Acho essa atitude ingenua. Neste momento, em que os Estados Unidos estão contando as cabeças ao seu lado, no jogo internacional, considero muito improvavel que Washington deixe de exercer alguma pressão sobre os particulares que tem dinheiro.

142

O mundo é apenas aparentemente dos mais espertos. Em minha vida, que é mais longa do que a sua, aprendi que a conta final é feita pelos mais justos. A esperteza é um pobre substituto para a certeza. Acredito não errar se prever que seu destino politico é agora mais nitido do que ha um mes atraz. Talvez você vá para o PP (por que esse nome extranho ?), que reúne um pouco do resto de lucidez que essa nossa burguesia reacionaria e apodrecida ainda tem. No Brasil, hoje, só existem duas saidas : o PP para quem quer manter o statu quo concedendo o que as outras burguesias civilizadas já concederam; e o PT (sem o B) para quem quer chegar ao poder e fazer alguma coisa util nesse País.

Em todo caso, este é um bilhete de solidariedade , escrito com atraso (só hoje me chegou seu endereço particular), uma solidariedade que sei inutil; mas a vida é feita tambem de gestos inuteis. Você foi uma das poucas pessoas no Brasil que se aproximou de mim quando eu estava na rua da amargura. Eu não esqueço nunca esse tipo de coisa. Com um grande abraço do amigo

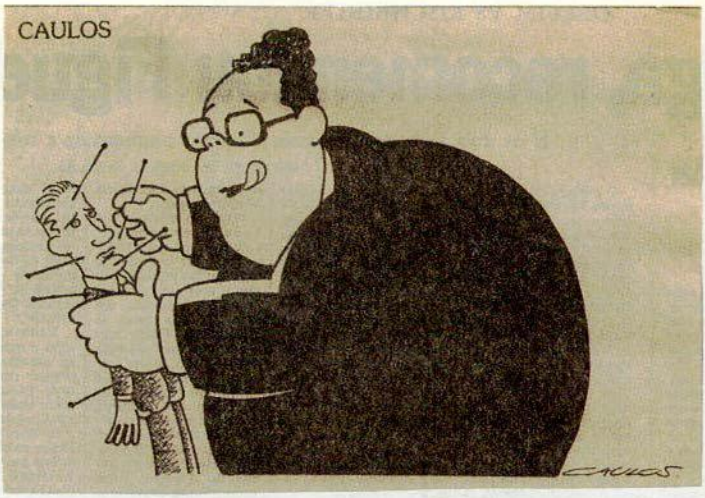
Claudio Abramo

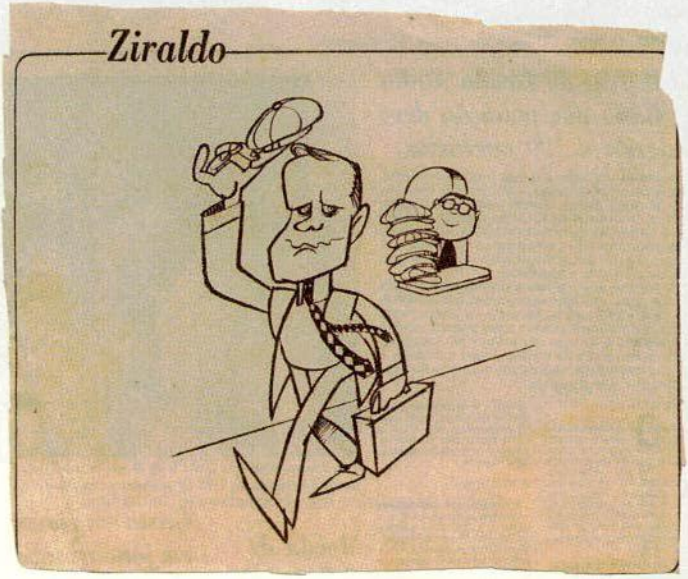
Provisoriamente em
c/o Hermano Alves
17, Hillfield Mansions
Haverstock Hill NW3 Londres England

PS. Creio que abbate é abattre, mas não tenho certeza. Enfim, ninguem é perfeito.

Carta de Claudio Abramo

JORNAL DA REPÚBLICA
EM 15/01/1980
G.M.-C.C.S. - Assessoria de Imprensa







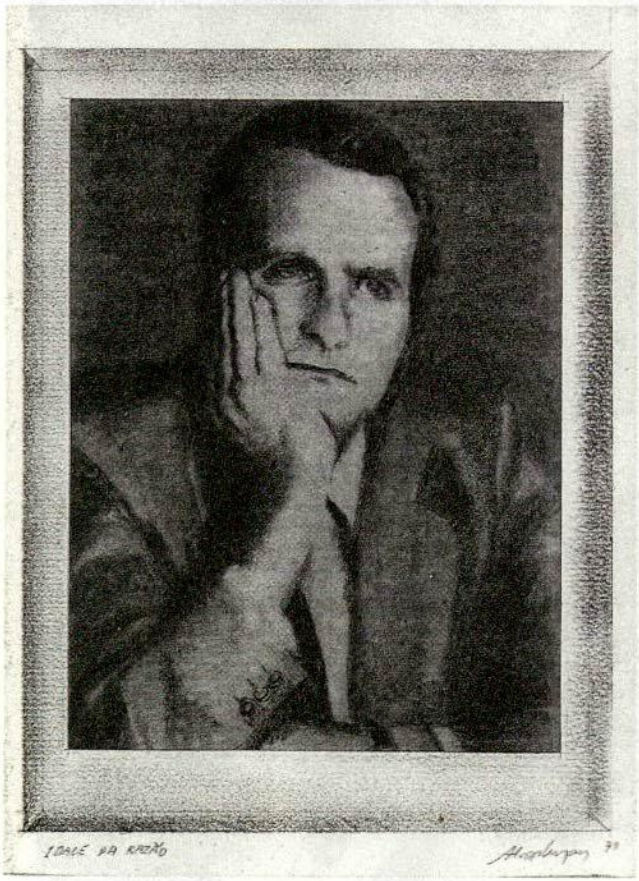
Aloísio Magalhães fez as cédulas em "cartemas"



Com Fanchette em Brasília, 1957



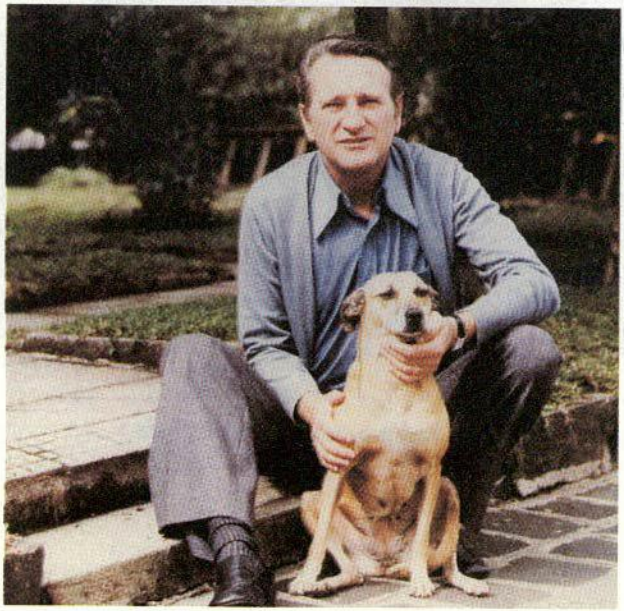
Aloísio Magalhães, em desenho meu



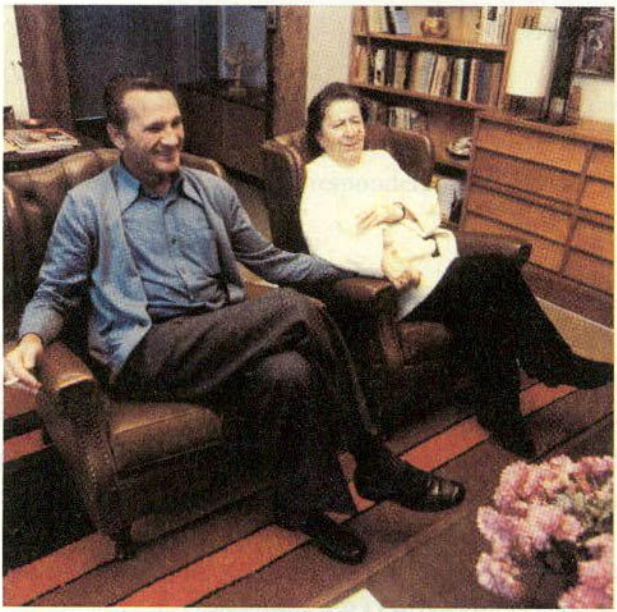
Eu, em desenho de Aloísio



Com as irmás



Com Joaquina, a cadela simpática



Com a sogra querida Hélène Garfunkel

Capítulo 10

Caixa Econômica Federal 1974 - 1977

Nos primeiros dias na Caixa, num despacho com o diretor de Loterias, perguntei a ele se eu poderia jogar na Loteria Esportiva. Ele respondeu: "Jogar pode, Presidente, só não pode ganhar".

Como sucessor de Garrastazu Médici havia sido escolhido Ernesto Geisel. Amigo de Ney Braga há muito tempo, convidou-o para Ministro da Educação e Cultura. Geisel era Comandante da Quinta Região, sediada em Curitiba, durante o Governo de Ney Braga e conhecia de perto o bom trabalho que ele havia feito. Ney aproveitou a amizade com o presidente para indicar alguns paranaenses para cargos federais importantes. Mauricio Schulman foi para o BNH, Reinhold Stephanes para o INPS.

Eu fui convidado para assumir a Caixa Econômica Federal. Eu conhecia alguma coisa da Caixa, pois o BADEP tinha se tornado o maior cliente dos recursos do PIS, administrados por ela. Mas pouco conhecia do resto de empresa pública. Mais que centenária, ela era, até 1970, uma aglomeração de caixas autônomas por estado, chefiadas mais por normas do que por autoridade, por um Conselho Superior. Em 1970 foi realizada a unificação sob o comando de Giampaolo Marcello Falco, que realizou um trabalho muito eficiente. Encontrei, em março de 1974, uma empresa pública em ordem, extremamente centralizada, por força das circunstâncias.

Quando decidi mudar a sede da Caixa para Brasília (o que era desejo, mas não imposição do Governo) ocupamos um prédio que era da gerência estadual. Tivemos que fazer reforma para adaptá-lo às necessidades da cúpula administrativa.

Nesta reforma contratamos um jovem arquiteto, que fez um belo trabalho. Compramos quadros de artistas brasileiros ainda não muito caros, como Siron Franco e Djanira. Dela, a Caixa tem algumas das suas grandes obras.

Mais tarde, já no BB, fui convidado por Djanira para ser seu testamenteiro, juntamente com Motta, seu marido. Fui visitá-la no seu atelier, no Rio. Ela vivia no meio dos seus quadros, numa casa simples numa ladeira do Leme.

Começou a pintar ainda jovem, quando o pai era farmacêutico em Porto União, cidade vizinha de União da Vitória na divisa do Paraná com Santa Catarina.

Ela era um gênio pictórico nato e fazia tudo com muita graça e naturalidade; pintava como as cantoras cantam e como gente normal respira. Dizia que "A minha pintura é primitiva, eu não." Havia muita sofisticação no seu primitivo.

Não tive trabalho algum como seu testamenteiro. Motta foi fantástico e aprovei, com respeito, as suas doações. Guardo em lugar de honra, uma bela gravura de Nossa Senhora com dedicatória.

O meu superior era aquela excepcional figura humana, Mário Henrique Simonsen, Ministro da Fazenda que eu já conhecia do tempo da Codepar e do CONSPLAN.

A mudança foi grande, da área estadual para a federal e de banco de fomento para este multifacetado banco que é a Caixa. Mudanças que tentamos absorver, eu e os dois que foram comigo, Malu como secretária, Paulo Ricardo como chefe de gabinete. Para esta absorção tivemos a ajuda de um funcionário da Caixa, gerente geral em São Paulo e que passou a ser meu principal colaborador nos três anos seguintes: Rogério Luz Coelho. Com ele aprendi a administrar a instituição. Ele me ensinou tudo, não só a

parte visível, mas também a parte invisível, a que é importante na hora em que é preciso ter a equipe toda do seu lado.

Rogério, além de meu principal colaborador, ficou meu amigo. Em Brasília passamos a morar na mesma chácara. As chácaras eram de 10.000m² e as posturas de Brasília só permitiam a construção de uma residência. Brigamos, achando que era muito metro quadrado de terreno por casa. Descobrimos que era permitido fazer uma casa de caseiro. Foi a solução: encomendamos duas casas exatamente iguais, pré-fabricadas, de madeira. Quando questionado pelo burocrata do município (do Governo do Distrito Federal), respondi que eu era adepto da democracia que estava voltando ao país e que tratava meu subordinado como se fosse eu. Gozação que o brasiliense fingiu não entender. E convivemos por mais de 3 anos neste terreno que era um pomar formado com mais de 60 mangueiras, abacateiros, jabuticabeiras e frutas cítricas.

Até hoje somos amigos e trocamos idéias e observações críticas sobre a Caixa.

Em junho de 1974 meu pai faleceu. Teve uma morte como se deseja aos amigos. "Acordou morto" me disse Delfina, sua fiel empregada, que o encontrou na cama. Em setembro completaria 87 anos.

Em 1975, embora ocupado, em tempo integral, em administrar a Caixa e seus inúmeros problemas, comecei a ter uma visão mais ampla dos problemas do país.

Passei inúmeras noites na casa de Mário Henrique ouvindo música erudita. Ele era fã absoluto de ópera, a ponto de conhecer muitas de cor. E cantava todas os papéis, desde o baixo até o soprano. Naquele tempo surgiram discos (que eram LPs) nos quais se podia gravar um instrumento ou uma voz. Mário mandou vir o equipamento e gravou o papel de barítono numa ópera italiana. Sem me contar. E, numa de nossas sessões operísticas, me fez ouvir a gravação perguntando a minha opinião sobre os cantores. Eu identifiquei logo a voz meio rouca do meu amigo e disse que todos eram bons com exceção do barítono que tinha errado a pro-

fissão. "Deveria ter sido economista" disse eu; ele então me xingou de estraga-prazer.

Nos intervalos falávamos muito sobre a conjuntura e sobre os problemas econômicos do nosso país na difícil década de setenta. E da falta de um projeto brasileiro pós crise do petróleo. Eu ouvia, mais do que falava. Ia almoçar, às vezes, com o pessoal do Jornal do Brasil no Rio, que tinham se tornado meus amigos.

O resultado da conversa de um dos almoços foi um editorial, publicado no dia seguinte, em agosto de 1976, com o título "Repensar o País", expressão que eu usava para dar minha opinião sobre a necessidade de mudanças profundas no projeto do país.

"Repensar o País

Importa pouco estabelecer uma discussão nacional em torno da propriedade do uso da palavra crise, inclusive porque a ninguém de bom senso interessa aumentar as tensões espalhadas ao longo da sociedade brasileira. Desconhecer a existência de severos impasses e graves dificuldades na atual conjuntura nacional, porém, é caminhar cega e irracionalmente para uma crise profunda que não pode ser prevista no tempo mas pode ser vista com clareza da sua gravidade.

Há pelo menos dois anos o país vem se esquivando de um encontro com a realidade. Através dos mais diversos mecanismos insiste-se em conduzir uma série de ações e de planos que foram varridos do campo do real pelo reordenamento que vem ocorrendo na economia mundial.

O que ocorreu no início desta década com o petróleo e com o sistema financeiro europeu e americano não foi apenas o que se convencionou chamar de crise. Foi muito mais que isso. Assiste-se em todos os cantos a uma reacomodação das economias dos mais diversos países a diferentes necessidades. Isso, deve-se dizer, foi até reconhecido para o Brasil.

Pena que tudo tenha ficado a poucos metros do puro reconheci-

mento. Não há hoje em toda a miríade de órgãos públicos alguém que esteja planejando com autoridade algo que consiga alterar o curso da economia brasileira para assegurar o desenho e o progresso da sua sociedade.

O que se chama de Secretaria de Planejamento transformou-se numa gigantesca repartição recebedora de recursos, mais rica que a própria Fazenda Nacional, dedicada a programas e projetos típicos de uma administração varejista.

A falta de planejamento para amanhã ofende até mesmo o presente. Até hoje não se sabe o que foi efetivamente corrigido no Plano Nacional de Desenvolvimento, documento sabidamente otimista e irreal.

Quando ele apareceu, todos aqueles que viam na situação mundial condições adversas à sua aplicação foram rotulados de pessimistas.

Passou o tempo e, para tristeza de todos, diante de uma situação hoje já reconhecidamente adversa, insiste-se em prolongar a sobrevida de uma ficção panglossiana.

Enquanto isso, num país onde não há petróleo suficiente, nem reservas para comprá-lo sem critérios, continua a discussão em torno do racionamento de gasolina, medida que reduziria em quase nada o consumo. De outro lado, tenta-se uma política de aumento inflacionante de preços e pouco eficiente para os fins desejados. É claro que a curtíssimo prazo não há como superar essa dificuldade. No entanto, uma reorientação da atividade nacional está longe de ser estudada direito. Caminhões continuam deixando São Paulo para levar água engarrafada a Brasília, onde as fontes naturais são usadas muitas vezes para saciar piscinas.

As grandes concentrações urbanas, responsáveis pelo aparecimento de cordões de miséria que atiram sobre o futuro do país fortes preocupações, são tratadas no varejo. As áreas metropolitanas ainda são ficção. Os planos diretores das cidades pouco valem. Os pólos periféricos, onde seria possível urbanizar racionalmente, nunca passaram de elegias oratórias.

Sem ter repensado o seu destino, o Brasil anda mal num caminho que não vai a lugar adequado. Essa falta de planejamento, substituída por um varejismo, vem desarticulando até mesmo aqueles que, dentro da máquina do Estado, procuram caminhos compatíveis com a razão. Inibe-se o estudo do necessário e estimula-se o culto das bugigangas que dão simultaneamente poder de mando e notícias elogiosas na imprensa.

As dificuldades não rondam apenas a área econômica e financeira. Veja-se a questão política. O país está sendo tomado de perplexidade diante do pleito de 15 de novembro. Ninguém se pergunta para que o Governo quer ganhar a eleição. Este, se ao menos o dissesse, poderia dispor de tantos apoios quantos forem os seus justos projetos.

Desde 1973 o mundo mudou. O Brasil, tentando manter a mesma postura, confundindo o ato de repensar ou de rever com apostasias ou retrocessos, só conseguirá, com essa insistência, transformar-se numa sociedade singular. Tão singular quanto o foi durante todo o período em que se insistia em viver numa ilha de tranqüilidade quando, na verdade, perdia-se tempo numa ilha de indecisão, contemplando um mundo que se reordenava e que, daqui, pretendia-se que ele caia no vazio que leva ao inferno."

Vê-se que, já em agosto de 1976, eu sentia a angústia da "ilha da fantasia" que me levaria à demissão, três anos e meio depois.

Acho que o editorial pouco perdeu de sua atualidade. Hoje, 31 anos depois, eu ainda continuo achando que é preciso repensar o país.

O texto provocou uma reação forte do governo. Manoel de Nascimento Brito, vice-presidente executivo do Jornal do Brasil, foi chamado a Brasília para uma conversa com Hugo Abreu, poderoso chefe da comunicação do governo e intimado a revelar o inspirador da crítica, infundada, dizia ele. Meu amigo, que tinha ética jornalística, não me delatou. Mas me contou, rindo, a conversa ameaçadora.

Foram três anos muito gratificantes. Desde o início me preocupei em dar um sentido maior à Caixa e achei que o seu papel deveria ser o de banco social. Havia o BNDE para a indústria, o BB para a agricultura, o BNH para a habitação. Trabalhamos então com o Ministro Ney Braga e propusemos a criação de um Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social, o FAS que foi aprovado pelo Congresso em dezembro de 1974.

Através do FAS a Caixa passou a financiar escolas e hospitais do setor público e privado, área que não dispunha, até então, de qualquer mecanismo de financiamento. É uma das coisas das quais mais me orgulho na minha vida profissional.

Ao lado do FAS continuava o papel tradicional da Caixa: financiamento da casa própria.

Os recursos vinham da caderneta de poupança, que era, então, a poupança que mais crescia no país; a Caixa detinha mais de 50% do valor aplicado nas cadernetas.

Este crescimento trouxe alguns problemas: nós não tínhamos onde aplicar esta verdadeira montanha de dinheiro; eu era pressionado para comprar ORTN's, para diminuir a liquidez do sistema. Quem operou com maestria as operações com ORTN's foi Sérgio Sambiase, que fora trazido por Zacarias para ajudar. Foi o começo de uma longa amizade. Mas eu queria aplicar em habitação. Na época surgiram São Conrado e a Barra da Tijuca, no Rio. Mas não tínhamos operadores competentes na filial. Por indicação do Rogério trouxemos de São Paulo o operador mais eficiente que eu conheci: José Lutz Von Zastrow, um mineiro com nome de nobre do mar Báltico que, em muito pouco tempo, conseguiu viabilizar a Barra e São Conrado com as melhores construtoras e incorporadoras do Rio de Janeiro. A operação Zastrow, como eu a chamava, foi um sucesso total.

Um dia, Marcos Viana, Presidente do BNDE, lançou a proposta de lucro zero para bancos oficiais. Idéia boa, na sua origem, pensava conseguir reduzir o custo do dinheiro para os industriais, seus clientes.

Num debate no Unibanco fui questionado por que a Caixa não aderiu com entusiasmo à idéia: "O Senhor que sempre se preocupa tanto com

os juros altos." Eu respondi que o BNDE, por ser banco de um só ponto, poderia até controlar receita e despesa, para conseguir lucro zero ou lucro mínimo. "Mas o que eu faço com meus mil e tantos gerentes? Se eu falar em lucro zero eles vão jogar o dinheiro pela janela."

"Além do que por que só o banco oficial?", perguntei, para susto dos banqueiros presentes; ambos são prestadores de serviços, intermediários entre poupança e aplicação.

Ainda provoquei mais: "O industrial também é só intermediário entre material e mão-de-obra. Deveriam receber uma comissão como, por exemplo, qualquer agente imobiliário."

E levei a brincadeira ao ápice: "Entre Marcos Viana e Karl Marx, prefiro o segundo que, pelo menos, é racionalmente radical."

Marcos, meu amigo, soube da brincadeira e não gostou. Mesmo.

Algum tempo depois eu lhe dei carona para o Rio, no avião da Caixa. Com muita classe, o piloto nos serviu um camarão à romana. Marcos, assustado com tanta mordomia, perguntou: "Mas o que é isto?" E eu rindo: "Estamos comendo o lucro". Ao que ele ameaçou pular do avião.

Durante meu tempo de BADEP fui cliente do BNDE e sempre recebi de Marcos e dos seus diretores e funcionários um tratamento exemplar.

Mas, voltando ao sério, eu sempre defendi que o importante não era o lucro, que deveria ser a meta de qualquer empresa. O importante era o que fazer com o lucro.

No caso da Caixa ele foi destinado a fazer parte dos recursos que formam o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social.

O fundo era formado por três partes: o lucro era uma parte, o resultado das Loterias era outra (as Loterias tinham contabilidade separada) e a terceira parte, igual ao lucro da Caixa, viria do orçamento federal.

No primeiro ano de existência do FAS, o Ministro do Planejamento descumpriu a lei.

No começo de 1975 deu entrada na Caixa um pedido de financiamento do grupo Abril. O pedido era de um financiamento que equivalia

a 50 milhões de dólares, para consolidação de várias dívidas, em grande parte em moeda estrangeira. O pedido foi analisado pelo pessoal competente, recebeu parecer positivo e foi aprovado pela diretoria. Mas faltava a aprovação do Governo. E Armando Falcão, Ministro da Justiça e guardião dos "valores revolucionários" vetou o financiamento com o argumento de que a *Veja*, carro-chefe das publicações do grupo, e que tinha como redator chefe Mino Carta, era sistematicamente anti governo. Em seu livro autobiográfico, *O Castelo de Âmbar*, Mino conta com detalhes o episódio que culminou com sua saída do grupo Abril. Eu tentei, no meio da discussão, convencer o General Golbery a assumir o controle da situação e convencer o Presidente a vetar o veto do Ministro da Justiça. Mas foi em vão. O empréstimo só foi aprovado quando Mino Carta deixou a *Veja* em começo de 1976.

O boneco de publicidade da Loteria Esportiva era Jeremias, o bom, personagem criado por Ziraldo. Veio um aviso do Ministro Falcão para não renovar o contrato. Disse que só obedeceria se a ordem viesse por escrito. Veio!

Recebi um pedido do Ministro Golbery para ajudar a eleger um candidato a deputado federal pelo Rio, Célio Borja. Conversei com alguns construtores clientes da Caixa. Todos eles se dispuseram a ajudar, com dinheiro do caixa dois.

Quando procurei Célio (que eu, até então, só conhecia de nome) ele reagiu, indignado, dizendo que não recebia este tipo de ajuda. Todo dinheiro era declarado, de acordo com as regras eleitorais. Quem cuidava da parte legal era o dono da Casa Olga, tradicional loja carioca, que era amigo do Célio.

Quando leio e vejo as discussões em torno do caixa dois que são o "pão nosso de cada dia político" percebo o quanto somos hipócritas. Nós estamos há anos falando e discutindo a mãe de todas as reformas: a reforma política. Sabemos, com muita clareza, o que seria essencial para fazer um

arcabouço mínimo das regras eleitorais: fidelidade partidária (base para o parlamentarismo, até hoje a melhor forma de governo), voto distrital, dinheiro público com transparência, acesso à Câmara (e Assembléias e Câmaras Municipais) com porcentagem mínima de votos, isto para citar só algumas idéias que já pareciam consenso há muito tempo. Mas, como em outros pontos, o Brasil é o país que se esmera na "marcha da insensatez" expressão cunhada por Bárbara Tuchmann, brilhante historiadora americana.

No episódio da corrupção no governo do PT nada de novo surgiu, apenas a incompetência alarmante de alguns membros do Partido dos Trabalhadores e a fome fora do comum da oposição em tentar se livrar do primeiro presidente que não surgiu do *Establishment* secular que sempre mandou no país.

Célio foi eleito. Deputado brilhante, presidiu a Câmara com competência e ainda foi, com muita serenidade, Ministro da República e do Supremo.

Quando tentou a eleição para o Senado, foi derrotado, vítima de sua retidão no trato das questões públicas.

Vox populi, vox Dei diz o ditado. Às vezes acho que *vox populi, vox diaboli* seria mais correto.

Em abril de 1977, Geisel baixou (sem trocadilho) um decreto chamado de pacote de abril. Um casuísmo[11] que compromete o país até hoje. Eu estava no exterior e quando voltei, Golbery me perguntou por telefone: "Dr. Rischbieter, gostou do nosso serviço de barba e cabelo?" E eu, muito decepcionado e irritado, respondi: "Não gostei, porque jorrou sangue demais." E fui vê-lo para entender o retrocesso. "Para salvar a abertura" me disse ele. E conversou longamente comigo sobre a linha dura das Forças Armadas e de como o Presidente tinha sofrido nos anos em que estivera fora do poder. E por ter que demitir colegas de farda. "Coisas que paisanos não entendem," me disse ele.

11 Porque tornou irracional a representatividade dos Estados na Câmara Federal

Muitas vezes falei com amigos sobre as atitudes conflitantes do Presidente Geisel. Conversas que duravam horas e iam, muitas vezes, noite a dentro. E sempre terminavam com a mesma conclusão: Ruim com Geisel, pior sem ele.

Na Caixa as operações de rotina eram tocadas pelos funcionários, na grande maioria sérios e competentes. Em algumas filiais havia gente de sobra, em outras faltava gente. Descobrimos uma coisa curiosa: nos lugares com gente demais, o processo demandava muito mais tempo do que nos lugares com falta de gente. Contratamos uma empresa especializada para examinar o assunto. Onde faltava gente o funcionário trabalhava rápido para se livrar do processo, pois já havia outros na fila. Com gente demais o analista ficava com o processo, mandava para os colegas para verificar. Resultado: em Curitiba o processo seguia uma reta; no Rio era um zigue-zague. Resolvemos isto com remanejamento de funcionários; limpamos a Agência Central do Rio; abrimos três, quatro agências especializadas nos bairros e conseguimos agilizar o andamento dos processos.

Havia coisas curiosas: na unificação passou-se a fazer concursos nacionais. O resultado é que havia paranaenses, sem família, morrendo de calor no Ceará e pernambucanos, também sem família, morrendo de frio em Curitiba. Com paciência e muita negociação executamos uma política de volta às origens.

Logo no começo sentei com Rogério Coelho e perguntei: o que mais aflige a tua "turma", os economiários? (Assim são chamados os funcionários da Caixa). Ele então me contou, e provou, que o pessoal da Caixa estava com os salários defasados e não contava com um órgão de previdência privada. Autorizei, e Rogério se pôs a campo, com a ajuda de colegas entendidos no assunto, para criar um sistema de cargos e salários e propor a criação da Funcef, a Fundação da Caixa Econômica Federal.

Assunto complexo, demorou mais que o esperado. A informação sobre o estudo vazou e começou então uma das histórias mais deliciosas da minha vida profissional: o assunto recebeu o apelido de pavão misterioso,

vo musical de uma novela de televisão de muito sucesso na época. Depois de muita negociação, que incluía o "de acordo" do Presidente Geisel, o Ministro aprovou o pacote que deu novo ânimo aos dezessete mil economiários.

Sempre achei que as pessoas devem ser adequadamente remuneradas para que se possa pedir o máximo possível de empenho profissional. E sempre tive sucesso com essa atitude.

Quando deixei a Caixa, foi organizado um esquema de assinaturas, por todos os funcionários, de folhas soltas com um mesmo texto de agradecimento. Encadernados, os três volumes ocupam um lugar de destaque na minha biblioteca. Tive e tenho muito carinho pelos economiários. E tenho orgulho de ser economiário honorário.

O Brasil, há 30 anos, era muito mais machista do que é hoje. Na Caixa não havia mulher em postos de destaque. Eu dizia para o meu pessoal: não é possível não termos uma mulher gerente geral (que equivalia a ser gerente estadual). No segundo ano fui ao Nordeste e Norte. Em Manaus, o gerente geral estava de férias e quem me recebeu foi a substituta, a gerente da agência centro, uma mulher! Conversei muito com ela e, ao voltar para Brasília, disse ao Rogério: "Achei uma gerente geral. Tragam a moça que eu quero nomear e dar posse, pessoalmente". No dia marcado, a funcionária entrou no meu gabinete; levei o maior susto: não era minha candidata. Mas fiz de conta que era ela e a nomeei. O que aconteceria: em Manaus eu fui recebido pela substituta; a titular estava de férias. Nomeada, passei a acompanhar o desempenho da funcionária, que foi uma ótima gerente geral.

No meio do governo Geisel aconteceu uma tragédia que se revelou ser o seu momento mais crítico; eu fiquei sabendo da morte de Vladimir Herzog, o Vlado, por um amigo. Tempos depois eu escrevi este texto que foi a minha reação ao acontecido:

> "Eu estava sozinho em Brasília. A família em Curitiba. Era noite, estava ouvindo música. Glenn Gould, este gênio do piano, com as

partitas de Bach. Dona Mercês, nossa empregada, me avisa que tem visita. É Raymond que entra, senta e começa a tremer: "Vai começar tudo de novo". E me conta da morte de Vladimir Herzog, o jornalista assassinado no Doi-Codi, história que todos nós conhecemos. Raymond Frajmund é o melhor amigo que eu fiz em Brasília. Judeu, estivera no campo de Auschwitz, libertado pelas tropas russas. Ele nunca falava disso, do horror do nazismo e do campo de concentração. Mas naquela noite falou. E falou do medo do recomeço, não por medo dele, mas pelos outros, pelos "Vlados". Ficamos falando horas e eu tentava convencê-lo que *este* General não iria permitir atrocidades desse tipo. Não sei se consegui convencer o meu amigo Raymond, mas sei que eu fiquei apavorado com a possibilidade de o Presidente Geisel esquecer o assunto sem tomar uma atitude firme. Também sabemos todos que o Presidente fez o que tinha que fazer. E Raymond perdeu o medo de imediato. Mas o pavor que ele passou para mim, ainda me assola, às vezes, nos sonhos."

Há algum tempo, Raymond deu uma entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*. Pelo que sei, a única entrevista, sessenta anos depois de sua libertação do Campo de Auschwitz. Ao final da entrevista ele diz: "Sentia desespero e vergonha por me saber da mesma espécie de meus torturadores. Como foi possível um povo europeu perpetuar um massacre como aquele? Se o povo alemão, tão culto e civilizado, foi capaz disso, para que serve a civilização?"

É claro que na minha vida refleti muito sobre o horror do nazismo. Por dois motivos: um, por ser descendente de alemães, outro por ter casado com uma moça judia e ter filhos judeus.

A pergunta que Raymond fez é a pergunta que todos nós fazemos: como foi possível?

Ernst Wiechert, de quem já falei, fez observações profundas sobre o assunto da Alemanha nazista.

Transcrevo algumas de suas opiniões, que penso serem importantes para os que buscam entender o fundo da natureza humana e do que aconteceu na Alemanha.

para os que buscam entender o fundo da natureza humana e do que acontece na Alemanha.

"De tudo isto parece surgir uma certeza: que o espírito em si, o espírito do ocidente, o espírito do povo alemão, não foi suficiente para proteger a estrutura social de danos e mesmo de perdas. E como todos os povos do ocidente forneceram ajudantes ao crime alemão, mesmo que tenham sido apenas dois ou três, a conclusão terrível é que nem o espírito puro nem a grande herança da cultura ocidental e do cristianismo foram capazes de proteger o indivíduo e a coletividade contra a recaída na barbárie."

"Ainda não foi decidido quanta disposição para a covardia e para o mal está escondida em todas as nações, porque só a experiência decide, não a discussão. E não parece verdade que a loucura caiu como um raio de uma nuvem e atingiu um único povo e só ele. Parece mais provável que ela andou pelo mundo inteiro com os passos silenciosos dos demônios e que irrompeu no mais disponível e mais angustiado dos povos, antes que os outros tivessem sido postos ante a decisão. E também não é certo que ela se foi com o fim da catástrofe, e tenha desaparecido, como um doente mental desaparece atrás de muros e grades. Mais certo é que ela continua andando pelo mundo, inalterada, quase igual. E que o medo ainda está aí, o pavor das prisões, os campos, a força, a morte."

Gosto muito de um escritor americano, Thomas Wolfe, que morreu, prematuramente, aos 37 anos, em 1938. Os seus romances são como torrentes de palavras, numa prosa poética como poucas vezes li.

Num romance publicado depois da sua morte, ele começa o capítulo VII – "Um vento se levanta e os rios correm" da forma seguinte:

"A experiência deste último verão na Alemanha teve um profundo impacto em George Webber[12]. Ele se viu cara a cara com algo antigo e genuinamente diabólico no espírito humano que ele nunca antes havia conhecido. E isto abalou seu mundo interior até suas fundações. Não que seu modo de pensar tenha sofrido uma mudança súbita. Durante anos a sua concepção do mundo, e do seu papel neste mundo, começara a mudar

12 (G.W. é o protagonista do livro)

gradualmente e a aventura alemã apenas conduziu este processo ao seu clímax. Pôs em relevo muito claramente muitos outros fenômenos correlatos que George havia observado nas condições dos tempos passados e viu com clareza, de uma vez por todas, os perigos que espreitam naqueles latentes ímpetos atavísticos que o homem herdou do seu passado sinistro.

O hitlerismo era uma recaída numa barbárie antiga. Seu racismo absurdo e cruel, sua adoração da força bruta, a supressão da verdade e o recurso a mentiras e mitos, seu desumano desprezo pelo indivíduo, seu dogma, anti-intelecto e anti-moral, que a um só homem, a ele sozinho, pertença o direito de julgamento e decisão. E que, para todos os outros a virtude está em obediência cega e indiscutível. Cada um destes elementos fundamentais do hitlerismo era um regresso ao antigo e orgulhoso tribalismo que havia produzido ondas de teutônicos cabeludos a avançar do norte para destruir o vasto edifício da civilização romana. Este espírito primitivo de ganância, luxúria e força sempre foi o verdadeiro inimigo da humanidade.

Mas este espírito não era confinado à Alemanha. Não pertence à raça alguma. É uma parte terrível da herança universal do homem. Via-se traços dele por toda parte. Ele usou muitos disfarces, muitos rótulos. Hitler, Mussolini, Stalin – cada um tinha seu próprio nome para isto. E a América também o tinha, em formas várias. Pois onde quer que pessoas implacáveis conspirem para seus próprios benefícios, onde quer que a lei do mais forte for dominante, ele prosperou. E onde ele é encontrado também se encontram as suas raízes, mergulhadas em algo primitivo no feio passado do homem. E estas raízes teriam que ser erradicadas de alguma forma."

Hermann Hesse escreveu, por volta de 1930: "A divisão da humanidade em Bem e Mal não é uma divisão clara. O Mal não vive apenas nas pessoas violentas, mas também em nós, ainda que pensemos ser bondosos e pacifistas."

Parece-me que estamos assistindo, de novo, à predominância do irracional. Não atacou, desta vez, um povo, mas os homens que o comandam e que estão certos de sua certeza e estão dispostos a impor esta sua certeza a todos os povos do "Eixo do Mal". E o avisam, sem pudor. Mas com poder.

dam e que estão certos de sua certeza e estão dispostos a impor esta sua certeza a todos os povos do "Eixo do Mal". E o avisam, sem pudor. Mas com poder.

Na Caixa, nem tudo era um mar de rosas. Tive que demitir funcionários por corrupção, outros foram penalizados, perdendo funções de confiança. O assunto mais complicado foi um financiamento concedido à empresa Paranapanema, que envolvia o INPS e o Ministério da Previdência. Inúmeros pareceres e contra-pareceres dos órgãos envolvidos culminaram com a instalação de um inquérito pela CGI – Comissão Geral de Investigações, ligada ao Ministério da Justiça.

O Ministro da Justiça continuava sendo Armando Falcão, o famoso homem do "o futuro a Deus pertence". Nunca entendemos porque o Presidente Geisel o nomeou e o manteve.

Oficialmente eu não sabia do inquérito que era, ridiculamente, secreto até para mim. Mas o nosso diretor da área habitacional foi ouvido de forma pouco ortodoxa: uma primeira vez, das 13:30 às 22:00 horas; na segunda vez, na véspera de Natal, das 13:30 até às 5:00 da madrugada. Eu perdi a paciência. Escrevi uma longa carta ao Ministro Simonsen detalhando a operação e o procedimento da CGI. Em certo ponto eu disse: "Permita-me ponderar, Senhor Ministro, se é aceitável que um homem de 52 anos, pai e avô, carreira de serviço público construída em mais de 34 anos, nomeado diretor desde a criação da empresa pública, e confirmado no cargo pelo Presidente da República, seja submetido a um tratamento que normalmente se dispensa a um criminoso". Mário Henrique levou a carta ao Presidente Geisel, que a leu, e, de acordo com o que me disse ele, bateu com o punho na mesa e disse que ia por um fim neste assunto. E acabou extinguindo a CGI. Mário Henrique tinha certeza que a minha carta fora a gota d'água para a tomada de decisão.[13]

13 Acho que todos nós ficamos revoltados quando nos defrontamos com prepotência e injustiça. Lembro que fiquei revoltado quando, no começo do atual governo estadual se procedeu à caça de colaboradores do governo Jaime Lerner, com aparato policial ridículo.

Nunca é demais recordar que todo o mundo é inocente enquanto não for provado que não o é. Justiça, mais do qualquer outra coisa, é a base da democracia.

Ernesto Geisel era uma figura singular. Tivera uma educação muito severa e a carreira militar reforçara a severidade. O seu senso de hierarquia era extraordinário: só falava com o primeiro escalão do seu governo e com assessores diretos. Quase nunca com o segundo escalão. Falou comigo três ou quatro vezes nos cinco anos em que participei do seu governo, sempre de modo muito formal.

A Caixa administra as loterias. Eu não sou jogador, não gosto de jogar. Mas sei que a grande maioria dos seres humanos são *homo ludens*, pessoas que gostam do jogo.

Eu tive muitos debates sobre o assunto jogo, não só com pessoal da Caixa e do governo, mas também com amigos e profissionais do assunto. A conclusão a que chegamos é que não conseguindo acabar com o jogo, é preciso regulamentá-lo da melhor forma possível. E usar o resultado para atender parte das demandas sociais, tão grandes no nosso país. Exemplo típico é o FAS, alimentado, em parte, pelos resultados das loterias.

Na Caixa havia, tradicionalmente, a Loteria Federal e, desde 1970, a Loteria Esportiva (LEF) um sucesso enorme na Itália (*Toto Calcio*), no resto da Europa e, também, no Brasil. Nos primeiros dias na Caixa, num despacho com o diretor de Loterias, perguntei a ele se eu poderia jogar na Loteria Esportiva. Ele respondeu: "Jogar pode, Presidente, só não pode ganhar". O jogo do bicho continuava sendo contravenção, mas jogava-se abertamente, principalmente no Rio e em Pernambuco. A LEF havia sido implantada por uma empresa, a RACIMEC, liderada por duas pessoas extremamente competentes, Simão Brayer e Jorge Curi. Pedimos a eles para criarem uma Zooteca (gozação do jogo do bicho) e, depois de muitos estudos, foi lançada a Loto, que se revelou, também, um sucesso enorme. A Caixa patrocinou o Campeonato Brasileiro de Futebol e criou o troféu, com um design inovador. Eu, que já era flamenguista, aproveitei e fiquei amigo de Zico de quem era fã absoluto.

Há duas histórias que acho deliciosas: Uma, de Rogério Coelho: quando gerente em Campo Largo (cidade a uns 30 km de Curitiba) ele

tinha alguns depositantes, já velhinhos, que vinham todo começo de mês tomar um cafezinho e verificar se o dinheiro deles ainda estava, todo ele, bem guardado. O que obrigava a secretária colocar a quantia exata em caixas de sapato; o Sr. Fulano contava tudo e devolvia o dinheiro, feliz. A outra aconteceu no Rio de Janeiro, depois que o prédio da Avenida Rio Branco havia pegado fogo. Quando a agência reabriu meses depois, já na minha gestão, tivemos muitos casos de clientes que pediam para sacar o saldo de suas contas. Na frente do caixa contavam o dinheiro e o devolviam para depósito. "Era só para checar se o meu dinheiro não queimou!" Campo Largo e Rio de Janeiro: um só país.

Na Caixa conheci uma das pessoas mais interessantes da minha vida, prematuramente falecido: Aloisio Magalhães. Designer de renome, foi contratado para desenhar um novo logotipo para a Caixa, realçando a palavra Caixa que é palavra muito forte em substituição ao nome CEF. Passei a conhecê-lo bem e a admirá-lo. Aloisio havia criado os "cartemas", gravuras inspiradas nas cartas de jogar com efeitos belíssimos. Quando no Ministério encarreguei-o de desenhar as cédulas. Elas viraram cartemas lindos e foram consideradas geniais pelos técnicos da Casa da Moeda e do Banco Central; como eram simétricas a tarefa de contar cédulas ficou muito mais fácil. Depois de alguns anos os burocratas venceram, como sempre, e de novo temos cédulas banais.

Foi com Alosisio que conheci, em 1974, Francisco Brennand, este extraordinário escultor, pintor e arquiteto que construiu um conjunto de rara beleza no Recife, no sítio que era a olaria da família.

Aloisio me ajudou a estabelecer normas para uso de prédios históricos para agências da Caixa. O mais bem sucedido é o palacete São Luiz, na Capital do Maranhão. Conseguimos salvar a maior fachada de azulejos portugueses do Brasil.

Mais tarde consegui ajudar Aloisio a viabilizar a criação do CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural, que funcionou em Brasília e era o embrião do Ministério da Cultura, e a Fundação Nacional Pró-Memória.

Aloisio lutou muito pela cultura do país, sempre com inteligência fora do comum. Conseguiu, junto à Unesco, incluir Ouro Preto como patrimônio cultural da humanidade. E preparou a sua querida Olinda para o mesmo destino. Lembro muito da sua alegria no dia da aprovação, pelo Congresso, da Fundação. Morreu em plena atividade, em Veneza, em 1982, jovem, aos 55 anos. Faz falta a nós, seus amigos, e ao Brasil, tão carente de inteligência. Dele guardo com carinho um desenho que fez de mim, baseado numa foto de jornal e um desenho, a lápis, de Olinda com a dedicatória: "Viva, Karlos, viva" que era sua maneira de saudar.

Também na Caixa conheci pessoas maravilhosas do setor de publicidade. Em especial os três donos da MPM, maior empresa de publicidade da América do Sul até 1994 quando ela foi vendida para um grupo multinacional.

A MPM (Luiz Macedo, Petrônio Correa e Antonio Mafuz) tinha a conta da Caixa desde a unificação. Fiquei muito amigo deles e de seu contato em Brasília, Euler Matheus, com quem trabalhei muito bem. Mas decidi fazer um pouco de disputa profissional e dei uma parte da conta para DPZ, formada por três publicitários competentes, Dualibi, Petit e Zaragoza.

Mais tarde, quando assumi o Banco do Brasil, encontrei a MPM como única agência. Na posse, Macedo soprou no meu ouvido a pergunta, baixinho; "Vai dividir?" e eu disse que sim.

Depois de sair do governo, em 1980, fui convidado para jantar, pelos três sócios, quando me comunicaram a decisão de criar um Conselho e me convidaram para ser o Presidente: "Por que?" perguntei eu. "Porque você nos obrigou a deixar de ser agência chapa branca, de governo, e isto nos salvou".

Escrevi um artigo sobre os três em que eu disse que eles tinham o que de melhor têm os gaúchos: são amigos dos amigos.

Os três anos na Caixa foram muito gratificantes. Acho que eu os devo a Malu, a Paulo Ricardo, a Rogério, a Sérgio e aos funcionários efi-

cientes que, no fundo, fazem as coisas.

Na minha saída o Jornal dos Funcionários da Caixa Econômica publicou um artigo que mostrou o que foram os três anos de minha administração.

"Rischbieter deixa sua imagem.

'Um misto de tristeza e alegria', foi como definiu sua saída da Presidência da Caixa Econômica Federal o Sr. Karlos Rischbieter, quando participou, como convidado especial, do primeiro encontro de gerentes gerais, de 1977, em Brasília.

Sentimento igual tiveram os economiários, ao perder seu Presidente e amigo para o Banco do Brasil, onde sua competência será melhor aplicada em benefício do País, em razão dos problemas maiores que envolvem sua mecânica.

Karlos Rischbieter, em seus quase três anos de gestão na Presidência da CEF, deu à instituição centenária a feição que só a afeição ao trabalho poderia conseguir: fez jovem, dinâmica, atual, funcional, a organização dos serviços, aprimorando os mecanismos e sensibilizando os funcionários com seu exemplo, sua decisão, seu descortino e sensibilidade.

Atento à reformulação de métodos na burocracia, criou e inovou, preocupando-se com o aproveitamento do talento, sem o qual nenhuma organização pode progredir, por mais dotada de tecnologia. Preocupando-se com o funcionário, fez dele o principal instrumento para atingir seu objetivo, que era o de fazer da Caixa Econômica, de fato, aquilo a que se destinava desde sua criação, um Banco Social, sobre ser uma instituição de crédito e financiamento.

E é este espírito aberto a novas idéias que dá a certeza do futuro da Caixa Econômica, no fiel cumprimento de seus objetivos de banco social do Brasil.

Este espírito a que alude Rischbieter existe, mas foi por ele descoberto, com sua argúcia de administrador e incentivado por seu

dinamismo, devoção ao trabalho, competência e, mais do que tudo, humanismo.

Dando tudo de si, não havia como não lhe seguir o exemplo de fé no método; acompanhá-lo na experiência que – estava seguro -, resultaria em melhoria para o todo: serviços e servidores.

Sem exigir, conseguiu a multiplicação de esforços de todos os funcionários, empolgados com seu exemplo.

À atualização de métodos, acrescentou dose maciça de sentimento comunitário, transformando a Caixa em veículo de atendimento às camadas sociais menos favorecidas, e mantendo sólida a aplicação dos recursos para obras de maior porte, de cujos lucros pode lançar mão regiões economicamente carentes, pelo financiamento de inúmeros projetos de alcance social.

Incentivou a cultura e a prática dos esportes; preocupou-se em proporcionar condições para o lazer; cuidou do espírito e do corpo.

Implantou o FAS (Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social), ampliou serviços, criou outros, dinamizou os existentes e expandiu o atendimento, pela construção de novas sedes da CEF em todo o Brasil, multiplicando as agências, para que municípios até então ignorados, pudessem usufruir dos benefícios da assistência da Caixa, inestimável colaboração para seu progresso.

Esta preocupação com o passado (apoio aos pensionistas e inativos atuais) FAS e com os ativos (os inativos e pensionistas futuros) refletiu-se em seu ato, criando a Fundação dos Economiários, que não pode entregar em pleno funcionamento, devido à convocação do Presidente Geisel para que emprestasse sua colaboração a outro organismo do Poder.

A par disto, concretizou a mais antiga, sentida e ansiosamente aguardada reestruturação dos quadros funcionais da Caixa, compatibilizando os salários.

Compatibilização esta que atingiu a todas as categorias funcionais, harmonicamente, de forma a não injustiçar umas e beneficiar outras; atingindo a todos homogeneamente, criteriosamente, com jus-

tiça, equanimemente.

Muitos foram os grandes presidentes da CEF, desde sua fundação, século passado; igualmente dedicados, talvez.

Mas Karlos Rischbieter, por certo, se não o maior entre tantos, figura, inegavelmente na primeira linha de administradores que a Caixa contou em sua história.

Não é descabida, nem desarrazoada, portanto, a manifestação uníssona, partida de todo o Brasil, dos economiários que ele prestigiou e liderou com a razão lúcida e o coração generoso, durante mais de dois anos.

A APCE carioca, em cuja sede campestre seu nome e sua imagem estão perpetuados em bronze, guardará do ex-Presidente Karlos Rischbieter, perpetuamente, seus atos, seus gestos, sua admirável natureza humana, no coração."

Capítulo 11

1977-1978 - Banco do Brasil

> Na noite da minha indicação para o Banco do Brasil um diretor da Caixa promoveu uma recepção para que eu conhecesse os diretores do Banco. Além do Presidente Angelo, eu conhecia o diretor administrativo, Oswaldo Roberto Colin, que era de Joinville, conterrâneo catarinense. Ele chegou, falando baixo: "Não se preocupe, nós vamos instilar o Banco em você, em doses homeopáticas". E eu: "Colin, é justamente isto que me preocupa: não quero o banco de vocês, eu quero um outro banco".

Em fevereiro de 1977 houve um episódio que causou a queda do Ministro da Indústria e do Comércio, Severo Gomes. O Presidente Geisel decidiu que Angelo Calmon de Sá, Presidente do Banco do Brasil, iria para o Ministério e que eu iria para o Banco. O Ministro Simonsen nos comunicou a decisão. "Não é convite", disse ele, "é ordem". Discutimos muito, mas obedecemos. Para o meu lugar foi convidado Humberto Barreto, amigo e muito ligado ao Presidente Geisel por laços sentimentais. Humberto estava em tratamento de saúde em Teresópolis. Fui visitá-lo e lhe passei os assuntos da Caixa. Disse a ele que teria em Rogério o auxiliar melhor que poderia encontrar. E imediatamente passei a mergulhar de cabeça neste mundo complexo e fascinante que é o Banco do Brasil.

Em 1977 o Banco do Brasil ainda era, de longe, o maior do país. Comparado com a Caixa, o BB era muito maior: quatro vezes mais, em empréstimos, quase dez vezes em patrimônio líquido, e também muito maior em matéria de lucro. Em 1978, o Banco teve um lucro de um bilhão de dólares, um dos maiores do mundo.

O banco era o principal financiador do setor agropecuário, com um

saldo equivalente a 14 bilhões de dólares em fins de 1978, representando 75% do total dos financiamentos desse setor. Mas, já em setembro de 1977 eu dizia, numa palestra na Escola Superior de Guerra: "preocupa-me, bastante, a política de subsídios do crédito rural e indago se ela vem correspondendo ao que dela se esperava. Parece-me, em princípio, que não vem atingindo seus objetivos." E lancei uma idéia que era considerada quase heresia pelo setor agropecuário: "Indago se não seria o caso de assegurar ao produtor, para melhor atendê-lo em suas justas aspirações e como alternativa válida à cessação de subsídios, preços capazes de remunerar satisfatoriamente o fruto de seu trabalho".

Hoje podemos dizer que o setor está atingindo sua maioridade, como provam os números de produção e de exportação. Subsídio, quase sempre, acaba trazendo resultados contrários ao que se pretende.

O equivalente a 11 bilhões de dólares eram financiamentos para outros setores de atividade. O Banco contava, então, com 1.127 agências no país. As agências do Banco são bastante sofisticadas, como as de outros bancos. Conversei muito com o pessoal responsável pelo setor agrícola. Eu dizia a eles que o pequeno agricultor não tem coragem de entrar numa agência "chique" como se dizia no norte do Paraná, onde conheci as agências de interior. Nem conseguiam preencher todos os formulários que o banco exigia.

Pedi ao pessoal de crédito rural que estudasse um novo modelo de agência: com um terço dos funcionários de uma agência normal, com instalações muito simples e com um formulário simplificado, fácil de ser preenchido. Dei um prazo razoável para trazer a solução. No dia marcado veio o grupo e me entregou um calhamaço bem arrumado, no estilo BB. Olhei durante cinco minutos, olhei para o grupo, peguei o calhamaço e joguei na cesta de lixo. Dei 24 horas para reapresentarem a proposta. Ela veio como eu imaginava que deveria ser. Propusemos ao Ministro da Fazenda toda uma regulamentação dos "Postos Avançados de Crédito Rural", nome que inventamos, com previsão de instalação de 1000 postos, sendo metade para o BB e a outra metade para o sistema privado. A proposta foi ao Conselho Monetário e aprovada com argumentação a favor do Ministro Simonsen.

E os postos foram um sucesso inesperado. Mesmo pelos otimistas, como eu. Me lembro de Mauricio Teixeira da Costa, que foi inaugurar um posto avançado em Matelândia, no interior do Paraná, e voltou entusiasmado com o que viu. Mauricio foi mais um destes muitos funcionários nota 10 que encontrei na vida. Depois de um ano de implantação do programa, conseguimos o que era minha intenção: chegar com crédito adequado e barato aos grotões, ao pequeno agricultor.

Criamos um fundo para incentivar a pesquisa técnica científica, o FIPEC, com recursos provenientes de 2% do lucro líquido do Banco, e destinado a custear pesquisas de empresas e instituições. Em 1978 já tinham sido alocados 168 milhões de cruzeiros para o fundo. Quem criou este e outros programas inteligentes foi Alcyr Calliari, competente Presidente do Banco no Governo Itamar Franco.

O Banco começou sua expansão internacional com a abertura da agência em Assunção, Paraguai, em 1941. Em 1967 foi aberta a primeira agência na Europa, em Lisboa. Quando assumi o Banco já havia 36 dependências no exterior; continuamos a expandir, sempre na tese de o Banco apoiar fortemente as exportações brasileiras com financiamentos, também, no exterior. Inauguramos, nos dois anos, 14 novas dependências, algumas muito importantes, como Washington, Sidney, Bruxelas (que depois, se tornou banco independente), Cingapura e Zurique.

Nas inaugurações nós sempre fazíamos algum espetáculo de cultura na cidade. Uma espécie de festival Brasil. Levamos pianistas como Roberto Szidon e Arthur Moreira Lima; levamos escolas de samba. Na inauguração da agência em Abidjan, Costa do Marfim, levamos o time do América do Rio para jogar futebol com os futuros campeões africanos e levamos Clara Nunes e sua banda. Foi um dos espetáculos mais lindos que eu já vi. Começava com um cantor local (o de maior sucesso em Abidjan) com seu grupo de percussão, uma batida forte, ritmada. Ele e o grupo saiam do palco e entrava Clara com os seus músicos que foram trocando o ritmo forte, quase selvagem, pela cadência malandra, maravilhosa, do samba. Ainda hoje, quando ouço um disco dela, me lembro de Clara Nunes, toda de

branco, encantando as centenas de pessoas no salão do Hotel principal de Abidjan.

Se a mudança do BADEP para a Caixa tinha sido muito grande, a da Caixa para o Banco foi maior ainda. Pelo menos assim me pareceu. Mais tarde costumava comparar a Caixa a uma motocicleta – fácil de manobrar, com um toque você muda de direção, enquanto o Banco parecia um transatlântico: você virava o leme e a mudança acontecia muito depois. O Banco do Brasil é um mundo a parte. O então Chanceler, Ministro Azeredo da Silveira, contava aos estrangeiros que chegavam pela primeira vez ao país que a única realidade brasileira era o Banco do Brasil; o resto é paisagem, dizia ele. E o funcionalismo do Banco também era conhecido como exército civil.

O Banco, no período, também aumentou sua participação em empresas multinacionais, desde o nosso continente e até na Europa, na África e na Ásia.

Nos primeiros dias no Banco um assessor me disse que teríamos que confirmar a intenção de concorrer à presidência da Alide (Associação latino-americana de bancos de desenvolvimento) que tinha sede no Peru mas iria fazer a eleição em Santiago, dentro de alguns dias. Consultei o Ministro Silveira que pediu um tempo e me ligou dizendo: "Falei com o Presidente, que disse: diga ao Rischbieter que pode ser candidato. Se perder, que fique no Chile." Cercamos os eleitores, eram 19, e conseguimos 17 votos. Durante o meu período de Alide foi construída a sede própria em Lima, um prédio muito bonito. Lembro do discurso que fiz na inauguração quando falei que nós, latino-americanos, precisávamos olhar uns para os outros e não ficar de costas olhando para a Europa ou para o Japão. Hoje, com a realidade do Mercosul estamos tentando ampliar o comércio intracontinental.

Encontrei no Banco várias pessoas do mais alto nível. Preciso citar Mailson da Nóbrega, assessor econômico que muito me ensinou e Ney Curvo, assessor de imprensa, o segundo mato-grossense na minha vida que

me faz pensar que naquele estado só há pessoas de muito valor.

Entre os diretores do Banco, todos eficientes, tive o prazer de reencontrar Daniel Faraco, meu Ministro dos tempos do IBC, no Rio. Ele exercia o cargo com a mesma seriedade e eficiência com que exerceu o Ministério.

Como chefe de gabinete era função definida por estatuto e obrigatoriamente teria que ser funcionário, Paulo Ricardo foi comigo como assessor especial. Depois de muita luta, Malu foi aceita como secretária do presidente. O machismo que reinava no Banco atingia raias do absurdo. Houve um concurso interno para preenchimento de cargos nas agências do exterior. O primeiro lugar foi de uma funcionária, Maria Cecília Teixeira. Mas o responsável pelo concurso não a nomeou, por achar que "mulher dá muito problema". Eu soube do assunto por Aloisio Magalhães que era contraparente da candidata. Chamei o responsável e disse: "Não só vai nomeá-la como ela vai escolher a agência". Assim Ciça (que é seu apelido carinhoso) foi para Paris e, além de muito eficiente, é amiga da família até hoje.

Na época o Banco tinha por volta de setenta mil funcionários (quatro vezes mais que a Caixa) e havia uma expectativa muito grande na casa. Houvera uma tentativa, frustrada, de implantação de uma reforma administrativa com plano de cargos e salários, proposta vetada pela Justiça do Trabalho. Começou então uma repetição do "pavão misterioso"; a expectativa passou a ser do pessoal do Banco, convencido de que eu faria com eles o mesmo que eu havia feito na Caixa. De fato, conseguimos aprovar a reforma, bem mais ampla, com implantação do Conselho de Administração, obrigatório pela nova lei das S.A., aprovada sob inspiração do Ministro Simonsen.

O presidente era sobrecarregado com tarefas rotineiras. Angelo Calmon de Sá era um trabalhador incansável e centralizava com persistência. Quando cheguei ao Banco mudei radicalmente as alçadas tentan-

do agilizar o andamento dos processos. Ao contrário, porém, as decisões ficaram mais lentas, pois a última palavra passou a ser dada pelo diretor ou pelo superintendente e ele não podia mais escrever: "É o parecer, SMJ." o que passava a responsabilidade ao presidente. Mudei também o critério da alçada: o que estava dentro das normas e dentro do orçamento, podia ser aprovado, respeitando o cadastro do interessado. Fora do orçamento e das normas, qualquer que fosse o montante exigia exame especial.

Ao sair do Banco, deixei uma reforma profunda: a administração passava a ser exercida por um presidente que teria um papel eminentemente político e por três vice-presidentes, o administrativo, o operacional e o da área externa, que comandavam 13 diretores. Este organograma foi exaustivamente discutido e aprovado internamente.

E, na parte que mais interessava ao pessoal, conseguimos aprovar o plano de classificação de cargos que racionalizava o quadro funcional.

Também me preocupei com a responsabilidade social dos funcionários do banco e apelei para a solidariedade com os mais carentes.

Em agosto de 1978, fiz uma saudação aos participantes da Jornada Esportiva das AABBs (Associações Atléticas Banco do Brasil)[14]:

Quando passei o cargo de presidente a Oswaldo Colin, fiz referência à FENAB (Federação Nacional das Associações Banco do Brasil), que reuniu todas as AABBs: "Destaco, com muito carinho, a criação da FENAB. Espero muito dela. Espero que seja o elemento catalisador dos que integram a casa. Espero mais. Que ela amplie os vínculos do Banco com os segmentos menos privilegiados de nossa sociedade. Faço aqui um apelo para que a FENAB seja um importante fator para reduzir as desigualdades sociais. Devemos reconhecê-las e tentar resolvê-las. Tenho

14 "... trata-se da idéia de dar uma dimensão social e comunitária às atividades esportivas das AABBs. Em toda cidade, em toda região deste nosso imenso País há sempre um bolsão de pobreza, um bairro ou uma comunidade desprovidos de recursos mínimos. É toda uma juventude, dotada de enorme potencial, que poderia encontrar no esporte, na realização de atividades comunitárias simples, como a arborização de ruas e praças, um meio de promoção humana. Eu ficaria imensamente feliz se encontrasse equipes de entusiastas das AABBs na liderança de um movimento desta natureza."

recebido muitas manifestações de agradecimento por parte dos funcionários do Banco do Brasil. O melhor agradecimento que poderei receber será a solidariedade de vocês para com os seus irmãos mais pobres".

O Banco é uma grande escola de formação de profissionais. Conheci muitos deles, competentes e com um amor à camisa e ao país como poucas vezes presenciei. E, de todos eles, sempre destaquei esta figura maravilhosa que foi Oswaldo Roberto Colin. Ao final daquele discurso eu disse: "Meu prezado Presidente Colin. Em sua cidade natal eu disse que você era a própria alma do Banco do Brasil. Você deu a sua vida a esta casa. Nossa casa, se vocês permitem dizê-lo. Sei que ela estará em boas mãos".

Eu gostaria de dizer algumas palavras sobre as empresas estatais. Trabalhei em três delas: o BADEP (Codepar, no início), a Caixa Econômica e o Banco do Brasil.

Sempre achei que o Estado deve limitar-se a governar. Mas em um país em desenvolvimento há que abrir exceções. Primeiro é preciso dizer que eu discuti isto muitas e muitas vezes com industriais paulistas e de outros estados.

O que eu sempre defendi, em todas os debates, foi que a regra deve ser a mesma, não importa quem seja o dono da empresa; empresas nacionais, públicas e privadas e empresas multinacionais. O que não se pode é abdicar dos instrumentos de política econômica ou financeira quando o governo tem que intervir. Eu sei que esta opinião choca, como sempre chocou, os que querem pescar em águas turvas.

Lembro de uma visita à maior fábrica de alumínio na Alemanha, estatal. Perguntei ao Presidente da empresa a quem ele se reportava. "Não sei", disse ele e mandou chamar o Diretor Financeiro: "Para quem você manda aqueles relatórios anuais?". Não havia ingerência política na gestão da empresa, e o presidente era o mesmo durante três governos de tendência política diversa.

Não esquecer que a Volkswagen e a Renault eram estatais e, sem privilégios, se tornaram grandes.

Os dois anos no Banco foram muito interessantes. Viajei muito pelo Brasil e pelo exterior. Uma das viagens mais longas foi de volta ao mundo. Nesta viagem, Fanchette me acompanhou e foram conosco Luiz Macedo, Marcio Fortes e suas esposas. Começamos com reuniões em Paris. De lá fomos para Hong Kong, onde o banco tinha sociedade com um grupo chinês. Cidade fascinante, limpíssima e moderna. Fizemos uma festa muito bonita, com música brasileira.

Fui visitar o Hong Kong and Shangai Banking Corporation-HSBC, ainda modesto, mas já construindo sua sede espetacular e no caminho de ser o grande banco que é hoje.

De Hong Kong voamos para Tóquio, outro mundo. O pessoal do Banco do Brasil estava fazendo um esforço enorme para abrir portas para os produtos brasileiros. Fiquei muito impressionado com os japoneses e sua mania de organização.

Saindo de Tóquio fomos para São Francisco com uma pausa no Havaí, paraíso no Pacífico. No aeroporto de Frisco (gíria dos filmes de faroeste) eu esperava na fila da imigração. Vi um box vazio e perguntei: "Are you free?". E o jovem respondeu: "Free, never, available yes." Livre nunca, disponível sim. Como não simpatizar com esta terra californiana!

Há uma história deliciosa que aconteceu por ocasião da reunião do FMI em Washington. O Chase Manhattan patrocinou naquele ano o jantar dos bancos. Na mesa principal, presidida por David Rockefeller, eu era o convidado de honra, junto com uma senhora banqueira, por sinal bonita. Quando sentamos ele me perguntou sobre o meu "background" – minha experiência. Eu comecei dizendo: "Eu sou engenheiro...", ele olhou muito espantado para mim, e me virou as costas. Falou só com a banqueira. O chefe do cerimonial do Chase deve ter sido demitido naquela noite.

Começamos a financiar os empreiteiros brasileiros no exterior que tiveram grandes sucessos na construção de obras públicas. Foi certamente um dos passos importantes no caminho para diversificar as exportações brasileiras.

Nos dois anos de Banco do Brasil, mais do que nos três anos que passei na Caixa, comecei a dar opiniões sobre o que eu achava da administração pública e do papel do Estado. Em setembro de 1978 fiz um discurso em Ponta Grossa com críticas à centralização brasiliense: "Às vezes fico com a impressão que nós, em Brasília, nos julgamos os únicos inteligentes deste País, o que não é verdade. O isolamento do Planalto Central, na cidade que se plantou no meio do cerrado, leva-nos à falta de contato com a realidade brasileira, fazendo-nos supor que somos super-gente. Tenho hoje absoluta convicção, depois de quase cinco anos em Brasília, de que ou descentralizamos o País, ou não conseguiremos chegar a uma sociedade mais justa, como queremos."

Em 1977 recebi o troféu "Barriga Verde", em Florianópolis, juntamente com outras pessoas e fui escolhido orador da turma. O discurso que proferi, na ocasião, na redação final de Paulo Ricardo, indica muito do que eu pensava e ainda penso ser o papel dos servidores públicos.

"Agraciado na condição de administrador público, permito-me externar algumas idéias a propósito do exercício desta função e das responsabilidades que dela decorrem.

Creio inerentes ao desempenho da função pública a permanente abertura ao diálogo e a constante disposição de prestar contas das atitudes que adotamos.

A busca da convergência, o desejo sincero de compreender as razões alheias, o esforço consciente para ganhar aliados pelo convencimento e pela persuasão quanto à justeza de suas posições – tais deveriam ser, no meu entendimento, parâmetros básicos para a atuação dos homens que detém responsabilidades públicas.

Num país como o nosso, que ainda enfrenta tantas deficiências e dificuldades, é imperioso que os detentores de funções públicas dediquem o melhor de suas inteligências e energias no sentido de procurar o caminho mais curto, racional e objetivo, para a promoção do bem-estar coletivo.

Chegou o momento de proclamar-se o primado das coisas simples. As atividades das empresas, e mesmo a dos cidadãos, estão hoje por demais envoltas em normas, regulamentos e procedimentos burocráticos, não raro conflitantes.

O cipoal tornou-se denso e asfixiante, dificultando a livre manifestação de nossas potencialidades como povo e nação.

Simplifiquemos. Façamos a opção pelas fórmulas diretas e claras. Não rejeitemos o óbvio. Tenhamos sempre presente que o bom senso ainda é o melhor auxiliar do administrador e que as soluções simples podem ser as melhores, ainda que despidas da magia das grandes fórmulas.

Por acreditar na necessidade de trabalharmos com regras claras e firmemente estabelecidas, é que defendi há poucos dias, em Brasília, a criação do Ministério da Economia.

Estou convencido de que a unificação de comando, concentrando as decisões maiores de política econômica global, permitirá á iniciativa privada a programação coerente de seus esforços.

A pulverização de centros de decisão, a nível ministerial, dificulta para a nação o entendimento dos objetivos que o Governo persegue e, para o Governo, a coordenação dos diversos setores envolvidos no processo de execução.

Quando as regras do jogo estão claramente definidas, torna-se mais fácil para todos que estão empenhados na busca de objetivos comuns - o desenvolvimento nacional e a mais justa distribuição das riquezas – o atingimento dessas metas. É disto que precisamos."

A preocupação com a simplificação já era constante nessa época, bem antes do documento "Abertura Política e Crise Econômica", de 1979.

E, mais do que na Caixa, a imprensa começava a falar de mim. O Jornal do Brasil, em editorial, elogiou palavras que pronunciei em Curitiba:

"Ovo de Colombo - A capacidade de enxergar o óbvio sempre foi a marca dos grandes talentos. Do ovo de Colombo à Lei de Newton,

gastou-se muito tempo procurando a verdade onde ela não estava, por falta, justamente, de simplicidade de visão.

A função salutar de apontar o óbvio tornou-se, de algum tempo para cá, ainda mais preciosa devido não só à crescente complexidade inerente às sociedades modernas, mas ao fato de que, sendo as coisas complexas, há agora, infelizmente, muito espaço para quem queira brilhar especulando sobre o vácuo.

Nesse panorama atravancado de supostos luminares, as palavras do presidente do Banco do Brasil, pronunciadas em Curitiba, são a voz que clama no deserto e mereceriam transcrições periódicas que as fizessem sempre lembradas.

Voltemos às coisas simples, pede o Sr. Karlos Rischbieter. As atividades das empresas e mesmo dos cidadãos estão hoje por demais envoltas em normas, regulamentos e procedimentos burocráticos, não raro conflitantes. Nesse denso cipoal, ficam reprimidas as nossas possibilidades como povo e Nação.

Quando as regras do jogo, ao contrário, estão claramente definidas, torna-se mais fácil para todos a consecução dos seus objetivos – e entre estes incluem-se as autoridades que buscam o desenvolvimento nacional e a mais justa distribuição de riquezas.

A essa atividade política, entretanto, lembra o Sr. Rischbieter, deveriam ser inerentes a permanente abertura ao diálogo e a constante disposição de prestar contas do que se faz. E isto não apenas devido a um ideal de liberalismo político, mas porque assim torna-se mais clara a atmosfera social; e, estando mais clara, enxerga-se melhor a articulação dos problemas, o que já é meio caminho andado na direção das soluções. Não é outro o segredo da vitalidade das grandes democracias modernas."

Em março de 1979 deixei o banco entregando-o nas mãos de Oswaldo Roberto Colin. Deixei muitos amigos e levei comigo o respeito pelo funcionalismo do banco.

E, claro, fiquei feliz com um editorial publicado no jornal de uma

das AABBs:

"O Banco do Brasil, ao longo da sua existência, teve em sua Presidência homens probos que dignificaram, honraram e fizeram crescer esta nossa Casa. Todos, sem sombra de dúvida, serão sempre lembrados pelo funcionalismo do banco. Contudo, é justo destacar dentre todos, o Dr. Karlos Rischbieter, como o nosso grande Presidente.

Figura humana excepcional, homem público que sempre honrou os cargos ocupados, soube, no Banco do Brasil, conquistar a amizade e o respeito de todos os seus comandados. É difícil, nos tempos de hoje, em que as pessoas se transformam radicalmente ao assumir algum posto de destaque, encontrarmos alguém que mantenha imutável a sua personalidade; que continue sincero, leal, correto e, acima de tudo, amigo dos amigos. E tudo isso é o Dr. Karlos. As posições passageiras da vida não conseguem modificar a sua excepcional qualidade de homem simples.

Não é somente a AABB que é grata a esse eminente homem público. Todos os funcionários do banco, do mais modesto ao mais graduado são-lhe agradecidos, por tudo quanto realizou em benefício do banco e dos seus serventuários. Dr. Karlos, esta é uma homenagem simples, singela, mas feita com profundo respeito e grande emoção. Encontre, Dr. Karlos, entre as inúmeras manifestações de carinho que tenha recebido ao longo da sua vida, um pequeno cantinho para guardar estas nossas palavras. Desejando-lhe todas as glórias do mundo. V.Exa. merece."

Capítulo 12

Ministério da Fazenda 1979 - 1980

"O Governo considerou o seu relatório muito pessimista!" Ao que eu respondi com meu pedido de demissão. Ele, só *pro forma*, tentou me demover. Sabia, por me conhecer bem, que era decisão definitiva. Conversamos, então, demoradamente sobre os nomes na sucessão do Ministério. Disse a ele que não deveria repetir o erro feito na montagem do Ministério: o de tentar conciliar o inconciliável.

A candidatura João Figueiredo à sucessão do Presidente Ernesto Geisel foi anunciada com uma bravata do meu sucessor na Caixa, Humberto Barreto, muito ligado ao General Geisel.

O General João Figueiredo era Chefe do SNI e eu o conhecia razoavelmente bem. Depois da sua indicação à Presidência, em fins de 1977, ele passou a usar um andar na sede do Banco do Brasil, onde recebia as pessoas já na qualidade de futuro Presidente.

Muitas vezes almoçamos com ele, Mário e eu, e mais alguns convidados. Figueiredo era uma pessoa afável, inteligente e tinha uma curiosidade muito grande pelos assuntos os mais diversos. Eu o provocava dizendo que era um atraso o Brasil não ter Ministério da Defesa que englobaria os Exército, Marinha e Aeronáutica. Ele me disse que quem era contra era a Marinha; "eles querem ficar mandando no Porta-Aviões". Também falei que era preciso fazer valer a Federação. "Nós já fomos Estados Unidos do Brasil, somos República Federativa, do Brasil, mas, de fato somos República de Brasília, nós é que mandamos. Em um país tão vasto, é preciso dar mais força aos Estados, aos Municípios. Descentralizar". E ele concordava.

Mário Henrique e eu havíamos conversado muito sobre a possibilidade de continuar no governo. Tanto ele quanto eu havíamos decidido não aceitar qualquer convite. Por isto, quando o Ministro Golbery veio nos convidar, em novembro de 1978, dissemos não, muito polidamente. Ele insistiu muito porque havia sido encarregado por Figueiredo de compor um Ministério que conciliasse os vários governos militares. Logo os jornais descobriram a tarefa de Golbery e começaram a especular. Mário ficou muito firme na negativa. Como Golbery insistia na "parelha" (como bom gaúcho ele usava este termo) eu me escudava atrás de Mário, para também dizer não. No fim do ano fui passar as festas em Curitiba e aproveitei para conversar com meus amigos Orlando Kaesemodel e Manfredo Cominese sobre a possibilidade de ir trabalhar com eles a partir de 16 de março. Acertamos as coisas, em princípio, quando recebo um recado de Mário Henrique pedindo para voltar a Brasília, o mais rápido possível. Ele havia sido convencido por Francisco Dornelles (seu Procurador Geral da Fazenda) que nós não poderíamos perder a oportunidade: "vocês terão carta branca e poderão fazer as coisas que sempre quiseram fazer". Mário aceitou o convite e meu argumento junto ao Ministro Golbery caiu por terra.

A conciliação ficava evidente, com a presença de Delfim na Agricultura e de Mário Andreazza no Ministério do Interior.

A composição do Ministério da Fazenda foi uma tarefa não muito difícil. Não consegui nomear Rogério Coelho para Presidente da Caixa, o que me deixou triste. Mas de resto foi possível ocupar os cargos com pessoas da minha confiança: Oswaldo Colin foi para o Banco do Brasil, Francisco Dornelles para a Receita Federal, Mailson da Nóbrega para Assessoria econômica, Ney Curvo para Assessoria de Imprensa. Para secretário geral convidei Márcio João de Andrade Fortes, de quem tive uma muito boa impressão, numa conversa que tivemos, ainda na Caixa Econômica e na viagem à volta do mundo. É claro que Malu e Paulo Ricardo foram comigo. Sérgio Sambiase foi trabalhar no Serpro, com José Dion de Mello Teles. Os dois super competentes. E também ficou comigo Zacarias, amigo de

sempre. E trouxemos de São Paulo uma pessoa que nunca havia estado no serviço público, que foi uma grata revelação e ficou um amigo de todas as horas: Armando Vasone Filho. Para os muitos outros cargos levamos pessoas da casa, do próprio serviço público federal. E conheci gente muito boa, gente séria que fazia a máquina andar. E havia os "carregadores de piano", os que faziam o trabalho árduo, pesado.

Mário compôs o Ministério do Planejamento com as mesmas pessoas que estavam com ele na Fazenda.

Antes da posse, a imprensa procurava entrevistas a qualquer preço. Eu tive, sempre, uma relação muito boa com os jornalistas. Conheci os melhores, no Brasil. E fiquei amigo de muitos deles.

Já falei de Nahum Sirotzky, um observador muito sagaz de inteligência e memória fora do comum. Convivi muito com Nahum no Paraná e em Brasília. Hoje ele mora em Israel e sofre com os horrores do Oriente Médio.

No Rio, no IBC, conheci Pedro Gomes e Walter Fontoura, que inventaram o Informe JB, uma inovação na imprensa brasileira.

Em Brasília, na casa de Raymond, conheci os analistas políticos, os mestres da análise: Carlos Castello Branco, o Castelinho, de fala mansa e um olhar que enxergava a alma da gente; Fernando Pedreira que, além de sociólogo sem diploma, é elegante no ser e no falar. E havia ainda os que ficaram muito amigos, como Walder de Goes, Heitor Tepedino e José Gutemberg que criou o seu próprio semanário, o JOSÉ.

Não devo esquecer Joelmir Beting e Paulo Henrique Amorim, que entendiam mais de economia do que eu.[15]

Em fevereiro, a *Isto É* publicou uma entrevista minha na qual eu falava em reforma do sistema financeiro. E citava Antônio Ermírio de Moraes, que tinha dito que no Brasil havia duas classes: os banqueiros e os outros. É claro que os banqueiros não gostavam de mim. Todas as minhas

15 Em Curitiba é preciso destacar o competente trabalho realizado por José Wille e Luiz Geraldo Mazza, que fazem um programa de rádio diário que honra o jornalismo.

entrevistas e declarações falavam em reformas. Falavam em repensar o país, em repensar o modelo financeiro e econômico. E a imprensa dava destaque às novas idéias.

Veja publicou, em começo de março, uma matéria destacando seis pontos que seriam minhas prioridades. E publicou, em seguida, uma entrevista em que eu colocava algumas posições muito pessoais. Uma delas dizendo que o debate do modelo é fundamental, não só no Congresso mas por todos os setores da sociedade. Outra: "regra clara, para mim, é sinônimo de democracia". A essência da democracia é a liberdade de opinião. E falava da pobreza absoluta: "É um grave problema social a existência de pessoas fora da economia, sem emprego fixo, sem qualquer assistência ordenada". E já aparece a idéia dos sindicatos livres: "Nós precisamos, urgentemente, de sindicatos livres no Brasil - sobretudo em São Paulo".

Aloysio Biondi, na *Isto É* de 4 de abril, com a seriedade que sempre o caracterizou, toca no conflito: "...o novo ministério estava 'rachado' em dois blocos: de um lado os 'desenvolvimentistas', contrários a políticas recessivas; e, de outro, os 'monetaristas', favoráveis ao tratamento de choque e à recessão". Aloysio, de quem fui muito amigo, dizia que eu tentaria forçar idéias gradualistas.

Tão Gomes Pinto, outro dos nossos jornalistas sérios e capazes, escreveu na mesma *Isto É*: "Gradualista, sem pressa em mudar as coisas, testando o seu painel de controle, a verdade é que Rischbieter está empenhado em estabelecer na Fazenda um ambiente que seu chefe de gabinete, Paulo Ricardo dos Santos, define como de *full disclosure*, ou seja, abertura total, nada de subterfúgios. Outra idéia surgida nas conversas entre o pessoal do Ministério, seria a de abrir as portas para pessoas leigas em economia para discutir assuntos de política econômica e eventualmente outras políticas". Eu pretendia chamar, entre os primeiros, Dom Paulo Evaristo Arns e Luiz Inácio Lula da Silva.

Eu estava muito motivado. E achava que teria todo o apoio do Presidente Figueiredo para as novas idéias. Mas não foi o que aconteceu. Em começo de agosto dei uma entrevista ao jornalista Pedro D'Alessio, do *Jor-*

nal da Tarde, em que eu disse: "É preciso fechar um ciclo que começou em 64 nas eleições de 1985. Serão 21 anos de, praticamente, um só grupo no poder, o que não é bom para o país, por mais que esse grupo acerte". Parece mais uma declaração da oposição do que a de um Ministro do Governo. A entrevista toda tem muito pouca relação com o Ministério da Fazenda. Nela aparecem idéias que depois eu iria elaborar com mais detalhes. Mas na essência era uma entrevista que mostrava que eu já estava me distanciando do governo.

O presidente estava cada vez mais ausente. O que teria acontecido com João Figueiredo? Todas as pessoas que o conheciam tinham a melhor das impressões da sua inteligência, da rapidez do raciocínio e de sua vontade de fazer um governo de abertura. Nos meses em que ele ocupou um andar no Banco do Brasil, entre a indicação e a posse, eu o conheci bastante bem. Apesar da nossa decisão inicial de não participar do seu governo, Mário e eu, o achamos uma pessoa interessante, aberta a opiniões e discussões.

O governo começou em 15 de março e o índice de inflação daquele mês nos deu o maior susto: 6%. Os jornais começaram a falar de índices superiores aos da época de Jango e lembravam a revolução, feita em parte para por ordem na economia. Quase entramos em pânico. Mário, que tinha a alergia alemã à inflação, começou a querer adotar medidas que levariam à recessão. Delfim queria uma super safra, que ajudaria a combater a alta dos preços. Para garantir a super safra havia necessidade de crédito. Mais crédito significava mais inflação. E começaram as divergências entre os grupos. E elas chegaram aos órgãos da imprensa. Mário resistiu até onde deu. Mas em julho, numa reunião entre Planejamento, Fazenda e Agricultura, ele cedeu, para desespero de Marcos Amorim que sabia que isto significava sucesso da Agricultura e derrota dos responsáveis pela inflação, que éramos nós, Mário e eu. Eu tive o primeiro atrito sério com Mário. E começamos a discordar, sobre vários pontos de política econômica. Acho que a entrevista a Pedro D'Alessio foi uma das causas dos desentendimentos.

Naquela época eu havia preparado um documento para o Presidente, ao qual Mailson havia dado forma definitiva. Neste documento, "*Abertura Política e Crise Econômica – Notas do Ministro da Fazenda ao Senhor Presidente da República*", eu propunha um novo contrato social, "representado por um acordo tácito e publicamente aceito em torno dos objetivos de redução da inflação, preservação de taxa razoável de desenvolvimento e solução dos desequilíbrios nas balanças de comércio e de serviços".

Eu achava que: "Tanto entre os empresários como entre os sindicalistas existem lideres autênticos e prestigiados, capazes de, uma vez corretamente informados e convencidos, mobilizarem apoio suficiente em suas áreas. Trata-se da aplicação do conceito de democracia direta e participativa".

É bom notar que falei em empresários e sindicalistas confiáveis. Falava de Lula e falava da democracia direta. Eu havia conhecido Lula a pedido do Ministro Golbery. Num despacho normal ele me olhou com os seus olhos, sempre sérios e gozadores ao mesmo tempo: "Dr. Rischbieter, o senhor que às vezes tem essas idéias estranhas, não se disporia a bater um papo com este tal de Lula, para saber sua opinião?" O tempo passou e não consegui reunião com Lula. Só na saída, em janeiro de 1980, na última ida a São Paulo, o consegui. Procurei Mino Carta, já amigo naquele tempo, e organizamos um encontro, secreto como convinha. Conversei longamente com o então muito barbudo sindicalista. Na falta de um assunto específico falei da necessidade de sindicatos fortes e desaconselhei a formação de um partido político. Falamos de Lech Walesa e do seu Solidariedade. Foi um encontro muito impressionante para mim. Sempre elogiei Lula como pessoa confiável. Ele poderia ter ido para clandestinidade e incendiado o país. Não o fez. Preferiu atuar em aberto, durante anos. E, provavelmente, salvou o Brasil de uma tragédia.

Considero esse documento como esclarecedor da minha concepção de política econômica e social. Por isso o transcrevo, quase na íntegra.

Notas do Ministro da Fazenda ao
Senhor Presidente da República

Nas "Diretrizes Gerais do Governo", Vossa Excelência definiu que:

"Conseqüência natural da abertura política é a diminuição do coeficiente de tutela do Estado sobre a sociedade, sobre a vida econômica, e sobre as relações políticas intra-federativas."

E explicitou essa filosofia de ação, recomendando a simplificação dos mecanismos de incentivo ao setor privado; a busca de maior amplitude ao jogo das forças do mercado; a limitação da intervenção no domínio econômico ao estritamente indispensável a corrigir as imperfeições do mercado e a atender as exigências da Segurança Nacional, como previsto na Constituição.

Eis aí, de forma clara, o elo de ligação entre a abertura política e a abertura econômica que necessariamente se lhe deve seguir.

O centralismo político pós 64 – justificável nas circunstâncias – induziu processo de intervenção econômica no País, cujo sucesso acabou por legitimar a intervenção política.

O processo de intervenção econômica, mesmo conduzido com competência, acabou por gerar, dentro de si mesmo, um círculo vicioso e nos está levando a um impasse de graves proporções, ao inviabilizar a solução de dois dos mais aflitivos problemas da economia, a inflação e o balanço de pagamentos.

Essa situação tem sua raiz no intrincado *sistema de compensações* implantado com vistas à execução de determinadas políticas, particularmente as de controle da inflação, de estímulo às exportações e de aceleração do processo de desenvolvimento. Representou a contrapartida do Governo aos setores que este desejou controlar ou expan-

dir. Mas ganhou tal complexidade que se transformou em obstáculo aos seus objetivos iniciais.

Assim, por exemplo, a compensação pelo controle direto ou indireto dos preços agrícolas vem sendo a concessão de crédito abundante e barato. A contrapartida pelo crescimento das vendas externas é a existente parafenália de incentivos fiscais e de subsídios implícitos ou explícitos. A tudo isso se soma um conjunto de subsídios diretos, como os do trigo, do leite e do açúcar.

O intervencionismo econômico também teve a conseqüência de enfraquecer poder de arrecadação dos Estados e Municípios, que passaram a depender, em grau elevado, da transferência de recursos e de créditos do Governo Federal, geralmente vinculados à aprovação de planos e projetos pelo Poder Central.

A conseqüência lógica de todo esse processo foi a montagem de enorme, poderosa e crescente máquina burocrática para administrar os incentivos, controlar preços, analisar projetos, fiscalizar, punir, tutelar enfim a vida das pessoas, das empresas, dos governos estaduais e da sociedade em geral.

O combate eficaz à inflação mostra-se inviável diante do circulo vicioso do sistema e da resistência da burocracia.

Ao mesmo tempo que exige do governo competência no combate à inflação, esquece-se que o atendimento dessas reivindicações provoca desregrada emissão de dinheiro.

Não se pode explicar a inflação apenas com a teoria monetarista. É meridianamente claro, porém, que ela só é controlável com eficiente administração da moeda.

O contexto determina a conveniência da reavaliação de todo o processo para, com postura realista diante dos desafios, mudar-lhe o curso. Justifica a corajosa admissão da necessidade de mudar atitudes e de reintroduzir conceitos essenciais na economia, como os de eficiência e produtividade.

A receita já está prevista nas diretrizes gerais e setoriais de Vossa Excelência. Trata-se apenas de cumpri-las.

O Governo tem agora a oportunidade de transformar em ganho político uma ação global, coerente e urgente, para realizar seu objetivo de atribuir maior racionalidade à política econômica. Pode tirar partido da crise e descomplicar a economia no contexto da "economia de guerra" declarada pelo Presidente.

Há um estado de perplexidade diante dos impactos coincidentes da abertura política e da crise econômica.

Urgem mudanças que sejam entendidas como globais e que tenham considerável impacto psicológico. Tais mudanças podem ser justificadas como conseqüência da idéia da "economia de guerra" anunciada pelo Presidente da República e do objetivo da democratização da sociedade, em que se inclui a redução da tutela do Estado e a assunção de maior coeficiente de responsabilidade de empresários e de trabalhadores.

Iniciadas agora, essas medidas serão igualmente entendidas como lógica conseqüência do processo de abertura política.

A popularidade e credibilidade que cercam o Presidente da República são a garantia de que é possível realizar um novo "contrato social" em função das realidades atuais e objetivos claramente expressos que sejam entendidos como a "saída do túnel".

A proposição de um "contrato social" implica num entendimento formal entre o Governo e os segmentos responsáveis da sociedade, principalmente as lideranças empresariais e sindicais. Seria precedido por negociações com estas mesmas lideranças e representado por um acordo tácito e publicamente aceito em torno dos objetivos de redução da inflação, preservação de taxa razoável de desenvolvimento econômico e solução dos desequilíbrios nas balanças de comércio e de serviços.

Seria, na prática, um armistício social apoiado em limites mutuamente acordados para o crescimento de preços e salários. Tanto entre os empresários como entre os sindicalistas existem líderes autênticos e prestigiados, capazes de, uma vez corretamente informados e convencidos, mobilizarem apoio suficientes em suas áreas. Trata-se

da aplicação do conceito de democracia direta e participativa.

Ouso acrescentar que o acordo entre as classes, tendo o Governo como poder moderador, e a traduzir nos seus aspectos operacionais o objetivo nacional de redução da inflação, só será alcançado com a participação pessoal de Vossa Excelência mobilizando a Nação. Obviamente, seriam grandes os riscos políticos. Maiores, porém, serão os benefícios para o País, que podem resultar do êxito dessa política.

Um primeiro passo, acompanhando-se o processo de negociações com as lideranças empresariais e sindicais com os objetivos sugeridos, deveria ser representado por um conjunto de medidas vigorosas, que iniciassem o processo de rompimento do sistema de compensações. Adotadas com os necessários cuidados para se evitar um processo recessivo, e acompanhadas de iniciativas que visassem a reduzir-lhes ao mínimo os efeitos sobre os níveis de vida das classes menos favorecidas, seriam entendidas com o começo da descomplicação da economia.

É fundamental, contudo, que essa fase possa caracterizar-se por uma postura nova: séria, responsável e confiante. Seriedade em admitir realisticamente a gravidade dos problemas; responsabilidade que deve ser exigida dos membros do Governo e da própria sociedade, excluída a visão recessiva ou catastrófica.

E confiança em que, superado um período limitado de dificuldades, se poderá alcançar novo surto de progresso, menos artificial e com mais ampla disseminação de seus benefícios.

Essas as reflexões que me permito fazer ao elevado julgamento de Vossa Excelência.

Com profundo respeito,

Karlos Rischbieter.
13.8.79

O documento vazou parcialmente, e provocou muita confusão. Para esclarecer as dúvidas, mandei divulgá-lo na íntegra, em 25 de setembro. A repercussão foi muito grande. Na maioria, positiva. *O Estado de São Paulo* comentou: "Temos o diagnóstico, falta a receita". O artigo termina dizendo: "O diagnóstico fala por si. Falta a receita que deve traduzir uma unidade de pontos de vista, ainda inexistente. Ela só pode surgir do amplo debate que ora se abre". Era isto que eu queria provocar: amplo debate. E *O Globo* disse, em editorial, "Mas o documento de Karlos Rischbieter está repleto de propostas viáveis, várias aliás já materializadas sob a égide do bom entrosamento entre os Ministros da Fazenda e do Planejamento. Romper o sistema de compensações, como primeiro passo para descomplicação da economia, buscando-se os critérios e a eficiência do regime de mercado, pareceu desde logo objetivo francamente alcançável." A análise mais correta foi feita por Sidnei Basile, então correspondente da *Gazeta Mercantil* em Brasília. Considero esta análise tão importante que ela vai transcrita também, quase na íntegra.

"A Nação em busca do tempo perdido

Uma aposta formal no projeto de abertura política do governo. É assim que pode ser definido o documento "Abertura política e crise econômica" que o ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter elaborou, sob a forma de nota ao presidente da República, durante o traumático período de transição da Seplan do ministro Mário Henrique Simonsen para o ministro Antônio Delfim Netto. Trechos desse documento foram publicados pelo *Jornal do Brasil* em sua edição de domingo e, ontem, o Ministério da Fazenda liberou sua íntegra para que se pudesse ter uma idéia do teor das reflexões do ministro Rischbieter.

Com essa liberação, algumas evidências residuais de vitalidade política no gabinete começaram a emergir. Em primeiro lugar, embora o documento a isso não se destine, ele permite uma espécie de arqueologia da demissão do ministro Mário Henrique Simonsen e a

verificação, em detalhe, das agudas divergências conceituais existente entre o planejador e o executor da política econômica. E a saída do primeiro, bem como a permanência do segundo, deixa de ser apenas passado para ser história. Sob esse aspecto, o documento terá especial interesse para cientistas políticos, economistas e pesquisadores de ciências sociais em geral.

O segundo o ponto a destacar é a correção do diagnóstico que o ministro Rischbieter traçou. Tão correto – e aparentemente tão sincero – que às vezes, dá a impressão de ter sido feito por alguém fora do governo, ainda que não necessariamente contra o governo, pois é permeado pela preocupação de contenção da oposição.

Neste particular, o documento é quase antológico, no sentido da crítica que faz ao sistema de compensações que surgiu como decorrência do intervencionismo econômico nascido em conseqüência do centralismo político pós-64, que produziu por sua vez o clima propício ao intervencionismo político. A linha de raciocínio do ministro é a de que a retirada gradual do sistema de compensações provocaria a diminuição do intervencionismo econômico, que acabaria por produzir a redução do intervencionismo político.

Quanto aos aspectos descritivos da crise econômica e da crise do gabinete, o documento é inaudito, no sentido de que ocorreu como detonador ou em conseqüência da demissão de seu signatário.

Rischbieter consegue o aparente milagre de escrever um *paper* sobre abertura política em que não toca na discussão partidária. Fala da necessidade de fusão de um novo contrato social que inclua "os segmentos responsáveis da sociedade principalmente as lideranças empresariais e sindicais", caracterizando essa iniciativa como um "armistício social apoiado em limites mutuamente acordados para o crescimento de preços e salários". E sugere que um acordo entre as classes só será possível tendo o governo como moderador do processo e o presidente da República como um mobilizador da Nação.

Um mês e meio se passaram desde então. Há escassos vestígios de perspectiva de um novo contrato social, mas inegavelmente vigora

um viçoso debate sobre os pressupostos desse grande ajuste. Não há sinais de armistício formal, mas pelo menos se limparam, com a anistia, algumas da mais duras seqüelas de um passado de equívocos, ainda que perdurem outras. E mesmo sem um detonador específico a mobilizá-la, a Nação continuou a mobilizar-se a si própria, como que em busca do tempo perdido. Essas congruências e incongruências do relatório Rischbieter parecem demonstrar que suas aspirações não eram apenas um sonho de agosto brasiliense. Tinham e têm fortes conexões com a realidade, a ponto de o novo planejador-mor ter inúmeros traços do perfil que Rischbieter ajudou a desejar. Mas o documento guarda também o sabor de um projeto enclausurado e sua divulgação demonstra, em perspectiva, que o País está andando depressa e que o Estado, a cada dia, se torna mais um dos atores da cena, e não o protagonista de um triste solilóquio."

Em começo de agosto, mostrei a Mário o rascunho das Notas, que eu havia discutido, pouco antes, com o Presidente e que me havia pedido para formalizá-las por escrito.

Ele achou o rascunho muito bom, mas já não estava com a cabeça no assunto. Ele mostrou tão pouco interesse que eu registrei o assunto em uma carta do dia 5 de agosto de 1979:

"5 de agosto/1979

Mário Henrique:

Não costumo escrever cartas. Só sou atacado por este desejo quando preciso arrumar a cabeça. E parece que está em tempo. A ligação fraternal que deveria ser a base de um bom funcionamento SEPLAN/MF não se realizou. Não sei porquê. Se foi o incidente infeliz do tabelamento dos juros ou se foi, mais recentemente, a minha negativa em sentar em cima dos preços. Na volta de minha viagem a Europa, quando conversamos, eu lhe disse que não estava preocupado com

as fofocas que estavam na rua. Disse-lhe então que a minha maior preocupação era que você não mais acreditava no documento SEPLAN/MF que você redigiu em começo de janeiro e que discutimos em conjunto.

Eu continuo acreditando basicamente neste documento.

Apenas, o que eu lhe disse há dias atrás, quando mostrei-lhe o rascunho redigido pelo Maílson (rascunho que eu havia discutido, minutos antes, com o Presidente Figueiredo) que eu estava extremamente preocupado com a nossa absoluta falta de ação nas coisas básicas, nas coisas essenciais. Disse-lhe então que nós havíamos perdido 4 meses preciosos sem atacar aquilo que você havia considerado, em todas nossas conversas do fim de 78 e começo de 79, como o mal maior da economia: a tutela exagerada, os subsídios e os incentivos não adequados. E o que era preciso fazer com urgência era o que Marcos Amorim chamava, desde o ano passado, de desarmar o gatilho da economia que ele dizia extremamente engatilhada.

Tenho conversado muito, nos últimos dias, com amigos nossos, meus e seus. Creio poder dizer que a opinião de todos é unânime: é preciso agir, rápido. Há divergências quanto à velocidade, há divergências sobre o que fazer primeiro, mas não há divergências quanto à essência. E esta certeza de necessidade de ação passou para a opinião pública. Estão aí os principais órgãos de imprensa, os principais analistas políticos do país dizendo, na prática, a mesma coisa: o Presidente vai bem, o governo vai mal. E, mais precisamente, a administração da economia vai mal.

Sabemos, você e eu, talvez melhor do que ninguém, o que o Brasil tem pela frente. Não será fácil, mesmo que se passe para a ação urgente e coordenada. O Presidente está fazendo um esforço pessoal enorme para conseguir construir as bases de uma democracia brasileira, que todos nós queremos. Devemos ajudá-lo, com urgência, sob pena de se perder todo o trabalho feito por ele, com imenso esforço pessoal.

Estou convencido, Mário, que a ação é urgente. Podemos até errar.

Tenho confiança, porém, na sua capacidade de análise, para que os erros, se ocorrerem, sejam poucos. E é melhor lutar e ser derrotado do que não lutar.

Pelo menos assim o entendo. Peço pois que você pense sobre o papel que anexo à presente que é resultado das várias reflexões que fizemos, meus e seus amigos.

Abraço
Karlos

Mas Mário já estava decidido a pedir demissão, o que aconteceu em 10 de agosto.

Com a substituição de Mário por Delfim, a imprensa (e não só ela) começou a falar da minha saída. Se antes da demissão de Mário Henrique já havia pressões para minha saída (pressões alimentadas principalmente pelos banqueiros), agora ficava muito claro que eu seria a bola da vez. Uma nota de 15 de agosto era assim: "Previsão de um oráculo econômico: Todas as iras serão desencadeadas sobre o Ministro Karlos Rischbieter. De agora em diante ele terá que segurar as descargas, que serão comandadas pelos banqueiros. Ao vencedor as batatas". Outra nota, de 19 de agosto, dizia: "Os industriais estão felizes: conseguiram a cabeça do Simonsen. Falta satisfazer os banqueiros que desejam a de Rischbieter".

Embora a saída de Mário Henrique tivesse rompido o modelo concebido pelo General Golbery, eu procurei continuar normalmente como se nada tivesse mudado. Alguns amigos até achavam que "agora ia dar para trabalhar". As tarefas do Ministério continuavam. Foi criado o CONCEX (Conselho Nacional de Exportação) e lançada a nova política de exportação com muito alarde, em novembro.

Vinha muita gente falar comigo. Alguns chatos, outros interessantes.

Conversei longamente com René Monory, Ministro da Fazenda da

França. Ele era uma pessoa cativante. Talvez sua origem garagista (mecânico de automóveis) – tenha influenciado sua personalidade. As relações com a França estavam num momento muito bom; o mal-estar provocado pela frase de Gaulle: "le Brésil n'est pas un pays serieux" por ocasião da guerra da lagosta, era coisa do passado. Gostamos de nos falar e eu fiz uma observação meio jocosa: "Vous savez, Mr. Monory, Brasilia c'est un Versailles sans Paris et c'est une cour sans roi."*. Ele gostou muito da minha *boutade*.

Mas, no fundo, minha observação é muito mais para sério do que para brincadeira. Sempre fui e continuo sendo contra a idéia de uma capital no meio do nada. As razões geográficas (por exemplo longe da costa por causa dos ataques navais) já eram ridículas quando se pensou seriamente em transferir a capital para o interior.

E a construção criou outro problema: como era no meio do nada, não havia mão-de-obra. Foi preciso importá-la e construir abrigo para os candangos. Terminadas as obras do plano piloto, ficaram centenas de milhares de pessoas sem o que fazer. E surgiram as aberrações, as Ceilândias em volta do monumento arquitetônico tombado.

Sempre achei que se poderia construir um Centro Administrativo Federal[16] na barra da Tijuca, perto do Rio, Teria sido uma boa combinação e não teria sido necessário gastar subsídios pesados para convencer senadores e deputados a ir morar na NOVACAP.

Ouso pensar que, se tivesse sido esta a escolha de Juscelino, nós não teríamos tido o março de 1964. Brasília, com sua majestade meio Disneylândia, provoca ataques de egocentricidade.

No meio do ano aconteceu a feira de Bagdá. O Brasil havia vendido uma quantidade muito grande de carros Passat para o Iraque o que garantia nosso abastecimento de petróleo. Wolfgang Sauer, presidente da Volkswagen brasileira, estava lá para consolidar a relação com o Iraque.

---

* O senhor sabe, sr. Monory, Brasília é uma Versalhes sem Paris e é uma corte sem rei.

16 — Que certamente receberia o apelido de CEAFE, dada nossa mania de abreviar tudo, como fazem os franceses.

Vários Ministros foram solicitados para ir à capital, Bagdá. Eu fui e presenciei uma das reuniões mais estranhas a que assisti na minha vida. Todos os dias às 6 horas da tarde, durante a feira, o presidente Saddam Hussein fazia uma reunião com as principais autoridades estrangeiras que estavam de visita na cidade. No dia em que eu estava, éramos cerca de uma dúzia de ministros. Fomos recebidos no Salão de Espelhos do Palácio (tipo Versailles, mas muito moderno). Com quinze minutos de antecedência o pessoal do protocolo indicou nossos lugares. Havia umas trinta cadeiras enfileiradas na parede dos fundos, com um sofá de dois lugares no meio delas. Indicaram o meu lugar: do lado do sofá. Ao meu lado estava o ministro da Fazenda da Holanda. Pontualmente, às 18 horas chega Saddam Hussein com o Ministro do Comércio Exterior, que era nosso contraparte. Saddam, sentado, faz um discurso banal: "Prazer em recebê-los", e agradecimentos de, no máximo 5 minutos, incluindo a tradução feita por um intérprete inglês. Palmas, e ficou um silêncio. Eu levantei e fiz um discurso, mais curto ainda, dizendo que nós é que deveríamos agradecer. Terminada minha fala, e para nossa surpresa, Saddam Hussein levanta e recomeça a falar, exaltado: "Os Senhores nunca vieram visitar o meu país. Só estão aqui porque precisam do nosso petróleo. No entanto aqui é o berço da humanidade, entre os nossos dois rios. E agora que temos o poder, vamos fazer a paz. Mas, - levantando a voz, a ponto de quase gritar – mas a paz que nós queremos, não a paz que os senhores pensam em fazer."

À noite, na recepção oficial, perguntei ao intérprete se ele não havia exagerado na tradução. Ele me respondeu: "fiz o que pude para amenizar a explosão raivosa". Perguntei se tinha sido algo que eu disse nos meus quatro minutos para provocar o acesso de ira. Ele disse o que o chefe dele era uma pessoa, às vezes, "out of control"*.

Comemos muitas tâmaras frescas, maravilhosas. Fanchette foi ver, com uma tenente, os três museus das três civilizações maiores que passaram por aquele vale fértil, os sumérios, os assírios e os babilônios. Ela disse que os museus eram fantásticos. Em quase todas as esculturas havia placas:

* Sem controle.

"Esta é uma réplica; o original foi roubado pelo fulano de tal, lorde inglês, e está no museu tal em Londres". Os nomes variavam mas as palavras raivosas eram as mesmas.

Numa discussão, anos mais tarde, quando contei esta história, um amigo disse: "Se não tivessem levado os originais estaria tudo destruído, ou em casas particulares". Provavelmente ele tem razão.

No dia-a-dia das tarefas do Ministério da Fazenda continuou o projeto de aperfeiçoamento do sistema financeiro e a luta contra a inflação.

Compareci ao primeiro Encontro Nacional de Associações de Defesa do Consumidor, fazendo apelo para a união dos consumidores na defesa dos seus interesses e na iniciativa de denunciar os abusos. Acho que este encontro, em novembro daquele ano, em Curitiba, foi o pioneiro para a estruturação do PROCON. Mas eu já tinha perdido a paciência e dizia coisas não normais sobre assuntos polêmicos. Falando naquele encontro sobre as CEASAS, disse: "O Governo deu casa e teto bom para os mesmos ladrões."

Ainda em novembro Robert Mc Namara, então Presidente do Banco Mundial, veio fazer uma visita ao Brasil. Eu fui encarregado de ciceroneá-lo. Ele tinha sido Secretário da Defesa de John Kennedy, na época da crise dos mísseis em Cuba. Era considerado da ala dos Falcões no Governo. No Banco ele se tornou um defensor da políticas de distensão e viu o mundo com outros olhos. Ele me falou dos mexicanos ilegais na América: "Eles não vão porque gostam. Eles precisam de emprego". E eu disse a ele que nossos mexicanos são os nordestinos que também não vêm a São Paulo porque gostam.

Na volta me escreveu uma carta simpática de agradecimento e disse que observou com atenção o esforço de buscar a solução dos problemas de pobreza. Guardo uma boa recordação dos dias que passou comigo.

E ainda havia tempo para "boutades" como esta publicada no *JB*: Durante uma entrevista com correspondentes estrangeiros, perguntaram

ao Ministro Karlos Rischbieter se, daqui por diante, a economia brasileira poderia vir a sustentar-se fortemente no álcool. "Você está pensando que nós somos a Escócia?", respondeu Rischbieter.

Mas em setembro havia acontecido algo que me levou a pensar com muito mais profundidade e preocupação sobre a crise da dívida externa brasileira. Eu havia tido uma série de reuniões na Europa - na França e na Alemanha - e já havia sentido uma mudança de atitude em relação ao endividamento do Brasil. Ao final dessa viagem compareci à reunião do FMI que se realizava em Belgrado, na então Iugoslávia. Ao lado da rotina da reunião, uma seqüência de assuntos maçantes e burocráticos, eu tive uma reunião com o Secretário do Tesouro dos Estados Unidos, William Miller e com o chefe do Federal Reserve (o Banco Central Americano), Paul Volcker. Os dois estavam muito preocupados com a inflação americana que estava subindo rapidamente. Como bom monetarista, Volcker elevou o juro básico para cerca de 20% ao ano, uma taxa brutal que iria aumentar de forma absurda o serviço da dívida dos países endividados como o Brasil. Eu disse a eles que iriam quebrar o meu país e os que estavam na mesma situação. Volcker, com a franqueza de um médico alemão, disse que o problema dele era com o seu país e não com os outros.

Argumentei então que ele poderia perfeitamente estabelecer uma taxa diferenciada para evitar um desastre. Volcker, bem mais do que Miller, ficou inflexível.

Esta história tem uma seqüência: Em 1988 eu estava no Conselho Internacional da Volvo e, numa reunião em New York, era palestrante o Sr. Volcker, já fora do Federal Reserve. Sentei com ele e perguntei se ele se lembrava de mim; "sim, você é o brasileiro que estava preocupado!" E eu disse: Paul, eu estava certo: quebramos! Passei o almoço conversando com ele; pasmem: dias depois numa entrevista ao *Estado de São Paulo* ele reconheceu que ele poderia ter feito uma política diferenciada que tornaria menos terminal a dívida dos países em desenvolvimento.

Eu voltei ao Brasil profundamente preocupado. Sentei com alguns

colaboradores, entre eles Benedicto Moreira, da CACEX, e o embaixador Oscar Lorenzo Fernandes, meu assessor internacional, e começamos a analisar os números e as perspectivas dos próximos anos.

Havia relatórios da SEPLAN, da CACEX e do BACEN que mostravam a situação crítica das contas externas. Os nossos números ainda eram piores. Eu sofri horrores nos meses finais daquele ano. O dia a dia do Ministério estava se tornando insustentável com boatos e mais boatos misturados com fatos que levavam todos à mesma conclusão: a minha permanência no governo se tornara impossível. Mas eu queria fazer uma última tentativa de sensibilizar o governo para o que eu achava que nós teríamos pela frente. E redigimos o documento que ficou conhecido como Relatório Rischbieter e que dramatizava a situação das nossas contas externas.

Na carta, com a qual encaminhei o relatório, eu dizia: "Meditei muito, Senhor Presidente, sobre a necessidade de apresentar a V.Exa. o quadro desfavorável acima descrito". É verdade: sofri muito por saber o impacto que ele causaria a um homem que queria fazer o país crescer e que não gostava de problemas. A carta tem data de 8 de janeiro de 1980. No despacho do dia seguinte, ao entregar a carta e o relatório, fiz um resumo bastante realista do documento. O Presidente achou que era isso mesmo e me pediu para levá-lo ao Ministro Golbery. O que fiz. Passei o fim de semana em Curitiba, já convencido que era o último que eu passaria como Ministro.

Na segunda-feira, no encontro com Golbery, ele me recebeu dizendo: "O governo considerou o seu relatório muito pessimista!" Ao que eu respondi com meu pedido de demissão. Ele, só *pro forma*, tentou me demover. Sabia, por me conhecer bem, que era decisão definitiva. Conversamos, então, demoradamente sobre os nomes na sucessão do Ministério. Disse a ele que não deveria repetir o erro feito na montagem do Ministério: o de tentar conciliar o inconciliável.

Assim foi feito. No dia seguinte falei com o Presidente; ele me liberou dizendo que era o pior presente de aniversário que ele havia recebido. Na carta de demissão, falo em unidade:

"Senhor Presidente:

Sabe Vossa Excelência o quanto me honra servir ao país sob vossa orientação lúcida, firme e corajosa. Nada mais poderia aspirar, quando sei que esta orientação corresponde aos melhores anseios e aspirações da Nação.

No propósito de transformar tais anseios e aspirações em conquistas reais no campo econômico e social, tem reiterado Vossa Excelência a necessidade da ação una e coordenada do governo, amparada em amplo, aberto e democrático debate.

Enfatizou Vossa Excelência, em recente pronunciamento, que "coordenação significa uma certa dose de renúncia, especialmente às vaidades próprias, mas em benefício do grupo maior, no qual nos integramos".

Dentro desse espírito, julgo de meu dever expressar a Vossa Excelência o sentimento de que a continuidade de minha presença como Ministro da Fazenda de vosso governo gera embaraços à unidade de orientação política econômica. Peço, por isto, que me dispense do encargo que, honrado, recebi das mãos de Vossa Excelência.

Estou convencido, senhor Presidente, que a Nação brasileira superará, como em tantas outras vezes, as dificuldades presentes e que Vossa Excelência continuará a receber a cooperação de todos os segmentos da sociedade.

A solidariedade nacional diante dos grandes desafios, marca de nossa formação histórica, permitirá vencer a etapa difícil e chegar, no governo de Vossa Excelência, à construção de um país economicamente mais forte e socialmente mais justo.

Queiram aceitar, Vossa Excelência e excelentíssima família, meus sinceros votos de felicidade pessoal.

Respeitosamente,

Karlos Rischbieter."

E assim terminaram os meus setenta meses em Brasília.

Capítulo 13

De volta a Curitiba 1980 - 1989

> Assim aconteceu: sentei com Celso e olhamos o programa. Celso disse: "Utopias são fáceis de aprovar." E aprovamos.

A volta para Curitiba não foi dramática. Eu estava preparado e os amigos aceitaram minha decisão: a de sair, sem brigar. Nunca fui partidário de jogar lenha na fogueira, embora tenha sido difícil não dizer o que eu pensava. Fomos chamados de idiotas, de nada entender. A equipe sofreu. O tempo nos deu razão.

Orlando Kaesemodel, amigo, me seqüestrou e me levou para a casa linda que ele tinha na praia de Caiobá. Olhar para o mar sempre foi meu calmante preferido. O mar é como o rio, na história do balseiro de *Siddarta*: sempre o mesmo, nunca o mesmo.

Fanchette não ficou triste. Ao contrário, ela sabia, mais do que ninguém, o que estes últimos meses tinham feito em minha cabeça e na minha estrutura emocional.

E Muradás e sua mulher Ilze me ajudaram a reencontrar o meu lugar na nossa cidade, continuando a tradição dos jantares aos sábados, tradição não interrompida nos anos de Brasília.

Não me envergonho da minha participação no governo. Sempre

achei que o limite para ficar no cargo, em qualquer cargo, é a cara no espelho. Enquanto conseguir olhá-la sem sentir vergonha, é preciso continuar.

A vida, esta estranha vida que é a nossa, é uma batalha diária dos vários egos que nos povoam. É preciso conciliá-los permanentemente sem perder a dignidade.

A imprensa registrou minha saída com muita seriedade. Claro que os meus amigos deram destaque e lamentaram a saída. Paulo Fona e Tão Gomes Pinto escreveram, na *Isto É*, um artigo muito simpático; "O Ministro atípico", em que dizem que "as pessoas lembravam que ele havia sido o primeiro ministro da Fazenda a fazer menção à existência de milhões de brasileiros que vivem em estado de miséria absoluta."

Cláudio Abramo, que eu tive a felicidade de conhecer, me mandou, depois de minha saída, uma carta muito bonita em que diz: "...devo dizer que sua presença no Ministério não cabia mais. Creio que você estava marcado como "la bête à abattre" (o animal a ser abatido), desde o começo. Em todo caso este é um bilhete de solidariedade, uma solidariedade que sei ser inútil; mas a vida é feita também de gestos inúteis. Você foi uma das poucas pessoas no Brasil que se aproximou de mim quando eu estava na rua da amargura. Eu não esqueço nunca este tipo de coisa. Com um grande abraço do amigo Cláudio Abramo."

Foi uma das cartas que mais me comoveu, entre as muitas que recebi.

Aloysio Biondi escreveu, na mesma *Isto É*, um artigo com o título exagerado de "O Brasil antes e depois de Rischbieter" em que diz o seguinte: "O ex-ministro Karlos Rischbieter deixa a máquina do governo entre elogios e restrições, estas se referindo apenas à sua "ingenuidade política", a sua tentativa de "jogar limpo" dentro do sujo jogo do poder. Mas a principal façanha de Rischbieter, o seu papel histórico mesmo, não foi ainda suficientemente avaliado. Se aos estrategistas do Planalto coube atuar como agentes da distensão política, nos últimos anos, a Karlos Rischbieter coube desempenhar o papel histórico de principal agente da "abertura econômi-

ca." Para que o reconhecimento não pareça gratuito, é preciso justificá-lo, e, para isso, deve-se puxar pela memória da nação. Sinteticamente pode-se dizer que Karlos Rischbieter, nos últimos treze anos, foi o primeiro homem público que, estando dentro da máquina do governo, questionou publicamente diretrizes de política do próprio governo."

E o jornal *JOSÉ*, de Brasília, fez uma análise muito simpática: "Quem mais sentirá falta de Rischbieter será, paradoxalmente, o próprio Presidente da República, que o demitiu: Figueiredo ficará, agora, absolutamente prisioneiro de Delfim Neto, nos assuntos de natureza econômica. Em Brasília e nos quadros do próprio Governo, Rischbieter fará falta como pensamento liberal (Geisel chegou a pensar em demiti-lo do Banco do Brasil, nos seus últimos dias de Governo, por causa de declarações exageradamente liberais), como intelectual, tradutor de Rilke e grande estimulador das artes em geral, especialmente música e artes plásticas. Era um dos entusiastas do programa da abertura política e repelia qualquer sugestão de que a economia precisava de autoritarismo para se desenvolver. Seu programa de Ministro da Fazenda, que acabou não realizando, era extremamente reformista e começava com uma Reforma Tributária que, a um só tempo reforçaria os Estados, restaurando a Federação, e iniciaria o processo de distribuição de renda."

Na saída do Governo recebi vários convites de emprego. O que mais me tentou foi o convite de Sebastião Camargo para ser o chefe da *CCBB*, uma *joint-venture* da Camargo Correia com a Brown-Bovery. Mas eu disse que eu queria assinar somente cheques meus. Não queria mais ser executivo. Começou então a minha carreira de membro de Conselhos de Administração.

Ainda em 1980 me tornei membro dos Conselhos das empresas em que Manfredo e Orlando eram sócios: Graninter, Flumar, Rocha e Placas do Paraná. E surgiu então a *Volvo*. Os dois eram acionistas importantes da empresa. O Conselho de Administração estava formado, paritariamente, pelos representantes brasileiros e os indicados pela Volvo AB. Presidente do Conselho era o senhor Börje Rehnby, um sueco–brasileiro de grande valor

e simpatia que foi uma das peças chave para a instalação da Scânia (que ele chamava, ainda, de Scânia-Vabis) em 1973 e, agora, da Volvo, no Brasil. Fui convidado para substituí-lo, e eleito pela totalidade dos acionistas.

Os meus amigos industriais faziam críticas severas à política de recursos humanos da Volvo. "Vocês estão estragando o mercado de mão-de-obra." Só porque adotamos aqui algumas (não todas) das atitudes para com os operários que eram prática normal na Suécia. Para começar instituímos uma comissão de fábrica, eleita pelos operários, que passou a dialogar com a direção da empresa. Assistência médica, a Associação Viking, (com um ginásio de primeiro mundo) entre outras facilidades, foram pioneiras na região. E, pelo exemplo, obrigamos as outras indústrias a seguir o mesmo caminho.

Apoiei, com entusiasmo, estas políticas da Volvo. E vejo, com muita alegria, que melhoraram muito as condições de trabalho na indústria paranaense.

Fiquei na empresa quinze anos. Foram anos muito interessantes. Quando contei a meu amigo Wolfgang Sauer que iria trabalhar com a Volvo, ele me disse: "Você vai se arrepender, suecos são alemães complicados". Não é verdade. Com algumas, poucas e tristes exceções, as pessoas que conheci, não só na Volvo, mas também nas outras companhias suecas, são pessoas sérias e confiáveis. São bons companheiros e bons amigos.

Na Volvo reencontrei Luiz Gastão Lopes Borio, um amigo de muitos anos. Advogado dos mais sérios, me defendeu algumas vezes quando fazia besteiras grandes. Foi um bom reencontro. Acabamos sendo companheiros de escritório.

Logo depois fui convidado por Sérgio Prosdocimo para participar do Conselho que ele estava criando na Refripar. Ele achou que eu não iria aceitar. "Depois da Volvo, você não vai querer uma empresinha." disse ele. Aceitei com muita alegria e trabalhei com Sérgio até que ele vendeu a empresa para a gigante Electrolux. E os meus primos Zadrozny me convidaram para o Conselho da Artex, o que me deu muito prazer. Também fui convidado para o conselho da CNI – Confederação Nacional da Indústria,

onde reencontrei alguns dos meus amigos industriais.

Neste primeiro ano procurei ser discreto com relação à Brasília. Mas não resisti em dar uma entrevista a *Veja*, já em janeiro de 1981, um ano depois da minha saída. Os principais pontos desta entrevista referem-se ao episódio da saída:

> "*Veja* – Há um ano o senhor deixou o governo. Como foi o episódio?
> Rischbieter – Estou há um ano fora do governo e há um ano ouço falar no meu relatório. Tem gente que me encontra na rua e diz: "Oba, tamos aí, hein? 3, 4 bilhões negativos, hein?" O que me preocupava no final de 1979 era a tendência do que estava ocorrendo no comércio exterior brasileiro. Fiquei muito preocupado. Embora eu saiba que, quando se faz um relatório como esse, a gente se expõe enormemente, julguei que era preciso alertar o presidente do que poderia ocorrer.
> *Veja* – No seu entender, o que aconteceria?
> Rischbieter – O estrangulamento da economia brasileira. Isto poderia se verificar pelas contas externas. Isso é muito claro, porque, se você não tem mais dinheiro para pagar o essencial ao funcionamento da economia – petróleo e outras matérias-primas - estrangula-se a economia. O balanço de pagamentos é a única coisa mortal mesmo. Com inflação, o país não morre, mas com as contas externas o negócio pode complicar. Temos exemplos de países no mundo inteiro que tiveram reviravoltas sociais por não poderem pagar suas contas externas.
> *Veja* – Como foi montado esse relatório?
> Rischbieter – Com base nessas reflexões, eu sentei, primeiramente sozinho, no final de 1979, e, posteriormente, elaboramos esse relatório numa mesa redonda com a cúpula dos órgãos do Ministério da Fazenda. Sei que não é agradável você chegar ao chefe e dizer: "Olha, as coisas estão mal", mas eu estava tão preocupado que, mesmo sob pena de chocar o presidente Figueiredo, resolvi entregar o

relatório.

Veja – O senhor manteve um encontro com o ministro Golbery do Couto e Silva, onde o tema era esse relatório, não?

Rischbieter – Realmente. Levei o relatório ao ministro Golbery e ele me disse que o governo não considerava que a situação devesse ser colocada com tal clareza. Bom, eu disse, então não tenho mais nada a fazer aqui. Muito calmamente. Foi a conversa mais fantástica que se pode imaginar. Esse foi o sentido da minha exoneração. Há um grupo que comanda o governo. Se você não está aí encaixado, suas idéias não servem, é melhor ir embora. A situação é tão grave que você não pode, sob o ponto de vista ético, querer ficar lá dentro para fazer fofoca.

Veja – O senhor tinha consciência de que ao entregar o relatório estava assinando sua exoneração?

Rischbieter – Não, porque defendi sempre no governo o ponto de vista de se falar a verdade. Não adianta querer tapar o sol com a peneira. Não tive, portanto, a intenção de me demitir. Sabia o risco, mas resolvi correr esse risco porque achava que, ou se enfrentava o problema, ou eu não poderia mais ajudar este governo.

Veja – O quadro econômico sombrio que o senhor descreveu confirmou-se em 1980?

Rischbieter – O que ocorreu foi o seguinte: havia sido estabelecida em agosto de 1979 uma meta de exportação de 20 bilhões de dólares. Feitas as projeções de importações e jogando com a meta de exportações em vez das tendências de 1980, mesmo assim o quadro era crítico. Então sobrava uma coisa: controlar as importações. Achamos que 20 bilhões de dólares em exportações poderiam ser alcançados, mas eram insuficientes para o equilíbrio. Constatamos que ao longo do tempo o país poderia viver com restrições de importações, desde que seletivas."

Quando saiu a *Veja*, amigos me perguntaram por que eu havia dado a entrevista. Respondi que era preciso dizer, com bastante clareza, como

surgiu o relatório, por que foi entregue ao presidente e por que, com sua não aceitação pelo governo, eu pedi demissão.

Reiterei aos meus amigos que os números do relatório não eram a coisa mais importante. Números, no caso de futurologia (qualquer que ela seja) servem apenas para balizar uma tendência. O que era importante no relatório era a constatação da tendência geral de agravamento das contas externas do país e a proposta de se reconhecer as dificuldades e enfrentá-las.

Esta proposta não foi aceita. Responsável pelo encaminhamento do relatório, nada mais me restava do que ir embora.

O motivo da minha saída ficou muito claro na carta ao Presidente quando menciono a "unidade de pensamento" necessária sempre, mas muito mais em épocas de crise. É preciso repetir, de novo, que eu não fiquei contente ao constatar, durante o correr do ano de 1980 que as contas externas do país evoluíram na direção prevista pelo relatório. Ao contrário, fiquei angustiado. Angustiado por verificar que se perdeu um ano precioso. Perda esta que foi muito ruim em termos de capacidade de negociar – mas perda muito pior em termos de querer enganar. Enganar aos outros – mas, principalmente, enganar a si mesmo.

Querer enganar os outros pode ser considerado crime. Mas enganar a si mesmo deve ser considerado burrice.

Claro que não foi fácil sair. Sair e ser chamado de idiota. Ser chamado de Cassandra, de pessimista, de negativista, ou ser responsabilizado pelas dificuldades de negociação. Se um relatório idiota consegue criar dificuldades, devemos realmente acreditar que os nossos parceiros internacionais são pessoas desinformadas e pouco inteligentes. Creio conhecê-los o suficiente para poder dizer que não são nem uma coisa nem outra.

Em maio de 1980 fui a Brasília, falar com Delfim. Eu havia assinado, com ele e a seu pedido, em dezembro, a prefixação da ORTN e do câmbio. Ao assinar, eu disse que era uma tentativa; se os índices fossem superiores, era preciso rever a prefixação. Em maio já havia evidência que

não seria correto insistir nela. Mas Delfim se mostrava otimista, e não mudou. Na análise de vários economistas, esta decisão fez do ano de 1980 o ano que desorganizou de forma violenta as contas de muitas empresas e do governo. A inflação disparava. Quanto ao câmbio, houve necessidade de outra maxi.

No campo profissional criamos, Armando Vasone, Márcio Fortes e eu uma empresa chamada Makap que, durante alguns anos, fez vários projetos que nos deram muito prazer. Por motivos pessoais Márcio e eu deixamos a sociedade em 1984, mas continuamos amigos. Armando enfrentou várias dificuldades sérias, ocasionadas, em sua maior parte, por amigos pouco confiáveis. Teve que lutar muito para recuperar seu caminho de vida. Mas o conseguiu, com muita perseverança e inteligência. E hoje volta a ser a pessoa que tem um prazer enorme em viver.

Márcio se dedica à política e é um dos homens que ainda muito fará para que a seriedade política fique cada vez mais abrangente.

No fim do ano o Presidente Figueiredo, cumprindo promessa feita a mim, veio inaugurar a fábrica da Volvo na cidade industrial. De acordo com o pessoal da fábrica, ele bateu o recorde de visita à fábrica: em 11 minutos!

Em 1981 foi criado o Conselho de Administração da MPM. Fizemos reuniões em São Paulo, no Rio e uma em Porto Alegre e duas fora da sede; uma em Ribeirão Preto onde fomos bem tratados pela família de Luiz Biaggi, membro do Conselho; outra em Zurich, na sede maravilhosa da FIFA, com João Havelange como nosso hospedeiro.

Convivi muito, na minha vida, com publicitários. O primeiro deles foi Pierre, irmão de Fanchette, meu cunhado. Ele foi uma das pessoas mais inteligentes que conheci. Almoçamos, muitas vezes, em São Paulo com seus amigos. Aprendi então que os profissionais de criação, no ramo, trabalham com pensamento lateral, expressão inglesa, *lateral thinking*, criada

por Edward de Bono para explicar o modo de pensar diferente. De Bono usou esta visão lateral para se tornar um dos mais fecundos consultores e aconselhadores de empresas. Uma das suas reflexões de que eu gosto e que é exemplo do seu pensamento, fala sobre simplicidade:

> "Criatividade não está confinada a desenhar novos produtos e serviços para os negócios ou encontrar novos caminhos para anunciá-los. Um papel muito importante da criatividade é o aperfeiçoamento de sistemas existentes. Isto pode significar simplificação. Ao contrário, porém, a tendência natural é por mais e mais complexidade. A criatividade precisa ser usada para simplificar sistemas e acrescer valor."

Neste ponto de Bono e Peter Drucker são muito parecidos. Drucker deu uma contribuição, ainda não suficientemente avaliada, para a viabilidade da moderna empresa.

Conheci o pessoal da DPZ, Dualibi, Petit e Zaragoza. Eles são exemplo perfeito de como três pessoas, de personalidades fortes e muito diferentes um do outro, podem conviver e ter sucesso. Com eles tenho mais uma das histórias deliciosas da minha vida: No ministério contratamos a DPZ para dar uma melhorada na imagem do Imposto de Renda. No dia marcado, Dorneles trouxe uma equipe para apresentar a proposta. A apresentação foi feita por Washington Olivetto, ainda trabalhando na DPZ, naquela época. Nela apareceu o Leão. Mas, surpresa: no filme aparecia o felino andando com muitos trejeitos. Paulo Ricardo, que é um analista perfeito de publicidade, olhou para mim e começamos a rir: "Ninguém vai pagar imposto de renda, o leão é manso!" E foram buscar outro bicho, mais viril, em outro circo. Mas a imagem do Leão "pegou" e continua assustando os contribuintes, vinte e tantos anos depois do lançamento da campanha.

Publicidade é um dos assuntos, como o é a imprensa, que exige muita, muita ética. A criação do CONAR, o órgão de autocontrole do setor, é uma tentativa válida de controlar os mais afoitos que querem conquistar o mercado, custe o que custar. Com recursos tecnológicos cada

vez mais sofisticados, a publicidade perdeu muito da sua criatividade e se tornou, como quase tudo, super técnica.

As reuniões da MPM, em Porto Alegre, se realizavam na sede no alto do morro da Televisão e eram seguidas por churrasco, sempre muito bom, como deve sê-lo em terras gaúchas. Na "churrascaria" MPM era proibido fazer discursos. Pois no meu primeiro churrasco eu fui acometido por uma compulsão oratória, que nunca tive na vida. E não resisti. Quebrei a tradição e falei, com muita emoção. A emoção, que consegui transmitir aos presentes, me salvou da expulsão.

Em maio de 1981 morreu o meu sogro, Paul Garfunkel. Sempre tivemos uma relação muito cordial. No livro que escrevi em 1992, "Um francês no Brasil", fica claro o quanto eu gostava dele: "Sobre sua arte muitos já escreveram. Certamente o fizeram muito melhor que eu poderia fazê-lo. Mas eu quero dar um testemunho diferente, que abrange a sua produção ininterrupta. Quando, depois de sua morte, fomos limpar o atelier, levamos o maior susto. Mesmo sabendo de sua produtividade, nos espantamos quando descobrimos o inacreditável número de esboços, desenhos, guaches, aquarelas e, ainda, óleos da fase que eu chamo de pré-profissional. Parece que ele seguia a risco a recomendação de Auguste Rodin ao jovem Rilke: "*Il faut toujours travailler*"*. Ele registrava tudo em cadernos, blocos, folhas soltas. Tudo: pessoas, animais, casas, paisagens, tudo o que lhe aparecia à frente. E era um registro de repórter no bom e original sentido da palavra. Com traços poucos e leves, uma espécie de sumiê ocidental, ele captava o seu assunto como se tivesse o poder de uma máquina fotográfica que, por uma capacidade extraordinária, só enxergava e reproduzia o essencial. Como disse Pietro Maria Bardi: - Observa, anota tudo quanto lhe interessa, transcrevendo no papel os fatos: emoção, rapidez e certeza."

A partir de 1980 eu fui algumas vezes à Brasília e não deixava de visitar o General Golbery. Falávamos de coisas amenas. Ele não comentava o Governo Figueiredo, que começava a perder força. Já o comentei

* É preciso trabalhar, sempre.

antes, mas vale repetir: o Figueiredo que eu conhecera no Banco do Brasil nada tinha com o Figueiredo Presidente. E Golbery, discreto ao extremo, o acompanhou, com lealdade, e ficou até o episódio do Riocentro, em 30 de abril de 1981, quando a sua paciência se esgotou e ele foi morar na sua chácara perto de Brasília, onde fui visitá-lo e onde vivia no meio de seus livros. Ainda estive lá e levei de presente uma monotipia que fiz, da Ronda Noturna de Rembrandt, um dos meus quadros preferidos e que era motivo de gozação por parte de Golbery: "Fez a sua ronda noturna ontem?", ele me perguntava, sabendo que eu era caseiro.

Em 1981 houve muita repercussão, na imprensa, a respeito do meu relatório. Quando se verificou o que nós havíamos previsto corretamente os jornais faziam coro "Rischbieter tinha razão". O que não me dava alegria nem satisfação. Só fiquei feliz pelos amigos que foram embora comigo e que sofreram com os comentários irritantes dos eternos gozadores.

Eu continuava viajando muito; Rio, São Paulo e Brasília, mas também para o exterior. Comecei a ir, regularmente, para a Suécia, para Gotemburgo, sede da Volvo. Fiquei muito impressionado com o jeito sueco de trabalhar e de ser. O Presidente da Volvo era Pehr Gyllenhammar, um administrador relativamente jovem, e muito inovador. Ele introduziu a tarefa na fábrica, e com isto, o horário flexível. Numa visita à fábrica de caminhões, eu vi uma turma sentada numa mesa, jogando baralho, enquanto os outros estavam na montagem. Perguntei o que era aquilo. "Eles já terminaram a tarefa do dia e fazem um joguinho."

Em agosto de 1982 morreu minha sogra, Dona Helena. Ela era minha amiga desde o começo do meu namoro com Fanchette. Mulher de um valor extraordinário, enfrentava com coragem e muita inteligência todas as dificuldades que a vida colocou em seu caminho. A Aliança Francesa de Curitiba, que ela reativou, deve tudo a ela.

Trocávamos paixões literárias: a dela por Proust, que ela lia e relia (ela me fez compreender que um sabor ou um aroma podem evocar lem-

branças muito mais fortes do que uma fotografia), e a minha por Rilke, que eu lia, a partir da minha estadia na França, tanto em francês quanto em alemão. Lembro-me até hoje da emoção em receber dela a edição francesa em três volumes de Rilke, publicados pela Seuil. E guardo com muito carinho a sua edição de *A la Recherche du Temps Perdu.*

Apesar das dificuldades, que não foram poucas, da vida do casal Garfunkel no Brasil, eles não pouparam esforços e dinheiro para dar a melhor educação profissional possível aos dois filhos.

Pierre, que na ocasião da mudança para Curitiba ficou em São Paulo, acabou cursando a Escola Politécnica de São Paulo, a exemplo do pai, que era *Polytechnicien*, de Paris. E, a exemplo dele, não exerceu a profissão. Transformou-se em publicitário de classe especial, inovando conceitos de comunicação, alguns revolucionários para a época. Tive pouco convívio com Pierre, mas o suficiente para admirar a sua agudeza de espírito. Crítico dos mais extremos, inteligência civilizada, era admirável como amigo e extremamente mordaz com os que não respeitava. A sua morte prematura, aos 40 anos, deixou uma lacuna enorme na família e nos amigos.

A Associação de ex-estagiários da Aliança Francesa na França leva o nome de Engenheiros Garfunkel, homenageando assim Paul, Hélène, Pierre e Fanchette, todos engenheiros.

Continuei a dar entrevistas e a escrever. Na *Senhor* de 5 de janeiro de 83, depois da ida ao FMI, eu dizia: "Não podemos ter apenas um projeto monetário. Precisamos, como sociedade, como nação, um projeto econômico e acima de tudo, um projeto social – social no sentido amplo da palavra". Em fevereiro a Folha de São Paulo publica uma opinião do seu correspondente no Recife: "O imperador Adriano, de Marguerite Yourcenar, acreditava que ter razão antes do tempo é errado. O tempo mostrou que Rischbieter teve razão no tempo. Alertou em tempo. Não teve, infelizmente, e até agora, foi poder. Poder para poder ter razão".

Em fevereiro do mesmo ano escrevi um ponto de vista na *Veja,* que mostra meu estado de espírito naquele ano:

"Uma peça de mau gosto

Neste começo de ano de 1983 o mundo está mais conturbado do que parecia imaginável um, três ou dez anos atrás.
Assistimos, perplexos, às manifestações dos líderes dos maiores países do mundo.
Seu comportamento nos parece totalmente inadequado ao tamanho da crise que vivemos. É um pouco como se estivéssemos sentados numa platéia, amarrados às poltronas, e assim obrigados a assistir a uma peça de teatro de mau gosto e, o que é pior, com péssimos atores a desempenhá-la. Os atores da peça nos irritam, a peça nos irrita. E às vezes ficamos com a terrível impressão de estarmos no palco, não na platéia, atores involuntários de um enredo do qual nada sabemos.
Ansiamos pelo menos por idéias. Por isso foi um prazer excepcional ler o que Henry Kissinger nos propõe no seu artigo 'Para salvar o mundo' reproduzido há pouco em *VEJA*. Há aí preocupações, muito claramente expressas, com a sobrevivência do mundo livre e com a possibilidade, também muito concreta, de a crise econômica torna-se uma crise da democracia ocidental. Mas há caminhos indicados para salvar nosso mundo desta crise. Não podemos esperar que as pessoas passem a ser, todas elas e de repente, boazinhas. O que queremos é que elas parem de ser apenas vilões. A platéia continua na esperança de que os autores consigam transformar a incrível confusão do segundo ato num terceiro em que voltem a ter uma ordem e que tudo termine bem. O ser humano, individual ou coletivamente, pode viver sem necessitar das coisas consideradas indispensáveis. Mas não vive se perder a esperança.
E o papel do nosso país neste quadro mundial terrível? Não há como tirá-lo desta peça de mau gosto. Somos parte (e parte importante) do nosso mundo, e torcemos para que a peça melhore. Podemos fazer alguma coisa ou estamos fadados a assistir imobilizados ao desenrolar dos acontecimentos? Há algumas coisas que não podemos

fazer. É claro que não podemos imprimir dólares para pagar as nossas contas. Nem podemos fazer desaparecer a dívida por um ato de mágica ou por um tresloucado ato de indisciplina internacional. As contas terão que ser pagas com os frutos do nosso trabalho. Mas muita coisa podemos fazer.

No campo externo, podemos contribuir com idéias criativas para sair da crise. Poderíamos liderar um processo de discussão inteligente das soluções possíveis, na linha do presidente João Figueiredo na ONU, em setembro. Na linha básica das teses de política internacionais tão bem formuladas pelo Itamaraty. Podemos propor a nossos parceiros um novo "Bretton-Woods", este de moeda e energia. São sugestões que me ocorreram a partir do final de 1979, quando a decisão americana de elevar brutalmente as taxas de juros já indicava o desastre que se aproximava.

Há coisas a fazer no campo externo. Mas mesmo que se chegue à conclusão de que não somos admitidos no grupo que está escrevendo a peça externa, isso certamente não nos obriga a abandonar a peça interna. E aqui, dentro do nosso país, há muito, mas muito, o que fazer – e que depende só de nós. Por força das minhas tarefas, há mais de vinte anos, tenho contato permanente com empresários dos mais variados setores e das mais variadas origens. Tem sido um prazer, ao longo do tempo, discutir com eles as esperanças, as dúvidas, as angústias. Os temas são os mesmos: inflação, juros altos e, noto, com imenso prazer, a preocupação cada vez mais presente com políticas de nítido cunho social – como a do emprego ou da erradicação da pobreza absoluta.

Hoje, porém, vejo concentrada a angústia destes empresários não mais nos temas habituais, mas sim no tema central da nação: a falta de regras claras. Os escândalos que começam a pipocar na cara das pessoas, com violência e freqüência, são de tirar o fôlego. Será que este é o nosso país? Não creio que o Brasil seja só feito de escândalos. Há milhões de brasileiros sérios, honestos e capazes.

O Brasil, graças a Deus, nunca teve a tradição da caça às bruxas,

nem vamos iniciá-la agora. O que me parece indispensável, porém, é a necessidade absoluta de novas atitudes, de um novo começo. Precisamos construir um novo país com regras fundamentais para que as pessoas passem a ter, de novo, orgulho de serem brasileiras. Precisamos readquirir a confiança em nós mesmos. Precisamos reescrever a nossa peça, mas que ela não seja de mau gosto – com muito vilão e pouco herói – como a outra.

A nossa chance é agora. Agora, quando um novo Congresso, saído das urnas de 15 de novembro, instala-se no país. O presidente Figueiredo, a quem a nação já deve muito, precisa, agora, liderar o processo de construir, a partir dos resultados das urnas, um novo Brasil. A nossa peça, o nosso terceiro ato, será o que nós quisermos. Não dependemos de autores externos. E os brasileiros sérios, que são muitos, querem ser atores responsáveis neste novo enredo."

Em maio escrevi um artigo para o jornal "*A voz do Paraná*" a pedido de Aroldo Murá, mais um jornalista sério, no qual, falando da armadilha econômica em que o Brasil estava preso, eu dizia: "É urgente que se estabeleça para o país um programa que contemple, simultaneamente, a reorganização do setor moderno da economia brasileira, adotando regras claras que beneficiem a produção e o emprego e disciplinem a ação de todos os agentes econômicos e que crie condições para absorver, gradativa mas seguramente, o setor não moderno – os milhões de brasileiros que foram deixados à margem dos nossos anos de milagre. Este programa só pode ser implantado, ao meu ver, como resultado de uma negociação entre as forças representativas de toda a sociedade brasileira."

Revendo os papéis guardados e pouco olhados nos últimos vinte anos, encontrei uma palestra feita em agosto de 1983 em que eu propunha, depois de um longa análise, como programa, a adoção simultânea de três linhas de atuação:

1. "O reordenamento do setor moderno do país, com a formula-

ção e implementação de várias políticas: a reforma política (base de todas as outras), a tributária, financeira, agrária, urbana e industrial, entre outras.

A formulação deve ter em conta a realidade brasileira e internacional e deve indicar o caminho para o desenvolvimento sustentável.

Vejo necessidade urgente de regras claras para que a sociedade brasileira, que vive no setor moderno, possa funcionar adequadamente.

2. O estabelecimento, por decisão política, de um projeto social para incorporar o setor não moderno à sociedade brasileira. Trata-se de um projeto que tornará o país viável pela ampliação substancial do seu mercado interno.

3. O preparo do Brasil para o século XXI. É preciso buscar com inteligência e persistência o caminho para fazer do Brasil uma nação que ocupe um lugar digno e soberano no novo mundo que está surgindo."

Eu continuava achando que é preciso discutir seriamente alternativas para o futuro. Numa entrevista a Aloysio Biondi, eu dizia: "Continuamos a incentivar a mecanização, a automação, com o uso intensivo de capital, através de isenções e reduções de impostos. Para as empresas, é vantajoso usar máquinas porque elas podem ser depreciadas, reduzindo o imposto de renda. Por que não criamos a depreciação de mão de obra, isto é, damos incentivos às empresas que mantenham ou ampliem o nível de empregos? Por que não cobramos as contribuições do INPS sobre o faturamento em vez de calculá-las sobre os salários pagos?"

Naquela mesma época, em 1983, Roberto Campos, que havia sido eleito, fazia seu primeiro discurso no Senado. Um longo discurso, brilhante, com uma análise dos problemas mais variados que atormentam o Brasil. Num certo momento, ao falar de desemprego, ele diz: "O caminho realista para minorar a crise do desemprego não é criar constrangimento e inflexibilidade de custos para as empresas. É diminuir subsídio ao capital e tornar mais atraente, e menos onerosa, a contratação de mão de obra". E, mais adiante: "Merece também, reexame de uma proposta antiga e complexa, de

se deslocar a incidências dos encargos sociais, da folha de pagamento para o faturamento das empresas, de modo a não estimular a automação prematura e manter a competitividade nas industrias intensivas de mão de obra".

Esta idéia de não estimular a automação prematura é a chave para conciliar a necessidade de conservar empregos com a necessidade de modernizar os processos produtivos.

E voltava a crítica à questão social: O informe confidencial, produzido por Walder de Goes, em 10 de junho de 1983, comenta o pacote econômico do dia anterior: "Nem foram exonerados, como aconteceu com o ex-ministro Karlos Rischbieter, como o ex-chefe da Casa Civil da Presidência recordava esta semana, em Brasília, que foi substituído por exercitar no Ministério da Fazenda grande preocupação com o político e o social, quando o papel daquele posto, no regime atual, prevê exatamente uma atitude contrária, ou seja, preocupação com a prevalência do econômico sobre o social".

Não só no "regime atual" que era a ditadura militar, também na democracia prevalece o econômico. É preciso fazer um esforço enorme para que o social, a pobreza, seja encarado com seriedade. Programas como o fome zero são um bom começo. É cedo para julgar os resultados.

Em outubro de 2000 o senhor Gobind Nankani, diretor do Banco Mundial, fez uma palestra e falou sobre as metas de um combate verdadeiro à pobreza crescente no Brasil: "o desafio seria fazer com que participassem das metas os Ministérios da Fazenda, do Planejamento e outros." Quando li esta proposta do senhor Nankani me lembrei que recebi, em 1979, várias advertências do ministro Golbery dizendo que eu deveria ser só o Ministro do dinheiro e deixar o social para os Ministros da área. E mesmo meu amigo e colega Mário Henrique Simonsen queixou-se a Ronaldo Costa Couto: "O Karlos Rischbieter só queria fazer um pacto social."

Eu achava então, como acho ainda hoje, que a raiz dos nossos pro-

blemas está na péssima distribuição de renda. Não somos, não seremos uma nação digna deste nome, enquanto milhões de nossos irmãos viverem abaixo da linha de pobreza. E isto não é apenas um problema social: este é o problema econômico chave do Brasil. Se conseguirmos criar estruturas e mecanismos que incorporem à sociedade os milhões de excluídos, seremos uma nação economicamente forte e socialmente justa.

Em 1984 fui convidado por Klaus Jacobs para integrar o Conselho da Lacta, em que ele havia adquirido uma participação. Klaus é filho de um dos maiores importadores de café da Alemanha, que tinha comprado a fábrica de chocolates Suchard, uma das grandes da Suíça.

Sérgio Prosdocimo ampliou os seus negócios com a compra da Climax, empresa tradicional de São Carlos, e a aliança com a Sanyo. Fomos ao Japão negociar. Desta vez ficamos alguns dias na terra do sol nascente, no auge do seu prestígio mundial. Tive o prazer de conversar com Akio Morita, o gênio que criou a Sony e que era representante da Embraer no Japão. Osiris Silva, Presidente da Embraer, havia me pedido para fazer contato com Morita. Quando eu disse o motivo da minha visita, Morita riu e disse: "Se eu vender um avião Embraer no Japão os americanos proíbem a importação de produtos Sony e eu quebro em um mês." Mas o que ele me disse foi a receita para o país: "*Internal market, internal market,...* o Japão não é forte pela exportação e sim pelo mercado interno". Ele achava que, com a nossa população, a prioridade era esta. O senhor Morita provavelmente tem razão. Deveríamos dedicar nossa atenção em tentar ampliar o nosso mercado interno.

Naquela época começou a campanha das "Diretas Já". O Governo Figueiredo não empolgava mais. Mas a característica nacional do deixa disso venceu mais uma vez, e em 21 de abril de 1984 foi rejeitada a emenda Dante de Oliveira que teria levado às diretas na eleição seguinte.

Em agosto de 1984 eu estava chegando em Brasília para uma reunião da Fundação Banco do Brasil. No Hotel havia uma ligação do Senador Marco Maciel. "Preciso muito de você, venha conversar". Fui vê-lo.

Era a Aliança Democrática em formação. Havia um programa econômico comum que fora discutido e aprovado internamente, mas precisava do aval de economistas conhecidos. O PMDB havia conseguido o aval de Celso Furtado e Marco queria que eu fosse o economista da Frente Liberal. Eu disse a Marco que eu não era nem economista, mas ele disse: "Você parece ser e o que interessa é você ter um nome respeitado". Assim aconteceu: sentei com Celso Furtado e olhamos o programa. Ele disse: "Utopias são fáceis de aprovar". E aprovamos.

Naqueles dias eu conversei muito com meu amigo Affonso Camargo, então senador e secretário Geral do PMDB e coordenador da campanha de Tancredo Neves, candidato a Presidente. Candidato a vice, pela Frente Liberal, era Marco Maciel. Mas Marco havia sido eleito anteriormente, em uma eleição indireta e os advogados da Frente achavam que isto poderia ser motivo de impugnação da chapa. Chegou-se então ao nome de José Sarney para Vice-Presidente. Isto tem nome: destino.

Apesar das especulações da imprensa, eu não tinha intenção alguma de voltar ao governo. Continuava dando entrevistas, sempre falando na necessidade de conciliar os diversos pensamentos econômicos.

Numa entrevista a Carlos Drumond, da revista *Senhor*, em dezembro de 1984, eu fui muito enfático ao repetir as idéias que expusera durante os quase cinco anos que estive fora do governo. Insistia na idéia do Pacto Social, falando do modelo espanhol de Moncloa. E falei de Lula, falei que ele merecia estátua. "Porque Lula é uma pessoa que tinha uma força incrível nas mãos, no começo da abertura, e sempre usou esta força abertamente. Eu acho que o mais fantástico de Lula é que ele nunca virou subversivo". Veio a eleição indireta. Tancredo venceu Paulo Maluf.

Em março de 1985 chegou a hora da posse; um pequeno grupo de pessoas do Paraná foi a Brasília. Nós tínhamos um candidato à presidência do IBC, o diplomata Jório Dauster, pessoa altamente qualificada. E que já tinha apoio dos outros estados produtores de café. Todos sabemos da desgraça que aconteceu na véspera da posse. O vice teve que assumir. Para

nossa surpresa, houve veto ao nome de Dauster por parte de Roberto Marinho, que disse ao já Presidente Sarney: "Não indico ninguém, mas não admito indicação do *Jornal do Brasil*". Toda esta história foi um grande equívoco, uma confusão de nomes e pessoas. Mas resultou que o cargo de Presidente do IBC não foi preenchido imediatamente.

Jório Dauster foi presidente do IBC anos mais tarde, depois de ter sido nosso embaixador em Bruxelas, junto ao Mercado Comum Europeu.

Viajei para São Paulo. Lá, durante um almoço, no dia 21, com a presença do Governador José Richa, recebi um telefonema do Presidente: "Rischbieter, você ainda é meu amigo?" E eu respondi: "Agora mais do que nunca, Presidente". Ao que ele disse que precisava de mim, na Presidência do IBC, por pouco tempo. Pedi para pensar. Conversei com Alex, que continuava sendo, desde 1966, Diretor Executivo da OIC - Organização Internacional do Café. Ele me disse que eu não deveria dizer não a todos os convites. "O Sarney não te disse que era emergência, era por pouco tempo?".

Em 26 de março assumi o encargo. O Ministro da Área era Roberto Gusmão, que eu havia conhecido na casa de Raymond, no tempo do Banco do Brasil.

O IBC não era mais o maior produtor de divisas para o país, como o era em 1965, quando conheci o Instituto. Mas o café ainda contribuía de forma substancial para a receita cambial.

Propus a Constituinte do Café, à semelhança de grande Constituinte que estava começando naquela época. Viajei muito, para reuniões na OIC, em Londres, defendendo as posições brasileiras; para a Colômbia, onde o nosso Embaixador, Carlos Alberto Leite Barbosa, me introduziu na política interna do nosso concorrente e me contou sobre as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC que já começavam a ser importantes. Fui à Guatemala numa reunião do OIC e viajei muito pelo Brasil.

Em junho começava a batalha do plano de safra. Plano anual, era sempre o momento em que afloravam todas as opiniões conflitantes de

produtores e exportadores, fora os elos menos importantes na longa cadeia do café.

O Ministro Gusmão havia contratado auditorias nas duas autarquias subordinadas ao Ministério, sem me avisar. A *Veja* publicou, em 3 de agosto, uma reportagem de capa, sensacionalista, sobre a corrupção nesses órgãos sem ressalvar que a atual administração nada tinha a ver com os desmandos apurados.

Era a gota d'água. Dificuldades no relacionamento haviam começado logo depois da posse. Coisas miúdas, que não vale a pena esmiuçar. Mas agora era agressão de verdade, misturada com inverdades grosseiras. Pelo rádio e pela televisão os funcionários eram agredidos com palavras torpes. E chamados de ladrões, todos. Muitos choravam ao ouvir as agressões verbais. Perdi a paciência. Ainda fiquei cerca de 10 dias, tempo suficiente para aprovar o plano de safra e no dia 15 de agosto, quinta-feira, pedi demissão ao Presidente. Sempre gentil, me concedeu exoneração. No dia 16, dei uma entrevista coletiva e escrevi uma carta de despedida aos companheiros do IBC:

"Rio de Janeiro, 16 agosto de 1985

Meus Colegas Funcionários do Instituto Brasileiro do Café.

Fui convocado pelo Presidente José Sarney para servir nesta casa. Que é a casa de vocês. Uma casa tumultuada, ao longo da sua história, pelos conflitos do café.

Preocupei-me, desde o primeiro dia, com as condições de trabalho de vocês. A falta de recursos, materiais e financeiros, fizeram do IBC um órgão que, só com muito esforço, consegue cumprir as suas obrigações legais.

Para levar a Sociedade a refletir sobre o setor café, como um todo, e o papel do IBC em particular, abri, para um debate profundo, a Constituinte do Café. À semelhança da grande Constituinte da Nação, ela representaria a oportunidade de repensar o café e a sua organização, para

preservar a sua importante contribuição à economia do País. No meu estilo de trabalho, propus uma análise ampla e democrática pelos setores interessados.

Fomos surpreendidos pela mudança da tônica do debate que acabou resvalando para agressões injustificáveis e generalizadas ao quadro funcional do IBC, cujas fundamentais contribuições à economia cafeeira não devem ser ignoradas.

Este não é o meu estilo de trabalho. Ao longo de minha vida sempre procurei conciliar, debater e achar um caminho possível de ser trilhado por todos. Não consigo ser diferente agora.

Por isso, pedi ao Presidente José Sarney que me liberasse da convocação, com o que ele generosamente concordou.

Ao deixar a Presidência do IBC quero dizer a vocês que guardo um profundo respeito pelos que trabalham nesta casa.

Não se deixem abater por intrigas. A hora não é de desânimo. Ao contrário, é preciso aproveitar a oportunidade para mostrar à opinião pública brasileira que o café ainda é importante e que o IBC, reformulado para melhor, ajustado à realidade, é um instrumento necessário de política econômica da sociedade brasileira.

Espero que vocês consigam esta reformulação, para o bem de vocês e para o bem do nosso País.

Muitas felicidades e o meu muito obrigado a todos vocês.
Karlos Rischbieter"

No dia 20 transmiti o cargo a meu sucessor, então já meu amigo, Carlos Alberto Leite Barbosa.

Cinco anos depois Collor extinguiu o IBC. Tirou o sofá da sala.

Voltei a Curitiba a tempo de estar com Fanchette no casamento de Monica com Daniel Vieira da Silva, pai dos meus netos Gabriel e Laura. O casamento, em 24 de agosto, na chácara de Rafael Greca de Macedo foi uma beleza, com muita simplicidade e muita alegria.

A alegria do casamento terminou na segunda-feira, dia 26, quando ficamos sabendo que Fanchette tinha um câncer de mama, que ela havia escondido, "para não atrapalhar o casamento". Ela foi operada no dia 28.

Começou então uma luta inglória com a doença, luta que oscilava entre esperança e desespero. Ainda tivemos muita alegria na sua vida, que sabíamos, ambos, teria pouca duração.

Em junho de 1986 fui convidado pelo Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, para assumir o Banco Central: Fernão Bracher, amigo e competente, estava deixando o cargo.

Conversei com Dilson, que eu considerava quase irmão. O convite me pareceu tentador. Não só por causa de Dilson mas por causa de Manoel Cardoso de Mello e Luiz Gonzaga Beluzzo, dois ótimos economistas. Pensei longamente, mas recusei o convite com uma carta:

Brasília, 27 de junho de 1986.

Meu prezado Dilson

Resolvi colocar no papel a minha profunda preocupação com os rumos que está tomando a Nova República e o seu (nosso) Presidente.

Eu disse a você ontem: "Eu já vi este filme – e não gostei". Estou muito velho (por dentro) para sofrer tudo de novo.

A Nova República surgiu com a esperança de milhões e milhões de brasileiros. Não só dos que foram à praça pública (como você, corajosamente), mas também dos que ficaram em casa ajudando de outra forma, ou apenas torcendo.

Creio que consolidou-se, durante meses, uma aspiração profunda: a da mudança.

Na última conversa que tive com Tancredo, antes da eleição, eu disse a ele o seguinte: o Senhor será eleito pelo desejo de mudança. Se não a fizer criará a maior frustração. Se a fizer mal feita, seu governo

durará pouco. Acrescentei ainda que eu julgava que ele, Tancredo, era um dos poucos brasileiros capazes de fazer a mudança com competência - sobretudo com competência política. Porque a tarefa de conciliar as forças conservadoras e a massa da pobreza e miséria deste país não era trabalho para um ser comum.

Quanto ao sentido que nós damos à palavra mudança – é evidente que cada um de nós tem a sua interpretação. Acho, porém, que havia algumas coisas em comum nas aspirações de todos nós: a de resgatar algumas palavras aos brasileiros. Palavras como dignidade e grandeza. E havia ainda uma convicção geral de que era preciso estancar a sangria financeira que estava acabando com a saúde econômica, física e moral do país.

Para nós, para as pessoas que pensam como nós, havia alguma clareza no campo econômico financeiro. Havíamos localizado, há tempos, que o problema real do país não estava no déficit, nas estatais, etc, etc. Mas sim na terrível armadilha financeira (externa e interna) à qual estamos presos. Armadilha foi a palavra usada por Conceição alguns anos atrás. Lúcida, cada vez mais, outro dia ela me dizia que preferia o mercado à intervenção louca que se estava praticando. "Vou acabar me tornando liberal". Falamos então sobre a estupidez de se tentar reduzir o déficit com aumento de impostos no setor produtivo para transferir ao setor financeiro. Ou, em outras palavras: cobrar mais do produtor para remunerar (e com taxas reais inacreditavelmente altas) o poupador. Enquanto se continua desmantelando o setor produtivo, sobretudo o setor moderno da economia, avolumam-se, de forma também inacreditável, os problemas sociais.

A armadilha está virando mortal.

Quando eu disse a você ontem: já vi este filme, é porque em 1979 havia, na minha opinião, um clima de mudança: o de passar do sonho do Brasil grande para o de uma grande nação. Havia pessoas (e eu creio que o próprio Presidente era, no começo, uma dessas pessoas) que desejavam a mudança. Falava-se, até, no quarto extrato.

Começou depois o oba-oba e o terrorismo monetarista. Incompetente, diga-se de passagem. Acrescido à centralização, à corrupção, resultou naquilo que o nosso atual Presidente vocalizou quando disse: "Herdamos o caos".

Tenho a impressão - não, a certeza, que o filme é o mesmo. O nosso Presidente, indefeso refém dos terroristas fiscais e monetários, já está começando a falar a linguagem conhecida. Corta, não gaste, a inflação vai disparar. E estaremos, mais uma vez, trilhando o mesmo caminho da estagnação, da recessão, da carroça que despenca ladeira abaixo (com licença do Fernando Pedreira).

O que fazer? Eu, pessoalmente considero a luta perdida. Aí entram considerações mais amplas sobre a estrutura sócio-econômica do nosso país. Este país de Macunaíma, nosso herói nacional. As forças que se juntam com uma rapidez incrível. A aliança dos que não sabem com os que não querem.

Peço, pois, que você retire o convite que me fez. Não estaria em condições de ajudar.

Aceite meu abraço fraterno com os desejos de que Deus te ilumine.

Karlos

Em fins de 1986 os suecos da Volvo em Gotemburgo chegaram ao limite da paciência com o Brasil. Só prejuízos, sem perspectivas. E ameaçaram fechar a operação Curitiba. Mats-Ola Palm era o nosso presidente; ele e Björn Larsson, diretor financeiro, prepararam um documento mostrando que, à medida que a população de caminhões cresce, cresce, também, a necessidade de peças de reposição e o resultado da venda sustenta a fábrica. Mats-Ola me disse que isto é válido para a maioria da indústria automobilística. E é por isto que a precificação das peças de reposição originais (de fábrica) é tão importante; é preciso achar um preço que permita lucratividade sem entregar o mercado todo às peças piratas. Fomos, os três, para a Suécia e, numa reunião que durou seis horas, Mats-Ola e Björn conseguiram convencer Sten Langenius, o responsável pelo setor de caminhões, a

nos conceder mais dois anos.

No começo do ano de 1987 houve o plano cruzado e veio o congelamento de preços. Nós tínhamos desenvolvido um novo modelo de caminhão. Todo ele novo. O congelamento seria fatal para nós. Munido de uma pasta com todas as informações, fui ao Ministro Dilson Funaro para argumentar a favor da aprovação de um preço novo para esse modelo. Tive que defender os argumentos com os assessores do Ministério, que acabaram aprovando a nossa argumentação.

O meu prestígio na Volvo deu um salto! A partir de 1987 e durante anos, fomos, nós da Volvo do Brasil, a unidade mais lucrativa do grupo. Não sei se esta foi a causa, mas o fato é que logo depois eu fui convidado para ser membro do Conselho Internacional da Volvo, a VIAB (*Volvo International Advisory Board*)* que, sob a presidência de Pehr Gyllenhammar, se reunia duas vezes por ano, por três dias, para discutir as grandes linhas de atuação da companhia, bem como para ouvir especialistas em vários setores da política ou da economia. Foram reuniões super interessantes.

Soubemos, antes do mercado, da negociação com a Renault, para formar um grupo europeu forte no setor. A negociação foi concluída com sucesso. Mas na hora final houve um pequeno erro. E este erro fez toda a construção magnífica ruir por terra. Na nossa última reunião, quando o fracasso já estava evidente, Gyllenhammar disse: "Vai correr muito sangue.". Ao que Dahrendorf,** sempre contundente, disse: "Não interessa se é muito ou pouco sangue, interessa saber quem vai sangrar."

E Gyllenhammar deixou a Volvo que nunca mais foi a empresa de prestígio que ele liderou.

Ainda em 1986 criamos a Associação Alyrio Pfiffer, para apoiar a Unidade de Transplante de Medula Óssea do Hospital de Clínicas em Curitiba, dirigida por Ricardo Pasquini, pioneiro na América Latina.

* Conselho Consultivo Internacional da Volvo

** Ralf Dahrendorf, membro do VIAB e Reitor da London School of Economics.

Em 1987 nasceu o meu neto Gabriel, uma das alegrias da vida. Eu e Fanchette viajamos enquanto era possível. Luca estava cursando *Sciences de L'Education* (pedagogia) na Sorbonne, em Paris; estivemos com ele algumas vezes.

Ricardo Pasquini, profissional de primeira linha e amigo, cuidou de Fanchette com dedicação e amizade, e proporcionou a ela uma sobrevida de quatro anos.

Quando ela morreu, em 27 de agosto de 1989, nós estávamos casados há mais de 30 anos. Foram anos de companheirismo de duas pessoas muito diferentes e de pessoas não muito fáceis. Quando casamos, éramos pessoas adultas, e o casamento durou porque Fanchette era uma pessoa super inteligente, que sabia que o casamento é quase como um campo minado. Quando menos você espera explode uma mina escondida. E ela soube, com um trabalho de sapa permanente, evitar as minas.

Foram anos difíceis, mas felizes. E fomos bons pais para Monica e Luca. Se bem que, se eles são o que são, pessoas maravilhosas, o devem à sua mãe.

Quando traduzi os sonetos de Rilke, anos mais tarde, achei que o fim de um deles se aplicava aos últimos anos de vida de Fanchette:

Perto pairava a doença. Já das sombras preso,
o sangue escurecia. Mas, quase ileso,
e primaveril, reagiu à força do mal.

Sempre por quedas interrompido,
brilhava terrena. Então, após forte ruído,
passa pelo inexorável e aberto portal.

A casa Romário Martins, órgão da Fundação Cultural de Curitiba, publica um boletim informativo de periodicidade irregular, com assuntos relativos à cidade. Em setembro de 1991, dois anos depois da morte de

Fanchette, o boletim nº. 92 é dedicado à sua memória. Há 19 depoimentos de amigos e amigas que são marcados pela emoção. E pelo respeito às suas qualidades de profissional dedicada e de pessoa humana de qualidades fora do comum.

Do muito que escreveram os amigos destaco, correndo o perigo de ofender os outros, alguns trechos dos depoimentos: Ney Braga termina assim o seu texto: "Curitiba perdeu uma cidadã muito, muito especial. Deixou saudades, mas deixou também exemplos e estes não morrem.". E Vera Lacombe Miraglia, a diretora do Colégio Anjo da Guarda, fala dela: "Foi uma amiga assim que perdi. Sua inteligência, sua capacidade crítica, essas estão no plano viário de Curitiba, nos cabelos brancos do Jaime Lerner. Sua bondade ficou aqui comigo, no coração, nos meus filhos e nas lembranças que dela recebi e que enfeitam minha casa: uma boneca de palha, uma colméia com abelhas de madeira, uma miniaturinha de caixa de costura. Ela não precisou perguntar a Jesus como conseguir a vida eterna porque soube, perto de nós, como conquistá-la." E Rafael Greca de Macedo escreveu um texto longo e bonito do qual quero destacar um pequeno trecho que fala da curitibana adotiva que Fanchette foi: "Modesta, despojada, criadora de novas realidades. Cartesiana, incapaz de contrariar o mandamento: duvido, logo existo. Carinhosa, e disposta a ensinar, Francisca Maria Garfunkel Rischbieter não nasceu em Curitiba, embora parecesse filha da terra. Viveu aqui depois da primeira infância, já nos bancos escolares do Colégio Sion, onde teve de Mère Louise o senso profundo do dever: O que deve ser feito, tem que ser bem feito... Foi com suas palavras e com seus atos na vida de engenheira competente, inteiramente dedicada à Prefeitura da cidade que Fanchette se inseria na vida de Curitiba. Esta inserção foi seu segundo nascimento. Tanto assim que fui vereador e deputado ao seu lado e nunca imaginei conferir-lhe a cidadania curitibana ou paranaense. Seria redundante, quase ridículo. Ela era mais curitibana do que aqueles que aqui havíamos nascido." E Jaime Lerner, prefeito quando da sua morte, fala com muita emoção, e fazendo referência ao Jardim Botânico de Curitiba, que leva o nome de Fanchette: "Não há um pedaço desta cidade, uma pedra de *petit-pavê*, um jardim ou um casario que não tenham a ver com o ideal

por que ela sempre lutou. Ela foi e continua sendo a consciência da cidade. Assim como ela nos iluminou com sua generosidade e sabedoria, simbolicamente ela continuará a nos iluminar pelas luzes da estufa do Jardim Botânico. Que o espírito de Fanchette ajude a florescer, como sempre fez, o que são agora sementes e mudas. Como eram no seu tempo as idéias que o futuro iria colher."

Capítulo 14

Conselheiro, Viúvo

Ao contrário do meu primeiro casamento, quando houve seis anos de namoro, o segundo teve um namoro que durou só três meses.

Quando fiquei sozinho busquei muito apoio nos filhos. E os netos aliviaram um pouco a solidão. Laura nasceu no dia seguinte ao do falecimento de Fanchette. Ela e Gabriel eram crianças muito alegres.

Luca voltou a Paris para completar o curso de "Sciences de l'Education". Em uma viagem a Gotemburgo aproveitei para encontrá-lo, na casa de minha irmã, na Westfália. De lá fomos a Berlim, Zurich e Paris. Gostei de viajar com meu filho, como gostei de viajar com Monica. Ambos são viajantes que olham com prazer as cidades, as ruas, as praças e as casas.

Muradás e Ilze estavam muitas vezes comigo. E foram os bons companheiros de sempre.

Em 1986 e 1987 eu havia sido convidado para integrar outros Conselhos de Administração. A RACIMEC resolveu criar um Conselho e Simão Brayer me convidou para presidente. A Schering, farmacêutica, me convidou; aceitei pelo prazer de rever Leonidas Borio e o Dr. Bulhões, ambos no Conselho. Márcio Fortes foi ser Presidente do BNDES e me convidou para integrar o Conselho do BNDESPAR. A VOLVO resolveu me entregar a presidência dos Conselhos da Volvo Penta e da Volvo Car, que

começava a importar carros. E, talvez como conseqüência do meu prestígio com a Volvo, Per Gunar Kalborg, muitos anos o Cônsul da Suécia em São Paulo e membro do Conselho da Volvo do Brasil, fez indicações e fui para o Conselho da Perstorp – que fabrica um material análogo à fórmica.

Mais tarde fui para os Conselhos da Ericsson do Brasil, da Swedish Match (que era a Fiat Lux no Brasil). Eu era então conselheiro de mais de uma dúzia de empresas, algumas suecas. Meus amigos me chamavam de Conselheiro Escandinavo. E convivi muito com o senhor Kalborg, uma das pessoas mais íntegras que conheci. Um fim de semana passei na sua casa em Bostad (simpático balneário na costa do Kattegat, o mar entre a Suécia e a Dinamarca) Per Gunar e Ingrid são pessoas maravilhosas.

Quando saí do governo eu disse que dificilmente me acostumaria a tratar de um assunto só. Iria ficar extremamente entediado. Como resultado, dez anos depois de sair de Brasília, eu estava tratando de assuntos tão diversos como caminhões pesados e palitos de fósforo, telefones, geladeiras, chocolate, remédios e até cigarros, pois estava no Conselho da Philip Morris. E, na MPM, nós tomávamos conhecimento dos principais problemas dos clientes que incluíam a Fiat e a Souza Cruz, entre muitos outros. Viajava muito, não podia me queixar de vida monótona.

Em 1989, no começo do ano, Klaus Jacobs havia formado um conselho internacional, o Jacobs Suchard International Strategic Council*, com pessoas muito interessantes. Lembro de uma reunião, em Veneza, quando as sessões de trabalho se realizavam, de manhã, num salão que tinha afrescos renascentistas em todas as paredes e no teto. Na primeira tarde, o representante da Suíça no Conselho Europeu para salvação de Veneza nos mostrou obras de Ticiano com explicações detalhadas. Outra tarde fomos de barco até a ilha de Torcello onde se encontram duas igrejas, um *campanile* e um museu. Uma das igrejas, a Catedral de Santa Maria dell'Assunta, é a construção mais antiga da laguna. A vizinha igreja de Santa Tosca é de estilo bizantino. Eu, que adoro o bizantino, fiquei fascinado com a forma de cruz grega da igreja. E o mosaico do Juízo Final, enorme,

* Conselho Estratégico Internacional da Jacobs Suchard

é impressionante.

Em outra reunião do Conselho, ficamos num hotel em Sovicille, Borgo Petrale, medieval, a 14 quilômetros de Siena. Visitamos a concorrente de Florença com uma estudante de arte que nos mostrou coisas surpreendentes dessa cidade. Maravilhas! A catedral com seu piso "não-pisável" e o arco inacabado do que seria a maior Catedral da Europa, não concluído, porque a peste dizimou as pessoas e as finanças da maior rival de Florença.

E a Volvo, depois de resistir durante anos, acabou por se convencer que precisava de uma organização financeira de apoio às vendas. E Mats-Ola autorizou a criação do Banco da Volvo, convidando-me para presidente. Foi meu último cargo na empresa. Dei muito da minha vida à empresa sueca e, antes que as alegrias se transformassem em tristezas, pedi demissão.

A seriedade com que os suecos tratam de questões como segurança, relações trabalhistas e qualidade são exemplares. E o país é bonito; estive em Gotemburgo cerca de 30 vezes. No fim já parecia ser um pedaço de lar naquela Escandinávia que fica terrível no inverno. Mas é bela no verão, e, principalmente, na primavera.

O Brasil estava caminhando para mais uma eleição. Para o segundo turno foram Lula, candidato pela primeira vez, e Fernando Collor de Mello, que fez a campanha como caçador de marajás, demagogia das mais sórdidas.

Um amigo me disse outro dia que Collor estava convencido de que, como nós somos todos malandros, nada melhor do que malandro e meio. Eleito com ajuda substancial da Rede Globo, lançou um programa econômico estupidamente inortodoxo que incluía confisco de poupança, entre outras medidas inconstitucionais. E, mais uma vez, como no caso dos fiscais do Sarney, surgiu um dos piores defeitos do caráter brasileiro (ou melhor dito, do caráter da raça humana): o denuncismo vil.

No dia 18 de março, três dias depois da posse, foi preso um dono de

mini mercado que não sabia que maizena era amido de milho, que estava tabelado. Poucos dias depois, é preso um gerente de supermercado porque havia um produto com preço marcado de 143,20, quando a tabela era de 138,70 cruzados. Eu comecei a ficar muito angustiado. Tornei-me um chato anti-Collor. E ainda piorou: em 19 de março fui convidado pelo Ministro da Saúde para chefiar a Central de Medicamentos. "Você vai mandar no maior laboratório do Brasil, nós vamos triplicar o faturamento." Perguntei o que havia acontecido com a promessa de privatização e agradeci o convite.

Em maio, Zélia Cardoso de Mello, toda poderosa ministra da Fazenda, telefona e me intima a ser Presidente da Comissão de Privatização do Governo Federal. Ao telefone cometi uma das poucas grosserias de minha vida: "Senhora Ministra, eu prometi à minha mulher que nunca mais iria para um cargo de governo." Ao que Dona Zélia respondeu: "Pode deixar que eu vou convencê-la a liberar o senhor da promessa feita." E aí veio a grosseria: "Só se a Senhora for para o céu convencê-la." Uma semana mais tarde fui à Brasília pedir desculpas. Ela me pareceu uma sonâmbula.

Na época da eleição do Collor ficou claro, para mim, que os comunicadores sempre tomaram conta do mundo. A televisão apenas tornou isto mais visível.

Em dezembro de 1990 morreu Zacarias, aos 67 anos. Muito moço, pois estava em plena atividade intelectual. E nós continuávamos tendo a mesma visão do nosso país.

Escrevi um artigo, publicado em 25 de dezembro na Gazeta do Povo, que mostra o quanto eu gostava dele.

Zaca – o de alma limpa.
Karlos Rischbieter

Morreu José Zacarias Sá Carvalho – o Zaca, como nós o chamávamos. Quando recebi a notícia, me lembrei que, há anos, minha mulher e eu fomos ver o maravilhoso "Zorba, o Grego", com Anthony

Quinn. Ao sair do cinema ela comentou: "É um filme que deixa a gente de alma limpa". E passou a recomendá-lo a todos os amigos que encontrava. Encontrou Zaca, olhou para ele e disse: "Você não precisa ver o filme, você tem a alma limpa".

Alma limpa e cabeça maravilhosa num corpo quase gigante. Assim era o Zacarias que eu conheci quando veio ao Paraná, em 1962, como coordenador em nome da SPL (SPL, empresa de planejamento de Alex Beltrão e Américo Barbosa de Oliveira) para implantar a Codepar, no governo Ney Braga. Eu era, na época, engenheiro recém-admitido na companhia e passei a integrar a pequena equipe local de Zacarias. Equipe que teve a felicidade de tê-lo como mestre. A ele devo a compreensão do que significa política econômica e do que significa Política, com P. Foram provavelmente, os anos mais gratificantes de minha vida. Construir um instrumento de trabalho dos mais leves e eficazes que existiram. O trabalho duro e inteligente de Zaca e de seus auxiliares tornou possível a implantação da Codepar como instrumento essencial de viabilização da grande mudança na economia paranaense. O Paraná de hoje, diversificado e forte, não mais preso à monocultura dos anos 50, este Paraná começou a nascer naqueles anos. E o Paraná fica devendo muito, muito, a esse obstinado e inteligente filho do Mato Grosso, carioca por opção.

Zacarias deixou muitas marcas pelo Brasil. Não apenas no Paraná. Marcas inconfundíveis de sua forte personalidade, do enfoque forjado na filosofia de SPL: a de tratar os assuntos com base em informações reais. Não apenas em estatísticas frias. Ele sempre buscou a essência do problema e suas soluções foram sempre no global – em como um projeto micro se encaixa dentro do quadro geral da região, do estado ou do país. Mesmo quando não mais tínhamos relacionamento profissional, passamos a continuar o contato cada vez mais amigos. Suas opiniões, lúcidas sempre, me ajudavam muitas vezes a ter um pouco de clareza a respeito dos caminhos quase sempre tortuosos deste Brasil que ele tanto amava.

Obrigado Zacarias, obrigado por o que você fez por muitos de nós,

pelo Paraná e pelo Brasil.
Obrigado, Zaca – o de alma limpa.

Em outubro de 1991 foi inaugurado o Jardim Botânico de Curitiba que levou o nome de Fanchette. Jaime Lerner prestou assim uma bela homenagem à amiga.

Em 1991 eu passei por uma fase de grande angústia, o que não é habitual na minha vida. Mas a sucessão de mortes, o governo Collor cada vez mais tumultuado e o aparecimento de mais uma das pessoas de mau caráter na profissão, tudo se juntou para atormentar a minha cabeça.

Talvez para aliviar um pouco a tensão, comecei a escrever um livro sobre meu sogro e continuei a tarefa, complicada, de traduzir Rilke.

O livro "Paul Garfunkel, um francês no Brasil", me deu muito trabalho, mas também muito prazer. No Natal do ano anterior tinham estado conosco os parentes de São Paulo; a cunhada Mara, os sobrinhos Jean Pierre e Paulo. Eu fiquei pensando como os jovens sabiam pouco dos avós, e que seria uma boa coisa escrever para registrar a vida e a obra do avô e falar da avó, da tia e do pai. O livro foi lançado em dezembro de 1992 e estiveram no *vernissage* muitos amigos que eu não via há muito tempo. Foi uma noite de muita emoção.

Continuei traduzindo Rilke. Na apresentação do livro "Senhor, é tempo", eu falo da dificuldade em traduzir Rilke: "além do que, traduzir Rilke é duplamente difícil: além da dificuldade de traduzir do alemão, há a dificuldade da linguagem rilkeana. Rilke criou um alemão tão diferente que às vezes parece que ele criou um idioma à parte, só seu".

Quem me incentivou a publicar as traduções foi Ivo Barroso, o nosso magistral tradutor e meu amigo. E ele pediu a Ivan Junqueira, outro grande da nossa poesia, para publicar na revista Poesia Sempre, de agosto de 1994, um artigo em que compara as traduções do "Torso Arcaico de Apolo" de Rilke, feitas por Manuel Bandeira, por Ivo Barroso e por mim. O que me deu um orgulho muito grande. Peço desculpas ao leitor, mas não resisto em reproduzi-la.

TORSO ARCAICO DE APOLO

Não conhecemos sua cabeça legendária
na qual as pupilas maturavam. Porém
seu torso ainda arde como uma luminária,
em que seu olhar, mais tênue, se detém,

fica e brilha. Senão o leve reflexo
da curva do seu peito não te cegaria,
nem o sorrir, no giro dos quadris, iria
correr para esse centro que portava o sexo.

Seria apenas uma pedra deformada
sob os ombros de diáfana derrocada
e como pêlos de fera não brilharia

e nem teria toda sua forma rompida
como uma estrela: lugar não haveria
que não te veja. Precisas mudar tua vida.

No meio do ano de 1991, o compadre Muradás ganhou no STF, por sete votos a zero, um processo que ele havia iniciado em 1975 e que lhe garantiu uma vida mais folgada. E começou uma vida de fazendeiro no Mato Grosso do Sul, que lhe dá um enorme prazer e muitos prêmios pela qualidade do gado que consegue manejar. E administra com competência o seu patrimônio, sempre com auxílio de Ana Maria, sua eficiente e leal secretária.

Naquele tempo eu escrevia uma espécie de diário, era a forma de tentar me livrar das angústias daqueles anos. No começo de 1992 há uma anotação sobre a primeira tentativa de escrever memórias. Escrevi o primeiro capítulo (o do seqüestro), mas eu mesmo anotei: "Muito ruim." E em 8 de fevereiro está escrito: "Fragmentos - bom título para as memórias."

Em Brasília, Collor tentava salvar o seu governo com um Ministério de pessoas de bem. Mas já era tarde. Ele havia se enredado nas próprias cordas.

E eu começava a me desligar da política; começava a reduzir palestras e entrevistas. Só analisava a economia e a política em reuniões dos conselhos. De 80 até 92 eu fazia, na média, uma palestra ou uma entrevista por semana. Cansei; acho que o episódio Collor foi a gota d'água para desistir da participação política.

Continuava viajando muito, a trabalho. Em média, de 1981 até 1993, eu viajei mais de 4 meses por ano, dos quais cerca de 2 meses no exterior, quase tudo a serviço. Uma delas foi de pouco trabalho: fiz uma peregrinação rilkeana pelo vale do Ródano, na parte suíça. Fiquei dois dias em Sierre, que é a divisa lingüística (alemã, francesa) no sul suíço. Visitei o pequeno cemitério em Raron, onde Rilke está sepultado e fui conhecer o Chateau de Muzot onde, em 1922, ele pariu as *Elegias de Duíno* e os *Sonetos a Orfeu*.

No verão de 1992 eu tinha ido à reunião do VIAB, em Stockholm, com Monica, como companhia. Fizemos uma viagem maravilhosa com paradas em Amsterdam, Kopenhagen, Zurich e Paris. Monica foi uma ótima companheira de viagem. Nos divertimos muito nestes 18 dias.

No fim do ano de 1993, lancei, em Curitiba, o livro *Senhor, é tempo* com uma seleção de poemas de Rilke. Veio Ivo Barroso com a mulher Lúcia, para fazer uma palestra sobre o poeta. Vieram muitos amigos e amigas. Entre elas Rosa Maria Beltrão, a Rosita, irmã de Alex e divorciada há cerca de cinco anos. Para o Natal vieram Ana Emilia e Alex de Londres. Mauricio e Martha Schulman os convidaram para assistir o "Natal do Bamerindus", espetáculo de canto coral muito lindo. Marthinha me convidou, sabendo da nossa amizade. E perguntou se eu não queria levar alguém: "Para sermos três casais". Eu sugeri convidar Rosita, que veio.

Ao contrário do meu primeiro casamento, quando houve seis anos de namoro, o segundo teve um namoro que durou só três meses.

Capítulo 15

Uma nova vida.

No início do ano de 1994, Rosita foi passar duas semanas em Guaratuba, onde ela tem uma bela casa. Falei com ela por telefone: "O que está fazendo?" Ela me disse que estava lendo *Um ano na Provence* (do inglês Peter Mayle), que ela havia ganho da irmã Vera, no Natal. Perguntei se conhecia aquela parte do sul da França. Ela me disse que não. No momento seguinte, eu selei minha sorte futura. Pois perguntei: "Você quer ir comigo?" e ela aceitou.

Em fevereiro noivamos de verdade, com anel, *comme il faut*.* E em 26 de março, aniversário de Rosita, casamos. Presentes só a família, filhos e netos. Fiquei alegre com a presença de meus sobrinhos Ursula e Ulrich, com os respectivos cônjuges, Diether e Eloisa.

Houve um episódio engraçado: eu havia decidido não mais casar. E quando comecei o namoro com Rosita, telefonei a Ulrich, filho da irmã mais velha, para avisá-la: "Para que ela não fique sabendo por terceiros." Ele, alegre, perguntou se eles conheciam a namorada. Eu respondi que não. "É uma moça que tem seis filhos." Fez-se um profundo silêncio, até

* como convém

que Ulrich comentou: "Tio, você não quer pensar mais um pouco?" Comecei a rir e expliquei que Marcelo, o filho mais moço e o único solteiro, já tinha 25 anos.

Desde o começo descobrimos que temos várias coisas em comum: a paixão por plantas, flores e por viagens, por exemplo.

Em maio, fizemos a primeira das viagens ao exterior. A RACIMEC patrocinou a viagem pois havia uma reunião internacional de loterias em Paris e eu fui representá-la. Jorge Curi, que nesta época passou a ser um dos companheiros de verdade, foi conosco. Rosita, que o conhecia pouco, ficou encantada com seu charme. Jorginho, como ele era chamado pelos amigos, me faz muita falta. Foram trinta anos de amizade, de amizade carinhosa. Como o foram os anos de amizade com José Richa, pessoa que poderia ser escolhida como paradigma da bondade. Os dois me fazem falta. De Paris fomos para Marseille, de avião. Lá alugamos um carro, e fomos para o Hotel Cabro d'Or, que fica no Vale, ao sopé das ruínas de Les Baux, uma das aldeias mais simpáticas da Provence. Les Baux era uma cidadela da idade média, de poderosos senhores feudais, destruída por ordem de Luis XIII por se tratar de uma fortaleza protestante. No começo do século vinte foi descoberta por artistas que iniciaram uma revitalização da aldeia, hoje charmosa como poucas.

Em 1821 foi descoberta bauxita na região e começou a ser explorada industrialmente. O mineral tem este nome por causa de Les Baux. Abandonada a extração de bauxita, uma das grandes cavernas foi transformada num espetáculo de *son et lumiére** nos anos 70. Quando visitamos a caverna e vimos o espetáculo o tema era o circo. Ficamos maravilhados com as imagens projetadas nas paredes toscas da mina, e com a música circense que sempre nos remete à nossa infância. Já voltamos mais duas vezes para ver outros espetáculos.

Passamos cinco dias no hotel maravilhoso e todos os dias saíamos de manhã para conhecer a parte da Provence que os franceses chamam de *Bouches du Rhone*, as bocas do Ródano. Para o sul até cidade-fortaleza de *Aigues Mortes* e, passando pela *Camargue* (uma região meio selvagem, mui-

* som e luz

to raro neste continente supercivilizado) para *Saintes Maries de la Mer*, que homenageia as duas Marias: a Virgem e Maria Madalena, e ainda, Santa Martha, que, segundo a lenda, teriam aportado ali de barco, no ano 18 depois de Cristo.

Depois fomos para o oeste, conhecer Nimes, com seus monumentos romanos, Uzés, uma charmosa cidade com um mercado de queijos que dá água na boca, e a *Pont du Gard*, maravilha da engenharia romana. Para o norte fomos conhecer Saint-Remy (conhecida por ter abrigado Van Gogh e por ser a cidade natal de Nostradamus). Avignon, com seu monumental Palácio dos Papas, Orange e seu teatro romano, cuja parede o rei Luis XIV chamou de a parede mais bela do seu reino. Arles, perto de Les Baux, tem um dos claustros mais acolhedores na Igreja de St-Trophime, românica e muito linda.

O nosso primeiro contato com a Provence foi tão bom que já voltamos para lá mais quatro vezes. A última foi em 2004 para festejar o décimo aniversário de casamento.

Há anos eu sou presidente de honra da Aliança Francesa de Curitiba, hoje dirigida por Maria Elisa Ferraz Paciornik, aluna de Dona Helena. Ela tem a ajuda de José Monir Nasser, competente intelectual. A Aliança e suas professoras e seus professores, são um exemplo de dedicação em meio a mil dificuldades.

Em 1994 houve eleições para presidente e para governador. Estavam deixando o governo o Presidente Itamar Franco e Mário Pereira, Governador em lugar de Roberto Requião, que havia deixado o cargo para ser candidato ao Senado.

No Paraná a eleição foi decidida entre Jaime Lerner e Álvaro Dias. Este já havia sido governador antes e, ao terminar o mandato, fechou o BADEP. Medida demagógica, tipo caçador de marajás à la Collor, prejudicou o Paraná por falta de um instrumento adequado para atrair investimentos. Jaime venceu a eleição e iniciou o seu governo com idéias novas para o Estado e com um esforço muito grande para atrair a indústria automobilística. Este esforço resultou na instalação, na região metropolitana de

Curitiba, da Renault e da Audi, ambas sem produção brasileira, até então. Os incentivos concedidos, como a dilação do prazo de recolhimento do ICMS, estão beneficiando o atual governo do Estado.

O Brasil elegeu Fernando Henrique Cardoso, o príncipe dos sociólogos, grande esperança social-democrata do país. O seu governo foi marcado por algumas iniciativas de aperfeiçoamento institucional e também por um agravamento muito sério da dívida interna e externa. Além do que a venda açodada de companhias estatais foi uma forma de dilapidar o patrimônio público. E o controle quase criminoso do câmbio para garantir o segundo mandato é uma das causas da dívida que asfixia o país.

Em 1995 foi realizado no Paraná o filme Oriundi, com Anthony Quinn contracenando com grandes atores brasileiros, entre os quais Paulo Autran. O produtor conseguiu convencer Rosita a emprestar a sua casa para hospedar Quinn e sua família. Ficamos muito amigos do casal e dos dois filhos pequenos.

Em 1996 fui convidado para o Conselho da Bayer. Mais uma experiência nova. A Bayer, além da aspirina e do slogan "se é Bayer é bom", é pouco conhecida. Mas é um mundo diversificado, com ênfase no setor de farmácia. Visitamos unidades de produção no Brasil e na Alemanha. Nos anos em que participei do conselho, fui três vezes para a Alemanha. Sempre na sede em Leverkusen, perto de Colônia, onde há uma enorme instalação industrial.

Em uma das viagens, aproveitei para mostrar Bonn para Rosita. Visitei, com ela, a casa de Beethoven, onde eu havia visto e ouvido Pablo Casals, quarenta anos antes. Também a levei para *Aachen, Aix la Chapelle* em francês, para conhecer a magnífica catedral de Carlos Magno.

Desliguei-me da política, das entrevistas e das palestras. As últimas que fiz foi em 1997, na França.

Jaime Lerner havia insistido em criar um instituto privado que ser-

visse de apoio aos planos de governo. Assim, com cerca de uma dúzia de pessoas e empresas, criamos, em 1995, o IPD – Instituto Paraná Desenvolvimento. Foram para o Instituto Malu como secretária executiva, Ricardo Almeida (meu enteado de mais idade) e Carlos Gloger (o experiente gerente do BRDE, de muitos anos), ambos como diretores. O IPD foi muito útil como contato com órgãos estrangeiros. Em 1997 houve uma série de reuniões na França, em Lyon e Paris, com Câmaras de Comércio e organizações regionais. Nestas reuniões fiz palestras sobre a nossa economia. O IPD é, hoje, muito ligado à FIEP, a Federação das Indústrias do Paraná.

Também em 1997 fui convidado para o Conselho de Administração da Sadia. Eu conheci a Sadia em 1962, quando, na Codepar, consegui convencer Atílio Fontana, fundador da empresa, a abrir uma subsidiária no Paraná: a Frigobrás, de Toledo, que logo se tornou uma das mais dinâmicas unidades do grupo. Fiquei sete anos no Conselho. Sete anos que foram dos mais gratificantes. Colaborei para a evolução da empresa, sua transformação de uma abatedora de frangos para a empresa alimentícia mais diversificada e sofisticada do Brasil. A seriedade com que estes descendentes de italianos, agora gaúchos e catarinenses, dirigem o complexo industrial é admirável.

Rosita e eu dividimos nosso tempo entre Curitiba, onde eu havia comprado um apartamento muito charmoso, e Guaratuba, que me parece, cada vez mais, um pequeno pedaço de paraíso.

E a nossa paixão pelas viagens continuava. Nos doze anos entre 1994 e 2006 viajamos 36 vezes para o exterior. Muitas vezes para a França, mas também para a Suécia, a Dinamarca, a Holanda (com predileção por Amsterdã) e a Bélgica, com Bruges como jóia especial, a Alemanha de Berlim e München, a Itália da Toscana, da Sicília e dos Dolomitos. Itália que, como diz Rilke: "O galho da Árvore – Deus que se estende sobre a Itália já floresceu. Ter-se-ia porventura carregado de frutos prematuros, mas exauriu-se com a floração, e frutos não vai dar..." E eu comentei com Rosita: "Se não vai dar frutos não sei, mas as flores são magníficas." A ri-

queza artística das cidades da Toscana é inacreditável.

Estivemos em Portugal e, de carro, fomos de Lisboa para o Algarve, passando por Évora, maravilha de arquitetura em cores claras. De lá para a Espanha: Por seis dias na Andaluzia, o jardim da árida península ibérica. Sevilha, Granada e Córdoba, são cidades mouriscas plantadas na Europa. Em Córdoba me apaixonei pela mesquita, de uma beleza de tirar o fôlego. Sua floresta de pilares e arcos coloridos me pareceram ser de inspiração divina: diretamente de Alá. Só senti impacto igual na Catedral de Chartres, onde até as pedras do templo parecem impregnadas de fé.

O norte de Portugal, a origem da terra lusitana, é lindo e Santiago de Compostela impressiona com seus milhares de peregrinos.

Fomos três vezes a Buenos Aires, o que é sempre um prazer renovado. As livrarias, os cafés, a carne maravilhosa nas churrascarias populares. O charme da *Recoleta*. E a beleza do *Puerto Madero*, recuperado com muita competência. Fomos a Mendoza, esta cidade árvore, onde todas as ruas, todas mesmo, são arborizadas. De Mendoza atravessamos os Andes de carro, com paisagens surpreendentemente belas, para chegar ao Chile, um pomar gigante. Santiago virou uma cidade européia com produtos do mundo inteiro. E fomos à Isla Negra, onde morou Pablo Neruda e que hoje é um museu cheio das coisas que ele colecionava. Visitamos os vulcões nevados do sul do Chile, junto com Ilze e Muradás, pernoitamos em Frutilar, uma cidadezinha imitando balneário alemão que me lembrou Cabeçudas da minha infância. Em outra viagem fomos de Porto Alegre a Montevidéu de carro. Dormimos no Chuí onde o Brasil começa (e eu disse: ou acaba, pois tudo é relativo). Jantamos em *Punta del Este* no maravilhoso La Bourgogne que poderia estar em qualquer paraíso gastronômico. E fomos até uma praia que é a classe econômica de Punta, Piriápolis, com uma imitação do Copacabana Palace dos anos vinte.

Estivemos na Alsácia, com o museu de Colmar e a assustadora crucificação de Mathias Grünewald, uma das obras mais densas da pintura

religiosa. Vimos as maravilhas barrocas de Dresden, a cidade arrasada no fim da guerra e magistralmente reconstruída. E Praga, terra natal de Rilke, com sua ponte que exibe figuras dignas das do Aleijadinho.

E há ainda Quebec, este enclave francófono no disciplinado Canadá.

E Barcelona, com sua Rambla, única no mundo, a rua de pedestres entre duas vias de trânsito? Cheia de quiosques de jornais, revistas, flores, pássaros e outras coisas vendáveis e ainda, abrindo sobre ela, a Boqueria, o mercado com super oferta de frutas, flores, peixes e carnes. Um exagero! Além da Sagrada Família, bem mais adiantada agora do que quando a vi pela primeira vez, em 1958. E o museu gótico no alto do morro que tem uma coleção linda, ao lado do museu catalão com as capelas que foram trazidas, intactas, das aldeias da Catalunha.

Já vimos muito da riqueza da Europa. Mas quando achamos que já vimos tudo de um determinado lugar, há sempre coisas novas a descobrir.

Paris é um desses lugares. Há guias especiais e especializados. Lembro de um: *Paris insólita e misteriosa* que mostra uma quantidade incrível de casas, prédios, praças de todos os tipos.

Quero fazer referência a alguns lugares que, por um motivo ou outro, nos parecem especiais. Paris, é claro, hoje mais bonita do que em 1958, quando a conheci. Paris, como sempre, me dá a sensação de que nada é importante, ou melhor, que tudo é importante. É a cidade que nunca muda e que sempre muda.[17] E também Zürich, que eu conheci quando de um congresso de loterias em 1975 e, desde então, quando estou na cidade, janto no Veltliner Keller, um bistrot ideal. Eu gosto muito desta cidade que eles chamam de aldeia metropolitana. Gosto do jeito daquele país, a convivência lingüística e de hábitos desta intrigante "maquete democrática" como a apelidou Claude Imbert.

17 Rilke, ao voltar a Paris depois de uma ausência de muitos anos, chegou à conclusão que a cidade suporta tudo. E suportou todas as invasões ao longo da história. Mesmo a invasão dos turistas nestes anos pós-guerra, a pior de todas as invasões.

E Nice, que melhora a cada ano e onde a mistura do francês com o italiano cria uma simpática cidade. Veneza, o milagre sobre palafitas, a maior concentração de beleza por metro quadrado. E não posso falar de lugares especiais sem mencionar a Córsega, para onde fomos em setembro de 1994, pela primeira vez. Esta ilha que é habitada por italianos que falam francês e que é chamada de *ile de beauté* (ilha de beleza) é uma combinação de mar tipo Caribe com montanhas onde se pratica esportes de inverno. Estivemos lá quatro vezes e já fizemos toda a volta da ilha. Cidades como Bonifácio, Calvi e Ajaccio são encantadores exemplos de mediterraneidade selvagem. Lembramos com saudades do Grand Hotel Cala Rossa, em Porto Vecchio, com sua praia de água cristalina e sua sala de jantar embaixo dos pinus. Um jantar com ostras criadas na ilha, com um peixe de rocha, o *St. Pierre*, regado com um vinho branco seco e frutuoso de Patrimônio, no Norte da ilha, é das melhores coisas que se pode degustar.

A Córsega está, há muito tempo, com um movimento de libertação, como há muitos na Europa. Espero que o bom senso prevaleça e a França dê cada vez mais ouvidos às pretensões da ilha.

Em 1998 houve eleições. Fernando Henrique e Jaime Lerner se reelegeram. Na eleição seguinte Requião volta ao governo, derrotando Álvaro Dias. E Lula, imitando Mitterand na França, consegue se eleger derrotando José Serra.

No ano passado Lula e Requião se reelegeram. Lula com grande maioria e Requião com menos de meio por cento de diferença.

As crises políticas não afetaram os bons números da economia em muitos aspectos, o que mostra que está havendo algum avanço nos hábitos políticos do país.

Mas só faremos avanço substancial quando conseguirmos fazer as reformas que o país precisa, para chegar ao desenvolvimento sustentável. E a reforma das regras político-partidárias é a mais urgente.

Capítulo 16

Epílogo

Quando começo a escrever este capítulo final, no início de 2007, Curitiba parece uma cidade atingida por uma bomba de nêutrons: as casas e os prédios estão todos intactos, mas não há ninguém neles. Todo ano é assim: as pessoas vão em massa para o litoral. Parece uma *transhumance* de pessoas, parecida com a migração de rebanhos de ovelhas que acontece na *Provence*, em *St. Rémy*, na segunda-feira de pentecostes. Gosto muito de Curitiba neste período de férias. O período, que já é indicado para fazer um balanço do ano que passou, é melhor ainda para fazer uma espécie de balanço da vida.

E não posso me queixar. Tive uma casa paterna muito boa, pais carinhosos, irmãs companheiras, muitos amigos e amigas que me ajudaram a amadurecer. Tive alguns professores que me ajudaram a encontrar o meu caminho. Tive muita sorte com o amor, este sentimento que mistura tudo no nosso íntimo desde o carinho até o desejo que nos atormenta na juventude. Fui abençoado com as duas companheiras da minha vida. Tão diferentes uma da outra, mas duas mulheres maravilhosas. Tenho orgulho em dizer que Rosita é uma mulher extraordinária.

Mãe de seis filhos, cinco homens e uma mulher, os criou no meio de dificuldades muitas, materiais e espirituais, sem jamais desanimar, mesmo sofrendo injustiças e maldades. Sofre, é claro, mas em silêncio, sem mostrá-lo.

Tenho dois filhos muito amigos e tenho outros seis filhos "novos" que recebi como presente de casamento e que também se tornaram meus amigos. Em conjunto temos vinte e um netos. Nas festas reunimos uma pequena multidão.

Moramos numa casa recém construída. Mas parece que moramos nela há séculos, tão nossa ela é. Temos um paraíso na praia onde, fora de temporada, vivemos como caiçaras.

Olho para o mundo e não gosto do que vejo. Acho que estamos chegando ao momento mais crítico da nossa história no planeta terra.

Não apenas pelo agravamento das condições físicas, ecológicas que ameaçam a continuidade da vida humana. Mas também pelo agravamento das tensões entre os povos por motivos políticos, sociais, econômicos, raciais e religiosos.

Somos confrontados com uma série de problemas sem precedentes, cada um deles de proporções gigantescas e, talvez, catastróficas.

Vemos focos de conflitos insolúveis em muitos lugares. O fanatismo cresceu a cada ano. Os fundamentalistas surgem nos lugares menos esperados e produzem reações igualmente irracionais. O exemplo de Osama Bin Laden e George W. Bush é apenas o mais espetacular dentre eles. Na França, berço da fraternidade (com liberdade e igualdade) surgiu um Le Pen que conseguiu chegar ao segundo turno da eleição presidencial.

Paralelamente à evolução negativa da mentalidade evoluiu a questão tecnológica. Nós achamos durante séculos que as invenções e o progresso tecnológico seriam libertadores da humanidade. E o foram, sim, durante muito tempo. Mas a partir do começo do século XX o progresso na ciência e na tecnologia ameaçam a liberdade da raça humana e ameaçaram até a sua existência neste planeta.

O terrorismo, individual ou em massa como ele atua hoje, só é possível graças à evolução da tecnologia do armamento. Armas para destruição da vida já existem, à espera de um fanático ou de um louco.

E ainda assistimos à falência das organizações que se propunham conservar a paz no Mundo. A Liga das Nações foi a primeira que faliu com a segunda guerra mundial. E a ONU, esperança de um entendimento entre as Nações, foi mortalmente ferida pela mais forte delas quando decidiu, unilateralmente, entrar na aventura do Iraque, aventura que já está se transformando em tragédia.

Como gostar do que está acontecendo?

No século passado muitas mentes privilegiadas se preocuparam com os perigos que a humanidade estava começando a enfrentar. Nietzsche, mesmo antes de começar o século, foi uma mente que pressentiu a grande mudança quando declarou que "Deus morreu". E a sua mente sucumbiu ante a claridade, ou ao clarão, que surgiu à sua frente e ele se refugiou na loucura.

E aparecem Peter Drucker, Fritjof Capra, Alvin Toffler e John Kenneth Galbraith, entre outros, que falam com intensidade das mudanças, da descontinuidade e das incertezas.

Não sei o que vai acontecer. Ninguém sabe. Mas, sentimos todos, sabemos todos, que estamos em meio a mudanças profundas, para o bem ou para o mal.

Tocqueville, em uma de suas análises, escreveu esta observação sobre a revolução francesa: "Os franceses fizeram, em 1789, o maior esforço jamais feito por qualquer povo, para cortar em dois o seu destino e separar, por um abismo, aquilo que eles tinham sido até então daquilo que eles queriam ser dali em diante."

Ao fazer uma reflexão sobre o Brasil deste começo de século, somos levados a duvidar da nossa capacidade de romper, não com o passado, mas com o presente.

Por duas vezes, no século passado, tivemos períodos de ditadura.

Da primeira, que durou de 1930 a 1954 saímos com sangue, com o sangue do ditador. Não soubemos organizar a democracia e dez anos depois começou um segundo período de autoritarismo, que durou vinte e um anos. E, mais uma vez, não conseguimos criar uma estrutura democrática sólida, durável. Fizemos uma constituição "cidadã" com muitos direitos e poucos deveres. A nossa organização político-partidária obriga o governante a comprar votos, com cargos ou com dinheiro, para garantir a governabilidade.

Por isso mesmo, a reforma política é a mais urgente. Para permitir que as outras reformas sejam feitas democraticamente.

Em suma, não sou um otimista com o mundo e com o Brasil. Como sê-lo, lendo os jornais e as revistas e vendo os noticiários da TV?

Continuamos sem projeto de país. O projeto do país não pode ser apenas o combate à inflação e a diminuição das desigualdades com políticas de subsídio, necessárias, mas não suficientes. Países em construção, como o nosso, precisam de um projeto. E precisam de governo forte. Que leve os cidadãos a acreditar no futuro do país.

Continuo acreditando no que eu propunha nos anos oitenta. As três linhas básicas, essenciais: o reordenamento do setor moderno, com as reformas necessárias; a incorporação do setor não-moderno e a adoção de políticas para o Brasil pós-industrial com tecnologia de ponta.

Sem isto continuaremos a ser um país com verniz de civilizado. Mas selvagem na essência.

Estes dias reli o *Candide*, esta gozação deliciosa que Voltaire produziu para ridicularizar o otimismo exagerado de Leibniz. E, de repente, fui acometido pela vontade de terminar este livro como Voltaire terminou o seu: "Tudo bem, mas é preciso cultivar o nosso jardim."

Não posso terminar assim, pois é Rosita que cuida, com muita eficiência e amor, do nosso jardim.

A mim resta cuidar dos livros.

Agradecimentos

A José Monir Nasser que me incentivou a escrever estes fragmentos. A Carlos Barbosa Junior que arrumou o português e as vírgulas de engenheiro. A Mônica, Luca e Ricardo que os leram com olhos de amigo.

A Izabel Gonçalves e Claudia Pareja que sofreram com minha letra transformando o quase ilegível em letra de forma.

A Paulo Ricardo dos Santos, mais uma vez meu alter ego, e a Ney Curvo que leu com olhos críticos.

Este livro foi impresso com tipos Adobe Garamond Pro sobre papel Polen Bold 90g para a Travessa dos Editores, no verão de 2007 em Curitiba

Como homem público, assim enxergo Karlos Rischbieter: o servidor do Estado, acima dos governos contingentes, probo e competentíssimo, determinado e leal. Ao conhecê-lo, algo mais de trinta anos atrás, além do encanto que naturalmente suscita no interlocutor, apostei na dolorosa encruzilhada destinada a emergir à tona da sua vida. O jogo político não se coaduna com meu amigo Karlos, exigiria dele um esforço impossível, muito mais que monstruoso.

Este livro de memórias é a prova da análise que me permito formular. Enquanto ficou entregue ao serviço público na acepção mais direta, e sem as injunções da frequentação dos meandros da corte, Karlos mostrou a que viera. No ministério não teria condições de durar, mas, leal até o fim, e idealista sincero, antes de sair do governo entregou ao general Figueiredo um ousado documento, no qual apontava as razões de suas divergências e desenhava as soluções que considerava ideais. Letra morta, é óbvio, e nem por isso dispensável na interpretação da personagem. Cópia do texto, chegada às minhas mãos antes de sua saída, guardo-a na gaveta das recordações válidas.

O idealista sincero tem, no entanto, densidade especial em outro plano. Particular e íntimo. Creio na influência dos genes alemães, confirmados pela boa educação, no sentido completo na palavra. Karlos é, filosoficamente, um romântico, impregnado pela música e pela poesia, e nelas se apóia, talvez muito mais do que imagina. Arrisco-me a vaticinar que quem lerá este livro concordará comigo.

Mino Carta

ISBN 9788589485746